COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024







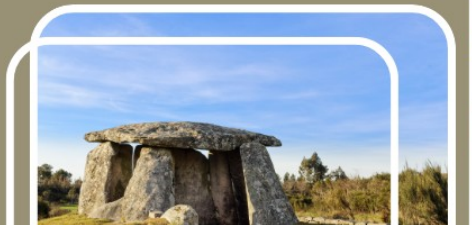












TONDELA | ABRIL 2025

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho Intermunicipal 3

1. Introdução 5

2. Apresentação da CIM Viseu Dão Lafões 6

2.1. Constituição e Objeto 6

2.2. Municípios Associados 7

2.3. Missão, Visão e Valores 7

3. Estrutura Organizacional e Recursos Utilizados 9

3.1. Organograma 9

3.2. Órgãos Sociais 11

3.3. Recursos da Comunidade 13

3.3.1. Recursos Físicos 13

3.3.2. Recursos Humanos 13

4. Atividades Desenvolvidas 16

5. Prestação de Contas do Exercício Económico de 2024 176

5.1. Análise Patrimonial 181

5.2. Análise Orçamental 191

Anexos 197

Anexo às Demonstrações Financeiras e Orçamentais do exercício económico 2024

Declaração dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso

Declaração dos Compromissos Plurianuais

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO INTERMUNCIPAL

O ano de 2004 fica marcado, mais uma vez, por um conjunto de projetos e iniciativas, transformadoras, desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal, que concorreram para tornar a nossa região Viseu Dão Lafões mais desenvolvida, mais competitiva e mais conectada.

Neste contexto, no ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal, continuou a desenvolver a sua estratégia relacionada com a transformação digital. Trata-se, assim, de um processo de mudança, na governação pública local, em que as pessoas são o centro da política pública, em que respondemos às suas necessidades e aspirações, no fundo de quem vive, trabalha, visita e investe no nosso território. Assim, foi apresentada uma candidatura à Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes, com o foco em plataformas de gestão urbana, que irão permitir a integração de diferentes fontes de dados relativas ao território, permitindo, desta forma, a disponibilização de informação de suporte à decisão, constituindo-se, como ferramentas essenciais na construção de territórios mais inteligentes, sustentáveis e inclusivos.

Também, durante o ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a desenvolver o seu trabalho no domínio da promoção turística, nomeadamente na estruturação da oferta associada aos produtos turísticos Gastronomia e Vinhos, Turismo Cultural e Eventos, Saúde e Bem-estar e Turismo Natureza. Neste domínio, de destacar, mais uma vez, o trabalho realizado com os agentes económicos do território, da restauração, do alojamento, nomeadamente com a entrega dos galardões no âmbito dos programas “Gastronomia e Seleção” e “Best Wine Selection”, depois de um processo de capacitação conjunto, com as associações do setor, a AHRESP e a Vini Portugal, uma iniciativa muito importante para a qualificação da nossa oferta e o posicionamento do nosso destino. Realçar, igualmente, a realização na nossa região do evento mundial “World Cheese Awards”, conhecido pelos óscares do queijo, que reuniu em três dias mais de 4000 referências de queijo e vários jornalistas e especialistas do setor.

De facto, o ano de 2024, marca um dos melhores anos de turismo na região, com a região Viseu Dão Lafões a ser a região que mais cresceu no Pais, em número de hospedes, comparativamente com o período homologo do ano anterior.

No domínio do ambiente, da proteção civil e da defesa da floresta o ano de 2024 marca o encerramento físico e financeiro dos projetos europeus Life Landscape Fire e Life Nieblas, com outros parceiros europeus, no qual se destaca as ações desenvolvidas no domínio do fogo controlado e da silvo pastorícia. Dar nota que a CIM Viseu Dão Lafões apresentou os resultados deste projeto, na Representação Portuguesa da Comissão Europeia (REPER), tendo em conta os impactos e os resultados alcançados. No ano de 2024 outros projetos europeus começaram a ser desenvolvidos, com outros parceiros da europa, nos domínios das alterações climáticas, da resiliência da floresta e da proteção civil.

De destacar, ainda, o trabalho desenvolvido pelas brigadas de sapadores florestais, ao nível da gestão dos combustíveis, quer da rede primária, quer da rede secundária.

Permitam-me, reforçar, nesta área, a cooperação estratégica e operacional, que tem sido possível estabelecer, neste domínio de intervenção, com a GNR, o ICNF, a ANEPC, através do comando sub-regional, e com os nossos municípios associados através dos GTF municipais e dos serviços municipais de proteção civil.

No domínio da mobilidade e dos transportes permitam-me destacar o visto do Tribunal de Contas, referente ao concurso público internacional no âmbito do serviço público de transporte de passageiros, esperando que ele entre em operação no próximo dia 1 de julho.

Durante o ano de 2024 destaca-se, ainda, a conclusão do projeto "Mobilidade Urbana Sustentável em Viseu Dão Lafões", que permitiu a construção, no conjunto dos 14 municípios, de mais de 30 km de vias cicláveis e o lançamento do sistema Bora, tratando-se de uma rede de bicicletas partilhadas à escala intermunicipal.

Continuámos, ainda, no ano de 2024, a expansão do projeto de transporte flexível "Ir e Vir", quer na sua digitalização, quer no seu alargamento territorial, já que está previsto, ainda no primeiro semestre deste ano passar a estar disponível no concelho de Viseu.

No domínio da educação, da qualificação e das competências, e mais concretamente na temática do sucesso educativo, a CIM Viseu Dão Lafões, continuou, o desenvolvimento de atividades e iniciativas intermunicipais, num projeto construído com todos os agrupamentos de escolas, com os centros de formação de professores e com os nossos municípios, no âmbito da rede da educação.

Mas o ano de 2024 fica, mais uma vez, marcado pelos incêndios rurais que assolaram a região no mês de setembro. Desde a primeira hora, a Comunidade Intermunicipal, acompanhou todo o processo de reconstrução do território, num trabalho de muito perto com os municípios, a CCDR do Centro e o Governo da República.

Assim, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões registou, durante o ano de 2024, mais uma vez, um conjunto de realizações, atividades e projetos em vários domínios de intervenção, que teve, ainda, a capacidade de o fazer envolvendo um conjunto significativo de parceiros do tecido institucional e empresarial da nossa região, aos quais deixamos aqui o nosso agradecimento.

O sucesso do trabalho desenvolvido só foi possível, também, com o esforço conjunto de todos os autarcas, dirigentes, técnicos e funcionários da Comunidade Intermunicipal, pelo que não poderia deixar de reconhecer e agradecer a todos o empenho e, fundamentalmente, a grande capacidade de trabalho conjunto ao serviço da nossa região Viseu Dão Lafões.

A todos o meu bem-haja.

Fernando de Carvalho Ruas
Presidente do Conselho Intermunicipal

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão, relativo ao ano de 2024, pretende dar cumprimento ao disposto no n.º 1 do artigo 40º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal a elaboração de um relatório anual de gestão (conjuntamente com os demais documentos de prestação de contas), que será apreciado e votado em sede de Conselho Intermunicipal que, posteriormente, o submeterá à aprovação do órgão deliberativo.

Assim, a prestação de contas que se apresenta para aprovação é constituída por um conjunto de documentos, mapas e demonstrações que refletem toda a atividade financeira verificada no ano de 2024. Neste contexto, este relatório tem os seguintes objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução orçamental conseguidos, referenciando-os aos aspetos mais relevantes no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas e das despesas;

2. Analisar a situação económica e financeira da CIM Viseu Dão Lafões, do ponto de vista patrimonial, considerando o balanço e a demonstração de resultados à data de 31/12/2024.

Podem, assim, ser analisados diversos itens importantes da gestão da CIM Viseu Dão Lafões, tais como:

- O balanço patrimonial;
- A demonstração de resultados;
- O desempenho orçamental da despesa e da receita e as respetivas execuções ao longo do ano;
- A execução financeira do Plano Plurianual de Investimento (PPI) de 2024;
- A demonstração dos fluxos de caixa;
- O anexo às demonstrações financeiras.

O presente documento incorpora, ainda, uma breve apresentação da CIM, da estrutura organizacional e recursos utilizados, bem como uma resenha das atividades desenvolvidas durante o ano de 2024.

2. APRESENTAÇÃO DA CIM VISEU DÃO LAFÕES

2.1 CONSTITUIÇÃO E OBJETO

No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos temos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

Os objetivos definidos para a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões visavam a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela Comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de caráter supramunicipal.

Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

Posteriormente, e com a publicação da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

Assim, de acordo com os estatutos da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aprovados pelo Conselho Intermunicipal e pela Assembleia Intermunicipal a 23/11/2015 e a 30/11/2015, respetivamente, e publicados no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 6/2016, a CIM visa a prossecução dos seguintes fins públicos:

a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental no seu território;

b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;

c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito dos quadros financeiros plurianuais da política comunitária europeia;

d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de caráter supramunicipal;

e) Assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos; Rede de equipamentos de saúde; Rede educativa e de formação profissional; Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; Segurança e proteção civil; Mobilidade e transportes; Redes de equipamentos públicos; Promoção do desenvolvimento económico, social e cultural; Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer;

f) Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.

2.2 MUNICÍPIOS ASSOCIADOS

Os Municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões são:

- Aguiar da Beira
- Carregal do Sal
- Castro Daire
- Mangualde
- Nelas
- Oliveira de Frades
- Penalva do Castelo
- Santa Comba Dão
- São Pedro do Sul
- Sátão
- Tondela
- Vila Nova de Paiva
- Viseu
- Vouzela

2.3 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A CIM Viseu Dão Lafões definiu, como principal missão, construir com os seus municípios associados e todos os agentes económicos, sociais e culturais, públicos e privados do território, as prioridades de intervenção que, no seu conjunto, contribuam para que a Região Viseu Dão Lafões se torne uma região inovadora, empreendedora, atrativa e competitiva, possibilitando o seu crescimento sustentável e a sua coesão económica e social.

A visão que a CIM assumiu, desde o primeiro momento, foi a de tornar-se uma Comunidade Intermunicipal de referência, pela sua capacidade de resposta às necessidades dos municípios e da região e pelo "know-how", qualidade técnica e humana dos seus técnicos, originando nos seus associados um sentimento de credibilidade e confiança.

Os valores pelos quais pauta o exercício da sua atividade podem resumir-se em:

- Inovação e Criatividade – Temos plena consciência que só através da inovação e criatividade se conseguem vantagens competitivas estruturantes para a região, que

representem real valor para os nossos municípios associados e para os nossos parceiros.

- Cooperação – Entendemos que a cooperação é uma competência fundamental na envolvente associativa atual. Assim, procuramos trabalhar ativamente e em forte cooperação com todos os atores locais e parceiros na procura das melhores soluções para cada projeto. Desta forma, os ganhos obtidos serão traduzidos em vantagens competitivas para todos.

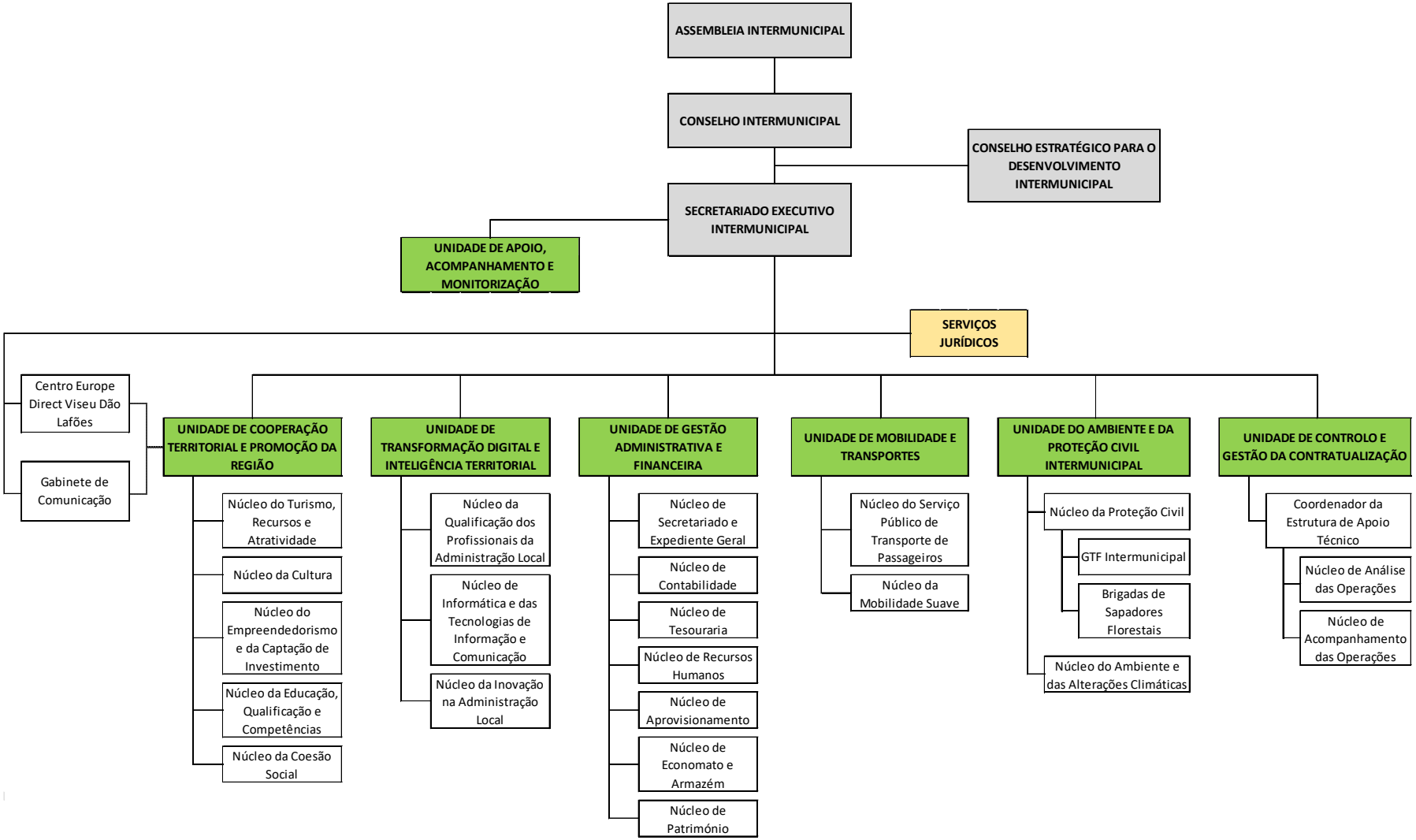
- Confiança – Para que consigamos cumprir com sucesso a nossa missão é necessário estabelecer relações de confiança com os nossos Municípios Associados e Parceiros. Assim, prestamos grande atenção às suas necessidades e, em conjunto, partilhamos conhecimentos e experiências de forma a prestar serviços de excelência e que contribuam para a competitividade da região.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E RECURSOS UTILIZADOS

3.1 ORGANOGRAMA

A organização dos serviços da CIM foi efetuada de acordo com a legislação relativa às entidades intermunicipais, tendo o regulamento dos serviços intermunicipais sido aprovado em sede de Conselho Intermunicipal, em reunião datada de 23 de novembro de 2015, e publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 6, de 11 de janeiro de 2016, através do anúncio n.º 5/2016.

Assim, podemos visualizar no organograma abaixo a estrutura atualmente em vigor:


ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
CONSELHO INTERMUNICIPAL
CONSELHO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL
SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL
UNIDADE DE APOIO, ACOMPANHAMENTO E MONITORIZAÇÃO
SERVIÇOS JURÍDICOS
Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões
Gabinete de Comunicação
UNIDADE DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL E PROMOÇÃO DA REGIÃO
Núcleo do Turismo, Recursos e Atratividade
Núcleo da Cultura
Núcleo do Empreendedorismo e da Captação de Investimento
Núcleo da Educação, Qualificação e Competências
Núcleo da Coesão Social
UNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL
Núcleo da Qualificação dos Profissionais da Administração Local
Núcleo de Informática e das Tecnologias de Informação e Comunicação
Núcleo da Inovação na Administração Local
UNIDADE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Núcleo de Secretariado e Expediente Geral
Núcleo de Contabilidade
Núcleo de Tesouraria
Núcleo de Recursos Humanos
Núcleo de Aprovisionamento
Núcleo de Economato e Armazém
Núcleo de Património
UNIDADE DE MOBILIDADE E TRANSPORTES
Núcleo do Serviço Público de Transporte de Passageiros
Núcleo da Mobilidade Suave
UNIDADE DO AMBIENTE E DA PROTEÇÃO CIVIL INTERMUNICIPAL
Núcleo da Proteção Civil
GTF Intermunicipal
Brigadas de Sapadores Florestais
Núcleo do Ambiente e das Alterações Climáticas
UNIDADE DE CONTROLO E GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO
Coordenador da Estrutura de Apoio Técnico
Núcleo de Análise das Operações
Núcleo de Acompanhamento das Operações

3.2 ORGÃOS SOCIAIS

A CIM Viseu Dão Lafões tem como órgãos sociais a Assembleia Intermunicipal, o Conselho Intermunicipal, o Secretariado Executivo Intermunicipal e o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

- **Assembleia Intermunicipal:** Órgão deliberativo da CIM, constituído por membros das Assembleias Municipais dos municípios que integram a Comunidade. A atual mesa, resultante das eleições autárquicas de setembro de 2021 e eleita na reunião de Assembleia realizada no dia 22 de novembro de 2021, é constituída pelos seguintes membros:

  - Presidente: Cilene Gomes Lindinho

  - Vice-Presidente: Abel Joaquim Tavares Dias

  - Secretário: Luís Miguel Figueiredo Duarte

- **Conselho Intermunicipal:** Órgão executivo e deliberativo da Comunidade Intermunicipal, constituído pelos Presidentes das Câmaras Municipais de cada um dos 14 municípios integrantes da Comunidade, sendo de entre eles eleito o Presidente e dois vice-presidentes. Neste momento estes cargos são ocupados por:

  - Presidente: Fernando de Carvalho Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu

  - Vice-Presidente: Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul

  - Vice-Presidente: Paulo Martins de Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire

- **Secretariado Executivo Intermunicipal:** Órgão executivo da CIM, cujos membros são eleitos pela Assembleia Intermunicipal com base numa proposta do Conselho Intermunicipal. Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da CIM, em reunião realizada no dia 13 de dezembro de 2021, foi designado, como Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal, Luís Nuno Tenreiro da Cruz M. Martinho.

- **Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal:** Órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos e constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

  Este órgão é composto pelo Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que preside ao Órgão, e ainda pelos representantes das seguintes entidades:

  - ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão;
  - ADDLAP – Associação de Desenvolvimento Dão, Lafões e Alto Paiva;
  - ADICES – Associação de Desenvolvimento Local;

- ADRIMAG – Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira;
- Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões;
- AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu;
- AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal;
- Associação Comercial do Distrito de Viseu;
- Centros de Formação do território da CIM Viseu Dão Lafões (CFAE Castro Daire Lafões, Centro de Formação EduFor, CFAE do Planalto Beirão, Centro de Formação Visprof – um representante comum);
- Comando Regional de Emergência e Proteção Civil do Centro;
- Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões;
- Comando Territorial da GNR de Viseu;
- Comissão Vitivinícola Regional do Dão;
- Dioceses do território da CIM Viseu Dão Lafões (Diocese de Lamego e Diocese de Viseu – um representante comum);
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Delegação Regional do Centro;
- Federação dos Bombeiros do Distrito de Viseu;
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Direção Regional do Centro;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Centro;
- Instituto Português do Desporto e Juventude – Direção Regional do Centro;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Viseu;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital da Guarda;
- Instituto Piaget – Campus Universitário de Viseu;
- Instituto Politécnico de Viseu;
- PSP Comando Distrital de Viseu;
- Regimento de Infantaria nº 14;
- Turismo do Centro de Portugal;
- União de Misericórdias Portuguesas – Secretariado Regional de Viseu;
- União Distrital de Viseu das Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Universidade Católica – Campus de Viseu.

Tem, também, assento no Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, com o estatuto de observador, a CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Não tendo qualidade de membros, podem também assistir e participar no CEDI, os Presidentes das Câmaras Municipais da área da CIM Viseu Dão Lafões, o Presidente da Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo Intermunicipal.

3.3 RECURSOS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

3.3.1 RECURSOS FÍSICOS

Em termos de instalações, a CIM Viseu Dão Lafões funciona, atualmente, nos pisos 0 e 1 do Edifício Novo Ciclo - Rua Dr. Ricardo Mota, na cidade de Tondela, tendo disponível uma sala de formação, uma sala de reuniões para o Conselho Intermunicipal e um pequeno auditório que permite a realização de sessões de trabalho e reuniões com os municípios, associações, instituições e demais entidades da região.

No entanto, as brigadas de sapadores florestais encontram-se instaladas na Base das Lajes, em Sátão, na Base de Alva, em Castro Daire, e na Base de Canas de Santa Maria, em Tondela.

A CIM Viseu Dão Lafões é, também, proprietária da Casa do Adro, na cidade de Viseu, utilizando a mesma para a realização de algumas reuniões de trabalho e workshops no âmbito dos projetos desenvolvidos.

Para além disso, no edifício da Casa do Adro encontra-se, também, instalado, desde maio de 2021, o Centro de Informação Europe Direct, que serve as regiões de Viseu e de Aveiro.

No que respeita aos investimentos em imobilizado corpóreo, nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a adquirir equipamento administrativo, informático e algum software para fazer face à sua atividade operacional e ao necessário apetrechamento das suas instalações, bem como equipamentos de proteção individual para equipar e assegurar o funcionamento das brigadas de sapadores florestais.

De referir, ainda, que as brigadas de sapadores florestais, para o necessário desempenho das suas funções, dispõem de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues à CIM Viseu Dão Lafões, pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), em regime de comodato.

3.3.2 RECURSOS HUMANOS

Para prossecução das atribuições a que se referem os respetivos estatutos, a CIM Viseu Dão Lafões, adota uma estrutura matricial, na aceção do artigo 9.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho, cabendo ao Secretariado Executivo Intermunicipal a criação, alteração ou extinção de equipas multidisciplinares.

Assim, no que se refere à vertente dos recursos humanos, a Comunidade Intermunicipal dispõe, neste momento, de um quadro de pessoal composto por 41 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- Um Secretariado Executivo Intermunicipal composto por um Primeiro Secretário;

- Seis técnicos superiores afetos à Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, assumindo um deles a função de Coordenador (Chefe de Equipa Multidisciplinar) da Estrutura de Apoio Técnico criada no âmbito do processo de contratualização estabelecido entre a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro;
- Dois técnicos superiores na Unidade de Transformação Digital e Inteligência Territorial, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Quatro técnicos superiores na Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, assumindo um deles a função de Chefe de Equipa Multidisciplinar;
- Três técnicos superiores na Unidade de Mobilidade e Transportes, estando a liderança desta unidade cometida ao Chefe de Equipa da Unidade de Transformação Digital e Inteligência Territorial;
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Mobilidade e Transportes;
- Três técnicos superiores na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, estando a liderança desta unidade cometida a um dos técnicos da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização;
- Catorze assistentes operacionais na Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, os quais assumem as funções de sapadores florestais;
- Dois técnicos superiores na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, estando a coordenação desta unidade cometida à Coordenadora da EAT (Chefe de Equipa Multidisciplinar);
- Dois assistentes técnicos na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira;
- Dois assistentes operacionais na Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, a exercer funções no edifício da Casa do Adro, em Viseu, fruto da transferência da universalidade jurídica da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões.

Salienta-se, ainda, que a alocação destes colaboradores às Unidades Orgânicas supra referidas não prejudica a mobilidade funcional que possa existir, por conveniência de serviço, pelo que, nesse âmbito, e tendo em conta a necessidade de reforçar a Estrutura de Apoio Técnico, em resultado do acréscimo de trabalho associado ao processo de contratualização, dois técnicos de outras Unidades Orgânicas encontram-se, também, alocados à referida Estrutura. Para além disso, a liderança da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal é assegurada por um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões, tendo em consideração o seu vasto currículo na área em apreço.

Neste âmbito, dar, também nota que no seguimento da criação da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização, a qual tem como missão, junto do Secretariado Executivo Intermunicipal, acompanhar e monitorizar as tarefas desenvolvidas pelas restantes unidades orgânicas da CIM, bem como auxiliar a execução de outras tarefas relacionadas com as

competências atribuídas ao Secretariado Executivo Intermunicipal, um dos técnicos da estrutura da CIM Viseu Dão Lafões foi designado como chefe de equipa da referida unidade, atendendo ao trabalho já realizado pelo mesmo a este nível. De referir que, fazem também parte da Unidade de Apoio, Acompanhamento e Monitorização os chefes de equipa das restantes unidades orgânicas da CIM e um assistente técnico da Unidade de Gestão Administrativa e Financeira.

De referir, também, que se encontram a decorrer vários procedimentos para contratação de:

- Um assistente técnico para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, em regime de mobilidade;
- Três técnicos superiores para a Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Dois técnicos superiores para a Unidade de Gestão Administrativa e Financeira, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Um técnico superior para a Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- Catorze assistentes operacionais para a Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste capítulo apresentam-se, de forma resumida, aquelas que foram as principais atividades desenvolvidas pela CIM Viseu Dão Lafões durante o ano de 2024, enquadrando-se as mesmas nas Opções do Plano e Orçamento aprovadas em sede de Assembleia Intermunicipal.

De realçar que a CIM, no âmbito da sua atuação, teve a preocupação de captar financiamento comunitário para o território, tendo estado atenta aos avisos de abertura de concurso que foram sendo publicados pelos vários Programas Operacionais do Portugal 2030, de forma a submeter, a financiamento, não só os projetos de investimento sinalizados e identificados no Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030, mas, também, outros que demonstrassem enquadramento nas políticas de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial definidas para a região Viseu Dão Lafões.

Para além dos Programa Operacionais do Portugal 2030, a CIM Viseu Dão Lafões prestou, também, atenção aos avisos que iam sendo publicados pelos Programas Europeus e no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, de modo a identificar novas oportunidades de financiamento para o território, quer através de candidaturas apresentadas individualmente pela CIM ou pelos seus Municípios associados, quer através de candidaturas apresentadas em parceria com outros atores regionais, nacionais e/ou internacionais, que fruto do trabalho realizado contribuem para o desenvolvimento e competitividade do território Viseu Dão Lafões.

Posto isto, em seguida apresentam-se, de forma resumida, as atividades desenvolvidas em cada Grande Opção do Plano.

4.1 Reforço da identidade Viseu Dão Lafões, organização e gestão interna

Organização e gestão interna da CIM Viseu Dão Lafões

Tal como previsto no Plano de Atividades, a CIM Viseu Dão Lafões desenvolveu um conjunto de ações visando, fundamentalmente, a capacitação institucional e o reforço da componente de organização e gestão interna.

Neste sentido, foi adquirido imobilizado corpóreo, nomeadamente, equipamento informático, software e equipamento administrativo, por forma a dotar a Comunidade Intermunicipal dos meios necessários ao seu funcionamento, principalmente no que se refere à ocupação dos novos postos de trabalho.

Relativamente às bases onde se encontram instaladas as brigadas de sapadores florestais, nomeadamente, a Base das Lajes, em Sátão, a Base de Alva, em Castro Daire, e a Base de Canas de Santa Maria, em Tondela, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade aos contratos de comodato, celebrados com os respetivos Municípios, assegurando, assim, as condições necessárias para o funcionamento das referidas brigadas.

Quanto aos equipamentos necessários ao funcionamento das brigadas de sapadores florestais, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a dispor de seis viaturas apetrechadas com equipamento coletivo motomanual e manual, as quais foram entregues pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF), em regime de comodato.

No que respeita aos equipamentos de proteção individual a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2024, teve necessidade de adquirir mais algum equipamento, não só para equipar os novos sapadores florestais que integraram as brigadas, mas, também, para substituir algum equipamento já danificado.

Também o edifício da Casa do Adro, em Viseu, atendendo à sua antiguidade, e ao facto de estar a necessitar de algumas obras de melhoria e requalificação, mereceu especial atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões. Nesse sentido, no ano de 2024, foi concluída a elaboração dos projetos de especialidades subjacentes às referidas obras de reabilitação, requalificação e beneficiação, perspetivando-se, assim, que as mesmas tenham início do decurso deste ano.

No decurso do ano de 2024, destaca-se, também, a realização de duas reuniões ordinárias da Assembleia Intermunicipal, as quais, de acordo com a rotatividade definida em plenário anterior, tiveram lugar em Castro Daire (29 de abril) e Vouzela (9 de dezembro).



Já o Conselho Intermunicipal, realizou, durante o ano de 2024, quinze reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, em conformidade com o definido nos estatutos, tendo as mesmas decorrido de forma descentralizada pelos catorze municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões.



No que se refere ao Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, foi realizada uma reunião, no dia 22 de outubro, na Casa do Adro, em Viseu, destacando-se da ordem de trabalhos o balanço dos incêndios rurais na região e as medidas de apoio aos municípios afetados, o ponto de situação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pela CIM no âmbito do sistema de mobilidade e transportes Viseu Dão Lafões e o balanço da execução do projeto Life Landscape Fire.



Promoção e divulgação

Conforme previsto no Plano de Atividades, e à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a apostar no reforço da promoção e divulgação da imagem da Comunidade Intermunicipal e da Região, tendo para o efeito desenvolvido um conjunto de ações que tiveram como objetivo intensificar e reforçar a identidade de Viseu Dão Lafões, quer no interior da Região quer no exterior, nomeadamente:

i. Gestão e atualização da página institucional da CIM nas redes sociais com inclusão de notícias e informações sobre as atividades desenvolvidas e a desenvolver pela Comunidade Intermunicipal;



ii. Gestão e atualização dos sites associados aos projetos desenvolvidos pela CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente, da Ecopista do Dão e do Vouga, do LIFE, do Valoriza-te, do Visit Viseu Dão Lafões, da Rede Cultural Viseu Dão Lafões, da Revista Beira Alta, do Centro Europe Direct, do Ir e Vir, do CRAFT, do Mapa dos Segredos e do +Igual;

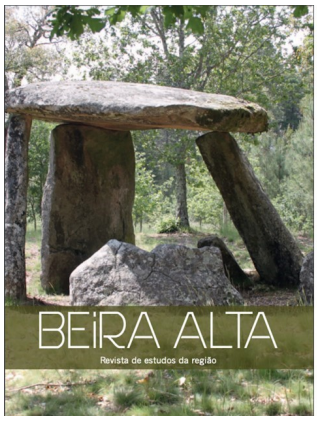
iii. Produção de material promocional da Comunidade Intermunicipal;

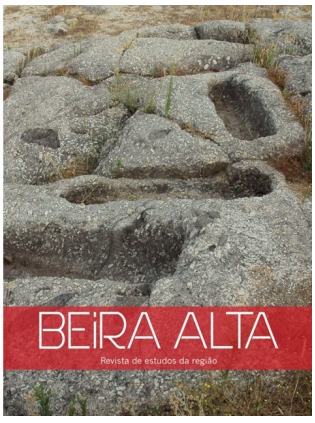
iv. Publicação de newsletters digitais da CIM Viseu Dão Lafões e do "Centro Europe Direct", com vista a divulgar as atividades realizadas;

v. Elaboração e difusão de press releases sobre os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, organização e divulgação de conferências de imprensa e assistência aos pedidos de informação de órgãos de comunicação social.

Revista Beira Alta

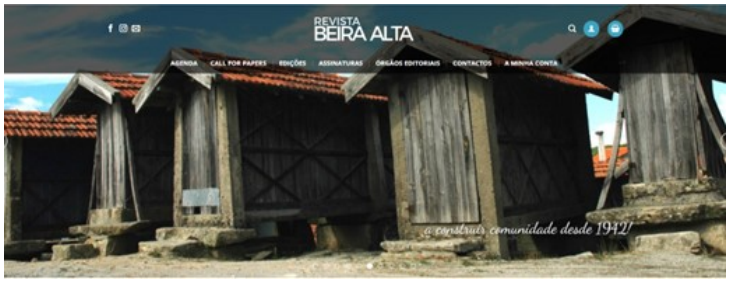
Publicada desde 1942, a Revista Beira Alta, tem um âmbito temático diversificado, apresentando estudos e artigos de conceituados autores em diversas áreas do conhecimento tais como história, história da arte, etnografia, literatura, música, etc., numa abrangência geográfica alargada, que compreende todo o território da Beira Alta.





Para além disso, a Revista potencia o desenvolvimento e a divulgação do conhecimento, não apenas na tessitura da região, mas também no quadro das relações com o resto do território nacional e/ou internacional, tendo vindo a assumir, ao longo dos anos, manifesta relevância na disponibilização de estudos relativos ao território da Beira Alta, motivando muitos investigadores ao desenvolvimento de trabalhos e pesquisas para integrarem esta publicação periódica.

Lançada em 1942 pela Junta da Província, a Revista transitou para a Junta Distrital de Viseu em 1960 e, posteriormente, em 1978, para a Assembleia Distrital de Viseu, e com a extinção desta última entidade, o projeto foi assumido, a partir de 2015, pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, enquadrado na transferência da Universalidade Jurídica Indivisível da Assembleia Distrital para este organismo intermunicipal.



Deste então, a Comunidade Intermunicipal, mantendo a identidade da Revista Beira Alta, tem vindo a apostar na valorização da mesma, tendo para o efeito criado um site (www.revistabeiraalta.pt), destinado à divulgação, promoção e comercialização da Revista, a partir do qual é possível, entre outras capacidades, consultar a coleção de edições impressa, as sínteses dos seus artigos, e subscrever, adquirir edições ou conteúdos específicos.

Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões para além de ter dado continuidade à dinamização e manutenção do site, procedeu, também, à produção do volume LXXXII da Revista Beira Alta, o qual foi apresentado numa sessão que decorreu no dia 11 de dezembro, no Centro de Interpretação e Informação do Montemuro e Paiva, em Castro Daire.











Esta sessão contou com participação do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, Paulo Almeida, e da Diretora da Revista Beira Alta, Fátima Eusébio.

Marcaram, ainda, presença neste evento, o Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, Virgílio da Cunha, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, João Valério, o Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, Carlos Oliveira, entre outros convidados.

Este volume, que reúne sete artigos que abordam temas como a muralha medieval de Viseu, os lagares rupestres de Moimenta da Beira e a transumância na Serra de Montemuro, foi apresentado por Jorge Adolfo.

4.2 Promover a modernização e digitalização dos serviços da administração local, estimular a inovação e a conectividade digital, e reforçar a capacitação institucional e as redes de cooperação

Modernização Administrativa, Transformação Digital e Inteligência Territorial

Ao longo dos últimos anos, a área da modernização administrativa, mais concretamente a melhoria dos serviços públicos, tem sido uma grandes apostas da CIM Viseu Dão Lafões e dos seus municípios associados, e para alcançar esse desígnio têm vindo a recorrer aos apoios dos Programas Comunitários, realizando iniciativas que visem dar resposta e satisfazer as exigências que vão surgindo por parte dos cidadãos e empresas.

Assim, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar em estreita articulação com os seus municípios, apoiando-os na consolidação dos investimentos realizados, e na implementação de medidas que permitam fomentar a inovação, proximidade, simplificação e modernização administrativa autárquica.

Desse trabalho, destaca-se, a título de exemplo, a continuidade da disponibilização de um conjunto alargado de ferramentas de exploração de informação cartográfica supramunicipal sobre temas essenciais para a gestão do território, através do **SIG à escala intermunicipal – Portal Geográfico Viseu Dão Lafões**, bem como a prossecução do aprofundamento do conhecimento sobre a rede rodoviária da região, para a aplicação das melhores referências e metodologias de gestão preventiva, eficaz e eficiente da rede rodoviária, por via do **Centro de Competências e Gestão de Vias da CIM Viseu Dão Lafões (CCGV)**.

Para além disso, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal continuou, também, a apostar na dinamização da **Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões**, a qual tem permitido às entidades aderentes, das quais fazem parte, para além dos municípios da CIM, algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social e corporações de bombeiros do território, a geração de poupanças económicas e processuais nas adjudicações efetuadas ao abrigo dos acordos quadro implementados, no âmbito da

referida Central de Compras, dos quais se destacam, a aquisição de combustíveis rodoviários, eletricidade, gás, refeições escolares, leite escolar, consumíveis de higiene e limpeza, entre outros.

No ano de 2024, destacamos, ainda, o início dos trabalhos subjacentes à preparação da candidatura a submeter ao Programa Operacional Regional do Centro 2030, no domínio da "Digitalização na Administração Pública Local", na qual se enquadram, entre outros, projetos relacionados com os serviços públicos eletrónicos, o atendimento mediado, o arquivo digital e a melhoria dos mecanismos de interoperabilidade com a Administração Pública Central (iAP).

De entre as reuniões de trabalho realizadas, destaca-se a que ocorreu no dia 14 de março, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, a qual visou definir o âmbito e o alinhamento dos investimentos que se enquadram com os objetivos e necessidades dos municípios.

Esta sessão contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, de responsáveis da AIRC - Associação de Informática da Região Centro e de técnicos municipais.



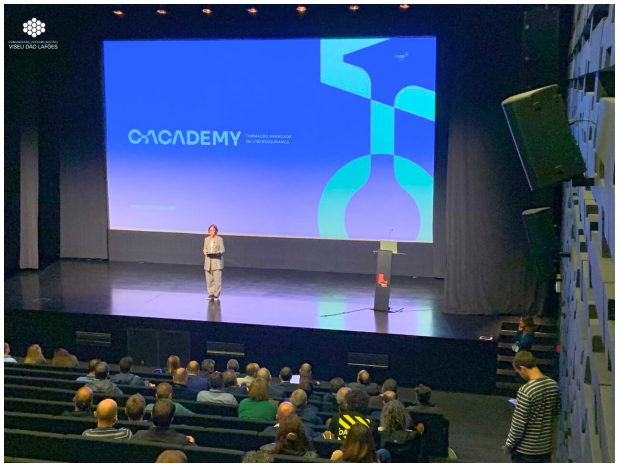


Neste campo de atuação, damos também nota, da visita de estudo, realizada no dia 13 de março de 2024, por um grupo de alunos do Mestrado de Ciência de Dados para Ciências Sociais, da Universidade de Aveiro, às instalações da CIM Viseu Dão Lafões, na qual lhes foi apresentada a "Plataforma Analítica de Inteligência Territorial" na vertente turismo.



Para além desta apresentação, este encontro teve como objetivo a partilha de boas práticas e principais desafios que resultam da aplicação da ciência de dados em diversos projetos promovidos pela CIM.

Os alunos foram recebidos pelo Secretário Executivo, Nuno Martinho, e, ainda, tiveram a oportunidade de ficar a par da estrutura, organização e competências da CIM Viseu Dão Lafões.



No ano de 2024, destacamos, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões no 1º Fórum de Cibersegurança da Administração Local (FCSAL), uma iniciativa organizada pelo Centro Nacional de Cibersegurança, no dia 17 de outubro, no Auditório Municipal do Peso da Régua.

Este evento, que reuniu entidades intermunicipais, autarquias e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), teve como objetivo promover a ciber-resiliência na administração pública local, dinamizar as comunidades de administração local no âmbito da cibersegurança, facilitar a disseminação de alertas relevantes para o setor e a partilha de boas práticas entre os participantes.

Na área da inteligência territorial destaca-se, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões no Portugal Smart Cities Summit, o maior evento nacional dedicado às cidades inteligentes e sustentáveis, que decorreu em Lisboa entre os dias 8 a 10 de outubro de 2024, e no qual a Comunidade Intermunicipal deu a conhecer a Plataforma Data4mobility.









Aquisição e Desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana (ENTI)

A Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI), publicada a 18 de dezembro de 2023, visa transformar dados em ação, facilitando a vida das pessoas e das empresas através dos dados, numa gestão eficiente e sustentável do território, tendo por base a inovação e a transparência.

O objetivo é estender as práticas conhecidas das cidades inteligentes a todo o território nacional, e, para alcançar o mesmo, é necessário proceder à disseminação de práticas de criação, partilha e de tomada de decisão suportadas em dados.

Assim, uma das áreas importantes para a concretização da ENTI é a generalização a nível nacional de plataformas especializadas na gestão inteligente das diversas áreas de atividade dos municípios, promovendo uma gestão mais eficiente, sustentável e facilitadora da vida do cidadão.

Estas plataformas devem ser abertas, respeitando normas e as melhores práticas de interoperabilidade, sendo capazes de partilhar e receber dados de outras plataformas e de ligarem-se a sensores produzidos por diversos fornecedores.

Posto isto, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, conscientes de que estas ferramentas são essenciais para que a Administração Pública Local tenha, cada vez mais, os seus processos de decisão suportados em dados, apresentou, em novembro de 2024, uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito do aviso de abertura de concurso n.º 01/C19-i08/2024 - Aquisição de Desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana.

Estas novas Plataformas de Gestão Urbana irão permitir a integração de diferentes fontes de dados referentes ao território, nomeadamente dados em bruto e em tempo real provenientes de diversos sistemas, como plataformas verticais, ou fontes externas de dados e sensores, permitindo, também, fazer a monitorização desses dados (ex.: criando alarmística) e a disponibilização de informação de suporte à decisão aos seus diferentes tipos de utilizadores, constituindo-se como ferramentas essenciais na construção de territórios inteligentes.

Assim, esta candidatura, caso venha a ser objeto de aprovação, irá permitir o desenvolvimento de serviços públicos mais eficientes, proativos, inovadores e próximos das necessidades dos cidadãos, uma vez que as Plataformas de Gestão Urbana permitem uma visão global do funcionamento do território, e, consequentemente, garantem uma melhor resposta aos desafios da nossa sociedade.

Desenvolvimento de casos de uso com utilização de 5G

A Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública, e o respetivo Plano de Ação, propõem que seja seguido o caminho da transformação digital assente na partilha de recursos, na interoperabilidade de sistemas e no respeito pelo princípio "only once", com o objetivo de criar uma Administração Pública mais digital, que disponibilize melhores serviços e com maior valor acrescentado, e que, acima de tudo, esteja preparada para responder aos desafios de uma sociedade em constante mudança.

Nesse sentido, a Administração Pública deverá explorar e tirar partido das tecnologias emergentes, nomeadamente das redes 5G, analisando oportunidades, identificando pilotos e disseminando casos de uso e boas práticas, promovendo a partilha de recursos, a proximidade do atendimento através de postos móveis e a disponibilização de serviços públicos presenciais ou digitais assistidos.

Posto isto, e considerando que a região Viseu Dão Lafões é composta por territórios de baixa densidade cuja demografia, marcadamente envelhecida, apresenta uma série de desafios societais que carecem de uma abordagem especial para garantir o bem-estar e a qualidade de vida das populações, e que o 5G tem potencial de transformar esses desafios, a Comunidade Intermunicipal, na sequência da publicação, pelo Plano de Recuperação e Resiliência, do aviso n.º 103/C19-i01.01/2024, apresentou uma candidatura ao referido aviso, a qual foi objeto de aprovação em outubro de 2024.

Esta candidatura, com um investimento aprovado de 148.000,00€, visa apoiar o desenvolvimento e a adoção de um caso de uso com utilização de tecnologia 5G no contexto da assistência e monitorização de pessoas idosas, suportando a disponibilização de serviços públicos de forma inovadora, em proximidade e numa abordagem omnicanal, permitindo cobrir em proximidade as regiões mais remotas do território.



Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões adjudicou, recentemente, o procedimento concursal para a aquisição deste sistema de monitorização, que irá permitir melhorar a qualidade de vida e o acompanhamento de pessoas idosas e/ou com necessidade de apoio e cuidados de saúde.

Esta plataforma digital, que será integrada com os serviços de saúde do território, irá permitir:

- Monitorização remota dos dados de saúde: Instalação de dispositivos médicos IoT para monitorização remota de sinais vitais dos idosos ou pessoas acamadas, como pressão arterial, frequência cardíaca e níveis de glicose, transmitindo dados em tempo real para os cuidadores ou profissionais de saúde;

- Monitorização no domicílio: Instalação e conexão de sistemas de assistência/monitorização suportado em dispositivos, como sensores de movimento, câmaras de segurança e alarmes de queda. O sistema contribuirá para a deteção de incidentes ou emergências, como quedas ou mudanças súbitas no comportamento, alertando os respetivos cuidadores ou os serviços de emergência;

- Comunicação por vídeo: Proporcionar a realização de chamadas de vídeo de alta qualidade para manter o contacto com os familiares, amigos e profissionais de saúde, através de terminais adequados e de utilização simples. Esta comunicação, para além de ajudar a reduzir o isolamento social, permite que os idosos recebam apoio emocional, orientação e acompanhamento, mesmo à distância;

- Acesso a serviços de saúde remotos: Assegurar o acesso dos idosos a serviços de saúde remotos, como consultas médicas virtuais, terapia ocupacional e fisioterapia, assegurando a prestação deste tipo de assistência a idosos que têm dificuldade em se deslocar aos centros de saúde ou de reabilitação;

- Gestão de tratamentos e saúde: Permitir, com recurso ao mesmo tipo de terminal/5G, a implementação de um sistema de gestão de tratamentos/prescrições, enviando alertas automáticas a respeito da tomada de medicação, monitorização do cumprimento dos tratamentos prescritos e partilha de informações sobre medidas de prevenção (alertas de calor, frio, etc.), saúde e bem-estar.

Assim, esta ferramenta tecnológica de teleassistência na saúde, irá facilitar a articulação dos cuidados de saúde entre os diferentes níveis de atenção e necessidades, reduzir as desigualdades no acesso, melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços e fortalecer o vínculo entre os utentes e os profissionais de saúde.

Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local

Atendendo a que a capacitação dos técnicos e das organizações autárquicas contribui diretamente para a modernização administrativa e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, não tem descurado este vetor, e, nesse sentido, tem vindo a implementar candidaturas que visam apoiar a formação dos trabalhadores em funções públicas.

No entanto, o enquadramento legal em que se move a Administração Pública Local caraterizase pela mudança permanente, o que obriga à constante obtenção de conhecimentos técnicos especializados e aprofundados, de modo a que os municípios possam desenvolver as suas atividades.



Neste quadro de mudança destaca-se, por exemplo, a descentralização de competências da Administração Central para os municípios, um processo em expansão onde é necessário garantir que os trabalhadores dos municípios e da própria CIM estão preparados para gerir estas novas responsabilidades de forma eficiente e autónoma, e, por isso, a qualificação contínua dos mesmos, é uma ferramenta fundamental para assegurar a operacionalização adequada dessas competências e a prestação de serviços de qualidade às comunidades locais.

Para além da descentralização, a modernização administrativa, com um enfoque na transição digital e na adoção de práticas ecológicas, é outro pilar em expansão e fundamental de uma administração pública mais ágil, eficiente e orientada para as necessidades dos cidadãos e das empresas, e por isso, é necessário formar os trabalhadores para a implementação de soluções tecnológicas inovadoras e para a utilização de serviços públicos eletrónicos, que contribuam para a simplificação dos processos e para a melhoria contínua da qualidade do atendimento público.

Perante isto, e atendendo ao facto indiscutível de que a modernização da Administração Pública Local só pode ser prosseguida através de fortes investimentos na perspetiva evolutiva pessoal e na formação profissional dos seus recursos humanos, a CIM Viseu Dão Lafões, na sequência da publicação, pelo Programa Operacional Regional do Centro 2030, do aviso n.º CENTRO-2024-39 – Formação da Administração Pública Local, submeteu no dia 29 de novembro de 2024 uma candidatura ao referido aviso.

Esta candidatura, que apresenta um investimento estimado de mais de 400 mil euros, irá, assim, permitir a realização de ações de formação associadas a projetos de modernização e de inovação administrativa e a projetos que qualifiquem os trabalhadores da administração pública local para o desenvolvimento dos processos de descentralização de competências da administração central para a administração local, nomeadamente, em áreas como a educação, a saúde, a cultura, a ação social, os transportes ou a habitação.

Estas ações de formação, que terão como destinatários os trabalhadores da CIM Viseu Dão Lafões e dos seus 14 municípios associados, irão promover:

- A eficiência e a eficácia na prestação dos serviços públicos, designadamente no contexto das transições digital e climática;

- O desenvolvimento de projetos de modernização e de inovação administrativa, de simplificação regulamentar e de serviços partilhados;
- A capacitação para a realização dos processos de desconcentração e descentralização de competências da administração central para o nível local;
- A capacitação para a gestão, monitorização e avaliação de medidas e de programas.

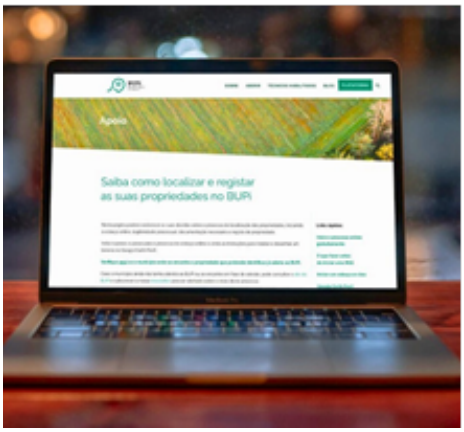
De referir que esta candidatura, programada para um período de 36 meses, irá preparar as equipas municipais para enfrentar os desafios associados à descentralização de competências e à modernização administrativa, alinhando-se com as transições digital e verde (ou climática), e, consequentemente, irá contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, melhorando a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas, e reforçando a coesão social e territorial de Viseu Dão Lafões.

Implementação de Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões

Conforme é sabido, o conhecimento dos limites e da titularidade da propriedade é imprescindível para as atividades de planeamento, gestão e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, para a regulação da repartição das mais-valias fundiárias e para a gestão, controlo e planeamento territorial.



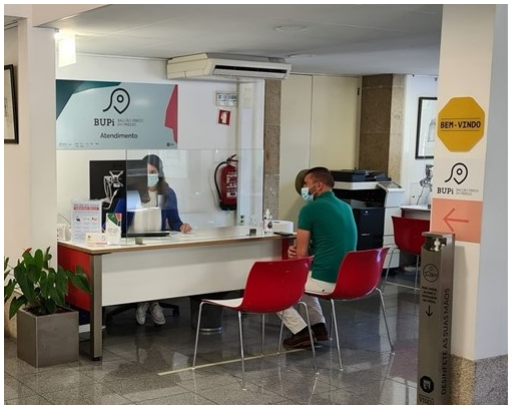
Nesse sentido, e uma vez que os municípios da CIM Viseu Dão Lafões não dispunham de cadastro geométrico da propriedade rústica ou cadastro predial em vigor, a Comunidade Intermunicipal, na sequência da delegação de competências por parte dos seus municípios associados, tem vindo a implementar, desde o ano de 2021, um sistema de informação cadastral simplificado, inicialmente através de uma candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, cuja conclusão ocorreu em setembro de 2023, e, posteriormente, através de uma candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência, a qual foi aprovada em junho de 2024, com um investimento elegível de 1.029.748,86€.



Posto isto, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal deu continuidade à implementação deste sistema de informação cadastral, tendo voltado a contratar os técnicos habilitados que compõem as equipas móveis, por

forma a complementar o trabalho de georreferenciação que, desde outubro de 2023, era apenas assegurado pelos técnicos municipais dos Balcões Únicos do Prédio instalados nos catorze municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões.

Assim, os Balcões Únicos do Prédio e os Balcões de Atendimento Itinerante continuaram a efetuar o levantamento e registo do cadastro predial rústico do território, e a realizar ações de sensibilização e esclarecimento junto das populações e proprietários, para a importância de efetuarem o registo dos seus terrenos.





Para além disso, e de modo a facilitar a itinerância das equipas móveis de cadastro pelas 152 freguesias do território, e a reforçar o contacto direto com a população, foram também adquiridas viaturas, em regime de locação operacional, as quais foram entregues às referidas equipas, no dia 2 de julho de 2024, numa cerimónia que decorreu na Quinta da Cruz, em Viseu.









Esta expansão do serviço é, assim, uma forma de ir ao encontro das pessoas, facilitando o acesso a este serviço público, num reforço da proximidade que serve de incentivo a uma utilização mais generalizada desta ferramenta por parte da população de Viseu Dão Lafões.

Dar ainda nota, que a continuidade da implementação deste sistema de informação cadastral é bastante importante para a região Viseu Dão Lafões, na medida em que permite a todos os cidadãos, titulares de propriedades, identificarem as suas propriedades de forma simples e gratuita, assim como garantir a sua titularidade e a marcação dos respetivos limites.



Ao identificarem as suas propriedades e procederem ao registo das mesmas no BUPi, os cidadãos garantem os seus direitos de propriedade e contribuem para assegurar uma melhor base de conhecimento do território e para a sua proteção e valorização.

Plataformas de Cooperação Institucional

Conforme é sabido, as áreas rurais devem assumir-se, cada vez mais, como motores de desenvolvimento, já que detêm recursos naturais e culturais capazes de alavancar uma parte significativa das economias locais e regionais.

Nesse sentido, e atendendo às especificidades do território Viseu Dão Lafões a Comunidade Intermunicipal criou, no ano de 2024, uma Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural, a qual visa a construção de um modelo de governação permanente e legitimado, com diversas partes interessadas, para uma maior eficiência coletiva na definição de políticas públicas e coordenação de projetos de desenvolvimento rural.

Esta Plataforma dá, assim, resposta aos objetivos definidos no âmbito da Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, na qual foi definido como um dos domínios prioritários a adoção de “Pactos rurais e urbanos intermunicipais e regionais” e como objetivo estratégico “Qualificar o Planeamento Estratégico do Desenvolvimento Rural Integrado”.

Desta forma, pretende-se promover o desenvolvimento de uma abordagem integrada e estruturada, a partir de um processo colaborativo, que permita a geração de novas oportunidades para desenvolver projetos inovadores, com especial enfoque nas zonas rurais de Viseu Dão Lafões.

Contudo, e uma vez que é fundamental assegurar a coordenação multinível e multissetorial, entre as diferentes abordagens territoriais com incidência no território, designadamente no âmbito do desenvolvimento rural, e efetuar a devida articulação à escala NUTS III, esta Plataforma é liderada pela Comunidade Intermunicipal, por forma a garantir a coerência, a eficácia e eficiência das intervenções, evitando redundâncias e sobreposições na ação.

Assim, a Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural integra, na sua equipa nuclear, as seguintes entidades: um representante das Associações de Desenvolvimento Local; ANEPC; AIRV; CVR Dão; CCDRC/DRAPC; ICNF; IPV; TCP. Para além disso, fazem também parte da Plataforma alargada, os municípios, as organizações setoriais, as organizações empresariais, as ONG, entre outras entidades.

De entre o trabalho desenvolvido no decurso do ano de 2024, destaca-se a realização, no dia 28 de novembro, no Centro Municipal de Cultura de Castro Daire, do workshop "Recuperar as Áreas Ardidas, Inovar nos Territórios", no qual foi abordado o momento difícil que se vivia, à data, nos territórios afetados pelos incêndios, lançando um "novo olhar" sobre a mobilização dos proprietários e produtores florestais, e reforçando a capacitação das organizações de produtores florestais e das entidades gestoras de baldios.

A sessão de abertura deste workshop, que decorreu no âmbito de uma reunião alargada da Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural, contou com intervenções de Paulo Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Castro Daire, e Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, às quais se seguiu uma atualização sobre os incêndios ocorridos em setembro de 2024 em Viseu Dão Lafões, efetuada por Fátima Reis, Diretora Regional de Conservação da Natureza e Florestas do ICNF.

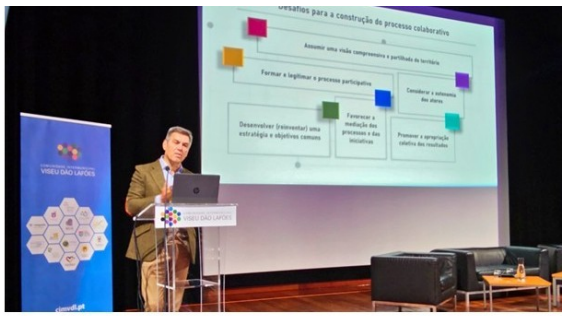






Este evento contou, ainda, com a participação de vários especialistas em gestão sustentável da floresta que dinamizaram um conjunto de apresentações em duas mesas-redondas subordinadas aos temas "Gestão de sistemas florestais e políticas públicas" e "Fileiras florestais: parcerias, oportunidades e financiamento", tendo-se seguido a realização de mesas de discussão temática que permitiram recolher propostas concretas, as quais foram integradas no programa de intervenção florestal da CIM Viseu Dão Lafões.

As conclusões do workshop foram apresentadas por Miguel Freitas, e o encerramento ficou a cargo de Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões.





Para além da Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural, salienta-se, também, a Rede Emprego, Empresas e Empreendedorismo; a Rede Qualificação e Mercado de Trabalho; a Rede Educação; e a Rede Coesão Social, cujo trabalho tem permitido conceber, estruturar e acompanhar os projetos intermunicipais definidos como prioritários para a região.

De referir que estas redes, que têm vindo a trabalhar ao longo dos últimos anos em prol do desenvolvimento da região, são constituídas por diversos atores regionais, em cada uma das áreas, de entre os quais se destacam as Associações Empresariais, ADL`s (Associações de Desenvolvimento Local), CDSS (Centro Distrital de Segurança Social), IEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), DGEstE (Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares), IPSS`s (Instituições Particulares de Solidariedade Social), ARS do Centro (Administração Regional de Saúde do Centro), Instituições do Ensino Superior da região, entre outros.

Centro de Informação Europe Direct

Os Centros de Informação Europe Direct (CIED) têm por missão construir um diálogo pró-ativo e contínuo com os cidadãos, através de atividades informativas e participativas, para promover o projeto europeu e para aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios que a União Europeia lhes traz para o quotidiano, ajudando-os a fazer escolhas acertadas, e permitindo



identificar os aspetos das políticas da União Europeia que são importantes ao nível local, adaptando as iniciativas para responder às necessidades e anseios específicos das regiões.

Atualmente, a rede de CIED é bastante ampla, contando com cerca de 440 centros em 28 países da União Europeia, dos quais faz parte o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões, em funcionamento, desde maio de 2021, na Casa do Adro, em Viseu.

A criação do CIED Viseu Dão Lafões foi concretizada através da celebração de uma relação de parceria com a Comissão e com o Parlamento Europeu, estabelecida com a assinatura de uma convenção-quadro para o período de 2021 a 2025, durante o qual, para além do apoio financeiro necessário à operação e funcionamento do espaço Europe Direct de funcionamento permanente, a Comissão e o Parlamento fornecem informações oportunas sobre questões da atualidade da União Europeia, formação, publicações e oportunidades de trabalho em rede.



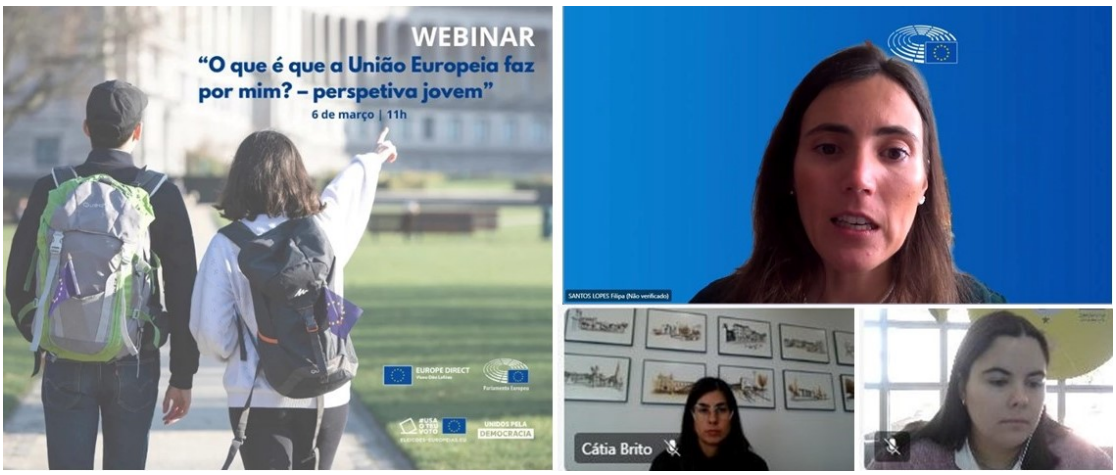
Nesse sentido, e estando em vigor a convenção quadro, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões, em estreita colaboração com a Representação da Comissão e com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, continuou a assegurar o funcionamento do CIED, que agrega a região de Viseu e a região de Aveiro, assegurando as 5 funções chave que lhe estão cometidas, a saber:

- Desenvolver atividades de informação e de envolvimento dos cidadãos, através da organização de eventos, seminários, diálogos, e outras formas de interação;
- Estabelecer relações com os meios de comunicação social e outros multiplicadores de informação, para veículo de informações e conteúdos relevantes sobre as políticas e as prioridades da União Europeia;
- Gerir informação sobre políticas e projetos da União Europeia, atuando sempre que se verifique inexatidão ou que esteja em causa a deturpação, na opinião pública, do seu verdadeiro sentido e objetivos;
- Colaborar com as escolas da região na divulgação de material didático relacionado com a União Europeia, participando em atividades escolares e na formação de professores;
- Promover uma rede regional de redes, através de contactos regulares com outras redes com operação na região, proporcionando um serviço ao cidadão mais simples e melhor e uma maior cobertura de todo o território da CIM.

Assim, e de entre as ações realizadas no ano de 2024, destaca-se a iniciativa "Europa no Centro – Ciclo de Debates", a qual teve lugar na cidade de Aveiro, mais concretamente no Centro Comercial Glicínias Plaza, no dia 16 de fevereiro, tendo contado com a participação dos eurodeputados João Albuquerque (PS - S&D) e Carlos Coelho (PSD - PPE).



Destaca-se, também, o webinar online "O que é que a União Europeia faz por mim? – perspetiva jovem", realizado, no dia 6 de março, em colaboração com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico de Viseu e voluntários da rede Unidos.eu., o qual teve como objetivo apresentar diversas plataformas e oportunidades que a União Europeia disponibiliza para os jovens, bem como inúmeras formas de participação ativa no projeto europeu, com um forte destaque na importância do voto nas eleições europeias que se aproximavam.



No âmbito das comemorações do Dia Internacional das Florestas, o Europe Direct Viseu Dão Lafões, a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Aguiar da Beira realizaram, no dia 21 de março, na freguesia de Carapito (Aguiar da Beira), uma ação conjunta de reflorestação sob o lema "Vamos plantar o futuro!", na qual foram plantadas perto de duas centenas de árvores, da espécie Quercus róbur, as quais foram selecionadas estrategicamente para promover a biodiversidade e a resiliência dos ecossistemas locais.

Esta ação, que destacou a importância da participação ativa na preservação do meio ambiente, contou com a participação do Europe Direct Viseu Dão Lafões, de Sapadores Florestais e da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, de alunos da Escola do 1.º Ciclo da Freguesia de Carapito (Aguiar da Beira) e do Gabinete Técnico Florestal e do Serviço Municipal de Proteção Civil de Aguiar da Beira.







Atendendo ao sucesso alcançado com as edições anteriores do Programa "UEscolas", o Centro Europe Direct decidiu efetuar uma terceira edição, levando, assim, de uma forma lúdica e apelativa e através dos jogos pedagógicos "EU é que sei!", os assuntos europeus aos alunos de Viseu Dão Lafões e de Aveiro.

A itinerância deste programa pelas escolas foi iniciada a 26 de março, tendo sido dinamizadas em contexto de sala de aula, sessões com base na metodologia Learning by Doing, as quais promoveram, junto dos alunos, um conhecimento mais profundo sobre a Europa e os seus valores partilhados.













No ano de 2024 destaca-se, também, a realização, em parceria com a Universidade de Aveiro, da XI edição da "Simulação do Parlamento Europeu", a qual decorreu nos dias 8 e 9 de abril.






Este concurso universitário teve como objetivo colocar os estudantes de economia europeia da referida instituição de ensino superior, e a comunidade académica em geral, a discutir assuntos relevantes para a UE e, consequentemente, para o nosso país, de entre os quais se destaca os "Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a União Europeia", a "Agricultura e o ajustamento da PAC", o "Aumento da extrema direita e populismo na UE", a "Posição da UE face aos conflitos no mundo", entre outros.

O Europe Direct promoveu, também, no dia 19 de abril, na Casa do Adro, em Viseu, a iniciativa "Literacia Mediática e a luta contra a desinformação", a qual teve como objetivo, dotar os participantes de técnicas e conhecimento, que lhes permita detetar notícias falsas, e obter assim o maior partido possível de informação fidedigna sobre as eleições europeias de 2024.

Esta iniciativa, direcionada ao público sénior, foi realizada em parceria com o Jornal do Centro, o Diário de Viseu e a Junta de Freguesia de Viseu.





Das atividades desenvolvidas destaca-se, ainda, a sessão sobre "Os jovens e a UE", realizada nos dias 6 e 10 de maio, a qual teve como objetivo envolver os jovens da Escola Secundária Dra. Felismina Alcântara (Mangualde) e da Escola Secundária de São Pedro do Sul, nas temáticas europeias e mostrar-lhes a importância da sua participação ativa e democrática no projeto europeu, com especial destaque para as Eleições Europeias 2024.



O Centro Europe Direct, também, não quis deixar de assinalar o Dia da Europa, comemorado no dia 9 de maio, e nesse sentido promoveu um conjunto de iniciativas, que tiveram como objetivo aproximar os jovens das temáticas europeias, através de atividades educativas.

As festividades começaram com o momento simbólico do hastear da bandeira da União Europeia na sede do Europe Direct, em Viseu, tendo-se seguido a realização das "Olimpíadas da UE", nas quais participaram mais de 130 alunos desde o 1º até ao 3º ciclo do ensino básico de diversas escolas da região Viseu Dão Lafões.

As Olimpíadas tiveram início com uma apresentação da União Europeia e do que representa o Dia da Europa, e, posteriormente, as turmas foram divididas em pequenos grupos, que disputaram jogos que abordaram de uma maneira lúdica e interativa os mais variados temas relacionados com a União Europeia. Ao longo do dia os alunos tiveram, ainda, a oportunidade de conhecer a cultura dos diversos países, responder a quizzes sobre a União Europeia, entre muitos outros jogos.



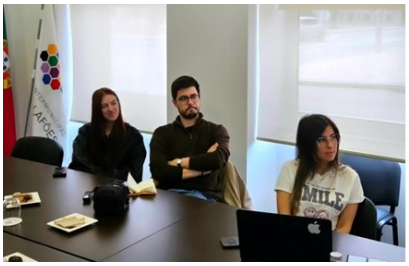


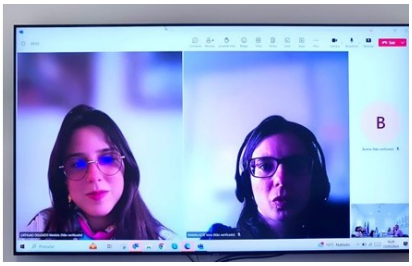




No decurso do ano de 2024, o Europe Direct Viseu Dão Lafões numa parceria com a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Parlamento Europeu, desenvolveu, também, a sessão "Café e Conversa – Preparação das Eleições Europeias 2024", a qual teve lugar no dia 13 de maio, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela.

Esta sessão, dedicada a jornalistas e órgãos de comunicação social locais teve como objetivo ajudar os meios de comunicação de Viseu Dão Lafões a fazer a preparação da comunicação das Eleições Europeias 2024.





O Centro Europe Direct, em parceria com a Universidade de Aveiro e com o Instituto Politécnico de Viseu, promoveu, também, nos dias 15 e 16 de maio, a 3ª edição do Bootcamp Grow UE, o qual juntou dezenas de alunos do ensino superior das regiões de Viseu Dão Lafões e de Aveiro, para um diálogo sobre temas europeus prioritários.

Muito embora o foco desta edição tenha sido as eleições europeias, foram, também, debatidos outros temas relevantes como a igualdade de género e o impacto do populismo na estabilidade da União Europeia.

Assim, durante os dois dias do bootcamp, foram realizadas diversas atividades e apresentações, com o objetivo de envolver os jovens nos assuntos europeus e mostrar-lhes a importância da participação democrática.










O Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões em parceria com a Universidade de Aveiro realizou, também, no dia 21 de maio, no Auditório José Grácio da Universidade de Aveiro, a conferência "Next Generation YOU: A resposta Europeia à crise para relançar as economias ao serviço das pessoas", a qual contou com a participação da Eurodeputada Margarida Marques.



Destaca-se, também, a realização no dia 28 de maio, de um debate relativo às "Eleições Europeias 2024", o qual procurou levar a temática das eleições europeias e a importância da participação democrática ao maior número de cidadãos possível.

Este debate, moderado pela Diretora do Jornal do Centro, Sandra Rodrigues, contou com intervenções de membros da BELC - Rede de Eleitos Locais, nomeadamente, do Presidente do Município de Vila Nova de Paiva, Paulo Marques, do Vice-Presidente do Município de Mangualde, João Cruz, do Vice-Presidente do Município de Viseu, João Paulo Gouveia, do Vereador do Município de Castro Daire, Pedro Pontes, e da Chefe de Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara Municipal do Sátão, Eugénia Duarte.





Outras das atividades levadas a cabo pelo Europe Direct foi uma (Mini) Simulação do Parlamento Europeu, a qual teve lugar no dia 16 de julho, e onde os alunos do departamento de economia, gestão, engenharia industrial e turismo da Universidade de Aveiro tiveram a oportunidade de refletir e participar em atividades desenvolvidas em torno dos grandes temas e desafios da União Europeia.



O Europe Direct promoveu, também, no dia 8 de agosto, na Feira de São Mateus, em Viseu, a atividade "Olá Europa", na qual foi divulgado o projeto europeu, e sorteados e entregues brindes alusivos à UE.

No âmbito da celebração do Dia Europeu das Línguas, o Europe Direct Viseu Dão Lafões juntou-se à antena da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia em Portugal, que organizou, no dia 26 de

setembro, um webinar dirigido às escolas secundárias, mais concretamente para os alunos do 3ª ciclo, entre os 12 e 17 anos, que versou sobre três temáticas, nomeadamente, "o funcionamento da União Europeia", "a Europa e as suas línguas" e "as possibilidades de participação dos jovens na UE".



Para além disso, o Europe Direct Viseu Dão Lafões, também, se juntou à Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL), que organizou algumas iniciativas para dar a conhecer vários autores europeus de diferentes línguas, promovendo, assim, o património linguístico e a diversidade cultural comuns ao continente europeu.

Por sua vez, no dia 27 de setembro, foi realizada na Casa do Adro, em Viseu, a iniciativa "20 anos do maior alargamento da UE - que oportunidades? Que desafios?", a qual visou envolver o público sénior nas temáticas europeias, e assim, dar voz aos seus testemunhos relativamente ao maior alargamento da UE, nomeadamente que desafios e oportunidades apresentou este alargamento no seu dia-a-dia.









No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Limpeza Costeira, o Europe Direct Viseu Dão Lafões, em parceria com a CIM Viseu Dão Lafões e a APPACDM de Viseu, juntaram-se à iniciativa "O oceano é global, a ação é local", promovida pela Fundação Oceano Azul, e procederam, no dia 27 de setembro, à limpeza das margens da Barragem de Várzea de Calde (Viseu), tendo sido recolhidos 10Kg de lixo, de entre o qual se destaca garrafas de vidro e plástico, ticas de cigarro e plástico diverso.

Esta ação de limpeza, que contou com a participação da brigada de sapadores florestais da CIM Viseu Dão Lafões, teve, ainda, como objetivo promover a sensibilização da população local para o problema global do lixo marinho, nomeadamente os microplásticos, e, consequentemente, para a temática da proteção ambiental e da conservação dos aquíferos.



De entre as atividades desenvolvidas, salienta-se, também, a itinerância pelos municípios da região, de uma nova edição da exposição "Economia Europeia", a qual, desta vez, teve como foco as eleições europeias, o aumento da extrema-direita e o populismo, os protestos dos agricultores, entre outros.

Esta exposição, que irá permanecer um mês em cada um dos municípios, no decurso do ano de 2024, marcou presença, na Biblioteca Municipal de Vouzela, durante o mês de outubro, na Câmara Municipal de São Pedro do Sul, ao longo do mês de novembro, e, na Biblioteca Municipal Tomás Ribeiro, em Tondela, no mês de dezembro.



O Europe Direct Viseu Dão Lafões promoveu, também, a atividade "Tour pelas Instituições Europeias", a qual marcou presença no dia 9 de dezembro, no Agrupamento de Escolas de Mundão, em Viseu, e no dia 11 de dezembro, na Escola Básica de Carregal do Sal e na Escola Básica Aristides de Sousa Mendes, em Cabanas de Viriato, Carregal do Sal, sensibilizando os alunos do 2º ciclo, para a importância dos assuntos europeus, proporcionando-lhes uma abordagem dinâmica e apelativa sobre a União Europeia.

Assim, estes jovens não só puderam aprender sobre as principais Instituições Europeias, como também tiveram a oportunidade de construir maquetes do Edifício Berlaymont, sede da Comissão Europeia.








Dar, ainda, nota que o Centro Europe Direct Viseu Dão Lafões esteve presente no encontro da rede Europe Direct que decorreu em Portalegre, de 11 a 13 de abril, o qual foi organizado pela representação da Comissão Europeia em Portugal e contou com a participação do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal.



Nos dias 3 e 4 de outubro, o Centro Europe Direct marcou, também, presença no encontro anual da rede Europe Direct, organizado pela Representação da Comissão Europeia em Portugal, em Lisboa, o qual juntou quinze centros Europe Direct e vários Centros de Documentação, que debateram e pensaram como melhor comunicar a nossa União.

Este encontro contou com a presença de Sofia Moreira de Sousa, Representante da Comissão Europeia em Portugal, de João Onofre, da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento

Rural da Comissão Europeia, de João Fonseca Santos, Chefe do Escritório da Representação do Grupo BEI em Portugal, entre outros.



Para além de todas estas iniciativas, durante o ano de 2024, foram emitidos vários "Podcast Europe Direct", conduzidos pelos alunos da Universidade de Aveiro, os quais versaram sobre diversos tópicos, a saber: "Redes Sociais", "Disparidade Salarial entre Homens e Mulheres", "Eleições Europeias", "Literacia Financeira", "Contribuição da Inteligência Artificial para o Euroceticismo nas Eleições Europeias", "Greenwashing", "A Crise Energética na Europa", "A crise energética e a dependência", "Tendência de envelhecimento da população na União Europeia", "Comércio entre a União Europeia", "Mercado Imobiliário em Portugal", entre outros.



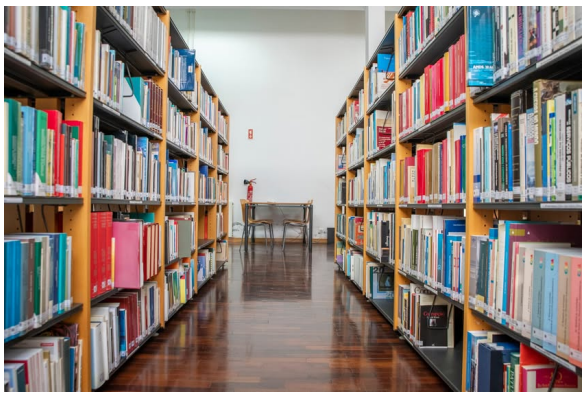
Paralelamente, foi, também, mantido o "Espaço Europe Direct" em dois medias regionais, um em Viseu Dão Lafões e outro em Aveiro, onde foram publicados diversos artigos sobre as políticas e as prioridades da União Europeia, de entre os quais se destacam, a gamificação nas salas de aula do ensino superior, a desinformação nas Eleições Europeias, o impacto da crise habitacional entre os jovens da União Europeia, as vantagens e as desvantagens da desmaterialização da moeda, a proteção de dados na União Europeia, a disparidade de género das carreiras na UE, microcredenciais, entre outros.

De referir que, todas estas atividades desenvolvidas pelo Centro Europe Direct foram divulgadas nas várias edições mensais da Newsletter Europe Direct Viseu Dão Lafões, e no site www.europedirect.cimvdl.pt, ambos promovidos e dinamizados pela Comunidade Intermunicipal.

Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões

A promoção das literacias, incluindo a digital, a inclusão social e o conhecimento em todas as áreas do saber, são áreas cada vez mais importantes, no mundo globalizado em que vivemos e onde é essencial contribuir para a informação e formação de cidadãos, desenvolvendo competências de literacias capazes de tomarem decisões informadas e com consciência cívica.

Perante isto, nos últimos tempos, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) tem vindo a incentivar a criação e o desenvolvimento de redes intermunicipais de bibliotecas, para ir ao encontro das atuais necessidades reais das comunidades, através do apoio à criação e requalificação de um conjunto diversificado de competências, recursos e serviços que evidenciem a relevância das Bibliotecas Públicas, tendo, nesse seguimento, sido assinado, em outubro de 2020, um acordo de cooperação, entre a CIM Viseu Dão Lafões, os catorze municípios que a integram e a DGLAB, para a constituição da Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL).



Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões prosseguiu com o trabalho cooperativo que tem vindo a ser realizado pela Rede Intermunicipal das Bibliotecas Viseu Dão Lafões (RIBVDL), ao nível da prestação de um serviço de biblioteca pública de qualidade, promotor da identidade regional.

Do trabalho realizado por este grupo de trabalho, destaca-se a realização de várias reuniões de trabalho online e presenciais, nomeadamente, nos dias 18 de janeiro, 29 de fevereiro, 11 de abril, 27 de junho, 26 de setembro, 24 de outubro, 29 de novembro e 11 de dezembro, nas quais foram, por exemplo, analisadas e discutidas questões associadas ao plano de atividades anual, à formação dos técnicos da RIBVDL, à aquisição dos equipamentos informáticos, dos catálogos integrados e dos sistemas de informação no âmbito do apoio atribuído pelo PRR, à preparação de uma candidatura ao PADES, entre outras.



Outras das atividades desenvolvidas prendeu-se com a continuidade da promoção e divulgação do serviço digital PressReader, o qual disponibiliza, gratuitamente, aos utilizadores da RIBVL, o acesso direto e integral a publicações de mais de 150 países, em mais de 60 línguas e com cerca de 7.000 publicações entre jornais e revistas, permitindo uma experiência de leitura envolvente através de uma interface com várias funcionalidades.

Neste âmbito dar, também, nota que a CIM Viseu Dão Lafões aderiu, recentemente, à rede digital BiblioLED – Biblioteca Pública para Leitura e Empréstimo Digital, tendo a cerimónia de assinatura do respetivo protocolo de adesão sido realizada no passado dia 24 de janeiro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Oliveira de Frades.

Este novo serviço disponibiliza, assim, uma rede de empréstimo de livros digitais e audiolivros, acessível e sem custos, a todos os utilizadores das bibliotecas municipais que integram a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.





No ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões deu, também, continuidade à execução do contrato de financiamento celebrado com o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Nesse sentido, no final do ano de 2024, doze bibliotecas públicas municipais da Rede Intermunicipal de Biblioteca de Viseu Dão Lafões (RIBVDL) foram dotadas com 107 novos equipamentos informáticos para modernizar os seus espaços e serviços de acesso ao público.



Estes equipamentos informáticos foram instalados nos diversos espaços de acesso público das bibliotecas municipais e estão totalmente disponíveis para utilização gratuita pela sua comunidade leitora/utilizadora.

Esta iniciativa de modernização e melhoria dos serviços das bibliotecas públicas municipais pretende facilitar a transição digital, responder às atuais exigências tecnológicas e promover a literacia digital da população que vive, trabalha e/ou estuda no território de Viseu Dão Lafões.

De referir que o apoio financeiro de 305.469,46€ atribuído pelo PRR, para além dos equipamentos informáticos, irá permitir, também, a aquisição de sistemas de informação e catálogos integrados para as bibliotecas públicas do território, estando o processo aquisitivo dos mesmos em curso.



De referir que o objetivo da RIBVDL é fomentar a cooperação entre as Bibliotecas Públicas Municipais do território, promovendo a partilha e utilização de recursos e serviços comuns, e contribuir, através da prestação de serviços qualificados e de proximidade, para o desenvolvimento de diferentes literacias, incluindo a digital.

4.3 Incrementar a notoriedade e atratividade turística da região, estruturar e promover os produtos turísticos, preservar e valorizar os recursos patrimoniais culturais e naturais, e estimular e alargar o acesso à cultura

Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal / Marca Viseu Dão Lafões

Conforme evidenciam os factos, a localização estratégica da região Viseu Dão Lafões, servida pelos principais eixos rodoviários, aliada às suas potencialidades turísticas são propícias ao seu desenvolvimento, pelo que é necessário alavancar a nossa gastronomia, os vinhos, as paisagens, a capacidade hoteleira instalada, o comércio de proximidade, e a animação de Verão, por forma a criar competitividade e notoriedade para o território.

Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal, ao longo dos últimos anos, tem vindo a trabalhar na criação de uma marca identitária comum para o território, ancorada nos seus recursos e ofertas distintivas, enquanto meio de valorização do território.

Este trabalho, que tem contribuído para a qualificação da oferta turística e para a notoriedade e atratividade do destino, resultou de candidaturas apresentadas não só ao Programa Operacional Regional do Centro 2020, como também ao Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e ao Programa Valorizar, as quais permitiram a criação e estruturação de produtos turísticos âncora, nomeadamente, a Gastronomia e Vinhos, o Turismo de Natureza, o Turismo Cultural e a Saúde e Bem-Estar.

No entanto, e atendendo à importância de continuar a qualificar e promover estes produtos turísticos integrados, bem como à necessidade de responder aos novos desafios e às motivações e aos novos perfis de procura turística, os quais passaram a estar mais relacionados com a natureza e com experiências sustentáveis, a CIM Viseu Dão Lafões identificou esta área nos Investimentos Territoriais Integrados a realizar no período do 2030.

Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões realizou várias reuniões de trabalho com os seus municípios associados, para estruturar e delinear a candidatura a apresentar ao aviso n.º CENTRO2030-2024-58 – Produtos turísticos sub-regionais e locais (ITI – CIM), publicado pelo Programa Operacional Regional do Centro 2030.



Dessas reuniões, destaca-se a realizada no dia 17 de julho, na Casa do Adro, em Viseu, na qual foi apresentado aos Presidentes de Câmara e aos Vereadores com o pelouro do Turismo dos diversos municípios do território o Plano de Ação e Investimento dos Produtos Turísticos Intermunicipais para o período 2024-2027.

Assim, nesta sessão de trabalho, conduzida pelo Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal, Nuno Martinho, entre outros pontos da agenda de trabalho, foram abordados os "Eixos de intervenção estratégica e operações Turismo Viseu Dão Lafões 2030".

A candidatura ao Programa Operacional Regional do Centro 2030 foi submetida a 30/12/2024, e a mesma irá permitir continuar a potenciar os produtos turísticos integrados criados, de modo a consolidar e afirmar a região Viseu Dão Lafões como destino turístico de excelência, numa lógica de sustentabilidade, combatendo a sazonalidade, fomentando a criação de novos modelos de negócio que respondam às novas tendências do mercado turístico, e promovendo a competitividade deste território.

Nesse sentido, irá proceder-se à valorização e promoção dos fatores de diferenciação da oferta turística, como o uso eficiente dos recursos envolvidos, e à ativação de marcas turísticas de valia nacional e internacional, associados aos ativos turísticos singulares existentes, intensificando a projeção da imagem da região Viseu Dão Lafões e do seu compromisso com a preservação do seu capital natural, com elevado impacto em termos de captação de fluxos turísticos, através de iniciativas integradas que deem escala, sinalizem positivamente os compromissos de preservação dos recursos e promovam as marcas dos territórios e dos seus produtos turísticos, com vista à sua comercialização.

Alinhado com a estratégia de turismo para a região Centro, este projeto, que apresenta um investimento superior a 1.800.000,00€, irá compreender:

- A capacitação e qualificação da oferta turística, através da realização de programas de capacitação de agentes turísticos e de programas de qualificação de recursos;
- A estruturação de produtos turísticos sustentáveis e inovadores, por via da realização de programas de estruturação, organização e comercialização da oferta e de programas de inovação e prototipagem de experiências;
- A ativação temática de produtos turísticos, onde serão criados programas de dias abertos em várias temáticas (enoturismo, património, saber-fazer, espaços termais, etc.);
- A promoção e divulgação turística, no âmbito da qual se irá apostar na comunicação digital, na produção de material promocional, na realização de press e fam trips, e na participação em feiras.

Com a realização destas atividades a CIM Viseu Dão Lafões irá, assim, continuar a reforçar a notoriedade da região Viseu Dão Lafões e a sua dinamização económica, por via da difusão e comercialização da sua oferta turística, tornando-a, cada vez mais, num destino turístico de excelência.

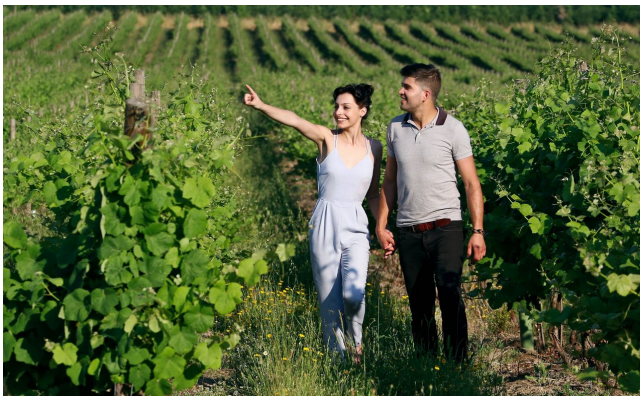
De seguida passamos a descrever de forma pormenorizada o trabalho realizado, no decurso do ano de 2024, no âmbito de cada um dos produtos turísticos diferenciadores e integrados.

a) Gastronomia e Vinhos

Conforme é sabido ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem apostado na gastronomia e nos vinhos como instrumento para atrair visitantes para a região, e, por forma a prosseguir com esse trabalho, no decurso do ano de 2024, participou em várias feiras, onde efetuou provas de vinhos e degustações dos produtos regionais, pratos típicos e doçaria, dando a conhecer as iguarias desta região e demonstrando que Viseu Dão Lafões é um destino de excelência pela sua oferta no âmbito da enogastronomia, e deu, também, continuidade à implementação de projetos específicos que valorizam este produto turístico.

Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão

Considerando que a Região Demarcada do Dão possui condições naturais e culturais de excelência para a realização de atividades de enoturismo, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a implementar, em parceria com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, abrangendo 16 municípios produtores de vinho, a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, agente fundamental na qualificação de recursos humanos para o conhecimento sobre o património vinhateiro único que a região possui, o Turismo Centro de Portugal, entidade responsável pela promoção turística da região, e a Viseu Marca, uma agência público-privada especializada em marketing territorial, uma candidatura no âmbito da valorização e potenciação do enoturismo.



Assim, estas entidades têm vindo a trabalhar, desde o ano de 2020, na ativação do enoturismo da Região Demarcada dos Vinhos do Dão, dinamizando a Rota do Vinho do Dão com propostas de ação diferenciadoras, tirando partido de outras iniciativas já em curso no território, com potencial turístico, nomeadamente ao nível da gastronomia, património histórico, tradições culturais e natureza, e do inegável valor histórico vitivinícola existente na região.

O ano de 2024 foi marcado pela conclusão desta candidatura, aprovada pelo Programa Valorizar, no âmbito da qual foi criada uma nova dinâmica turística, tendo como foco central os vinhos do Dão e as atividades a ele relacionadas, através da capacitação de agentes locais, contribuindo para a qualificação da oferta e promoção enoturística no mercado nacional da região Viseu Dão Lafões.



De entre as atividades realizadas no decurso do ano de 2024, destaca-se a promoção e a divulgação, junto do setor da restauração, do programa "Best Wine Selection", desenvolvido em articulação com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), e que tem como objetivo principal dignificar e promover os vinhos portugueses, neste caso os vinhos do Dão, gerando uma rede de restaurantes que garanta a satisfação dos seus clientes, através da oferta de vinhos de qualidade e da prestação de um serviço irrepreensível.

Os restaurantes da região Viseu Dão Lafões que aderiram a este programa passaram por um rigoroso processo de avaliação, o qual incluiu visitas-surpresa de técnicos qualificados, que avaliaram os serviços oferecidos aos clientes, a nível gastronómico, técnico e de serviço, bem como um programa de mentoria, ministrado aos profissionais em contexto de trabalho, por forma a melhorar o serviço que prestam no domínio dos vinhos do Dão, dignificando, assim, o selo de qualidade "Best Wine Selection", que passaram a exibir.



De referir que, para poderem ser candidatos ao programa "Best Wine Selection", os restaurantes têm de ser previamente aderentes ao programa "Seleção Gastronomia e Vinhos", também da AHRESP, o qual visa promover a gastronomia enquanto património cultural, criando e desenvolvendo, em contínuo, uma rede que garanta a satisfação dos seus clientes, através da adoção do receituário tradicional, da utilização preferencial dos produtos portugueses, da execução de boas práticas em higiene e segurança e da oferta de uma qualidade de serviço irrepreensível.

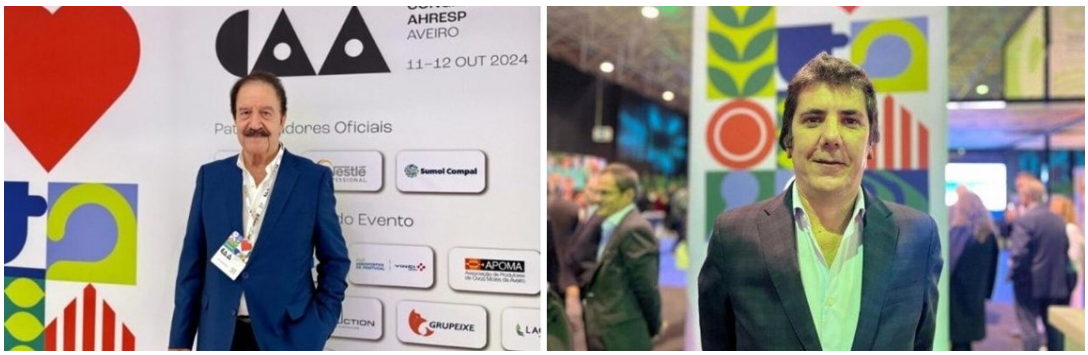
No âmbito destes dois programas dar nota que, no dia 1 de julho, foi realizada no Teatro Viriato, em Viseu, uma cerimónia de entrega dos diplomas aos restaurantes que garantem a qualidade na oferta de vinhos e na gastronomia, e no serviço de excelência prestado aos clientes, tendo, no território de Viseu Dão Lafões, sido premiados 20 restaurantes com o selo "Best Wine Selection", e distinguidos 28 restaurantes no programa "Seleção Gastronomia e Vinhos".

Esta cerimónia contou com as intervenções de Fernando Ruas, Presidente da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, de Carlos Moura, Presidente da AHRESP, de Anabela Freitas, Vice-Presidente da Turismo Centro de Portugal, de Susana Leitão, Diretora da Qualidade e Inovação da AHRESP, e de Nuno Martinho, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.



Dar ainda nota, que de modo a valorizar esta cooperação, a CIM Viseu Dão Lafões marcou presença no congresso da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) que decorreu, entre os dias 11 e 12 de outubro, no Parque de Exposições de Aveiro.

A CIM Viseu Dão Lafões fez-se representar no evento pelo seu Presidente, Fernando de Carvalho Ruas, e pelo Secretário Executivo, Nuno Martinho, os quais em entrevista ao Jornal do Centro, destacaram o papel desta instituição na qualificação da oferta turística e na capacitação do sistema turístico.



De referir que, a implementação desta candidatura designada de "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão" permitiu promover a oferta vitivinícola da região, incentivar o consumo de produtos regionais e qualificados, impulsionar as empresas de restauração e alojamento por via da capacitação, e atrair turistas, consumidores e visitantes para este destino vinhateiro de excelência que é Viseu Dão Lafões.

No âmbito da promoção do território, aliada ao turismo gastronómico, dar, também, nota que Viseu Dão Lafões recebeu, entre os dias 15 e 17 de novembro, o evento **"World Cheese Awards 2024"**, também conhecido como os Óscares do Queijo, o qual contou com um júri de mais de 200 especialistas para avaliar mais de 4.000 queijos de 40 nacionalidades.







Este evento, considerado a maior competição mundial de queijos, já passou pelo Reino Unido, Itália, Espanha e Noruega, e, na edição do ano de 2024, escolheu a cidade de Viseu para ser a cidade anfitriã do "World Cheese Awards 2024", o qual contou com um Summit de Queijos e um Festival Gastronómico aberto ao grande público.











Durante os três dias deste evento, que decorreu no Pavilhão Multiusos de Viseu, os visitantes tiveram oportunidade de degustar os melhores e mais exclusivos queijos do mundo, e de

participar em diversas sessões de showcooking, workshops e provas comentadas por um especialista mundial que explicou de forma detalhada cada queijo.

Organizado há mais de três décadas pela britânica Guild of Fine Food, esta iniciativa, organizada pela primeira vez em Portugal, trouxe mais de uma centena de jornalistas de publicações especializadas, influencers e apreciadores dos quatro cantos do mundo.

O júri deste evento, depois de analisar a casca e o corpo do queijo, a sua cor, textura, consistência e, acima de tudo o seu sabor, atribuiu os prémios de Bronze, Prata, Ouro e Super Gold (a distinção máxima) aos queijos a concurso, e atribuiu, também, troféus específicos por país e por tipo de queijo.





De referir que, esta 36ª edição dos World Cheese Awards já havia sido apresentada publicamente no dia 28 de maio, na Casa da Ribeira, em Viseu, numa sessão que, para além da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, contou com a presença do Turismo Centro de Portugal, da Agência Regional de Promoção Turística do Centro de Portugal, da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, assim como da InovCluster e da Urban Natur.



Dar, também, nota que, o "World Cheese Awards" ao reuniu num único espaço, produtores, agricultores, chefs, afinadores, críticos gastronómicos, influencers, compradores, importadores e distribuidores de queijos, permitiu dar a conhecer os nossos produtos, em especial o Queijo Serra da Estrela, a um público global, o que, consequentemente, poderá gerar novas oportunidades de negócio e contribuir para o crescimento da economia de Viseu Dão Lafões.

No ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou, também, a valorizar o património cultural gastronómico, promovendo os produtos endógenos e o **receituário da Carta dos Segredos Gastronómicos**, na qual são desvendadas as iguarias ancestrais típicas da nossa região, numa combinação ímpar entre tradição e sabor.

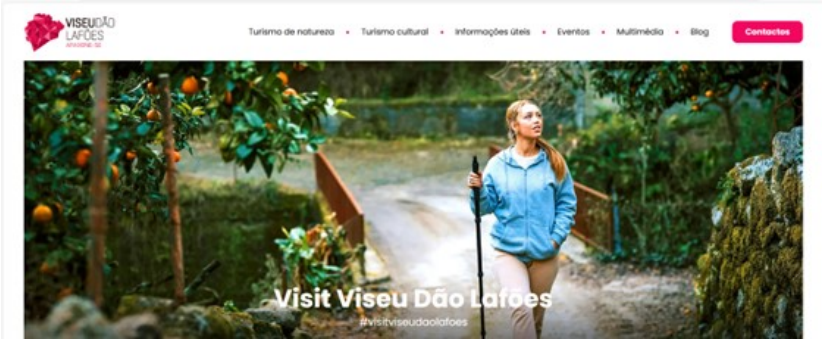




b) Turismo de natureza

Cada vez mais, os territórios têm vindo a apostar no turismo de natureza enquanto meio de promoção dos mesmos, e Viseu Dão Lafões não é exceção, até porque a nossa região é bastante rica em recursos verdes e naturais, e apresenta uma diversidade paisagística, que é preciso explorar, melhorar e divulgar.

Perante estas potencialidades e recursos que a região dispõe, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a trabalhar na criação e estruturação de um produto compósito de turismo de natureza que associa percursos pedestres com as grandes e pequenas rotas, as ecopistas, as subidas épicas e os centros de BTT e Trail.



Assim, e tendo em vista a consolidação do território enquanto destino turístico de natureza, a Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2024, continuou a dinamizar o site (www.visitviseudaolafoes.pt), o qual apela à descoberta de Viseu Dão Lafões e da sua oferta na vertente de Walking & Cycling.

De referir que, o site disponibiliza diversa informação útil não só em termos da oferta regional do turismo de natureza, mas, também, ao nível da oferta cultural, gastronómica e hoteleira do território, possibilitando, assim, o melhor planeamento das atividades a realizar durante a visita a Viseu Dão Lafões.

Por forma a prolongar a estadia dos visitantes na região Viseu Dão Lafões, que tanto tem para explorar, descobrir e desfrutar, têm, também, vindo a ser criados e estruturados programas de vários dias e de interesse diversificado para os cicloturistas e para os turistas em geral.

Para além disso, no ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal deu continuidade ao trabalho de valorização dos recursos naturais da região (percursos pedestres, percursos de bicicleta e de Trail, bike roads/subidas épicas), nomeadamente através da sua qualificação e da integração da oferta, garantindo condições de acesso e visitação aos mesmos, por via da execução dos seguintes projetos:

Percursos pedestres, de trail e BTT e sinalização turística dos mesmos

Considerando que a valorização e qualificação do capital associado aos recursos e património naturais é um instrumento fundamental para a promoção do turismo de natureza, e consequentemente para a diferenciação e competitividade do território de Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a apostar na conservação e proteção desse capital.









Assim, e depois de ter sido efetuado um investimento considerável ao nível da sinalização dos percursos pedestres e dos centros de BTT do território, e de ter sido efetuada a homologação dos mesmos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a assegurar as suas condições de visitação e fruição, por forma a garantir uma visita de qualidade por parte dos amantes do turismo de natureza e atividades ao ar livre.

No entanto, alguns destes percursos, e a respetiva sinalética, foram destruídos pelos incêndios rurais que atingiram a região em setembro de 2024, e, por forma a repor e reparar os mesmos, a CIM Viseu Dão Lafões apresentou uma candidatura ao Fundo de Emergência Municipal, a qual foi objeto de aprovação em novembro de 2024.



Esta candidatura, que compreende intervenções em sete percursos, apresenta um investimento elegível de 82.710,05€, os quais são comparticipados a uma taxa de 85%.

Para além disso, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal apostou na divulgação e promoção da Rede de Percursos Pedestres de Viseu Dão Lafões, e no desenvolvimento de iniciativas que dinamizem a mesma e criem experiências aos visitantes e turistas que se deslocam à região, e que têm a oportunidade de descobrir e conhecer alguns dos melhores percursos e locais de interesse existentes em Viseu Dão Lafões, não apenas na área do turismo ativo, como também, no património natural, cultural e histórico, sem esquecer o enoturismo, a gastronomia e o bem-estar.

De entre essas iniciativas destaca-se a realização da 2ª edição da iniciativa "Pé Ante Pé", através da qual foram organizadas caminhadas pelos percursos pedestres dos municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões, dando a conhecer os recursos naturais, culturais e paisagísticos da região.



Assim, o "Pé Ante Pé" já passou pelos seguintes percursos: Troço de Ribolhos - Castro Daire (29 de junho), PR3 São João de Areias - Santa Comba Dão (7 de julho), PR2 Rota do Gaia - Oliveira de Frades (7 de julho), Centro de Trail Running - Vila Nova de Paiva (13 de julho), PR7 Pegadas com História - Mangualde (14 de julho), PR1 Rota da Senhora da Ribeira - Penalva do Castelo (4 de agosto), PR1 Percurso do Dão - Aguiar da Beira (7 de agosto), PR3 Rota das Cruzes – Tondela (1 de setembro), PR2 Percurso de Santar - Nelas (7 de setembro), PR4 Rota da Cabra e do Lobo - São Pedro do Sul (15 de setembro), PR1 Rota do Míscaro – Sátão (29 de setembro), Percurso da N. Sra. Do Castelo – Vouzela (9 de novembro), e PR6 Rota do Quartzo – Viseu (23 de novembro).

Esta iniciativa, apresentada publicamente na BTL 2024 – Bolsa de Turismo de Lisboa, permitiu aos participantes percorrer calçadas medievais, caminhos rurais e trilhos florestais, passar por diversos marcos históricos, observar vestígios de outrora, marcados por tradições populares e religiosas, e apreciar monumentos, casa nobres, capelas, cruzeiros, áreas vinhateiras, entre outro património natural e paisagístico.

De referir que, o património e os recursos naturais existentes na região são vistos como fator diferenciador e catalisador de uma renovada atratividade turística, acrescentando visibilidade ao turismo de natureza que pode ser praticado em Viseu Dão Lafões.

Subidas Épicas

Conforme é sabido, no ano de 2020, a CIM Viseu Dão Lafões procedeu à criação de quatro bike roads, numa lógica de sinalização de subidas épicas, ou seja, contagens de montanha por forma a atrair cicloturistas desportivos para a região, a saber:

- São Pedro do Sul – Alto da Coelheira (São Pedro do Sul)
- Ponte Pedrinha – Portas de Montemuro (Castro Daire)
- Campo de Besteiros – Caramulinho (Tondela)
- Vouzela – Adsamo (Vouzela)



Desde então, os amantes do ciclismo passaram a poder desfrutar destes quatro circuitos, beneficiando, assim, das caraterísticas técnicas associadas às subidas épicas (distância, desnível, altitude, inclinações e paisagem).

No decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a divulgar estes circuitos, em complemento com as demais atratividades da região, potenciando, assim, o tempo de permanência dos ciclistas e cicloturistas, que para além

das subidas épicas acabam, também, por desfrutar da nossa gastronomia, dos vinhos, do património cultural, do património natural, etc.

De referir que, estas quatro subidas épicas traçadas nas encostas das Serras do Caramulo, Arada e Montemuro, têm atraído diversos atletas nacionais e internacionais para a região, dinamizando, assim, o Turismo Cycling em Viseu Dão Lafões.

Ecopista do Dão e Ecopista do Vouga



Considerando que os corredores verdes, aliados à valorização do património envolvente, têm um peso significativo na captação de turismo nacional e europeu, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a apostar na Ecopista do Dão, a qual desde a sua entrada em funcionamento, tem atraído visitantes de inúmeros locais para a região, e mais, recentemente, procedeu à requalificação e valorização da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga, tendo dotado este troço de equipamentos e infraestruturas que permitem à população local e aos visitantes apreciar esta paisagem com todo o conforto e segurança.

Assim, e relativamente à gestão da Ecopista do Dão, esta é ser assegurada, desde a sua inauguração (1 de julho de 2011), pela CIM Viseu Dão Lafões, conforme protocolado com os municípios de Santa Comba Dão, Tondela e Viseu.



Nesse sentido a CIM Viseu Dão Lafões, no ano e 2024, deu continuidade ao processo de manutenção e limpeza desta infraestrutura, e desenvolveu, também, sempre que se justificou, intervenções do ponto de vista corretivo, nomeadamente ao nível de reposição de material vegetal, recuperação de áreas degradadas, melhoramento das condições de drenagem, entre outros.

Quanto à Ecopista do Vouga, inaugurada no dia 6 de outubro de 2023, a limpeza e manutenção é assegurada pelos municípios que a mesma atravessa, nomeadamente, Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul e Viseu, cabendo à CIM Viseu Dão Lafões

apoiar os mesmos nas ações de fiscalização, verificando o estado em que se encontra a infraestrutura, tarefas estas que, também, foram asseguradas no decurso do ano de 2024.







No que se refere à divulgação e promoção destas infraestruturas, a CIM Viseu Dão Lafões, no ano de 2024, deu continuidade à disseminação deste recurso turístico, assegurando a sua dinamização nas redes sociais com notícias e informações sobre as mesmas, bem como a atualização e manutenção do site conjunto da Ecopista do Dão e do Vouga (www.ecopistadaoevouga.pt).

De referir que, nestas ações de diferenciação e potenciação deste recurso turístico ao nível do Cycling & Walking, é efetuada a respetiva articulação com as potencialidades turísticas da sua zona envolvente, atraindo, assim, visitantes estrangeiros e nacionais à região, nomeadamente amantes da natureza, do desporto ao ar livre e de caminhadas.



De referir que, juntas, a Ecopista do Vouga e a Ecopista do Dão, são a maior ecopista contínua do país, possibilitando, assim, aos amantes do ciclismo e do turismo de natureza, percorrer, a pé ou de bicicleta, 115 quilómetros de forma ininterrupta, facto que foi objeto de destaque num episódio do "Boa Cama Boa Mesa" da SIC Notícias/Expresso, transmitido no dia 18 de maio de 2024.

Aldeias da Serra do Caramulo

Conforme é sabido, os núcleos rurais existentes na Serra do Caramulo têm identidade e potencial turístico que se reflete na arquitetura vernacular, na gastronomia, nas tradições e noutros elementos culturais, como os cantares polifónicos de Lafões e o uso das capuchas de burel.

Perante este facto, a Comunidade Intermunicipal apresentou ao Programa Valorizar, o projeto "Aldeias da Serra do Caramulo", o qual pretende identificar e criar uma rede de aldeias serranas com características distintivas e que sejam a base para a criação de programas turísticos que explorem a serra, o seu património e as suas aldeias, recorrendo, especialmente, a modos suaves como o walking e o cycling.



Este projeto, aprovado pelo Turismo de Portugal com um investimento elegível de 493.392,00€, ao qual está associado um financiamento de 400.000,00€, visa, assim, valorizar as aldeias da Serra do Caramulo, estimular a economia de montanha e fomentar o turismo responsável e sustentável.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os Municípios de Oliveira de Frades, Tondela e Vouzela deram continuidade à implementação deste projeto.

De entre os trabalhos realizados, destaca-se o início da implementação da sinalética no percurso pedestre da Grande Rota das Aldeias da Serra do Caramulo, que irá interligar onze aldeias prioritárias (Jueus, Carvalhal da Mulher, S. João do Monte, Covelo, Bezerreira, Covas, Cambra, Couto, Teixo, Adsamo e Vila Nova), assim como doze aldeias complementares (Ansara, Carvalhal de Vermilhas, Alcofra, Fornelo do Monte, Arca, Varzielas, Monte Teso, Laceiras, Cadraço, Souto Bom, Braçal e Vilharigues), perfazendo um total de 100,7 km de trilho pedestre.



Estes trabalhos irão permitir uma melhor identificação do circuito e orientar os turistas na exploração, descoberta e fruição desta nova Rota turística, que irá funcionar em torno das aldeias da Serra do Caramulo.

De referir que, esta Rota irá ser complementada com outros produtos turísticos já existentes na região Viseu Dão Lafões, como por exemplo, a Ecopista do Dão e a Ecopista do Vouga, e os produtos culturais das vilas e cidades em redor, por forma a ser criado um programa de vários dias e de interesse diversificado para os cicloturistas e para os turistas em geral que nos visitam, que prolongue a sua estadia na região Viseu Dão Lafões, que tanto tem para explorar, descobrir e desfrutar.

c) Turismo Cultural

O conceito "turismo cultural" começou a ter, nos últimos tempos, um peso crescente nas políticas que se estruturam ao nível da captação de públicos para os territórios do interior de Portugal, com especial relevo para os de baixa densidade.

Também, na região Viseu Dão Lafões esse conceito passou a ter grande importância, em resultado dos inúmeros e riquíssimos valores patrimoniais que possuímos, sejam eles arqueológicos, arquitetónicos, imateriais, etc., e nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar, nos últimos anos, ao nível da promoção e divulgação dos ativos patrimoniais que integram a Rede Patrimonial da Região Viseu Dão Lafões e, consequentemente, na ativação do Roteiro Turístico Intermunicipal.



Assim, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal, em articulação com os técnicos municipais de turismo e responsáveis pelos recursos culturais e patrimoniais dos seus 14 municípios, continuou a promover e divulgar os recursos patrimoniais de Viseu Dão Lafões, dando a conhecer aos turistas e visitantes a vasta riqueza arquitetónica, arqueológica e patrimonial que compõe todo o território de Viseu Dão Lafões, nomeadamente, museus, quintas, solares, casas vinícolas, mosteiros, conventos, igrejas, entre outros.

Paralelamente a essas ações de promoção e divulgação, o turismo cultural e patrimonial da região continuou a ser potenciado por via dos seguintes projetos:

Rede Cultural Viseu Dão Lafões

A CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, cientes de que as artes são um dos principais eixos do desenvolvimento social e humano da região, têm vindo a atribuir um papel de destaque à cultura, e nesse âmbito, desde o ano de 2017, que vêm a implementar no território projetos de "Programação Cultural em Rede", no seguimento de candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Com estes projetos a Comunidade Intermunicipal tem vindo a acrescentar notoriedade ao território e potenciar novas rotas de visitas na área do turismo cultural e patrimonial, através da organização de múltiplos eventos, aumentando, assim, a atratividade da região e a sua dinamização económica.

Salienta-se que estes projetos têm contado com o apoio dos atores e das estruturas culturais do território, a quem cabe a criação dos espetáculos que percorrem a região Viseu Dão Lafões, os quais decorrem, maioritariamente, junto de espaços patrimoniais, de modo a dinamizar o património cultural e natural, os seus bens e recursos, e promovendo um grau de utilização mais elevada dos espaços existentes no território.



Muito embora ainda não tenham sido abertos avisos de concurso para apresentação de candidaturas, que garantam o financiamento e continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, a Comunidade Intermunicipal continuou a apoiar os seus municípios na divulgação e promoção dos espetáculos culturais que decorreram, ao longo do ano de 2024, nos respetivos concelhos, uma vez que os mesmos complementam e reforçam a oferta turística oferecida por Viseu Dão Lafões.

No campo cultural, dar, também, nota, que no dia 16 de maio de 2024, decorreu na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, uma sessão de esclarecimentos, direcionada para os agentes culturais de carácter não profissional, sobre o programa de apoio "Cultura ao Centro", lançado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), o qual visa fortalecer o cenário cultural da Região Centro, promovendo a criatividade, a diversidade e a inclusão.

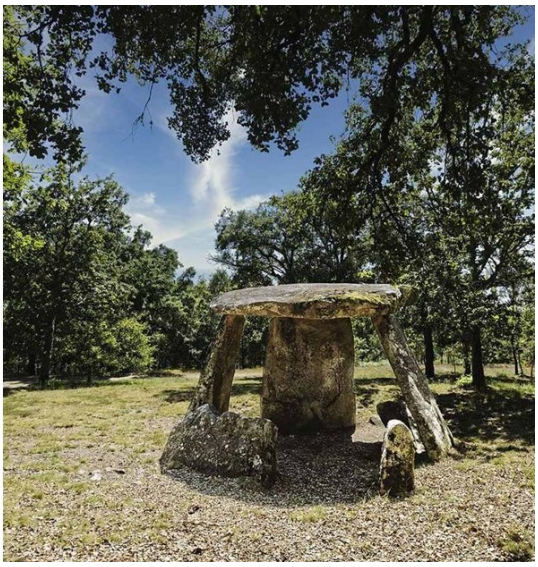
MEG – Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões

Portugal é um país riquíssimo em valores patrimoniais, e a região Centro não é exceção, sobretudo a que se refere á área que se prolonga desde a Plataforma do Mondego até, grosso modo, ao rio Douro, a qual, a par com o Alentejo, é a região que possui o maior conjunto de monumentos megalíticos que, por si só, criam uma forte e marcante unidade cultural. Por outro lado, é precisamente nesta área, sobretudo na região Viseu Dão Lafões, que se concentra o maior número de dólmens com pinturas conservadas do mundo.

Perante esta evidência, de que o megalitismo é um património fantástico, muito pouco conhecido e que urge divulgar por forma a potenciá-lo como um dos principais produtos, senão mesmo o principal, de turismo cultural que esta região pode oferecer, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com o Município de Sever do Vouga, tem vindo a implementar, desde o ano de 2020, através do Programa Valorizar, o projeto "Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga".







Este projeto, ao qual foi concedido um financiamento de 300.000,00€, de um investimento total de 512.153,55€, visa, assim, desenvolver uma nova oferta turística regional partindo de um dos valores endógenos mais emblemáticos de Viseu Dão Lafões: os monumentos megalíticos.

De entre os trabalhos realizados no decurso do ano de 2024, destaca-se a conclusão dos trabalhos associados à colocação de sinalização turística, nomeadamente informativa e direcional, por forma a que a Rota, que irá funcionar num percurso circular, com início em Viseu, bem como os monumentos que a constituem possam ser visitáveis.



Para além disso, no final do ano de 2024, foi adjudicado o procedimento concursal para a criação de um Centro Interpretativo, na antiga Escola de Carvalhal de Vermilhas, em Vouzela, o qual terá como propósito divulgar, documentar e preservar todo o trabalho realizado sobre o espólio megalítico pertencente à Rota do Megalitismo existente na região.

Assim, pretende-se que o mesmo seja, por um lado, um local de visitação de todos os tipos de público, quer o mais conhecedor da área megalítica, quer do mais desconhecedor, e, por outro lado, um local de dinamização pedagógica, para ações relacionadas com a aprendizagem de conteúdos históricos sobre o tema.

Neste período destaca-se, também, a criação de um website dedicado à Rota do Megalitismo (https://rotademegalitismo.visitviseudaolafoes.pt), através do qual podemos desvendar e conhecer mais sobre os 28 monumentos que a integram, de entre os quais 13 são classificados (6 como Monumento Nacional e 7 como Imóveis de Interesse Público).



De referir que esta Rota é fundamental para a valorização deste novo produto turístico, que é o património megalítico existente na região Viseu Dão Lafões, o qual, após esta intervenção, poderá ser usufruído em melhores condições por todos os visitantes, com especial os amantes do turismo cultural.



No ano de 2024, destacamos, também, o documentário "Rota de Megalitismo: Templos para a Eternidade", da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o qual foi apresentado em estreia na BTL, lotando o stand da CIM e fixando o interesse geral dos visitantes, pelas imagens de rara beleza dos extraordinários monumentos megalíticos do Centro de Portugal.

De referir que este documentário, que passou a ser disponibilizado ao público em março de 2024, através das plataformas digitais da CIM Viseu Dão Lafões, já havia sido premiado, em outubro de 2023, pelo Festival Internacional de Cinema de Turismo ART&TUR, em Portugal, na categoria "Melhor Documentário: Investigação em Turismo".



Este documentário foi, também, galardoado, em junho de 2024, com uma medalha de ouro no Festival Internacional de Filmes de Turismo de África 2024, em Joanesburgo, na África do Sul, tendo conquistado o primeiro lugar na categoria "Documentários, TV e WEB – Cultura e Herança", destacando-se entre os 436 concorrentes, de 61 países que participaram no festival sul-africano.

Após a receção deste galardão, este documentário passou a ser exibido nos voos de longo curso da TAP, para as Américas e África, proporcionando, assim, uma maior abrangência na divulgação do património megalítico existente no território Viseu Dão Lafões.





E como não há duas sem três, em setembro de 2024, este documentário voltou a sair vitorioso, desta vez na 3ª edição do Finisterra Brasil Film Art & Tourism Festival, que decorreu na cidade de Porto Seguro, no Brasil, tendo conquistado o primeiro lugar na categoria "Short Documentary" e, ainda, o segundo lugar na categoria "Places and History".

Dar, ainda, nota que atendendo à importância internacional do património megalítico existente na região Viseu Dão Lafões, em resultado da sua grande concentração, da sua monumentalidade e da originalidade da sua arte pintada, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2024, deu seguimento aos trabalhos associados ao processo de classificação pela UNESCO dos dólmens pintados de Viseu Dão Lafões, o qual irá reforçar a escala internacional da atratividade turística desta região.

Assim, foram realizadas várias reuniões de trabalho, de entre as quais se destaca a ocorrida no dia 30 de janeiro, na Casa do Adro, em Viseu, na qual foi analisada a proposta de classificação dos monumentos e a organização do cronograma preliminar do processo.

Esta reunião de trabalho, que foi conduzida pelo Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, contou com a presença do Professor da Universidade do Algarve, António Faustino, bem como de Vereadores e Técnicos dos Municípios de Viseu Dão Lafões.





CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões

Atendendo à excelência dos recursos endógenos existentes no território, mais concretamente os ligados ao artesanato, como sejam as matérias-primas, os artesãos e outros agentes associados ao saber-fazer regional, a CIM Viseu Dão Lafões em parceria com a ADD – Associação de Desenvolvimento do Dão, que integra os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo e Sátão, implementou o projeto "CRAFT – Turismo Criativo em Viseu Dão Lafões", no seguimento de uma candidatura aprovada pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.







Este projeto, cujo objetivo é valorizar, qualificar e promover esses recursos identitários, incidiu, assim, na estruturação e desenvolvimento de um produto turístico com base na preservação, valorização e promoção dos ativos turísticos associados ao património cultural imaterial, relacionados com o saber-fazer e os modos de produção locais, convergindo para a qualificação da oferta e da cadeia de valor turístico destes territórios.



Nesse sentido, foram desenvolvidos e criados de raiz quatro objetos de design únicos, com base em técnicas, matérias e tradições locais, nomeadamente, um conjunto de lamparinas em vidro, um candeeiro em vime, um jarro em barro, e um caminho de mesa e guardanapos em linho.

Estes objetos originais, que combinam práticas tradicionais com interpretações contemporâneas, têm aplicação prática, podendo ser utilizados no dia a dia, compondo, por exemplo, uma mesa de refeição, em casa ou num restaurante.

Assim, e por forma a dar a conhecer ao público estas quatro novas peças, produzidas pelos artesãos da região Viseu Dão Lafões e pela designer de produto Irena Ubler, a CIM Viseu Dão Lafões promoveu uma exposição itinerante, designada de “Novas Formas de Artesanato – Design Feito à Mão”.

Esta exposição, que foi objeto de destaque pela Revista Evasões, começou por estar exposta nos cincos municípios pertencentes à ADD, e, posteriormente, prosseguiu a sua itinerância pelo restante território de Viseu Dão Lafões, tendo estado patente, no decurso do ano de 2024, em vários espaços da região, a saber: sede da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em Tondela (de 2 a 19 de maio), Edifício da Câmara Municipal de Carregal do Sal (de 20 de maio a 9 de junho), Edifício da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva (de 11 a 30 de junho), Edifício da Câmara Municipal de São Pedro do Sul (de 1 a 21 de julho), Edifício da Câmara Municipal de Aguiar da Beira (de 22 de julho a 11 de agosto), Museu Terras de Besteiros, em Tondela (de 12 de agosto a 1 de setembro), Museu Municipal de Castro Daire (de 2 a 22 de



setembro), Museu Municipal de Oliveira de Frades (de 23 de setembro a 13 de outubro), Edifício da Câmara Municipal de Vouzela (de 14 de outubro a 3 de novembro), Posto de Turismo do Município de Viseu (de 4 de novembro a 24 de novembro), e no Núcleo Museológico de Artes e Ofícios de Santa Comba Dão (de 25 de novembro a 15 de dezembro).



Para além disso, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo do ano de 2024, continuou a promover a Rota do Saber-Fazer, a qual para além de trazer experiências novas e únicas, oferece a oportunidade de experimentar as diversas técnicas artesanais, as diferentes matérias-primas e o saber fazer in loco com os mestres de cada área (cerâmica, têxtil, cestaria, barro, vidro, etc.), conhecer a tradição e pôr à prova a criatividade individual e a capacidade artística de cada um.

De referir que, com este projeto foi possível valorizar a cadeia de valor dos produtos manufaturados de âmbito regional, criando rotas turísticas e temáticas para a sua divulgação, dando relevância ao artesanato local, as quais podem ajudar a alavancar a economia e ao mesmo tempo dar a conhecer a riqueza patrimonial, os monumentos, a gastronomia e a cultura que o território Viseu Dão Lafões tem para oferecer.

d) Saúde e Bem-Estar

Nos últimos tempos, os conceitos de saúde e bem-estar têm vindo a ganhar cada vez mais popularidade, e a utilização de águas termais passaram a ser uma alternativa segura e eficaz face às modalidades terapêuticas convencionais.



Posto isto, e atendendo a que a região Viseu Dão Lafões é bastante rica em recursos termais, dispondo, atualmente, de seis estâncias, nomeadamente, as Termas Sulfurosas de Alcafache (Viseu), as Termas do Carvalhal (Castro Daire), as Termas de Sangemil (Tondela), as Termas Calda da Cavaca (Aguiar da Beira), o Centro Termal de São Pedro do Sul (São Pedro do Sul) e as Termas & Spa das Caldas da Felgueira (Nelas), a Comunidade Intermunicipal tem vindo a estruturar um produto turístico em torno da saúde e do bem-estar.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2024, foi efetuada uma aposta na promoção e ativação destes recursos termais, os quais, atualmente, são vistos, não apenas para fins terapêuticos e de tratamento de problemas de saúde, mas também, como um espaço de lazer e repouso, onde podem ser vivenciadas experiências e sensações ímpares.

De referir que as estâncias termais existentes no território mobilizam ao longo do ano inúmeros visitantes para a região, os quais acabam por explorar a envolvente e o património em torno das mesmas, dinamizando, assim, a atividade turística de Viseu Dão Lafões.

e) Comunicação

Ao nível da comunicação destes quatro produtos turísticos, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2024, continuou a apostar nas ações de comunicação com o objetivo de promover a região enquanto destino turístico de excelência, junto de um público alvo que procura aliar a tradição à modernidade, enquanto explora novos territórios que permitem estar em comunhão com a natureza, cultura e património, apresentando, ao mesmo tempo, uma proposta diversificada ao nível da gastronomia, saúde e bem-estar.

De entre as ações realizadas, destaca-se a participação da CIM Viseu Dão Lafões em feiras nacionais e internacionais, onde foram promovidos os principais produtos, mas também os serviços e as experiências que são a imagem de marca da região, com o objetivo de incentivar e aumentar o interesse dos diversos públicos em visitar Viseu Dão Lafões.

Assim, entre os dias 24 a 28 de janeiro de 2024, a Comunidade Intermunicipal participou, pela primeira vez, na maior feira ibérica de turismo, a FITUR – Feira Internacional de Turismo, em Madrid, onde a região Viseu Dão Lafões apostou na oferta de natureza e na promoção internacional dos seus produtos distintivos, tendo, nesse âmbito, efetuado provas de vinho do Dão e degustações de produtos regionais.



Nesse sentido, o stand da CIM, integrado num espaço alargado do Turismo de Portugal, deu a conhecer, aos profissionais do setor e ao público em geral, mais de 100 propostas turísticas (que vão do enoturismo, à hotelaria, à restauração, passando pela animação turística, sem esquecer o termalismo) e de cerca de 85 produtos regionais, os quais resultaram do trabalho de proximidade desenvolvido com os municípios e com os diversos operadores turísticos do território.

Um dos momentos alto da participação de Viseu Dão Lafões na FITUR 2024, foi a presença no evento “Uma Viagem pela Gastronomia do Centro de Portugal”, uma ação do Turismo Centro de Portugal, que atraiu muitos apreciadores da gastronomia portuguesa e onde os excecionais

vinhos do Dão, o Queijo Serra da Estrela, o fumeiro e a doçaria regional se distinguiram pela qualidade.











O espaço da região Viseu Dão Lafões contou, ainda, com a visita do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, à data, Nuno Fazenda, que elogiou o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal e pelos seus parceiros na promoção do território.

De referir que, a promoção da região durante os cinco dias de realização da FITUR, bem como as reuniões e contactos com stakeholders internacionais presentes no evento, foram um impulso significativo para o crescimento turístico de Viseu Dão Lafões, na medida em que na edição de 2024 esta feira contou com a representações de mais de 130 países.

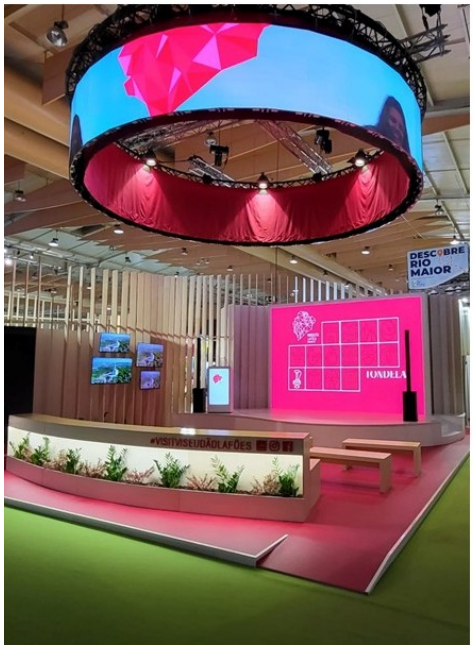








Entre os dias 28 de fevereiro e 3 de março, a CIM Viseu Dão Lafões participou, também, uma vez mais, na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, realizada na FIL – Feira Internacional de Lisboa, com um stand próprio, tecnologicamente inovador, que se destacou por uma abordagem única que deu a conhecer as diversas experiências sensoriais disponíveis.







A apresentação prévia da estratégia para a participação na edição de 2024, que recaiu sobre o turismo de experiências, abrangendo desde a gastronomia, o enoturismo e as experiências de bem-estar, até ao turismo de natureza e ao turismo ativo e desportivo, ocorreu no dia 19 de fevereiro, no Mercado 2 de Maio, em Viseu, e contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, bem como do Chef Diogo Rocha e do cantor Gustavo Reinas, que protagonizaram um dos momentos mais aguardados da feira.





Como sempre, este certame contou, ainda, com momentos de degustação gastronómica de sabores regionais e apresentações e provas de vinhos do Dão, da responsabilidade de escolas profissionais, das confrarias gastronómicas e de restaurantes do território.

Destaca-se, também, a exibição do documentário premiado sobre a Rota do Megalitismo da região, a apresentação da segunda edição da iniciativa “Viseu Dão Lafões Pé ante Pé”, o lançamento da marca do projeto Aldeias da Serra do Caramulo, a apresentação da

programação da iniciativa “Viseu 24 - Cidade Europeia do Desporto”, a apresentação da programação da “Feira de São Mateus”, a apresentação do projeto “A Última Rota da Transumância”, entre outras iniciativas que foram dadas a conhecer no espaço Viseu Dão Lafões.












Durante os cinco dias de feira, os visitantes do stand de Viseu Dão Lafões tiveram a oportunidade de participar em jogos e passatempos, tendo os vencedores sido premiados com fantásticas experiências sensoriais na região. No total, foram oferecidas, pelos municípios, mais de 300 experiências de restauração, alojamento, saúde e bem-estar ou espetáculos.

De referir que, o sucesso da participação na edição de 2024 da BTL, deveu-se ao trabalho prévio e articulado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados, destacando-se, nesse âmbito, a reunião de trabalho, realizada no dia 4 de janeiro, para a preparação da participação conjunta neste evento, a qual contou com a presença do Secretário Executivo da CIM e dos Vereadores e Técnicos dos Municípios de Viseu Dão Lafões.

Este trabalho articulado das ofertas diversidades do nosso território, que demonstra que a região vale muito mais do que cada município vale por si, e que tem contribuído para a notoriedade do território, foi reconhecido pelo Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, à data, Nuno Fazenda, e pela presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno, na visita que fizeram ao stand da CIM Viseu Dão Lafões na BTL.



A CIM Viseu Dão Lafões participou, também, pela primeira vez, no festival NOS Alive, em Algés, entre os dias 11 a 13 de julho, com um stand próprio marcado pela criatividade e pela sustentabilidade.



Nesse sentido o stand de Viseu Dão Lafões, considerado por muitos o stand mais "instagramável" do recinto, foi desenvolvido para poder ser reutilizado em futuras feiras e eventos em que a CIM participe, estando, assim, em linha com os princípios de reutilização e da economia circular. Para além disso, o stand foi adornado com plantas naturais, que transportaram a beleza e a biodiversidade da região Viseu Dão Lafões para o festival, e foi

efetuada uma aposta na comunicação digital, através da utilização de QR Codes, minimizando, assim, a utilização de papel.

Durante os três dias do evento, milhares de visitantes, de múltiplas nacionalidades, visitaram o stand da região, contactando de perto com a oferta turística dos 14 municípios do território, descobrindo porque é que Viseu Dão Lafões é onde apetece estar.

Entre esses milhares de visitantes, destacam-se a visita do Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado, que foi recebido pelo Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, bem como as presenças de diversos autarcas de Viseu Dão Lafões.





No âmbito da participação em feiras e festivais, destaca-se, ainda, a participação da CIM Viseu Dão Lafões na 33ª edição da Feira do Vinho do Dão, que teve lugar em Nelas, de 5 a 8 de setembro; na 19ª edição do Caramulo Motorfestival, que decorreu de 6 a 8 de setembro; na 30ª edição da FICTON – Feira Industrial e Comercial de Tondela, realizada de 11 a 16 de setembro; na 632ª edição da Feira de São Mateus, em Viseu, que decorreu de 1 de agosto a 8 de setembro; e na Feira dos Santos, em Mangualde, que decorreu de 1 a 3 de novembro, nas quais deu a conhecer aos visitantes o que de melhor tem a região.













Ao nível da comunicação, no ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões lançou, também, uma nova campanha de promoção turística, para o Verão de 2024, “Viseu Dão Lafões, é onde apetece estar”, a qual compreendeu várias iniciativas de ativação da marca Viseu Dão Lafões.

A apresentação pública desta campanha decorreu no dia 19 de junho, no Palácio dos Condes de Anadia, em Mangualde, e contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Marco Almeida, do Presidente do Turismo Centro de Portugal, Raul Almeida, e do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.



Com esta campanha, que foi objeto de destaque pelo jornal digital ECO e pelo jornal TNews (informação especializada para turismo), a CIM Viseu Dão Lafões voltou a apostar na divulgação do melhor que a região tem para oferecer, dos percursos pedestres ao património, sem esquecer a gastronomia e a nossa fantástica diversidade cultural.

Assim, um dos principais destaques da campanha de verão 2024 foi a participação em eventos que mobilizem milhares de pessoas, como o NOS Alive, a qual foi complementada com outras atividades paralelas, como a 2ª edição do "Pé Ante Pé", que dão a conhecer o território Viseu Dão Lafões.

Na época natalícia, a Comunidade Intermunicipal lançou, também, nas redes sociais, a campanha "O Natal em Viseu Dão Lafões", onde promoveu as inúmeras experiências disponíveis nos 14 municípios que compõem o território, para aquela quadra festiva, tais como espetáculos, concertos, exposições, workshops e muitas outras atividades de Natal e Passagem de Ano, como as tradicionais festas de rua, concertos de música ao vivo, pistas de gelo, comboios turísticos, iluminação de Natal e parques temáticos, que animam os centros urbanos e proporcionam momentos especiais a todos os visitantes e habitantes da região.



Em agosto de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões lançou, também, uma nova plataforma de promoção do território, a aplicação móvel Visit Viseu Dão Lafões, a qual, em complemento ao site www.visitviseudaolafoes.pt, permite, a todos os visitantes, explorarem, através do telemóvel, o que de melhor a região tem para oferecer.



Esta app, que foi objeto de destaque numa edição do Notícias Magazine, inclui secções dedicadas à oferta do território no turismo de natureza, turismo cultural e saúde e bem-estar, assim como uma agenda dedicada aos eventos organizados pelos 14 municípios.

Para além disso, esta aplicação 100% dedicada à divulgação do território, focada no utilizador e na facilidade de acesso, fornece informações detalhadas sobre alojamentos e restaurantes, entre muitas outras informações.

No decurso do ano de 2024, salienta-se, ainda, a presença da CIM Viseu Dão Lafões, através do seu Secretário Executivo, Nuno Martinho, na primeira edição do Summit Turismo Centro de Portugal, na qual teve a oportunidade de apresentar a estratégia de consolidação de Viseu Dão Lafões enquanto destino turístico de excelência.

Neste encontro, que decorreu na Casa da Cultura da Sertã, no dia 16 de outubro, marcaram também presença o Turismo do Centro de Portugal, a ARPTC, a CCDRC, o Turismo de Portugal, as CIM da Região Centro, os PROVERE´s, os responsáveis pelos Planos de Revitalização do Centro de Portugal, e o Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado.



Valorização Económica dos Recursos Territoriais

Ao longo dos últimos anos, a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a reforçar a necessidade de promover estratégias de competitividade territorial, suportadas nos recursos endógenos do território, com o objetivo de prosseguir e melhorar a experiência do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE).





Nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar ao nível da valorização económica de alguns recursos endógenos da região, de entre os quais se destaca a fileira da floresta, mais em concreto da pinha e do pinhão, e a fileira do queijo, em específico do queijo da Serra da Estrela, não só para dar visibilidade aos referidos recursos, mas, também, para que essa valorização cause impactos positivos na atividade económica local, na criação de emprego e no reforço da cadeia de valor.

No entanto, e atendendo à necessidade de continuar a apostar nestes e noutros recursos territoriais, a CIM Viseu Dão Lafões, na sequência da publicitação do aviso CENTRO2030-ITI_PROVERE-2023-1, integrou, no decurso do ano de 2024, vários consórcios no âmbito da preparação da fase de pré-qualificação de Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Centro 2030, a saber:

- **Valorização da Fileira dos Vinhos das Regiões Vitivinícolas da Região Centro** - o qual tem como objetivo principal estabelecer uma estratégia regional de valorização da fileira dos vinhos das cinco regiões vitivinícolas da Região Centro (Bairrada, Beira Interior, Dão, Lisboa e Tejo), capaz de reforçar o conhecimento e inovação sobre este recurso endógeno da região, estimular a atividade económica e o surgimento de iniciativas empresariais, promover a atração de capital humano qualificado, incrementar o enoturismo e dinamizar os territórios, melhorando a sua competitividade e sustentabilidade;

- **Queijos do Centro de Portugal** – o qual visa a valorização económica dos queijos qualificados da Região Centro, enquanto recurso endógeno regional, singular e inimitável que resulta de uma combinatória única de recursos naturais, sociais e culturais, de saberes tradicionais e de traços históricos identitários caraterísticos destes territórios e das comunidades que ao longo dos tempos os transformaram;

- **iNature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas** – o qual visa promover o desenvolvimento e valorização dos recursos das áreas protegidas e/ou classificadas, através da articulação de uma rede de agentes que dinamiza e capacita o território e a comunidade para o desenvolvimento sustentável e integrado, por forma a criar valor económico, social e ambiental para o território;

- **Valorização dos Territórios Termais da Região Centro** - o qual tem como objetivo identificar mecanismos de valorização que aprofundem as dimensões terapêuticas e turísticas dos recursos termais da Região Centro, e que permitam desenvolver, também, novos produtos, serviços, clusters e cadeias de valor associadas a estes recursos;

- **Portugal Romano** - o qual visa promover a valorização económica do património romano (material e imaterial), com base numa abordagem integrada e multissectorial, inovadora e criativa, com vista à competitividade, atratividade e afirmação nacional e internacional da Região Centro, enquanto território e destino cultural criativo e inovador;

- **Náutica Interior no Centro de Portugal** – o qual tem como objetivo promover a qualificação de um destino turístico de referência na náutica de águas interiores, a sua valorização integrada e sustentável e a sua promoção, por forma a contribuir para a criação de valor e de emprego em condições de sustentabilidade social, económica e ambiental.

Estas redes colaborativas, compostas por parceiros de diversas áreas, têm por objetivo valorizar os recursos e o potencial económico dos territórios rurais de baixa densidade, impulsionando, assim, o desenvolvimento regional.

A assinatura de alguns destes contratos de consórcio ocorreu de forma presencial, nomeadamente o da "Valorização da Fileira dos Vinhos das Regiões Vitivinícolas da Região

Centro" e dos "Queijos do Centro de Portugal", tendo as respetivas sessões ocorrido nos dias 7 e 9 de fevereiro, em Coimbra, e contado com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.





De referir que, estas estratégias de eficiência coletiva foram objeto de qualificação, ainda em 2024, e nesse seguimento, os consórcios deram início à preparação dos planos de ação que irão materializar essas estratégias, os quais irão contribuir para promover o desenvolvimento dos territórios através dos produtos endógenos singulares e autênticos, estimular a retenção e atração de pessoas e talento humano, impulsionar a Investigação & Desenvolvimento em toda a cadeia de valor, alavancar a promoção do território; promover o investimento através de incentivos de base territorial, e favorecer dinâmicas de cooperação para criação de novas ideias e projetos diferenciadores.

De entre os trabalhos realizados, destaca-se, no âmbito da Estratégia de Eficiência Coletiva - Queijos do Centro de Portugal, a dinamização de um conjunto de sessões de informação e esclarecimentos relativas aos Sistemas de Incentivos de Base Territorial do programa PROVERE, as quais tiveram como objetivo apresentar a proposta de alinhamento da Estratégia de Eficiência Coletiva - Queijos do Centro de Portugal e recolher propostas de investimento para a criação, expansão ou modernização de micro e pequenas empresas, cuja atividade económica contribua para dinamizar os territórios de baixa densidade e a fileira dos queijos qualificados da Região Centro.

A primeira sessão, que decorreu no dia 16 de setembro no Auditório da Câmara Municipal de Mangualde, contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, Marco Almeida, e da Diretora Executiva da InovCluster, Christelle Domingos.

As restantes sessões decorram em Castelo Branco, Penela, Celorico da Beira, Oliveira do Hospital e Tábua, e foram dinamizadas pela InovCluster e contaram com o apoio das respetivas Comunidades Intermunicipais.







No âmbito da preparação do plano de ação da Estratégia de Eficiência Coletiva – Náutica Interior no Centro de Portugal, foi, também, realizada uma sessão de trabalho, a qual teve como objetivo efetuar o levantamento de intenções de investimento dos agentes do território.

Esta sessão, realizada pela CIM Viseu Dão Lafões em parceria com a CIM das Beiras e Serra da Estrela, teve lugar no dia 17 de outubro, em São Pedro do Sul, e foi aberta a todos os agentes públicos e privados especialmente para aqueles cuja atividade está, direta ou indiretamente, associada ao recurso Estações Náuticas.

No âmbito da valorização do território, dar, ainda, nota que, por solicitação da empresa Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), a CIM Viseu Dão Lafões acolheu, na sua sede em Tondela, no dia 26 de setembro, um workshop no âmbito do "Estudo sobre a Implementação e Impacto do Programa de Valorização do Interior (PVI)", um trabalho desenvolvido pela SPI para a Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC).

Este workshop, que contou com intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e da ADC, e no qual marcaram presença Presidentes, Vereadores e Técnicos dos Municípios de Viseu Dão Lafões, entre outros parceiros do território, promoveu a recolha de opiniões das entidades que estão a intervir diretamente nos territórios.

De referir que, esta recolha é essencial para aferir e sistematizar o nível de implementação do Programa de Valorização do Interior (PVI) e da Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), contribuir para melhorias no processo de monitorização do PVI e da ECDT, refletir sobre os critérios que delimitam geograficamente a implementação das medidas previstas no PVI, e elaborar recomendações para uma futura revisão do PVI.







AgroTurismo sustentável para o desenvolvimento socioeconómico e a proteção do ambiente no espaço SUDOE ("AgroTour")

Embora Viseu Dão Lafões seja um território de atividades agrícolas, pecuárias e florestais, que têm deixado marcas no seu património cultural, material e imaterial, e no património natural e paisagístico, tem-se verificado o abandono das aldeias para os centros das vilas e cidades, mesmo nos concelhos de menor densidade populacional.



Desta forma, é necessário contrariar esta realidade, criando oportunidades e gerando novos fatores de atratividade, nomeadamente através da diversificação da estrutura económica dos territórios rurais impulsionando e apoiando o crescimento da atividade turística, em particular do agroturismo.

Não nos podemos esquecer que o turismo é uma atividade fundamental para a competitividade dos territórios rurais, uma vez que, contribui para diversificar as atividades agrícolas, pecuárias e florestais, para melhorar a rentabilidade dessas atividades, gerar mais riqueza, emprego e capacidade de fixar e atrair novos residentes para estes territórios.

Perante estes factos, e sendo crucial combater o despovoamento das áreas rurais e apostar no agroturismo enquanto meio para potenciar a coesão territorial, a CIM Viseu Dão Lafões integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, que apresentou uma candidatura

ao Programa Interreg Sudoe, a qual tem como objetivo reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social.

Este projeto, designado de AgroTour, foi aprovado em dezembro de 2023, e conta com a colaboração de uma vasta parceria que inclui entidades como a Chambre d'Agriculture Dordogne (França), o Comité Régional du Tourisme et des Loisirs de la Région Occitanie (França), a Chambre d'Agriculture de l'Ariège (França), a Sociedad para el Desarrollo de la Provincia de Burgos (Espanha), o Consorcio Reserva Biosfera Ordesa Viñamala (Espanha), a Fundación Ávila (Espanha), a Universidad de Salamanca (Espanha), a Comunidade Intermunicipal do Ave (Portugal) e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Portugal).

Com um investimento de 1.608.881,44€, dos quais 150.096,87€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 75%, este projeto pretende, assim, o desenvolvimento de experiências-piloto inovadoras que contribuam para uma maior aproximação entre a sociedade urbana e rural, ao mesmo tempo que favorecem uma mudança de paradigma do consumidor em relação tanto aos próprios produtos turísticos como aos produtos agroalimentares (valor acrescentado dos produtos locais, cadeias de abastecimento curtas, produtos sazonais, etc.).

No seguimento da aprovação deste projeto, que terá uma duração de 36 meses, foi dado início ao mesmo, tendo a reunião de lançamento sido realizada no dia 26 de fevereiro de 2024, em Périgueux (França), e contado com a presença de representantes da CIM Viseu Dão Lafões.



A CIM Viseu Dão Lafões marcou, também, presença no "Seminário de Gestão de Projetos Aprovados" do Programa Interreg Sudoe, relativo ao período de programação 2021-2027, o que teve lugar em Santander (Espanha), nos dias 16 e 17 de abril, e cujos conhecimentos adquiridos irão contribuir para a boa execução e implementação do AgroTour.



Nos dias 24 e 25 de setembro foi realizada mais uma reunião do consórcio, desta vez em Lerma (Burgos – Espanha), a qual teve como objetivo avançar na criação de um modelo de agroturismo sustentável no Sudoeste Europeu, abrangendo várias regiões de França, Espanha e Portugal para promover o desenvolvimento sustentável e a coesão territorial.

Assim, nesta reunião, que contou com representantes de todas as entidades envolvidas no projeto, foram apresentados os progressos ao nível da identificação de atores chave e de boas práticas no agroturismo, definidos os próximos passos para as experiências-piloto do projeto, bem como discutida a estratégia de comunicação para garantir a visibilidade e o impacto do AgroTour.

Do programa deste encontro, que foi objeto de destaque pela Publituris, constou, também, uma visita técnica a uma unidade de agroturismo local, onde foi dada aos participantes uma visão prática das iniciativas desenvolvidas naquela região ao nível do agroturismo.







Assim, e depois de ter sido efetuado o levantamento dos atores chave no domínio do agroturismo em cada território, o qual permitirá aos parceiros estabelecerem, ao longo do projeto, contactos com os organismos representativos do setor (associações de produtores, cooperativas, grupos LEADER, agências de desenvolvimento rural, gestores de zonas naturais, operadores turísticos, etc.), e de ter sido realizado o mapeamento de algumas boas práticas a nível europeu que podem servir de referência, seguir-se-á a fase relativa à conceção das ações-piloto.

Nesse sentido, os exemplos de boas práticas identificados serão analisados, e as suas potencialidades serão incorporadas na estruturação das ações-piloto que serão, posteriormente, implementadas em cada um dos territórios, contribuindo, assim, para um modelo de agroturismo sustentável na região Sudoe, e, consequentemente, para o desenvolvimento socioeconómico e para a proteção do ambiente.

De referir que, o projeto AgroTour aprofundará os conhecimentos técnicos e científicos no seu campo de ação e testará soluções inovadoras que permitam o desenvolvimento económico e a fixação da população nas zonas rurais, e, complementarmente, lançará as bases estratégicas para a permanência dos seus resultados e a transferência das soluções testadas para as políticas públicas setoriais.

Estas soluções inovadoras irão permitir enfrentar o desafio demográfico das áreas rurais, a valorização das atividades tradicionais, da agricultura, da pecuária e da floresta, como atividades essenciais para a gestão e ordenamento do território, para a manutenção das paisagens, para a valorização das funções ambientais e de provisão de alimentos que o espaço rural possui e que é fundamental para a vida urbana.

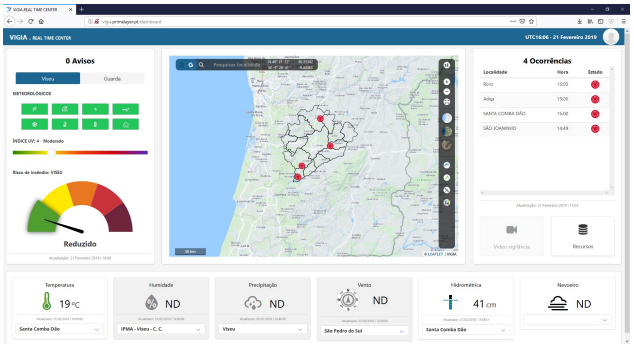
4.4 Assegurar a prevenção e mitigação de riscos, combater as alterações climáticas, e valorizar os recursos e a biodiversidade

Proteção Civil à Escala Intermunicipal

A proteção civil tem vindo a assumir, ao longo dos últimos anos, um papel preponderante no campo de atuação da Comunidade Intermunicipal, em resultado das mudanças climáticas e dos fenómenos extremos (incêndios florestais, inundações, tempestades, …) que se têm vindo a fazer sentir, também na nossa região, obrigando a que se tomem medidas ao nível da prevenção dos riscos coletivos, atenuando os seus efeitos e protegendo e socorrendo as pessoas e bens em perigo.

Nesse sentido, e dando seguimento à estratégia e às prioridades definidas para a região Viseu Dão Lafões no domínio da proteção civil, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal continuou a trabalhar, em estreita articulação com os seus municípios e com a ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no sentido de reforçar os conhecimentos e os meios disponibilizados aos agentes da proteção civil que operam no território, tornando, assim, o território mais resiliente e mais capacitado para fazer face a uma eventual catástrofe.

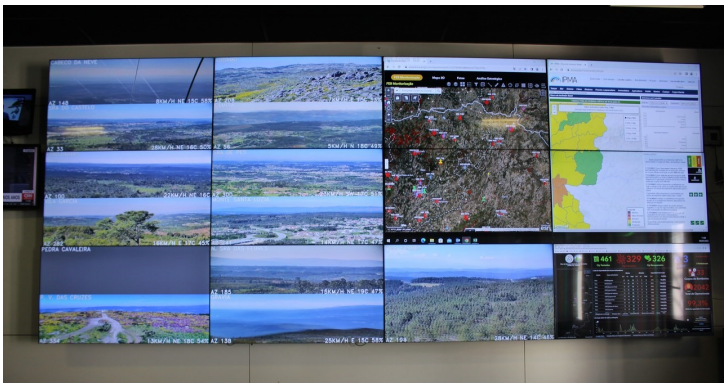
Das atividades desenvolvidas, destaca-se a continuidade da disponibilização da **Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal (VIGIA)** a todos os agentes da proteção civil, cujo funcionamento e manutenção continuou, durante o ano de 2024, a ser assegurada pela CIM Viseu Dão Lafões.



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

De referir que esta plataforma de base tecnológica, ao agregar diversa informação sobre a região, nomeadamente, cartografia temática relacionada com a erosão do solo, secas e escassez de água, ondas de calor e incêndios florestais, o estudo de caraterização dos incêndios florestais nas últimas três décadas, bem como informação proveniente das 14 estações meteorológicas instaladas em cada um dos municípios, e da estação hidrométrica instalada em Santa Comba Dão, tem sido uma mais valia para todos os atores do território na área da proteção civil, uma vez que permite uma melhor interligação entre os mesmos, tornando todo o processo de planeamento e de tomada de decisão mais simples e eficaz, e consequentemente uma resposta mais rápida quando se verifica uma ocorrência (ex.: cheias, inundações, incêndios florestais, entre outros sinistros).

Destacamos, também, o **Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais**, implementado através de uma parceria entre a CIM Viseu Dão Lafões e a CIM da Região de Coimbra, e que visou a instalação de 37 torres de vigia, que permitem a deteção precoce, a monitorização e o apoio à deteção de ignições e recolha de informação para apoio a decisões no combate a incêndios nos espaços florestais, e garantem a cobertura do território de ambas as Comunidades Intermunicipais, num total de 33 municípios, tendo a localização das mesmas tido em consideração as áreas de maior risco, as zonas sombra e as áreas com maior histórico de incêndios florestais.



Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a garantir a operacionalidade das 17 torres de vigas que se encontram instaladas no seu território, nomeadamente, em Aguiar da Beira (Pico Gradiz), Carregal do Sal (Nossa Senhora das Febres), Castro Daire (Faifa e Picão), Mangualde (Vila Garcia e Senhora do Castelo), Nelas (Pedra Cavaleira), Oliveira de Frades (Posto de Vigia das Cruzes), Penalva do Castelo (Monte Real), São Pedro do Sul (Gravia e São Macário), Sátão (Fontainhas), Tondela (Cabeço da Neve), Viseu (Monte de Santa Luzia e Parque Eólico de São Marcos) e Vouzela (Adsamo e Campia), bem como dos dois Centros de Gestão e Controlo, localizados no Comando Territorial da GNR de Viseu e no Comando Distrital de Operações e Socorro (CDOS) de Viseu, e dos dezasseis Centros de Monitorização Remota localizados na sede da CIM Viseu Dão Lafões, nos seus 14 municípios associados e no veículo de comando e comunicações da ANEPC afeto ao CDOS de Viseu.

No âmbito desta ferramenta de extrema importância, para a deteção precoce dos incêndios e para o despacho rápido dos meios de combate, dar nota que a CIM Viseu Dão Lafões promoveu uma visita ao Comando Territorial da GNR de Viseu, onde teve a oportunidade de aferir o funcionamento do sistema de videovigilância florestal da região, e ao Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões da Autoridade Nacional de

Emergência e Proteção Civil (ANEPC), onde foi feita uma apresentação dos meios disponíveis na região para a época que se avizinhava.

Esta visita, realizada no dia 14 de maio, contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, de diversos autarcas dos municípios da região, e do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho.



Para além disso, entre os dias 31 de maio e 1 de junho, a CIM Viseu Dão Lafões participou no Exercício #Fénix2024, desenvolvido pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), através dos Comandos Sub-regionais de Viseu Dão Lafões, das Beiras e Serra da Estrela e da Região de Coimbra, e no qual foi simulada uma ocorrência de um incêndio com elevada velocidade de propagação e com comportamento extremo, colocando desta forma à prova as capacidades de comando e controlo, das comunicações e de todos os mecanismos de apoio à decisão operacional nos seus vários escalões hierárquicos.

A CIM Viseu Dão Lafões tomou parte neste exercício, não só através da disponibilização do Sistema Integrado de Videovigilância para a Prevenção de Incêndios Florestais na Região de Viseu Dão Lafões e Coimbra, mas também por via da participação do Chefe da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, André Mota, na Célula de Planeamento do Posto de Comando da Frente de Nelas, com a Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal (VIGIA) e também através do Técnico do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Sátão, Nuno Bento, no uso de simuladores de propagação e comportamento de incêndios, durante toda a ação.

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, esteve, também, presente neste exercício que, entre outros, contou com o acompanhamento do Presidente da Câmara Municipal de Nelas, Joaquim Amaral, do Presidente da ANEPC, General Duarte da Costa, do

Comandante Nacional da ANEPC, André Fernandes, e do Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Proteção Civil, do Ministério da Administração Interna, Rodrigo de Sousa-Pinto.





No ano de 2024, destacamos, ainda, o trabalho realizado ao nível da **deteção e combate à vespa velutina**, assim, e depois de terem sido instaladas armadilhas entomológicas por todo o território, e de ter sido efetuado o mapeamento/estudo da sua dispersão por Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal, em articulação com os seus municípios associados, continuou a monitorizar as referidas armadilhas e a abastecer as mesmas com o aditivo necessário à captura da vespa velutina.

Ao nível da proteção civil, o ano de 2024 foi, também, marcado pela continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelas **brigadas de sapadores florestais**, ao nível da silvicultura preventiva, gestão de faixas de combustíveis e manutenção e beneficiação de rede primária, trabalho esse que contribui para a diminuição da carga combustível, tornando o território mais resiliente a incêndios rurais, e facilitando o acesso de veículos de combate a incêndios rurais.

Assim, as brigadas de sapadores florestais, continuaram a executar, por todo o território Viseu Dão Lafões, quer serviço requisitado pelos municípios da Comunidade Intermunicipal, quer serviço público, mandatado pelo ICNF.

De entre o serviço público, as brigadas de sapadores florestais da CIM Viseu Dão Lafões efetuaram, também, durante os meses de verão, diversas ações de apoio ao combate, rescaldo, vigilância e consolidação de incêndios rurais, tendo sido mobilizadas para os mais diversos locais e teatros de operações.

Dessas ações, destacam-se as realizadas na sequência dos incêndios rurais que afetaram a região Viseu Dão Lafões, no mês de setembro, onde as brigadas da CIM Viseu Dão Lafões, bem como as diversas corporações de bombeiros do território tiveram um papel fundamental no combate às chamas.








No campo de atuação da proteção civil, destaca-se, também, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo **Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal**, ao qual compete o desenvolvimento de várias atividades, como sejam:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM);
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Identificação, para efeitos de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;
- Outras atividades que sejam solicitadas pelo ICNF, em articulação com a entidade intermunicipal.

Assim, no decurso do ano de 2024, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, apoiado pelo Fundo Florestal Permanente, continuou a trabalhar em estreita parceria com o ICNF e com os

gabinetes técnicos florestais municipais, no sentido de articular e harmonizar as políticas que são implementadas no território ao nível da proteção civil e da defesa da floresta.

De entre as medidas implementadas, destaca-se, as deliberações do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, que proibiu a realização de queimas de amontoados durante o período de 4 de junho a 15 de outubro de 2024, independentemente do nível de perigo de incêndio rural e fora deste período, caso se verifique um nível de perigo de incêndio rural muito elevado ou máximo.



Para além disso, ao longo do ano, foram realizadas várias reuniões de trabalho, de entre as quais se destaca a realizada, no dia 17 de janeiro, na sede da CIM, em Tondela, com o Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), Brigadeiro-General Duarte Costa, e na qual, também, marcou presença, o Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David.

Nesta sessão de trabalho, entre outros assuntos analisados e discutidos, foi realizada a apresentação dos projetos desenvolvidos pela CIM no âmbito da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta, bem como a apresentação da plataforma de emergência e proteção civil – VIGIA.

A CIM aproveitou, ainda, esta reunião para partilhar a estratégia intermunicipal no âmbito do ambiente e proteção civil, assim como as expectativas e ambições nos projetos a desenvolver para os próximos anos.

Salienta-se, também, a reunião de trabalho realizada no dia 5 de fevereiro, na sede da CIM, em Tondela, no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, a qual contou com a participação do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, do Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David, e dos Vereadores e elementos dos Gabinetes Técnicos Florestais e dos Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios do território.





No dia 15 de abril a CIM Viseu Dão Lafões promoveu outra reunião de trabalho, com os Gabinetes Técnicos Florestais e os Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios que a constituem, a qual teve lugar no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, do Município de Carregal do Sal, e contou com as intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal, Paulo Catalino, e do Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David.







Destaca-se, ainda, a reunião ocorrida no dia 5 de julho, no Auditório da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, entre o Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil Viseu Dão Lafões, os Gabinetes Técnicos Florestais e os Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios do território, a qual teve como objetivo analisar vários temas de interesse comum, no âmbito da defesa da floresta.

Após esta reunião, que contou com intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Aguiar da Beira, Virgílio Cunha, e do Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David, foi realizada uma visita ao heliporto de Aguiar da Beira.







No ano de 2024, destacamos, também, a realização, da quarta reunião de caráter deliberativo da **Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Viseu Dão Lafões**, da qual fazem parte o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Florestais (AGIF), a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DFRAPC), a Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Guarda Nacional Republicana (GNR), as Forças Armadas, a Liga dos Bombeiros, entre outros.

Esta reunião, que teve lugar no dia 25 de março, na Casa do Adro, em Viseu, teve como objetivo aprovar a metodologia base para a definição espacial das faixas de gestão de combustível relativas à envolvente de áreas edificadas e edifícios isolados.





De referir que a Comissão Sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, tem como missão a execução da estratégia de gestão integrada de fogos rurais, a articulação dos programas de gestão do fogo rural e de proteção das comunidades contra incêndios rurais, assim como programas conexos de entidades públicas e privadas e o respetivo planeamento à sua escala.

Dar, ainda, nota que para assinalar o Dia Internacional das Florestas a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o Europe Direct Viseu Dão Lafões e o Município de Aguiar da Beira, realizaram no dia 21 de março uma **ação conjunta de reflorestação**, na freguesia de Carapito (Aguiar da Beira).







Esta iniciativa, sob o lema “Vamos plantar o futuro!”, juntou alunos do 1.º ciclo, técnicos do município de Aguiar da Beira, a brigada de sapadores florestais da CIM, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da CIM e elementos da população local, que plantaram perto de duas centenas de árvores, contribuindo, assim, para a regeneração do ecossistema.

No campo da proteção civil, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), promoveu, também, no dia 22 de abril, uma **ação de sensibilização subordinada ao tema "Segurança Contra Incêndios em Edifícios"**, a qual teve como destinatários técnicos dos Serviços Municipais de Proteção Civil e dos Serviços Municipais de Licenciamento de Obras Particulares, bombeiros e elementos da Guarda Nacional Republicana do território de Viseu Dão Lafões.



Esta sessão de trabalho, que teve lugar no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, contou com as intervenções do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente do Município de Santa Comba Dão, Leonel Gouveia, do 2.º Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, João Cardoso, e do técnico da ANEPC, Paulo Figueiredo.

Dar também nota, que na sequência da **publicação do aviso de concurso n.º CENTRO2030-2024-37**, a CIM Viseu Dão Lafões encontra-se a preparar uma candidatura para submeter ao mesmo, a qual irá materializar alguns dos investimentos sinalizados no ITI, os quais irão contribuir para a mitigação das consequências resultantes das alterações climáticas, para a prevenção dos riscos de catástrofes, e, consequentemente, para o aumento da segurança territorial e do nível de resiliência a eventos extremos de incidência local.

De referir que esta candidatura tem como suporte a estratégia definida para a Região Viseu Dão Lafões, no âmbito da Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos, a qual foi apresentada ao Conselho Intermunicipal no dia 23 de outubro de 2024, numa reunião, que contou, também, com a presença do Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David.

No campo da floresta, salienta-se, também, que a CIM Viseu Dão Lafões, na sequência do Conselho de Ministros ter mandatado, em setembro de 2024, o Ministério da Agricultura e das Pescas para coordenar a elaboração do Plano de Intervenção para a Floresta 2025, em articulação com os Ministérios da Coesão Territorial, da Justiça e do Ambiente e Energia, decidiu, de forma proativa, contribuir com um conjunto de propostas e soluções para o desenvolvimento sustentável da floresta e o fortalecimento da economia florestal da região, alinhando-se com as diretrizes do Governo.



Assim, o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, na reunião realizada a 11 de dezembro, aprovou o **Programa de Revitalização da Economia Florestal Viseu Dão Lafões**, o qual visa responder aos desafios da preservação do território e à valorização da economia florestal, e, posteriormente, remeteu-o à Secretaria de Estado das Florestas.

Assim, este Programa identifica e sistematiza medidas concretas ao nível da recuperação ambiental, da valorização dos recursos florestais e da proteção das áreas vulneráveis, de entre as quais se destaca, a implementação de contratos-programa para a gestão ativa da floresta, o reforço do Programa de Transformação da Paisagem, a realização de investimentos nas explorações florestais, a gestão integrada de fogos rurais, a criação de redes de gestão de combustíveis e a promoção de práticas de pastoreio extensivo e fogo controlado.

De referir que este plano estratégico, estruturado em cinco domínios temáticos: "Remoção de Obstáculos Jurídicos", "Valorização Económica, Social e Ambiental", "Gestão e Ordenamento do Território", "Simplificação e Desburocratização" e "Capacitação e Comunicação", foi desenvolvido a partir de um amplo processo participativo e reflete os contributos recolhidos durante o workshop "Recuperar as Áreas Ardidas, Inovar nos Territórios", que teve lugar no dia 28 de novembro, em Castro Daire, e no qual participaram as entidades que integram a Plataforma Colaborativa para o Desenvolvimento Rural, os municípios através dos seus Gabinetes Técnicos Florestais, e diversas organizações de produtores florestais.

Incêndios florestais de setembro de 2024

Não obstante de todo o trabalho realizado ao nível da proteção civil, a região Viseu Dão Lafões voltou a ser assolada, em setembro de 2024, por incêndios florestais, e, nesse seguimento, a Comunidade Intermunicipal realizou várias reuniões de trabalho, no sentido de obter respostas e medidas de apoio e mitigação do impacto dos incêndios.

Dessas reuniões, destaca-se a realizada, no dia 18 de setembro, em Mangualde, onde o Ministro-adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, reuniu com os autarcas dos municípios mais atingidos pelos incêndios na região Viseu Dão Lafões, para aferir as necessidades de cada um deles, ao nível da recuperação das habitações, empresas e infraestruturas.



Nesta reunião estiveram, também, presentes a CCDR Centro, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e os Secretários de Estado da Saúde, da Ação Social, das Infraestruturas, da Habitação, da Economia, das Florestas e da Administração Local.

No dia 26 de setembro teve lugar mais uma reunião de trabalho, entre a CIM Viseu Dão Lafões, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o Comando Sub-regional de Proteção Civil de Viseu Dão Lafões e os municípios da região, a qual teve como objetivo a apresentação dos procedimentos para a identificação das necessidades de estabilização de emergência e reabilitação das áreas ardidas, com foco na estabilização dos solos e prevenção de futuros riscos.

Esta reunião, que decorreu nas instalações da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, da Diretora Regional da Conservação da Natureza e das Florestas do Centro, Fátima Reis, e respetiva equipa de gestão de fogos rurais, da APA, representada por Emídio Barros, do Segundo Comandante do Comando Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões, João Cardoso, e de técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais e dos Serviços Municipais de Proteção Civil dos municípios de Viseu Dão Lafões.





Neste âmbito destaca-se, ainda, a visita do Senhor Secretário de Estado das Florestas, Eng. Rui Ladeira, a vários locais nos concelhos de São Pedro do Sul e Nelas, no âmbito da realização de operações de recuperação pós-incêndios rurais, que estavam a decorrer à data no território Viseu Dão Lafões, por parte de elementos da Brigada de Sapadores Florestais da CIM Viseu Dão Lafões e demais equipas de sapadores florestais da região, da Força Especial de Proteção Civil da ANEPC, do Corpo Nacional de Agentes Florestais e da Força de Sapadores Bombeiros Florestais.

Esta visita, realizada no dia 21 de outubro, contou, ainda, com a presença dos Senhores Presidentes dos municípios de São Pedro do Sul e de Nelas, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões e respetiva equipa, bem como de elementos do Conselho Diretivo do ICNF e respetivas equipas de Gestão de Fogos Rurais.













Life Landscape Fire

Conforme é sabido, nos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem, também, vindo a integrar algumas parcerias no âmbito da apresentação de projetos a Programas Europeus, por forma a alavancar os projetos que tem vindo a desenvolver no campo da proteção civil, de entre os quais se destaca o Programa Europeu LIFE – Environment and Resource Efficiency, ao qual foi apresentada uma candidatura denominada "Life Landscape Fire".

Com um investimento elegível aprovado de 2.377.698,00€, dos quais 1.206.971,00€ foram geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de aproximadamente 54%, este projeto tem vindo a ser implementado, desde o ano de 2019, pela CIM e pelos restantes membros da parceria, nomeadamente, pelo Instituto Politécnico de Viseu, pela Universidade da Extremadura, pela Junta da Extremadura e pela Mancomunidad de Sierra de San Pedro.

Nesse sentido, os parceiros têm vindo a desenvolver as várias atividades que integram este projeto, que teve como objetivo o desenvolvimento de medidas, de grande escala, de prevenção contra os fogos florestais, a conservação da biodiversidade, o aumento da resiliência florestal, a capacitação dos decisores relativamente aos benefícios da prevenção, bem como, a identificação de um conjunto de opções e medidas de adaptação local que irão permitir identificar e propor ações de redução da vulnerabilidade territorial atual e futura da região.

Assim, no decurso do ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal prosseguiu com a realização de várias ações práticas de fogo controlado, as quais contaram com o apoio de operacionais das corporações de bombeiros da região, da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro da GNR, das brigadas de sapadores florestais da CIM e de técnicos de fogo controlado do território Viseu Dão Lafões.



De referir que, o fogo controlado permite, em comparação com as outras técnicas de gestão da vegetação, alcançar diversos objetivos: silvícolas, silvopastoris, cinegéticos e ecológicos, sendo por isso uma importante ferramenta para a prevenção de incêndios, diminuindo a área percorrida anualmente por estes com a manutenção de cargas de combustíveis florestais abaixo de níveis críticos.

Dar nota que, fruto do trabalho desenvolvido no âmbito do fogo controlado, a CIM Viseu Dão Lafões participou, entre os dias 20 e 26 de janeiro de 2024, no EUROPEAN TREX (Traditional Fire Training Exchange), que decorreu em Paredes de Coura.

Este evento, organizado pela The Nature Conservacy e pelo US Forest Service, com a colaboração do Município de Paredes de Coura e do Município de Valença, desenvolveu-se sob a estrutura do Sistema de Comando e Incidentes (ICS) e assentou na partilha de experiências e conhecimentos com pares locais e internacionais, pelo que, os participantes tiveram a oportunidade de assumir diferentes posições e responsabilidades durante os períodos operacionais, com a oportunidade de queimar diferentes tipos de combustíveis, com os mais diversos objetivos.



Para além destas ações, destaca-se, também, a realização de uma visita de campo, a qual decorreu, entre os dias 10 e 12 de janeiro, na Região da Extremadura, mais propriamente na zona de Valência de Alcântara e na Serra de Hurdes.

Durante estes três dias, o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da CIM, os técnicos dos municípios da região Viseu Dão Lafões, bem como representantes de outros parceiros do projeto, tiveram a oportunidade de conhecer locais intervencionados pelo projeto, situados naquela região fronteiriça.

Assim, no primeiro dia foi realizada uma reunião estratégica, na qual os parceiros apresentaram o panorama das atividades em curso e das atividades já realizadas, à qual se seguiu uma visita a locais intervencionados. No segundo dia foi efetuada, em conjunto com os parceiros da Junta da Extremadura, uma ação de fogo controlado, e no terceiro dia foram realizadas visitas a locais alvo de gestão de combustíveis através de pastoreio extensivo / preventivo.

Esta missão, em Espanha, foi bastante proveitosa e enriquecedora, uma vez que foi possível aos nossos técnicos, através da partilha de experiências com os nossos parceiros, comprovar no terreno a eficácia de grande parte das metodologias propostas no âmbito do projeto Life Landscape Fire.



Damos, ainda, nota da realização, no dia 8 de fevereiro, de uma visita de trabalho à exploração do Casal da Bouça (Vila Pouca de Aguiar), a qual promoveu o encontro dos projetos Life Landscape Fire e Life Maronesa.

Esta visita teve como objetivo a partilha de experiências que decorreram da implementação do uso do fogo como ferramenta de gestão de paisagem, pelo projeto promovido pela CIM Viseu Dão Lafões, e a aplicabilidade do modelo do Life Maronesa para os criadores do Alvão.



Nos dias 19 e 20 de março, foi a vez da CIM Viseu Dão Lafões acolher, no seu território, a realização de uma “Steering Committee Meeting" do Projeto Life Landscape Fire, a qual além

dos diversos parceiros do projeto, contou com a presença da Project Adviser da Agência de Execução relativa ao Clima, às Infraestruturas e ao Ambiente (CINEA) da Comissão Europeia.

No âmbito desta reunião de trabalho, houve, ainda, lugar a uma visita aos locais onde foram instalados bebedouros e a áreas intervencionadas com ações de fogo controlado, onde decorre pastoreio extensivo.



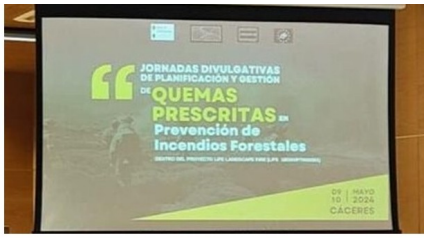




Neste âmbito, destaca-se, também, a presença da CIM Viseu Dão Lafões nas "Jornadas Divulgativas de Planificación y Gestión de Quemas Prescritas en Prevención de Incendios Forestales", que decorreram em Cáceres (Espanha), nos dias 9 e 10 de maio.

Estas jornadas, organizadas pela Consejería de Gestión Forestal y Mundo Rural da Junta da Extremadura, no âmbito do projeto Life Landscape Fire, tiveram como objetivo apresentar o uso do fogo prescrito enquanto ferramenta de gestão da floresta.







Para além da CIM Viseu Dão Lafões, estas jornadas contaram com a presença da Junta da Galiza, do Governo de Cantábria, da Junta de Castela e Leão, do Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndios Florestais da Comunidades Autónoma da Extremadura, entre outras entidades participantes.

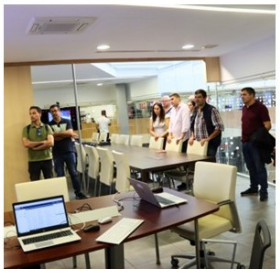
No âmbito do projeto Life Landscape Fire damos, também, nota da visita de campo realizada à Região da Galiza (Espanha), entre os dias 6 e 7 de junho, na qual participou uma delegação da CIM Viseu Dão Lafões, composta pela Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal e por técnicos dos municípios da região Viseu Dão Lafões.

Esta missão foi bastante enriquecedora, na medida em que os participantes tiveram a oportunidade de partilhar experiências e conhecimentos, com técnicos de diversas instituições com responsabilidade na prevenção e extinção de incêndios florestais, de entre as quais se destacam, a Axencia Galega de Emergencias (AXEGA), o Servizo de Emerxencias do Concello de A Estrada, a Dirección Xeral de Defesa do Monte e a Base das Brigadas Helitransportadas – El Campiño.



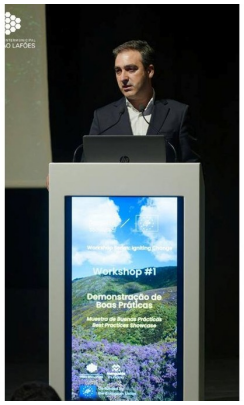







Para além da participação nestas reuniões, encontros e visitas de campo, a CIM Viseu Dão Lafões, com o objetivo de dar a conhecer os primeiros resultados deste projeto e partilhar os conhecimentos e técnicas já desenvolvidas, com relevância regional e nacional, organizou um conjunto de três workshops “Igniting Change”.







O primeiro desses workshops, sobre o tema “Demonstração de Boas Práticas”, decorreu no dia 17 de abril, na Biblioteca Municipal de Mangualde, tendo a sessão de abertura estado a cargo de Marco Almeida, Presidente da Câmara Municipal de Mangualde, de Miguel Ângelo David, Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões, e de Nuno Martinho, Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

A primeira parte este workshop, que contou com mais de 150 participantes, foi dedicada à apresentação dos resultados por parte dos parceiros do projeto, de entre os quais se destacam a importância da aplicação de políticas públicas específicas de apoio ao pastoreio extensivo, o reconhecimento e a valorização dos serviços dos ecossistemas, sendo que a combinação entre pastoreio extensivo e o fogo controlado realizados em pontos estratégicos de gestão, torna-se uma ferramenta essencial na prevenção de incêndios rurais.

Posteriormente, seguiu-se um painel de discussão sobre "Fogo Controlado e o Pastoreio Extensivo", que contou com intervenções de entidades como a Autoridade de Emergência e Proteção Civil, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Guarda Nacional Republicana, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e o Serviço de Planeamento e Gestão Florestal da Junta de Extremadura.



A segunda sessão deste ciclo de workshops decorreu no dia 7 de maio, na Escola Técnica Superior de Engenharia Florestal, Silvicultura e Ambiente Natural (ETSI), em Madrid, e foi dedicada ao tema "Expandir a Prevenção com Mais Perspetivas".

O evento começou com uma sessão de abertura em que participaram Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Santiago Saura, Subdiretor de Investigação, Pós-Doutoramento e Doutoramento da ETSI, e Ricardo Romero Pascua, Diretor Geral de Gestão Florestal, Caça e Pesca da Junta da Extremadura, tendo-se seguido a apresentação dos resultados do projeto, por André Mota, Chefe da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, e por Gonzalo Palomo Guijarro, da Universidade da Extremadura, e, para concluir, foi realizada uma mesa-redonda sobre "O Pastoreio Preventivo: Proteção e Valorização do Território".



Moderada por Fernando Pulido e Sebastián Hidalgo, da Universidade da Extremadura, esta mesa-redonda teve a participação de Francisco Aparisi García, Diretor Geral de Prevenção de Incêndios Florestais da Generalidade Valenciana, Pablo Ramiro Guzmán, Técnico do Serviço de Ordenação e Gestão Florestal da Junta da Extremadura, e de Ricardo Montero Herranz, Chefe da Área de Infraestruturas, Obras Florestais e Paisagismo da Junta da Andaluzia.

A última sessão dos workshops, que teve como tema central "Agir Agora", decorreu no dia 22 de maio, na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, e a sessão de abertura contou com intervenções de Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, e Ruben Castro Pereira, Adido para o Ambiente e as Florestas na Representação Permanente (REPER) de Portugal junto da UE.



À semelhança das outras sessões, foram, também, apresentados os principais resultados do projeto, por parte de André Mota, Chefe da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal, os quais demonstram que a prevenção dos incêndios pode ser bem-sucedida recorrendo a métodos ancestrais, como a pastorícia e o fogo controlado, à qual se seguiu uma mesa-redonda, moderada por Teresa Presas, Consultora Sénior na Magellan Circle.

Este debate contou com a participação de Humberto Delgado Rosa, Diretor para a Biodiversidade na Direção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia, Ana Rocha, Diretora das Políticas Agrícolas e Florestais da UE na Organização Europeia de Proprietários de Terras, e João Silva, Responsável Político na Direcção-Geral da Proteção Civil Europeia e das Operações de Ajuda Humanitária.



De referir, ainda, que este projeto, cuja conclusão ocorreu no ano de 2024, foi alvo de destaque pelo canal de notícias CGTN (China), que esteve em Viseu Dão Lafões para fazer uma reportagem sobre o Life Landscape Fire e sobre as novas metodologias de prevenção de fogos florestais que o mesmo explora, pelo Jornal Expresso, que efetuou uma reportagem dando a conhecer o modo como o Life Landscape Fire está a contribuir para a prevenção dos incêndios rurais e para a renovação das pastagens, e pela Plataforma Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas | Climate-ADAPT, que deu a conhecer o caso de estudo "Prescribed fire and grazing as integrated approach to make forests climate resilient in Viseu Dão Lafões, Portugal", o qual teve por base o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal ao abrigo do projeto Life Landscape Fire.

Este projeto foi, também, dado a conhecer na “Innovation Days”, organizada, no âmbito do projeto “FIRE-RES - Tecnologias inovadoras e soluções socioecológico-económicas para territórios resilientes ao fogo na Europa”, pelo CoLAB ForestWISE - Collaborative Laboratory for Integrated Forest and Fire Management, e com o apoio do Instituto Superior de Agronomia, a qual teve como objetivo apresentar as mais recentes soluções para incêndios florestais.

Assim, o responsável pela Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, André Mota, foi um dos “main speakers” deste evento, que decorreu entre os dias 29 e 30 de outubro, em Penafiel, e, nesse sentido, teve a oportunidade de apresentar os resultados e as técnicas desenvolvidas no âmbito do projeto Life Landscape Fire, bem como reforçar a sua importância a nível regional e nacional.



Este evento, que marcou o início da série "Innovation Days" do FIRE-RES e que será desenvolvida futuramente na Bulgária e em Espanha, reuniu partes interessadas para apresentar as mais recentes soluções para incêndios florestais, apoiadas por diversas inovações que vão desde soluções técnicas e tecnológicas até soluções sociais e ecológicas, facilitando a troca e a colaboração entre os intervenientes.

Atendendo à importância e aos resultados alcançados com a implementação do projeto Life Landscape Fire, quer no território de Viseu Dão Lafões, quer no território da Extremadura, considerou-se essencial dar continuidade às práticas desenvolvidas e replicá-las noutros territórios com características semelhantes, adequando-as às novas situações e realidades, e, nesse sentido, foi apresentada, em setembro de 2024, uma nova candidatura, designada de "Life Landscape Fire Plus", no seguimento da publicação da call n.º LIFE-2024-TA-R – Assistência Técnica para Replicação.

Esta candidatura, apresentada pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em parceria com o Instituto Politécnico de Viseu, o Município de Paredes de Coura, a Junta da Galiza (Espanha) e a Associação DREAM (Itália), caso venha a ser objeto de aprovação, irá melhorar a prevenção de incêndios florestais e a conservação da biodiversidade, apoiando a replicação e a intensificação das queimadas prescritas e das técnicas de pastoreio controladas, em Portugal, Espanha e Itália.

Adaptação às Alterações Climáticas em Viseu Dão Lafões

Considerando que os eventos climáticos extremos, que se têm vindo a registar, são responsáveis por impactos negativos muito significativos nos sistemas naturais, sociais e

económicos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar, ao longo dos últimos anos, na promoção do desenvolvimento sustentável por via das alterações climáticas.

Assim, têm vindo a ser realizados investimentos, que para além de proporcionarem um melhor conhecimento do território, permitem criar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão a criar.

Desse trabalho destacamos, por exemplo, a elaboração do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas para Viseu Dão Lafões, a elaboração de cartografia sobre as vulnerabilidades/riscos associados às alterações climáticas, nomeadamente, ao nível da erosão dos solos, ondas de calor, secas e escassez de água, e incêndios florestais, e a realização de ações de sensibilização municipais, junto da população escolar, sobre os riscos associados às alterações climáticas.









Posto isto, e tendo em vista dar seguimento a todo este trabalho, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a promover a literacia ambiental, junto da comunidade escolar, incentivando os alunos a responder a desafios sobre diversas temáticas, como por exemplo, biodiversidade, geologia, economia circular, fenómenos atmosféricos, alterações climáticas, entre outros.

Nesse sentido, essas iniciativas que visam promover a adoção de atitudes e comportamentos que atenuem e mitiguem os impactos negativos das alterações climáticas no território, têm vindo a ser implementadas no âmbito do projeto de "Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões", o qual se descreve de forma mais pormenorizada no referido ponto deste documento.

Para além disso, e na sequência da vontade manifestada por 13 municípios da CIM, em ser esta a liderar o processo aquisitivo, agregando, assim, as respetivas necessidades, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2024, deu seguimento aos trabalhos associados à elaboração dos planos municipais de ação climática, para os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, os quais são uma obrigatoriedade de acordo com a Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro.

De referir que, a elaboração dos planos municipais de ação climática sofreu um ligeiro atraso, em virtude das orientações provenientes dos organismos que tutelam estes instrumentos, nomeadamente da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, só terem sido disponibilizadas em março de 2024.

Assim, e depois das referidas orientações terem sido vertidas nos planos que se encontravam em elaboração, seguiu-se uma fase de consulta pública, prevista na Lei, a qual permitiu que os cidadãos pudessem participar e contribuir para a elaboração dos mesmos.

De referir que estes planos irão traduzir o contributo dos municípios para os objetivos nacionais em matéria de política climática, devendo contemplar os objetivos e metas traçados a nível municipal, quer em termos da redução de emissões de gases com efeito de estufa, quer em termos de preparação e resposta aos efeitos das alterações climáticas, bem como as ações a desenvolver e o investimento associado.

Life Nieblas – Reforestation & Climate Change Mitigation

Embora as mudanças climáticas sempre tenham existido, a verdade é que o ritmo entre estas variações climáticas tem sofrido uma forte aceleração, e a tendência é que tome proporções ainda mais caóticas se não forem tomadas medidas.

Este facto, faz com que as mudanças climáticas sejam a maior ameaça ambiental do século XXI, com consequências profundas e transversais a várias áreas da sociedade: económica, social e ambiental, pelo que é essencial tomar medidas para mitigar os seus impactos.

Ao nível dessas medidas, vários estudos têm demonstrado que, atualmente, a reflorestação do planeta é a melhor solução disponível para combater as alterações climáticas, com um potencial de capturar dois terços das emissões de dióxido de carbono produzidas pela humanidade.



A esse facto, acresce, ainda, que é expectável que as alterações climáticas venham a originar condições de baixa pluviosidade e a desertificação em zonas substanciais do Sul da Europa e das regiões ultraperiféricas da União Europeia.

Neste sentido, e por forma a tentar colmatar esta problemática, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Empresa Pública Gesplan, o Cabildo de Gran Canária, o Instituto Canario de Investigaciones Agrarias (ICIA), o Instituto Tecnológico de Canarias, a Universidad de La Laguna, a Heredad de Aguas de Arucas y Firgas, e o Centro de Investigación Ecológica y Aplicaciones Forestales de Cataluña, têm vindo a implementar, desde

o ano de 2020, um projeto no âmbito da reflorestação e da mitigação das mudanças climáticas, designado de Nieblas.



Financiado pelo Programa Europeu Life, com um investimento de 2.195.242,00€, dos quais 100.745,00€ foram geridos pela CIM Viseu Dão Lafões, este projeto cuja conclusão ocorreu no final do ano de 2024, visou mitigar os efeitos das alterações climáticas no Sul da Europa e regiões ultraperiféricas da União Europeia, através da utilização de protótipos de coletores de neblina, que permitem a recolha de água e o seu posterior aproveitamento para recuperação de áreas florestais, facilitando, dessa forma, o crescimento sustentado do coberto vegetal.



Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a monitorizar as plantações realizadas nos concelhos de Carregal do Sal e Vouzela, num total de 10 hectares, por forma a analisar a taxa de sobrevivência, do estado e do crescimento das três espécies arbóreas plantadas (sobreiro, carvalho alvarinho e carvalho negral), e sobre as quais estão a ser testados os diversos métodos de reflorestação utilizados.

Destaca-se, também, a participação da CIM Viseu Dão Lafões no "Congresso Internacional de Inovação em Captação de Água Atmosférica e em Técnicas de Restauração Ambiental", que decorreu nos dias 17 e 18 de outubro, em Gran Canária, Espanha, e no qual foram partilhados os avanços ao nível dos processos de coleta de neblina e do reflorestamento ambiental.

Este congresso, promovido pelo Cabildo da Gran Canária, no âmbito do projeto "Life Nieblas", compreendeu diversas apresentações científicas e técnicas, a realização de mesas redondas, momentos de networking e visitas de campo.

Com o aproximar do encerramento do projeto, CIM Viseu Dão Lafões realizou, no dia 7 de novembro, no Cine Teatro de Vouzela, uma sessão de apresentação dos resultados do projeto "Life Nieblas", o qual tem contribuído para reforçar a resiliência dos ecossistemas, incluindo o de Viseu Dão Lafões.

Este workshop iniciou-se com uma sessão de boas-vindas, em que intervieram Carlos Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Vouzela, José Batista, Vereador da Câmara Municipal de Carregal do Sal, Reinero Brandon, Diretor do Departamento de Medio Ambiente – Cabildo de Gran Canária, e Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, tendo-se seguido a apresentação de resultados do projeto, por parte de Gustavo Ruiz, Coordenador da

GESPLAN, e André Mota, responsável da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, e a realização de uma mesa-redonda sobre o tema "Recuperação da floresta autóctone: seu contributo para mitigação das alterações climáticas, incêndios florestais e biodiversidade".



Nesta mesa-redonda, moderada por Hélder Viana, Presidente da Escola Superior Agrária de Viseu, participaram representantes de entidades regionais e nacionais, nomeadamente Fátima Reis, Diretora Regional do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas do Centro, Miguel Ângelo David, Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil de Viseu Dão Lafões, Gustavo Ruiz, Coordenador da GESPLAN, Nuno Rocha, Técnico do Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal de Vouzela, e Paula Pereira, Técnica do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões.



A sessão de encerramento do workshop esteve a cargo de Fernando Ruas, Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, tendo-se seguido uma visita aos locais onde foram instalados os coletores de nevoeiro e os depósitos de água atmosférica, para posterior aproveitamento da água recolhida para rega das espécies florestais plantadas, localizados nos concelhos de Vouzela e Carregal do Sal.



Para além disso, ao longo do ano de 2024 continuou a ser publicada a newsletter "Life Nieblas", na qual foram difundidos diversos artigos relacionados com este projeto, que ao longo da sua duração, mereceu alargada cobertura da comunicação social, não só nacional como internacional.

Assim, foram várias as televisões e jornais que se deslocaram a Carregal do Sal e Vouzela, para fazerem reportagens e artigos sobre a tecnologia inovadora utilizada no âmbito do projeto Life Nieblas, de entre os quais se destacam o canal alemão WDR/ ARD Mediathek & Das Erste, a RTP e o Jornal Público.





Aviso e controlo do risco de geadas de primavera na agricultura e arboricultura ("An-Gel")

Embora o processo de alterações climáticas e o aquecimento global esteja intuitivamente associado a fenómenos como secas, incêndios florestais e ondas de calor, está também na origem de outros episódios com efeitos muito prejudiciais para a produção tradicional de plantas.

Neste sentido, o aquecimento global aumentou significativamente o risco de geadas primaveris que, nos últimos anos, tiveram efeitos catastróficos em diferentes culturas, tais como árvores de fruta de caroço, amendoeiras, kiwis e vinhas. O problema não é que estas geadas sejam mais intensas do que há 30 ou 50 anos atrás, mas que ocorrem fora da sua estação habitual, afetando culturas em fases críticas de crescimento e causando, em muitos casos, perdas de até 80% ou 100% da produção.



Desta forma, o aumento das temperaturas, devido às alterações climáticas, está progressivamente a antecipar fases críticas do desenvolvimento das plantas, como a floração, tornando as espécies extremamente vulneráveis a episódios de frio e seca.

Neste sentido, e uma vez que a maioria das produções agrícolas não têm quaisquer meios para prevenir e combater este risco, e as que o fazem baseiam-se em sistemas muito intensivos em energia, caros e insustentáveis, a CIM Viseu Dão Lafões ciente desta problemática, integrou uma parceria, liderada por uma entidade francesa, que apresentou uma candidatura ao Programa Interreg Sudoe.

Este projeto, designado de An-Gel, foi aprovado em dezembro de 2023, e conta com a colaboração de uma vasta parceria que entidades como a Association Climatologique de la Moyenne-Garonne et du Sud-Ouest (França), a Chambre d'Agriculture Dordogne (França), o Invenio (França), o Institut de Recerca i Tecnologia Agroalimentáries (Espanha), o NEIKER – Instituto Vasco de Investigación y Dessarrollo Agrario (Espanha), o Instituto Murciano de Investigación y Desarrollo Agrario y Medioambiental (Espanha), o Hydrometeorological Innovative Solutions (Espanha), o Instituto Politécnico de Bragança (Portugal), e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Portugal).

Com um investimento de 1.675.000,00€, dos quais 159.000,00€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 75%, este projeto, que parte do princípio de que a aposta no agroturismo é uma oportunidade para os produtores agrícolas e pecuários diversificarem as suas fontes de rendimento, visa o desenvolvimento e testagem de soluções inovadoras para a prevenção e adaptação ao risco de geadas, bem como um sistema de alerta precoce para os produtores.

Assim, pretende-se controlar o risco de geadas de primavera na agricultura e arboricultura, aumentando a resiliência das produções, sendo que, no território de Viseu Dão Lafões, as culturas preferenciais para o projeto são a maçã e a vinha, por serem as mais vulneráveis às geadas.

No seguimento da aprovação deste projeto, que terá uma duração de 36 meses, foi dado início ao mesmo, tendo a reunião de lançamento sido realizada no dia 27 de fevereiro de 2024, em Agen (França), e contado com a presença de representantes da CIM Viseu Dão Lafões.





A CIM Viseu Dão Lafões marcou, também, presença no "Seminário de Gestão de Projetos Aprovados" do Programa Interreg Sudoe, relativo ao período de programação 2021-2027, o que teve lugar em Santander (Espanha), nos dias 16 e 17 de abril, e cujos conhecimentos adquiridos irão contribuir para a boa execução e implementação do An-Gel.

Nos dias 17 e 18 de setembro foi realizada mais uma reunião do consórcio, desta vez em Laguardia (Rioja Alavesa - Espanha), a qual contou com a presença da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesta 2ª reunião de coordenação do projeto foi realizada a apresentação de um estudo sobre o estado da arte do controlo das geadas em França, Espanha e Portugal, à qual se seguiu a realização de uma visita de campo.













Esse estudo, que visa aumentar e sistematizar a informação sobre o risco de geadas na agricultura e a gama de soluções existentes, teve em consideração as particularidades das culturas e territórios, com o objetivo de adaptar as soluções desenvolvidas para eles e assegurar que estas soluções sejam válidas no contexto das culturas representativas do Sudoe a proteger, tanto do ponto de vista agronómico como económico.

Assim, e depois de concluído esse estudo, os parceiros encontram-se a identificar as parcelas/áreas que serão objeto de mapeamento térmico.

Este mapeamento térmico de alta precisão das áreas piloto, irá coincidir com episódios de geadas de primavera, a fim de dispor de informações básicas detalhadas que permitam

compreender os efeitos das soluções propostas e testadas no âmbito das ações-piloto que serão implementadas, sendo que as técnicas utilizadas para a cartografia serão adaptadas à dimensão das parcelas piloto e das culturas presentes, e poderão basear-se em imagens de satélite ou na recolha de dados no terreno, utilizando drones equipados com câmaras térmicas.

De referir que, o carácter inovador das soluções propostas apresentadas neste projeto reside no facto de, ao contrário das alternativas tradicionais, não implicarem a utilização de combustíveis fósseis (poluentes e muito dispendiosos), mas basearem-se principalmente na antecipação e na prevenção, atuando sobre variáveis agronómicas como a humidade do solo, a circulação do ar ou a mobilização do solo (técnicas passivas ou semi-passivas).

Estas ferramentas, pouco estudadas e, sobretudo, muito pouco aplicadas pelos agricultores, serão complementadas por outros meios sustentáveis de controlo ativo, como pulverizações de alta precisão, torres eólicas de nova geração ou cobertura do solo e gestão da humidade.

Dar, também, nota que, este projeto irá permitir ultrapassar a abordagem baseada na reação e substituí-la por uma abordagem baseada na prevenção e antecipação, complementada por sistemas ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental e financeiro.

O "An-Gel" irá, ainda, permitir influenciar as estratégias regionais e nacionais de adaptação às alterações climáticas e de gestão dos acontecimentos negativos na agricultura, na medida em que irá gerar uma base de conhecimentos transnacional tangível e assimilável para adaptação ao risco de geadas, aumentando a resiliência das produções representativas da área do Sudoe através de soluções sustentáveis, de baixo custo e que podem ser transferíveis para outros territórios do Sudoe ou da União Europeia.

Apoiar um modelo mais ecológico e resiliente de cidades/regiões termais que enfrentam a mudança climática na Europa ("GreenSPA")

O principal objetivo do Pacto Ecológico Europeu é ter até 2050 uma economia com emissões líquidas nulas de gases com efeito de estufa, o qual vai de encontro ao compromisso da União Europeia com a economia global.

Assim, a transição para uma sociedade com impacto neutro no clima é simultaneamente um desafio urgente e uma oportunidade para construir um futuro melhor para todos, sendo que todas as partes da sociedade e todos os setores económicos terão um papel crucial no alcance deste objetivo, desde o setor da energia, à indústria, à mobilidade, aos edifícios, à agricultura, à silvicultura, bem como às cidades/regiões termais.

Para além dos desafios climáticos e ambientais que as cidades/regiões termais enfrentam, também os impactos diretos e indiretos das alterações climáticas afetam a habitabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos e visitantes das mesmas.



A água está no centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e com a adaptação às alterações climáticas, em especial das cidades/regiões termais, as quais exploram há mais de um século e meio o seu potencial termal, nomeadamente os recursos hídricos minerais que são a base da sua atividade económica.

Assim, a água é uma questão vital para estas cidades, uma vez que a tendência decrescente de longo prazo na previsão de precipitação pode alterar as propriedades naturais das fontes termais, e sem a presença da água mineral termal, nenhum spa termal será capaz de se manter e desenvolver a sua atividade.

Nesse sentido, as cidades/regiões termais necessitam de dados e métodos para avaliar este potencial impacto das alterações climáticas, bem como de estratégias de adaptação, ações concretas e boas práticas identificadas para antecipar o efeito das mudanças climáticas na energia térmica do ecossistema.

Posto isto, e sendo a região Viseu Dão Lafões bastante rica em recursos termais, a CIM Viseu Dão Lafões integrou uma parceria, liderada pela Associação Rota das Cidades da Água do Maciço Central (França), que apresentou uma candidatura ao Programa Interreg Europe, a qual visa melhorar as políticas destinadas a apoiar um modelo mais ecológico e mais resiliente de cidades e regiões termais que enfrentam as alterações climáticas na Europa.

Com esta candidatura, designada de GreenSPA, a parceria, constituída por 8 parceiros de 7 países distintos, nomeadamente, a Associação Rota das Cidades da Água do Maciço Central (França), a Associação Europeia das Cidades Históricas Termais (Bélgica), o Município de Montegrotto Therme (Itália), o Kujawsko-Pomorskie Voivodeship (Polónia), o Município de Baden (Áustria), o Município de Birstonas (Lituânia), o Centro de Inovação Lituano (Lituânia), e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (Portugal), pretende, assim, promover a troca inter-regional de experiências nesse domínio, através da realização de visitas de estudos, workshops temáticos e seminários, e, subsequentemente, introduzir nas suas políticas um modelo mais ecológico e mais resiliente de cidades e regiões termais.

O GreenSPA, que apresenta um investimento de 1.795.450,00€, dos quais 206.000,00€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 80%, foi objeto de aprovação em março de 2024, e nesse seguimento, os parceiros, deram início à implementação deste projeto, que irá reforçar o intercâmbio de boas práticas entre os mesmos.

No âmbito destes encontros, dar nota que, entre os dias 19 e 21 de novembro, a CIM Viseu Dão Lafões recebeu no seu território os restantes parceiros do projeto, para uma série de

visitas técnicas aos territórios termais, onde foram apresentadas algumas iniciativas de sustentabilidade e boas práticas que têm vindo a ser implementadas na região.





Esta visita teve início nas Termas de São Pedro do Sul, um dos destinos termais mais conhecidos de Portugal, onde foi promovida uma sessão de boas-vindas, que contou com a intervenção do Vice-Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Paulo Almeida, e da Vereadora do Município de São Pedro do Sul, Teresa Sobrinho.

Também, o Presidente da Direção da Associação das Termas de Portugal, Victor Leal, e a Diretora Operacional da Termalistur, Ana Jorge, participaram neste encontro, dando a conhecer o trabalho que tem vindo a ser realizado nas estâncias termais de Viseu Dão Lafões.

Durante estas visitas técnicas, o grupo explorou as instalações e os serviços oferecidos pelas Termas de São Pedro do Sul e pelas Termas do Carvalhal (Castro Daire), descobrindo as práticas inovadoras que combinam os tratamentos termais tradicionais com os serviços de bem-estar modernos, e verificaram como o turismo termal pode ser uma parte vital do desenvolvimento regional sustentável.













A CIM Viseu Dão Lafões apresentou, ainda, alguns dos projetos que tem vindo a desenvolver no território e que demonstram o seu compromisso com a sustentabilidade e a inovação, nomeadamente, o Life Nieblas, o Ir e Vir e as Ecopistas do Dão e do Vouga.

Durante estes três dias, que incluíram ainda visitas ao Museu do Quartzo e ao Centro Histórico de Viseu, os parceiros envolveram-se em discussões colaborativas e sessões de brainstorming, as quais permitiram que todos partilhassem as suas experiências, gerassem novas ideias e fortalecessem o seu compromisso com a integração de práticas termais sustentáveis.



De referir que, esta visita revelou-se uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos, uma vez que os conhecimentos adquiridos ajudarão a moldar estratégias e ações futuras no sentido de preservar o património cultural e natural das cidades termais da Europa, garantindo ao mesmo tempo o seu desenvolvimento sustentável.

4.5 Melhorar a qualidade do ambiente e a transição energética, e promover a reutilização de resíduos e a economia circular

RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos

As políticas relativas à gestão de resíduos têm evoluído no sentido da gestão sustentável dos materiais, a fim de proteger, preservar e melhorar a qualidade do ambiente, proteger a saúde humana, assegurar uma utilização prudente, eficiente e racional dos recursos naturais, reduzir a pressão sobre a capacidade regenerativa dos ecossistemas, promover os princípios da economia circular, reforçar a utilização da energia renovável, aumentar a eficiência energética,

reduzir a dependência de recursos importados, proporcionar novas oportunidades económicas e contribuir para a competitividade a longo prazo.



Nesse sentido, têm vindo a ser introduzidas normas relativas à prevenção da produção de resíduos, estipulando objetivos e metas de redução tanto ao nível da produção de resíduos urbanos, como medidas com vista à promoção da reutilização, bem como normas relativas à prevenção de resíduos alimentares no contexto do combate ao desperdício alimentar, e à redução da deposição em aterro, de resíduos com potencial de reciclagem ou outro tipo de valorização.

Assim, é necessário promover a reutilização e a reciclagem de resíduos, e assegurar a recolha seletiva de biorresíduos, e para atingir esse desígnio têm vindo a ser penalizadas as operações de tratamento menos nobres na hierarquia dos resíduos, por via do aumento do montante da taxa de gestão de resíduos (TGR), enquanto instrumento determinante da modelação de comportamentos de todos os envolvidos.

Nesse seguimento, o Fundo Ambiental tem vindo a proceder à devolução das receitas relativas à TGR aos municípios, com vista à sua aplicação no apoio a investimentos no domínio dos resíduos e da economia circular, sendo, para o efeito, lançados avisos para os municípios apresentarem projetos no âmbito do Programa RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos.

Este processo conta com a colaboração da CIM Viseu Dão Lafões, a quem cabe proceder à avaliação dos projetos submetidos pelos municípios, sendo para o efeito, todos os anos, assinado um protocolo de colaboração entre o Fundo Ambiental e a Comunidade Intermunicipal, que visa estabelecer o modo de operacionalização do referido Programa e regular os termos e condições de natureza técnica e financeira da colaboração entre estas duas entidades.

Assim, e de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas pelo protocolo de colaboração estabelecido com o Fundo Ambiental, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a acompanhar os projetos aprovados no âmbito do Programa RecolhaBio 2022, e a verificar e analisar a despesa que foi sendo apresentada pelos municípios, por forma a libertar o financiamento definido e aprovado para cada um dos projetos municipais.

Estes projetos, cujo investimento totalizou 505.783,77€, foram concluídos pelos municípios até 31 de julho de 2024, e incluíram, em termos genéricos, a infraestruturação e a aquisição de equipamentos associados à recolha e reciclagem dos biorresíduos, e, subsidiariamente, a sensibilização dos utilizadores para melhorar as suas práticas.



Entretanto foi iniciado o Programa RecolhaBio 2023, tendo os correspondentes contratos de financiamento sido assinados no dia 1 de outubro de 2024, em Vouzela, os quais totalizam um montante superior a 350.000,00€, financiados a uma taxa de 100%.



Os municípios encontram-se, agora, a implementar estes projetos, que irão permitir otimizar a recolha seletiva e transformar o que antes era desperdício num recurso económico, ao mesmo tempo que se evitam os custos decorrentes da necessidade da sua eliminação.

De referir que, a implementação destas iniciativas por parte dos municípios, irão contribuir para aumentar a quantidade e qualidade da recolha e reciclagem dos resíduos, com particular ênfase nos biorresíduos (resíduos alimentares e resíduos biodegradáveis de jardins e parques), promovendo a redução da deposição de resíduos em aterro, e potenciando os benefícios ambientais e económicos desta prática.

STOP_WASTE - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention

Conforme é sabido, a produção e o tratamento de resíduos são um dos maiores problemas ambientais, sociais e económicos da Europa. Por exemplo, só na União Europeia, mais de 3 biliões de toneladas de lixo são descartadas todos os anos e 90% dos recursos utilizados tornam-se resíduos após a sua primeira utilização.

Assim, a prevenção e a diminuição da produção de resíduos é fundamental para reduzir os impactos negativos e as consequências da atividade humana sobre o meio ambiente, e nesse sentido a Diretiva-Quadro dos Resíduos (WFD – Waste Framework Directive), adotada pelos países da União Europeia, veio definir a redução e o tratamento de resíduos como a estratégia prioritária para combater esta situação, estabelecendo, como obrigação legal para todos os Estados-Membros a tomada de medidas para prevenir a produção de resíduos.

No entanto, e apesar da adoção de programas e de estratégias de prevenção de resíduos, e do esforço empregue na mobilização e sensibilização da sociedade, os diversos países europeus têm apresentado resultados muito aquém do que seria expectável, traduzindo-se numa reduzida diminuição da produção e tratamento dos resíduos.

Portugal, por exemplo, apresenta, desde 2016, um crescimento da quantidade de resíduos produzidos na ordem dos 70 kg /ano por habitante, situação que se deve, em parte, ao facto de a maioria dos estados-membros da União Europeia terem concentrado os esforços e o investimento na fase do tratamento dos resíduos, ao invés de terem procurado atenuar a produção de resíduos nas fases anteriores do ciclo de vida do produto.



Este contexto levou a que a aposta na investigação, desenvolvimento e implementação de instrumentos que promovam a redução da produção de resíduos, e fomentem a sua reutilização, tenha sido muito reduzida, situação que está a tentar ser minimizada, por via da candidatura “STOP_WASTE”, apresentada, ao Programa Interreg 2021-2027, pela CIM Viseu Dão Lafões em associação com quatro parceiros europeus, nomeadamente a JSC – Alytus Region Waste Management Center, na Lituânia, a Bucharest-Ilfov Regional Development

Agency, na Roménia, o Município de Almere, nos Países Baixos, e o CEDES – Centro de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável, em Portugal.

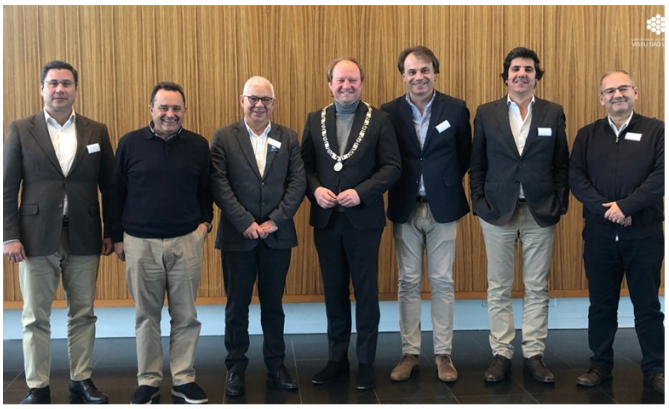
Esta candidatura, que visa promover o desenvolvimento de estratégias e a adoção de políticas que permitam reduzir a produção de resíduos, foi aprovada em fevereiro de 2023, com um investimento elegível de cerca de 1,2 milhões de euros, financiados a uma taxa de 80%, dos quais 339.600,00€ são destinados ao financiamento das atividades da responsabilidade da CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2024, a parceria continuou a implementar este projeto, através do qual se pretende aumentar o conhecimento e o desempenho das entidades/territórios envolvidos na prevenção e redução da produção de resíduos, dando especial atenção às fases de conceção, reutilização, reparação, redistribuição, renovação, e refabrico, do ciclo de vida dos produtos.

Assim, foram promovidas várias reuniões e encontros de partilha de boas práticas, as quais permitem a todos os parceiros obter um conhecimento mais aprofundado em matéria de prevenção da produção de resíduos, que os irá permitir implementar os projetos-piloto mais indicados nos seus territórios, e alcançar melhores resultados.

Nesse sentido, teve lugar, nos dias 10 e 11 de abril, a 3ª reunião do projeto, no âmbito da qual foi realizado um workshop inter-regional e visitas de estudo a stakeholders locais dedicados à procura de soluções para reduzir e tratar resíduos.

Esta reunião, que decorreu em Almere (Países Baixos), contou com a presença do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, do Presidente do Município de Castro Daire, Paulo Almeida, do Presidente do Município de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo, do Presidente da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB), Leonel Gouveia, do Secretário Executivo da AMRPB, José Portela, e do Presidente do Instituto Politécnico de Viseu, José Costa.







No primeiro dia deste encontro os participantes ficaram a conhecer a agenda para a sustentabilidade de Almere, a sua estratégia de prevenção e o sistema de análise de fluxos de resíduos urbanos, e visitaram dois exemplos de boas práticas no setor, que adotam abordagens distintas: um centro de reciclagem e um centro de reutilização de materiais, ambos em Almere.

No segundo dia foi realizada uma visita a uma unidade de reciclagem de plástico, em Roterdão, e uma visita a uma fábrica de plástico "verde", em Arnhem, as quais permitiram à comitiva de Viseu Dão Lafões conhecer outras realidades europeias no âmbito da sustentabilidade ambiental e da economia circular.

Nos dias 13 e 14 de junho decorreu, mais um workshop inter-regional e uma visita de estudo, o qual decorreu em Alytus (Lituânia), e contou com participação da CIM Viseu Dão Lafões e dos restantes parceiros do projeto.

Este encontro contemplou reuniões de trabalho com os stakholders locais associados à gestão de resíduos e instituições de I&D dedicadas à procura de soluções para reduzir e tratar adequadamente os resíduos de plástico, que permitiram, aos diversos parceiros, avaliar soluções inovadoras para a gestão de resíduos plásticos.








De referir que, para além dos parceiros internacionais, este projeto conta ainda com o envolvimento e participação dos municípios associados da CIM Viseu Dão Lafões e das seguintes entidades: CCDR Centro, Agência Portuguesa do Ambiente, Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, Ecobeirão - Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos do Planalto Beirão, E.I.M., S.A., Instituto Politécnico de Viseu (IPV), Associação Empresarial da Região de Viseu (AIRV), e da Interecycling - Empresa de Reciclagem de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos.

Cantinas Verdes - Estruturação do Mercado Institucional de Alimentos em Viseu Dão Lafões

Está comprovado que a adoção de sistemas alimentares inadequados leva ao desenvolvimento de consequências negativas para a saúde humana, que se traduzem em dietas pobres do ponto de vista nutricional e no aumento das taxas de obesidade, com consequências na qualidade de vida das populações e nos sistemas de saúde pública, pelo que é imperativo desenvolver sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis que se baseiem em produtos frescos, naturais e sazonais.

Dos atuais sistemas alimentares, o das refeições fornecidas em contexto escolar é o que carece de uma especial atenção por parte das entidades públicas, a quem cabe a responsabilidade de definirem prioridades nas compras alimentares, as quais representam um volume anual considerável.

Nesse sentido, ao longo dos últimos anos, a Comunidade Intermunicipal tem vindo a trabalhar no desenvolvimento de uma estratégia para a estruturação do mercado institucional de alimentos em Viseu Dão Lafões, através da construção de uma cadeia alimentar que beneficie consumidores e produtores do setor primário.

Nesse âmbito, foi realizado um estudo para caraterizar o mercado atual e identificar as modalidades de compras públicas, as oportunidades e os constrangimentos, o qual originou um plano de ação, onde foram identificadas ações piloto, que visam testar novos modelos e instrumentos de contratação pública para a introdução de alimentos saudáveis e sustentáveis nas refeições escolares de alguns estabelecimentos de ensino da região Viseu Dão Lafões.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
VISEU DÃO LAFÕES



Assim, e tendo em vista a implementação dessas ações, a CIM Viseu Dão Lafões, em articulação com os quatro Grupos de Ação Local do território (ADD, ADDLAP, ADICES e ADRIMAG), têm vindo a implementar, desde o ano de 2023, uma candidatura, no âmbito do Plano Nacional da Alimentação Equilibrada e Sustentável (PNAES).

Esta candidatura designada de "Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões", com um investimento de 238.197,32€, dos quais 37.662,60€ serão executados pela CIM Viseu Dão Lafões e financiados a uma taxa de 100%, visa, assim, a promoção da dieta mediterrânica e da literacia alimentar, bem como a educação e o combate ao desperdício alimentar, através da sensibilização da comunidade escolar da região, para uma alimentação sustentável e equilibrada.

Mas, para atingir esse desígnio, é necessário introduzir nas cantinas escolares alimentos produzidos a partir de métodos ambientalmente mais sustentáveis tais como, a produção integrada, o modo de produção biológica, os regimes de qualidade (DOP/IGP), a partir de raças autóctones e distribuídos através de circuitos curtos.



Nesse sentido, no decurso do ano de 2024, os parceiros deste projeto, continuaram a trabalhar ao nível da estruturação de uma cadeia curta de fornecimento de produtos alimentares aos refeitórios públicos, a partir dos produtores de Viseu Dão Lafões, da introdução de critérios de sustentabilidade nas compras públicas de alimentos, e da fundamentação da mudança para um sistema alimentar das refeições escolares, mais saudável e sustentável.



De entre as atividades desenvolvidas, destaca-se o "Manual de Identidade Alimentar", o qual se afirma como um veículo para a promoção da dieta mediterrânica e de uma alimentação equilibrada e saudável, numa aliança entre produção local, sazonalidade e sustentabilidade, tendo como matriz comum a identidade alimentar do território.

Este manual foi divulgado pelo território, tendo sido realizadas sessões de apresentação do mesmo, no dia 12 de janeiro, em Sátão, Vouzela e Santa Comba Dão; no dia 16 de janeiro, em Vila Nova de Paiva; no dia 19 de janeiro, em Nelas; no dia 22 de janeiro, em Castro Daire, São Pedro do Sul e Aguiar da Beira; no dia 23 de janeiro, em Carregal do Sal e Mangualde; no dia 29 de janeiro, em Penalva do Castelo e Oliveira de Frades; no dia 30 de janeiro, em Tondela; e no dia 4 de março, em Viseu.

No ano de 2024 destaca-se, também, a iniciativa-piloto de fornecimento de refeições biológicas, implementada nos meses de junho e julho, através da qual foram distribuídas 7.843 refeições a 2.635 alunos, desde o pré-escolar ao ensino secundário, pertencentes a 9 dos 14 municípios do território.

De referir que esta iniciativa, que envolveu mais de 1 tonelada de fruta, com destaque para o mirtilo, e 3,5 toneladas de hortícolas em MPB (Modo de Produção Biológico), visa estabelecer um sistema alimentar saudável e sustentável nos refeitórios escolares da região.













Uma dessas "Refeição Bio", nomeadamente a realizada no Centro Escolar de Oliveira de Frades, contou com a presença do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, João Valério, da Vereadora da Câmara Municipal de Oliveira de Frades, Elisa Ferraz de Oliveira, e de um membro da Direção do Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, António Bernardino Lopes, os quais acompanharam as crianças durante o almoço, cujo menu, foi composto por sopa de creme de couve-flor, empadão de pescada ou empadão de vegetais, com feijão-verde salteado com cenoura (prato principal) e mirtilos (sobremesa).











Dar, ainda, nota que este esta experiência-piloto que visa melhorar a dieta escolar, ampliar as opções disponíveis, com refeições "Bio", e implementar novos processos de contratação pública com forte componente ecológica, criando, assim, novas oportunidades para a economia local e regional, foi alvo de destaque pela RTP /Antena 1.

Para além disso, ao longo do ano de 2024, foram realizadas várias reuniões de trabalho com os municípios, no sentido de apresentar e delinear o Acordo Quadro para o fornecimento de produtos hortofrutícolas no âmbito do regime de fruta escolar, através do qual, e em complemento ao programa piloto da refeição BIO, se pretende promover a dinamização do mercado de produtores locais, colocando à disposição dos nossos produtores uma nova oportunidade de escoamento dos seus produtos.

4.6 Fomentar o desenvolvimento da região, e promover e incrementar a inovação, a competitividade empresarial, a qualificação profissional, a aprendizagem ao longo da vida, a empregabilidade e o empreendedorismo

Acompanhamento dos Investimentos na Região

O desenvolvimento das regiões está em muito condicionado pelos investimentos estratégicos que o país é capaz de realizar, pelo que, a Comunidade Intermunicipal considera que deverá ser dada prioridade a determinados investimentos infraestruturais estratégicos, uma vez que estes terão reflexos no desenvolvimento da região Viseu Dão Lafões, quer ao nível da competitividade do território, quer ao nível da sua coesão económica e social.

Neste sentido, a CIM Viseu Dão Lafões, ao longo dos últimos anos, tem vindo a acompanhar e a avaliar as políticas de desenvolvimento e coesão definidas para esta região, com especial incidência para as relacionadas com o desenvolvimento regional.

Dos dossiers que têm merecido uma maior atenção por parte da CIM Viseu Dão Lafões, destaca-se, no campo das infraestruturas, a requalificação do IP3 e a modernização da Linha da Beira Alta, e, no campo da saúde, a construção do Centro Ambulatório de Radioterapia do Centro Hospitalar Tondela – Viseu, investimentos essenciais para o desenvolvimento da região e para o aumento da qualidade de vida dos seus residentes.

Para além destes investimentos cruciais para a região Viseu Dão Lafões, a Comunidade Intermunicipal sinalizou outras intervenções essenciais para a promoção da coesão territorial e social, e para assegurar melhores acessibilidades às atividades económicas e melhor qualidade de vida, as quais se encontram identificadas na Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, cuja consulta poderá ser efetuada através do link https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/.



Assim, e por forma a acompanhar a evolução destes investimentos, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2024, solicitou a realização de reuniões com as equipas governamentais, e com entidades representativas da região nas mais diversas áreas, de entre as quais se destacam, a realizada no dia 2 de setembro, com o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, no dia 2 de setembro, com o Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado, e no dia 6 de setembro, com o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, António Gandra D'Almeida.



Neste âmbito, dar, também, nota, que entre os dias 2 e 4 de dezembro, uma delegação da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, constituída pelo Presidente da CIM, pelo Secretário Executivo, pelo Chefe da Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal e por alguns autarcas, realizou uma missão a Copenhaga, a qual teve como objetivo conhecer in loco algumas das políticas públicas e investimentos efetuados na cidade de Copenhaga nas áreas da Ação Climática, Habitação, Desenvolvimento Urbano Sustentável e Mobilidade.

De referir que esta cidade, eleita pela UNESCO como Capital Mundial da Arquitetura 2023-2024, suscitou o interesse da comitiva da CIM, atendendo ao trabalho que tem vindo a desenvolver para se tornar a primeira capital neutra em emissões de CO2 até 2025, com projetos inovadores em diversas áreas, alguns dos quais foram dados a conhecer no decurso desta missão.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões teve oportunidade de renuir com o Departamento de Ambiente do Município de Copenhaga, onde lhes foi apresentado o Plano de Adaptação às Alterações Climáticas 2025, e com a Realdania, uma instituição filantrópica que apoia a melhoria da qualidade de vida dos dinamarqueses, bem como de realizar diversas visitas a locais onde são implementados projetos inovadores, nomeadamente, ao BLOX (Centro Dinamarquês de Arquitetura e Centro de Inovação Urbana), ao House of Green (um balcão único que promove

soluções sustentáveis e de baixo carbono), ao Tscherning-huset (vencedor do "Prémio Renovação" 2024), ao TINGBJERG (um projeto relacionado com novas casas para jovens famílias em áreas socialmente desfavorecidas), e ao Grønningen NV – Bispeparken (um Parque de Gestão da Água com 20.000m² de área verde, que combate as alterações climáticas e promove o convívio local).

Esta missão terminou com uma visita ao Copenhill/ARC – CopenHill, uma central de resíduos inovadora que combina tratamento de lixo e produção de energia, e ainda possui uma pista de esqui e parede de escalada.



CR Inove – Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-Região Viseu Dão Lafões

A Região Centro assumiu na "Visão Estratégica para a Região Centro 2030", a necessidade de aprofundar e intensificar as dinâmicas de inovação para reforçar um modelo territorial mais equilibrado na região, mas para atingir esse desígnio, é fundamental dinamizar e promover as necessárias políticas e programas de proximidade que envolvam as entidades do Sistema Regional de Inovação e o tecido empresarial na promoção da consolidação de um território inovador e mais competitivo.

Nesse sentido, a CCDRC, no âmbito das suas atribuições, e tendo em vista promover e intensificar as dinâmicas regionais de inovação, considerou relevante proceder ao desenvolvimento e implementação da iniciativa "CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro", a qual é composta por uma rede informal de entidades do Sistema Regional de Inovação, que pretende promover um processo estruturado de cooperação e partilha de

informação entre as Comunidades Intermunicipais, as Entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as Associações Empresariais da Região Centro.

A constituição do CR Inove - Catalisador Regional de Inovação da Região Centro para a Sub-região de Viseu Dão Lafões, foi formalizada no dia 30 de setembro de 2022, por via da assinatura de um protocolo de cooperação entre a CCDRC, a CIM Viseu Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Viseu, a Associação Empresarial da Região de Viseu e o dinamizador sub-regional José Alberto Ferreira, através do qual estas entidades se comprometeram a desenhar e executar um Programa de Ação, centrado nos fatores territoriais de promoção da competitividade e inovação.

Assim, no decurso do ano de 2024, os parceiros do CR Inove continuaram a desenvolver, de forma concertada e participada, iniciativas conjuntas em temáticas relevantes para o processo de promoção da inovação, a sistematizar e atualizar a informação e as competências das entidades do Sistema Regional de Inovação pertencentes à sub-região, a criar mecanismos de partilha e divulgação de informação, a promover o desenvolvimento de conteúdos, instrumentos e metodologias de capacitação de atores e de transferibilidade do conhecimento e de tecnologias.

Neste âmbito, dar também nota, que o Instituto Politécnico de Viseu promoveu, no dia 20 de abril, o "2nd IPViseu Study, Research & Innovation Summit", o qual teve como objetivo aproximar a academia do sector económico e empresarial através da partilha de desenvolvimento, inovação e transferência de conhecimento.

Esta iniciativa, que decorreu no pavilhão multiusos do IPV, contou com a presença da CIM Viseu Dão Lafões, nomeadamente do Secretário Executivo, Nuno Martinho, que foi um dos oradores do painel "Inovação nos territórios do interior: desafios e oportunidades".



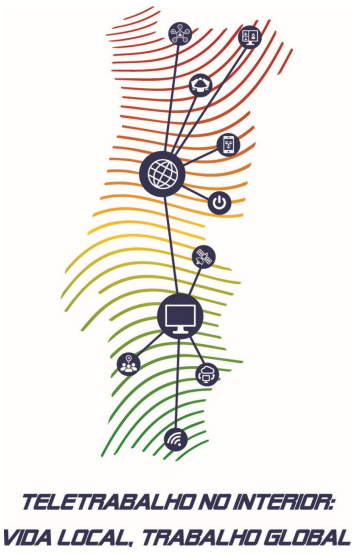


Este painel, cuja moderação esteve a cargo da responsável pela região de Viseu Dão Lafões no CR Inove, Raquel Silva, contou, ainda, com a participação do Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, Eduardo Anselmo, e da Vice-Presidente do IPV, Helena Vala.

De referir que o CR Inove para além de potenciar e promover os recursos e competências existentes no domínio da inovação na Região Centro, através de uma melhor interação entre os produtores de conhecimento e tecnologia e as empresas e entidades da administração pública e do terceiro setor, contribui, também, para a internacionalização da Região Centro, ao nível da captação e instalação de capital/empresas e divulgação de competências e recursos em mercados internacionais.

Rede de Espaços de Coworking / Teletrabalho

O teletrabalho e o coworking representam uma evolução sequencial lógica das atuais dinâmicas laborais, em consonância com a remotização de serviços ou a imaterialização de processos administrativos e laborais, processo este que ganhou uma maior relevância com a pandemia da COVID-19, com a qual muitos trabalhadores passaram a exercer as suas funções em regime de teletrabalho.



Para além disso, o teletrabalho e o coworking representam uma grande vantagem do ponto de vista da redução da assimetria geográfica de ofertas profissionais, democratizando as oportunidades entre as regiões de elevada densidade populacional e as de menor densidade, onde a criação de emprego e a fixação de pessoas assumem maior importância.

Assim, e por forma a contribuir para um país mais coeso, mais inclusivo e mais competitivo, a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, do Ministério da Coesão Territorial, lançou a iniciativa "Redes de Espaços de Coworking/Teletrabalho", a qual visou a criação destes espaços, que irão dinamizar os territórios de baixa densidade, pelo seu efeito de atração e eventual fixação de pessoas, com efeitos positivos no cumprimento das metas ecológicas, diminuindo a necessidade de deslocações e a consequente pegada carbónica, e estimulando os índices de bem-estar social e familiar, ao permitir uma melhor conjugação da vida familiar e profissional.

No âmbito dessa iniciativa, foram criados, no ano de 2021, seis espaços de coworking no território da CIM Viseu Dão Lafões, tendo a sua criação sido formalizada através da assinatura de um Acordo de Cooperação, entre a CCDR do Centro, o IEFP, a CIM Viseu Dão Lafões e cada um dos Municípios aderentes, às quais se juntou, posteriormente, o Ministério da

Modernização do Estado e da Administração Pública (MMEAP), através da Direção-Geral da Administração e do Emprego (DGAEP).

Assim, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a apoiar os municípios nos quais os referidos espaços de coworking se encontram sediados, nomeadamente, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão e Vouzela, na divulgação dos mesmos, e na intermediação de contactos com empresas que demonstraram interesse em deslocar e/ou contratar trabalhadores para exercer as suas funções a partir de um espaço de coworking instalado em Viseu Dão Lafões.

Em 2024, esta Rede de espaços de coworking foi complementada com mais dois espaços, sediados nos Municípios de Castro Daire e Vila Nova de Paiva, no seguimento de uma candidatura aprovada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, alargando, assim, o leque de possibilidades para quem quer exercer as suas funções de forma descentralizada e desconcentrada na região de Viseu Dão Lafões.

A cerimónia de assinatura do auto de consignação da empreitada relativa ao espaço de coworking de Vila Nova de Paiva, ocorreu no dia 31 de janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Nova de Paiva, e nesse seguimento, foi iniciada esta obra de reabilitação e requalificação, que veio dar uma nova vida à antiga Escola Primária de Alhais de Baixo.

Esta empreitada foi concluída no dia 2 de setembro, com a elaboração do auto de receção provisória, e registou um investimento total de 162.457,17€.







Quanto à empreitada subjacente ao espaço de coworking de Castro Daire, a cerimónia de assinatura do auto de consignação foi realizada no dia 29 de abril, no Salão Nobre da Assembleia Municipal de Castro Daire, e a mesma foi concluída no dia 25 de setembro, com a elaboração do auto de receção provisória.

Esta obra, que registou um investimento total 154.600,00€, permitiu a recuperação de um edifício histórico, contíguo a um solar do século XVIII, o Solar dos Mendonça, localizado no centro da vila de Castro Daire.







De referir que estes dois novos espaços de trabalho, modernos e flexíveis, dispõem de capacidade e de condições para atrair empresários, empreendedores, startups e novos trabalhadores que optem pelo teletrabalho neste território, na medida em que favorecem a conciliação entre a vida pessoal e familiar.

Acresce, ainda, que estes espaços, em complemento aos já existentes, irão promover modos mais ágeis e flexíveis de desempenho do trabalho, modificando o paradigma de que o trabalho tem de ser prestado no local sede da empresa e/ou do serviço da Administração Pública à qual pertence o trabalhador.

Centros para o Empreendedorismo de Impacto

A iniciativa Portugal Inovação Social 2030 tem como objetivo desenvolver e dinamizar o empreendedorismo, a inovação social e o investimento de impacto em Portugal, contribuindo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em linha com os princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Esta iniciativa pode, por exemplo, ser concretizada através dos Centros para o Empreendedorismo de Impacto, os quais visam estimular e dinamizar os ecossistemas locais e regionais de inovação e empreendedorismo social, através de processos de incubação, aceleração e capacitação, em colaboração com entidades públicas, privadas e da economia social.

Posto isto, e na sequência da publicação do aviso n.º CENTRO2030-2024-1, a CIM Viseu Dão Lafões foi convidada a integrar, enquanto investidor social, dois projetos apresentados a este aviso, os quais foram objeto de aprovação em outubro de 2024.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões, enquanto investidor social, irá apoiar e cofinanciar estes projetos, que tiveram início em janeiro de 2025 e cuja duração será de três anos, e irá acompanhar a implementação do plano de desenvolvimento delineado para cada um deles.

Um desses projetos, designado de **"Incubadora de Inovação Social Viseu Dão Lafões"** e promovido pela ANGES – Associação Nacional de Gerontologia Social, procura contribuir para minimizar os impactos relativos ao despovoamento e a dificuldade de reter e atrair a população jovem, apresentando uma solução de valor acrescentado, direcionada para vários segmentos da população - jovens, adultos, idosos e entidades da economia social.

Nesse sentido, pretende-se criar uma Incubadora de Inovação Social que seja capaz de integrar três processos interligados de incubação, aceleração e capacitação, por forma a criar dinâmica, interesse e proximidade, assim como um cluster de inovação e empreendedorismo na região de Viseu Dão Lafões.

Assim, este projeto, que terá uma comparticipação financeira por parte da CIM Viseu Dão Lafões de 67.633,27€, terá como objetivos:

- Promover processos de incubação com vista a potenciar ideias de negócio e projetos empreendedores, em todas as áreas da economia social, capazes de colmatar lacunas existentes e de gerar dinamismo territorial, criar emprego, gerar riqueza e gerar impacto social positivo;
- Acelerar os novos negócios e projetos sociais, assim como as novas organizações existentes (lucrativas e não lucrativas), gerando maior eficácia e eficiência, rentabilizando recursos e operacionalizando melhores resultados;
- Promover a capacitação de agentes sociais, com intenção de gerar mudança, aprendizagem colaborativa, inovação nas práticas e verificação de impacto social.

O outro projeto, designado de **"Interioriza-te! Youth – Social Innovation Hub"**, é promovido pela Associação Interioriza-te, pela AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu, e pelo IPV – Instituto Politécnico de Viseu, e visa a dinamização e desenvolvimento de um ecossistema de inovação e empreendedorismo social orientado para a resposta ao desafio da atratividade e da retenção de jovens na sub-região Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, este projeto assume-se enquanto ponto fulcral na mobilização, articulação e ação integrada de decisores políticos, do setor público, do setor empresarial, do setor social, da academia, da sociedade civil, dos jovens e das suas associações formais e informais, tanto quanto possível, nas diferentes escalas espaciais/territoriais.

Este projeto, que terá uma comparticipação financeira por parte da CIM Viseu Dão Lafões de 77.439,85€, irá compreender intervenções ao nível da criação e desenvolvimento de redes de conhecimento, competências e recursos, do desenvolvimento de sinergias potenciadoras da inovação social, da capacitação e sensibilização de atores, e da incubação e aceleração de iniciativas de empreendedorismo de impacto.

De referir que estes projetos no âmbito do empreendedorismo de impacto, irão contribuir para inverter o ciclo de despovoamento e envelhecimento que se verifica na região Viseu Dão Lafões, e consequentemente, irão potenciar a capacidade de resposta do território à multiplicidade e complexidade dos problemas que o desafiam ao nível da atratividade e da capacidade de retenção e atração de jovens.

4.7 Investir na educação, nas competências da população e na promoção do sucesso escolar

Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões

A educação e a promoção do sucesso educativo têm vindo a assumir um papel preponderante nas políticas públicas, e nesse sentido, desde o final do ano de 2017, que a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a implementar iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar, no seguimento de candidaturas intermunicipais apoiadas pelo Programa Operacional Regional do Centro 2020.

Estas candidaturas permitiram alcançar resultados bastantes satisfatórios no território, ao nível do reforço da igualdade no acesso ao ensino, da melhoria do sucesso educativo dos alunos, e do reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação.

Posto isto, e atendendo ao histórico de todo o trabalho que tem vindo a ser realizado, bem como ao facto incontestável de que a promoção do sucesso educativo e do sucesso escolar é indissociável do desenvolvimento sustentável da região e, consequentemente, da coesão territorial, da coesão social, da competitividade e da qualidade de vida, a Comunidade Intermunicipal sinalizou nos Investimentos Territoriais Integrados para o período do 2030 um projeto no âmbito da promoção do sucesso educativo, o qual tem como objetivos:



- Reforçar e alargar a intervenção precoce, o desenvolvimento de literacias e a inclusão de crianças e jovens no sistema escolar e educativo, dando resposta a situações de vulnerabilidade da população escolar, e promovendo a mediação familiar e o acesso aos benefícios da educação e formação;
- Aumentar e consolidar, numa perspetiva de complementaridade de intervenções escola/ município/ CIM/ comunidade educativa, as ações nas áreas do STEAM, Artes e Criatividade de crianças e jovens enquanto dimensões chave do sucesso escolar, do exercício da cidadania e da construção de futuros;

- Alargar ações e projetos no âmbito do empreendedorismo, da inovação na aprendizagem e do conhecimento subjacente às escolhas de percursos educativos e profissionais;
- Desenvolver ações de capacitação das equipas multidisciplinares e a informação e mediação com a comunidade educativa, promovendo o conhecimento de motivações da população escolar, de desafios, de ferramentas, de oportunidades e de dinâmicas sociais e territoriais;
- Dinamizar a rede intermunicipal de educação, assegurando a partilha de conhecimento e de ferramentas de diagnóstico, planeamento, monitorização e avaliação, e promovendo a cooperação escola-meio;
- Assegurar o acompanhamento e monitorização, de âmbito técnico e metodológico, do projeto e suas atividades prevenindo e corrigindo trajetórias de intervenção e promovendo a melhoria contínua e valor acrescentado da ação educativa e escolar.

Posto isto, e na sequência da publicação do aviso n.º CENTRO2030-2024-4 – Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar – ITI – CIM, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em articulação com os seus municípios associados, submeteram, no dia 9 de julho, uma candidatura, que irá permitir financiar intervenções no âmbito da promoção do sucesso educativo, para um período de três anos letivos (2023/2024, 2024/2025 e 2025/2026).

Com este projeto pretende-se que Viseu Dão Lafões seja um território educativo, inclusivo, equitativo e comprometido com o acesso à educação, o sucesso escolar, o sucesso educativo e o exercício da cidadania, que aposta em práticas inovadoras de educação e formação e na cooperação de recursos e de competências para assegurar a aprendizagem ao longo da vida, a identidade territorial e as condições de empregabilidade aos seus ativos.

Assim, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios, contando com a colaboração das escolas e dos centros de formação de professores da região, ao longo do ano de 2024, continuaram a dar seguimento a este projeto intermunicipal, implementando iniciativas integradas e inovadoras de combate ao insucesso escolar.



De entre as iniciativas intermunicipais destacamos, uma vez mais, a itinerância do **"Laboratório Móvel das Ciências – Viseu Dão Lafões"** pelos agrupamentos de escolas do território, proporcionando, no ano letivo 2023/2024, aos alunos dos 2º e 3º anos de escolaridade, um ambiente pedagogicamente inovador, que alia a aquisição de conhecimento e a animação, em diversas

temáticas, tais como “Biodiversidade”, “Geologia”, “Economia Circular”, “Fábrica de Robôs”, “Corpo Humano”, “Fenómenos Atmosféricos e Alterações Climáticas”, “A Nossa Escola no Cosmos” e “Tu e os Outros”.

De referir que os desafios disponibilizados pelo laboratório para além de potenciarem as capacidades dos alunos, acrescentam valor ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os mesmos podem planear, programar, criar e testar soluções no domínio tecnológico, programação e robótica, através de atividades participativas e colaborativas.

Também a iniciativa **“O Futuro é Amanhã”**, através do jogo de tabuleiro Science Breakout “Apanhados pelo Clima”, efetuou, no ano letivo de 2023/2024, uma vez mais, a sua itinerância pelas escolas do território da CIM Viseu Dão Lafões, promovendo a literacia ambiental junto dos alunos do 3º ciclo do ensino básico, sensibilizando-os para os fenómenos das alterações climáticas e as suas consequências nos vários setores.



Com este jogo, os alunos foram incentivados a responder a desafios sobre diversas temáticas, como por exemplo, energias renováveis, saúde humana, temperaturas elevadas vs níveis de água mais baixos, agricultura vs impacto sobre os produtos endógenos, entre outros.

Assim, estas duas iniciativas concluíram a itinerância correspondente ao ano letivo 2023/2024, tendo marcado presença, em simultâneo, no Agrupamento de Escolas do Mundão – Viseu (3 de janeiro), no Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique – Viseu (de 5 a 12 de janeiro), no Agrupamento de Escolas do Viso (de 16 a 22 de janeiro), no Agrupamento de Escolas Grão Vasco – Viseu (de 24 de janeiro a 2 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas Viseu Norte – Viseu (de 7 a 20 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas Tomaz Ribeiro – Tondela (de 23 a 26 de fevereiro), no Agrupamento de Escolas Cândido de Figueiredo – Tondela (de 28 de fevereiro a 5 de março), no Agrupamento de Escolas de Santa Comba Dão (de 7 a 11 de março), no Agrupamento de Escolas de Nelas (de 13 a 15 de março), no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim - Nelas (de 18 a 19 de março), no Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal (de 21 de março a 8 de abril), no Agrupamento de Escolas de Mangualde (de 10 a 17 de abril), no Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo (de 19 a 23 de abril), no Agrupamento de Escolas de Sátão (de 26 de abril a 2 de maio), no Agrupamento de Escolas de Aguiar da Beira (de 6 a 7 de maio), no Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Paiva (de 9 a 10 de maio), e no Agrupamento de Escolas de Castro Daire (de 13 a 17 de maio).



Durante as férias de verão, as crianças de Viseu Dão Lafões puderam, também, beneficiar do Laboratório Móvel das Ciências, participando nas atividades “Engenhos e Engenhocas” e “Bolas e Mais Bolas”, onde desenvolveram competências na construção de mecanismos e máquinas simples e exploraram aspetos da física, da química e da matemática.

Nesse sentido, a itinerância de verão do Laboratório passou, durante o mês de julho, pelos municípios de Tondela (dia 1), Santa Comba Dão (dia 2), Carregal do Sal (dia 3), Nelas (dia 8), Mangualde (dia 9), Penalva do Castelo (dia 11), Aguiar da Beira (dia 15), Sátão (dia 16), Vila Nova de Paiva (dia 18), Castro Daire (dia 22), São Pedro do Sul (dia 23), Oliveira de Frades (dia 25), Vouzela (29 de julho) e Viseu (31 de julho).



No atual ano letivo, ao "Laboratório Móvel das Ciências" e ao "O Futuro é Amanhã", junta-se o projeto **"Explorastórias"**, o qual é destinado aos alunos do pré-escolar e alia o gosto pela leitura à literacia científica.

Assim, ao longo de 60 minutos, as crianças exploram, página a página, a ciência tendo como ponto de partida uma história de um livro infantil. Com histórias que abordam temas diversos, esta sinergia entre literatura e ciência desperta a curiosidade e introduz conceitos científicos desde cedo, num ambiente lúdico e envolvente.

Estes projetos, cuja itinerância pelos Agrupamentos de Escolas da região foi iniciada no dia 20 de novembro, irão, ao longo do ano letivo de 2024/2025, promover diversas literacias, desde as idades mais precoces, e potenciar o sucesso educativo das crianças, criando ambientes de aprendizagem inovadores e motivadores.



Com uma nova imagem em linha com o plano de comunicação do projeto Valoriza-te Viseu Dão Lafões, estes três projetos distintos e direcionados a diferentes faixas etárias, irão marcar a diferença no processo de ensino e de aprendizagem, preparando os alunos para os desafios do futuro através de experiências pedagógicas enriquecedoras.

Outras das iniciativas à qual foi dada continuidade, no ano letivo de 2023/2024, foi ao "**Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões**", que visa dar a conhecer todas as infraestruturas, recursos e iniciativas com relevância pedagógica que existem nos catorze municípios do território Viseu Dão Lafões e que podem ser visitados pelas escolas de toda a região, aliando, assim, a descoberta da região ao processo de ensino/aprendizagem.

Descobre Aprende
viseu|dão|lafões

Assim, foi realizado, no dia 20 de fevereiro de 2024, um webinar online, intitulado "Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões", direcionado para educadores de infância, professores do ensino básico, secundário e educação especial, o qual visou apresentar esta iniciativa e dar a conhecer o território Viseu Dão Lafões enquanto espaço de aprendizagem.

Após a realização desta ação de formação acreditada, foram realizadas visitas de estudo a alguns dos locais com relevância pedagógica que foram identificados no território Viseu Dão Lafões, as quais tiveram como objetivo enriquecer o conhecimento dos alunos em contexto educativo fora da sala de aula, uma vez que as mesmas, para além de proporcionarem a

descoberta de diferentes locais e espaços da região, promovem a aquisição de competências curriculares transversais, através de uma visão educativa, cultural e lúdica.

De referir que no ano letivo 2023/2024, foram realizadas 63 visitas de estudo a 24 espaços com relevância pedagógica dispersos pelo território, as quais envolveram 2.788 crianças e jovens, desde o pré-escolar ao ensino secundário, e 311 docentes e auxiliares de ação educativa de 16 Agrupamentos de Escolas / Escolas não Agrupadas do território.

De entre os locais visitados destacam-se as Termas de São Pedro do Sul, o Museu Nacional Grão Vasco (Viseu), o Museu do Quartzo (Viseu), as Olarias de Molelos (Tondela), o Museu do Caramulo (Tondela), o Museu Terras de Besteiros (Tondela), o Centro Português de Sustentabilidade (Vouzela), o Forno Comunitário de Sangemil (Penalva do Castelo), o Centro de Interpretação de Montemuro e Paiva (Castro Daire), o Roteiro da Serra do Caramulo (Oliveira de Frades), a empresa Cerutil (Sátão), o Parque Botânico Arbutus do Demo (Vila Nova de Paiva), entre outros.









Atendendo aos resultados alcançados com o "Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões", o mesmo está a ter continuidade no ano letivo de 2024/2025, de modo a dar a conhecer a um maior número de alunos cada um locais incluídos neste projeto, o qual disponibiliza um "Guião de Atividade Educativa", que fornece aos educadores sugestões valiosas de atividades pedagógicas para os diferentes momentos da visita de estudo, sendo que as mesmas estão articuladas e interligadas com os currículos dos diferentes anos letivos, desde o pré-escolar ao ensino secundário e profissional.

Também, o **Programa de Empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões**, promovido desde o ano de 2011 pela Comunidade Intermunicipal em articulação com os seus municípios associados, continuou a marcar presença no território, tendo no ano letivo de 2023/2024, sido implementada a 12ª edição deste programa, a qual à semelhança do ano letivo anterior,

incidiu sobre o acompanhamento mais próximo dos alunos, e na realização de mais momentos de capacitação com empresários e mentores.

Assim esta nova edição, apresentada aos vereadores e técnicos dos pelouros da Educação da região, numa reunião realizada a 8 de fevereiro de 2024, continuou a apostar em momentos de partilha intermunicipais, em detrimento dos tradicionais momentos municipais, por forma a dar uma visão mais regional aos alunos do ensino secundário e profissional.

Nesse sentido, este programa foi iniciado com as Conferências Teen, realizadas entre os dias 5 e 25 de março, pelos municípios da CIM Viseu Dão Lafões, nas quais o ator Sabri Lucas, formado pela Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espetáculo (Chapitô) e pela Escola Superior de Teatro e Cinema, e empresários locais, contaram e deram a conhecer o seu percurso, inspirando e motivando os alunos para a importância do empreendedorismo e para a criação de novas oportunidades de negócio.









Posteriormente, foi realizado um roadshow pelas escolas do território, onde foi trabalhada com os alunos a temática da criatividade e desenvolvida a capacidade de geração de ideias, e, num segundo momento, depois de geradas as ideias pelos alunos envolvidos, foi abordado o tema do modelo de negócio, de forma a permitir que os alunos, já organizados em grupos, pudessem transformar as suas ideias em ideias de negócio.

Assim, foram submetidas 49 ideias de negócio, por parte de 15 escolas de Viseu Dão Lafões, envolvendo um total de 120 alunos do ensino secundário e profissional, sendo que cada escola só podia apresentar no máximo três ideias.

Nesse sentido, e por forma a proporcionar às equipas dos alunos candidatos a empreendedores, um dia de formação mais intensiva, para acelerar e potenciar as suas ideias de negócio, foram realizados quatro bootcamps “Cria o Teu Futuro”, que decorreram nos dias

9 de maio, em Viseu, 10 de maio, em Tondela, 13 de maio, em Vouzela, e 15 de maio, em Mangualde.

No bootcamp os alunos assistiram a palestras com empreendedores, participaram nas atividades "Olimpíadas Empreendedoras" e "Vídeo Pitch", e usufruíram de períodos de trabalho personalizado.






Após os bootcamps, seguiu-se a fase de submissão de um videopitch por parte de cada equipa concorrente, tendo sido submetidos um total de 27 vídeos, os quais foram avaliados pelo júri que selecionou as 12 melhores ideias de negócio para participarem na final do Concurso Intermunicipal, que decorreu no dia 29 de maio, na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, conduzida pela apresentadora Catarina Camacho.












Os alunos cujos projetos se distinguiram na final do Concurso de Ideias de Negócio tiveram a oportunidade de usufruírem de viagens de conhecimento a grandes cidades europeias, onde visitaram empresas start-up, hubs de inovação, incubadoras de empresas e conheceram as principais atrações das cidades, e disfrutaram de momentos de diversão e de lazer.

Assim, o projeto classificado em 1º lugar "Smart Feed Pets", da Escola Secundária de Tondela, foi beneficiado com uma missão empreendedora a Dublin, de 21 a 24 de setembro, e o projeto classificado em 2º lugar "Piezo Mat", bem como o projeto classificado em 3º lugar "Human Energy", ambos da Escola Secundária de Penalva do Castelo, usufruíram de uma missão empreendedora a Barcelona, de 16 a 19 de setembro.



Dar, ainda, nota que a ideia "Smart Feed Pets", enquanto vencedora do Concurso de Ideias de Negócio da CIM Viseu Dão Lafões, teve a oportunidade de ir participar na final regional, que decorreu no dia 5 de junho, na Universidade de Aveiro, tendo saído vitoriosa, uma vez mais, conquistando o segundo lugar.



No ano letivo de 2024/2025 este Programa de Empreendedorismo está de novo a marcar presença nas escolas do território de Viseu Dão Lafões, com a sua 13ª edição, a qual foi iniciada com a realização de um bootcamp, destinado a docentes do ensino secundário (Científico-Humanísticos) e profissional.

Esta ação de curta duração, intitulada "Mente Sã, Professores Sãos", teve lugar no dia 8 de janeiro de 2025, na Biblioteca Municipal de Tondela, e teve como objetivo promover a inteligência emocional e o bem-estar emocional dos professores, ferramentas essenciais para o sucesso escolar e a saúde mental nas escolas.







No campo da educação, relembramos que nos últimos anos letivos, foi implementada a iniciativa **"Comer Bem, Sorrir Melhor"**, a qual permitiu corrigir problemas de higiene oral e de obesidade identificados nas crianças dos 6 aos 10 anos, matriculadas nas escolas públicas da Comunidade Intermunicipal.



Assim, no âmbito desta iniciativa de inovação social, desenvolvida em parceria com a Ordem dos Médicos Dentistas e com a Ordem dos Nutricionistas, foram observados 4.887 alunos e realizadas 11.221 consultas (5.851 de medicina dentária e 5.370 de nutrição), resultados estes que foram apresentados no dia 29 de janeiro de 2024, numa sessão que teve lugar na Casa do Adro, em Viseu.









Posto isto, e tendo em vista complementar o trabalho realizado no âmbito do "Comer Bem, Sorrir Melhor", no ano letivo de 2023/2024, a Comunidade Intermunicipal implementou uma nova iniciativa-piloto, o **"Comer Bem, Crescer Feliz"**, que tem como objetivo dinamizar ações pedagógicas, no âmbito da literacia alimentar, em Jardins de Infância/Escolas Básicas do território Viseu Dão Lafões.

Esta iniciativa, iniciada no dia 4 de março de 2024, visa, assim, sensibilizar a comunidade educativa para a importância de uma alimentação equilibrada, saudável e sustentável; promover o conhecimento sobre produtos do território, os seus benefícios, os seus ciclos e as vantagens de consumirmos em proximidade; mudar práticas de alimentação, com consciência, envolvendo alunos, família e restante equipa pedagógica; e reduzir o desperdício alimentar.



Nesse sentido, foram realizadas ações mensais, acompanhadas por guiões pedagógicos e por jogos didáticos, que promovem as vantagens de consumir produtos locais e saudáveis, sendo que em cada mês foi explorado um alimento específico.

Assim, na 1ª edição desta iniciativa, subjacente ao ano letivo de 2023/2024, foram dinamizadas 78 ações pedagógicas em contexto formal de aprendizagem, no âmbito da

literacia alimentar, em 13 escolas piloto do território, nas quais participaram 279 crianças do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, que exploraram, de uma forma lúdica, questões relativas a seis alimentos específicos, nomeadamente, a maçã de Bravo de Esmolfe, o brócolo, a laranja, o morango, o mirtilo e a framboesa.










Em paralelo a estas ações pedagógicas, decorreram, ainda, 13 sessões de ativação, nomeadamente “O Chef Vai à Escola”, através da qual um chef ensinou a comunidade escolar a preparar lanches saudáveis, e “Visitas a Produtores Locais”, onde os alunos tiveram a oportunidade de descobrir o ciclo de produção de um alimento.











Para além disso, os encarregados de educação foram, também, convidados a participar em 6 webinares com diferentes temáticas dedicados à alimentação saudável, equilibrada, diversificada e sustentável, nomeadamente, "Lanches Saudáveis" (16 de abril), "Sopas Valiosas" (29 de abril), "Como evitar o desperdício alimentar" (8 de maio), "Alimentos Frescos VS Alimentos Processados" (20 de maio), "Produtos Regionais" (28 de maio) e "Poupar e Comer Bem" (5 de junho).



Atendendo à importância desta iniciativa, a qual foi objeto de destaque pelo canal televisivo SIC TV/SIC Notícias, a CIM Viseu Dão Lafões decidiu avançar com a implementação de uma 2ª edição, tendo, nesse seguimento, realizado no dia 16 de outubro, um webinar para dar a conhecer, a toda a comunidade educativa do pré escolar e do 1º ciclo do ensino básico, incluindo encarregados de educação, as atividades pedagógicas promotoras de literacia alimentar que irão ocorrer ao longo do ano letivo 2024/2025.

Entretanto, foram já iniciadas as ações pedagógicas desta 2ª edição, tendo sido explorados até ao final do ano de 2024, dois alimentos, a cenoura e a castanha.





Também os encarregados de educação e os profissionais do pré-escolar e do 1º ciclo, já tiveram oportunidade de participar no primeiro webinar desta 2ª edição, o tal teve lugar no dia 3 de dezembro, sobre o tema "Refeições Saudáveis no Natal".



Importa ainda referir que, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a assegurar a dinamização e manutenção do site www.valorizateviseudaolafoes.pt, o qual apresenta um novo layout, divulgando e dando a conhecer todas as iniciativas, de caráter intermunicipal e municipal, realizadas no território Viseu Dão Lafões, no âmbito da promoção do sucesso educativo.

Para além disso, e por forma a efetuar o acompanhamento de todas estas iniciativas, a CIM Viseu Dão Lafões, no decurso do ano de 2024, realizou, sempre que se justificou, reuniões de trabalho com os vereadores(as) e técnicos(as) municipais da Educação, bem como com os diretores(as) das escolas e agrupamentos de escolas do território.

Antecipação de Necessidades de Qualificação

Conforme é sabido, desde o ano letivo 2015/2016, que a CIM Viseu Dão Lafões tem vindo a trabalhar na rede de oferta formativa de cursos profissionais em Viseu Dão Lafões, através do SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sustentado num diagnóstico de aprofundamento regional das necessidades de qualificações.

Este trabalho, desenvolvido em parceria com a ANQEP, a DGEstE, os Municípios, as Escolas e os restantes atores chave da região, tem como objetivo contribuir para que o esforço desenvolvido na região ao nível da produção de qualificações e desenvolvimento de competências por via da formação profissional, melhore a sua articulação com as necessidades do tecido produtivo e do mercado de trabalho regional.

Assim, estas entidades concertam a rede de oferta de cursos profissionais que irão ser ministrados pelas escolas em cada ano letivo, sendo que, existe sempre a preocupação da oferta dar resposta às necessidades educativas dos alunos e dos empregadores da região.

Relativamente ao processo de concertação relativo à oferta formativa para o ano letivo de 2024/2025, o mesmo foi iniciado no dia 3 de abril de 2024, com a realização de uma reunião técnica, que contou com a presença da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) e do Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE).



Posteriormente, foram realizadas várias reuniões de trabalho, no sentido de definir e concertar a rede de oferta formativa, de entre as quais se destaca a ocorrida no dia 2 de maio, onde foram sistematizados os procedimentos e metodologias a observar no processo subjacente ao referido ano letivo.

Esta reunião, que teve lugar no Auditório Municipal de Tondela, além do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e da Delegada Regional do Centro da DGEstE, Cristina Oliveira, contou com a presença de elementos da DGEstE e

de diretores das Escolas Profissionais e dos Agrupamentos de Escolas com cursos profissionais do território de Viseu Dão Lafões.

O processo de concertação relativo à oferta formativa para o ano letivo de 2024/2025 foi concluído no mês de maio, tendo o Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, na reunião de 4 de junho, ratificado a homologação da rede de cursos profissionais para o referido ano letivo.

Esta rede de cursos profissionais e cursos CEF assegura tanto a coerência como a coesão e equilíbrio territorial significativo na resposta à população escolar, à relevância das ofertas, ao compromisso com as escolas e no respeito pelos critérios de planeamento e concertação definidos pela tutela.

Living the Future Academy

Conforme é sabido, a Universidade de Coimbra viu aprovado pelo PRR, no âmbito do Programa Impulso Jovens STEAM e Programa Impulso Adultos, o projeto "Living the Future Academy", o qual está focado na promoção de programas e cursos de formação inovadores, adaptados a diferentes segmentos da população e em coordenação com empregadores e organizações económicas, sociais, políticas e territoriais.

Este projeto, que conta com a parceria da CIM Viseu Dão Lafões, pretende criar oportunidades de formação de jovens STEAM e profissionais, promover uma estreita conexão entre capacitação, investigação e partilha de conhecimento, e construir processos de proximidade e coordenação entre a Academia, o mercado de trabalho, os territórios e as populações.

Esta parceria foi formalizada com a assinatura de um protocolo de colaboração, a 22 de junho de 2022, onde a Comunidade Intermunicipal se compromete a colaborar no desenvolvimento de ações territoriais conjuntas, dando a conhecer as necessidades e expectativas de Viseu Dão Lafões por forma a ser desenhado um conjunto de formações gerais e/ou customizadas adaptadas às especificidades do território e da sua população.

Este projeto prevê, assim, que sejam estabelecidas parcerias com empregadores públicos e privados, para alavancar as qualificações das pessoas que estão no mercado de trabalho, garantindo a reconversão e atualização de competências através do desenvolvimento de soluções de qualificação flexíveis, de qualidade e capazes de dar resposta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos da empregabilidade.

Nesse sentido, no decurso do ano de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões continuou a cooperar com a Universidade de Coimbra, efetuando a articulação com os stakeholders presentes no território, tendo em vista a definição e concretização dos trabalhos e domínios de colaboração estabelecidos, nomeadamente:

- Desenvolvimento de ações territoriais conjuntas, implementando um modelo renovado de interface Academia-Sociedade com presença de múltiplas valências universitárias na região;
- Definição conjunta de estudos e processos de monitorização do impacto nos territórios locais, bem como recomendações para uma Transição Suave e Estratégica nos domínios Digital e Ambiental em Territórios Inteligentes;
- Desenho conjunto de formações gerais e/ou customizadas adaptadas às necessidades /expectativas dos territórios e populações locais (upskilling e reskilling) nos domínios da transição digital e da transição para a economia verde;
- Atividades científicas relacionadas com o desenvolvimento e otimização de equipamentos, infraestruturas, atividades culturais e de formação;
- Atividades de inovação, ciência-cidadã e transferências de saber;
- Promoção de fóruns de debate e governança estratégica de territórios inteligentes.

De entre as ações conjuntas desenvolvidas, destaca-se a realização, nos dias 20 e 21 de março, em São Pedro do Sul, do Bootcamp "Academia sem Fronteiras – Cidades e Comunidades Sustentáveis", no qual 50 alunos das escolas secundárias de Viseu Dão Lafões, dos cursos científico-humanísticos, tiveram a oportunidade de conhecer melhor o território, explorar o tema da sustentabilidade e contactar com Instituições de Ensino Superior e respetivas áreas do saber.

Esta iniciativa, promovida pela CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a Universidade de Coimbra e o Instituto Politécnico de Viseu, teve como objetivo preparar os participantes para os desafios da sociedade e do mercado de trabalho, e, nesse sentido, os jovens foram desafiados a colaborar, debater ideias e desenvolver competências essenciais para o seu futuro, além dos conhecimentos técnicos.

A sessão de boas-vindas deste bootcamp esteve a cargo de Teresa Sobrinho, Vereadora do Município de São Pedro do Sul, de Helena Vala, Vice-Presidente do IPV, de Gabriela Fernandes, Pró-Reitora da UC, e de Rui Ladeira, membro do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, à data.



Posteriormente, seguiram-se as atividades programadas para os dois dias, nomeadamente, uma mesa-redonda dedicada ao tema "Sustentabilidade e os desafios da sociedade atual e do futuro", vários workshops

intitulados “Novas tecnologias aplicadas à Sustentabilidade”, “Como viver uma vida mais sustentável” e “Cidades e Territórios do Futuro”, um momento de promoção de Soft Skills, uma visita ao núcleo museológico do Balneário Rainha D. Amélia, um momento musical, e no final teve lugar a “Assembleia Sem Fronteiras”, na qual os alunos puderam colocar à prova todas as aprendizagens desenvolvidas ao longo do Bootcamp, propondo práticas de sustentabilidade aplicáveis ao território de Viseu Dão Lafões.



De referir que esta iniciativa, que contribuiu para a educação, para a inovação e para o desenvolvido sustentável na região, conferiu um diploma emitido pela Universidade de Coimbra, tendo-se constituído como um Curso Não Conferente de Grau, com 13 horas de duração.

4.8 Promover a sustentabilidade demográfica, a coesão social, a qualidade de vida das famílias, o envelhecimento ativo e a saúde

Coesão Social em Viseu Dão Lafões

A Comunidade Intermunicipal consciente da responsabilidade social que tem enquanto interveniente ativo em várias esferas da sociedade, tem vindo ao longo dos últimos anos a trabalhar em prol da construção de uma região mais sustentável e inclusiva, que valoriza os direitos humanos, a igualdade e a não discriminação, que assegura a participação de todas e de todos, e que colmata as assimetrias regionais verificadas ao nível dos serviços de proximidade e as necessidades da população mais envelhecida.

Contudo, e não obstante todo o trabalho desenvolvido, é necessário continuar a melhorar a qualidade de vida das pessoas, reduzir a desigualdade, promover os cuidados de saúde e sociais junto das populações, por forma a garantir a coesão social e territorial de Viseu Dão Lafões, a qual passará por responder às necessidades sociais das famílias, por via da promoção de competências essenciais para a vida, da valorização da cidadania e da participação democrática.

Neste campo de atuação, mais precisamente no que se refere ao setor da habitação, destaca-se a assinatura de um protocolo de cooperação **"Projetos de Habitação a Custos Acessíveis de Viseu Dão Lafões"**, entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o qual irá disponibilizar 569 casas para arrendamento a custos acessíveis, representando, assim, um marco significativo no combate às dificuldades de acesso à habitação na região.

Este protocolo, celebrado no dia 15 de março de 2024, no Mercado Velho de Tondela, abrange investimentos para a construção de novos edifícios, aquisição para reabilitação e reabilitação de habitações públicas, sendo o investimento total estimado para estas operações de quase 90 milhões de euros, financiados pelo Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).



Após a assinatura do referido protocolo, a CIM Viseu Dão Lafões intermediou os contactos entre os seus municípios e o IHRU, de modo a operacionalizar os investimentos protocolados, cujas obras se prevê que decorram entre 2024 e 2025, com a assinatura dos contratos de arrendamento a acontecer até junho de 2026.

No âmbito desses contactos destaca-se a reunião realizada no dia 11 de dezembro, em Castro Daire, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), na qual foram abordados os avanços dos programas de apoio à habitação (i01 e i05), o modelo de financiamento dos investimentos públicos no âmbito do programa 1.º Direito, e as prioridades para a promoção

da habitação a custos acessíveis, a melhoria da qualidade de vida das populações e a fixação dos jovens na região.



Conduzida pelo Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, esta reunião de trabalho contou com a participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, dos Presidentes de Câmara e Vice-Presidentes dos municípios associados da CIM, do Presidente do IHRU, Benjamim Pereira, e de Ana Cruz, Diretora do DPAH, e Paulo Reis, Diretor da DIPPH.

De referir que, as casas resultantes desta iniciativa são uma resposta às atuais dificuldades que as famílias da região sentem no acesso à habitação, geradas pelo aumento dos preços, à semelhança do que acontece em todo o território nacional.

No que respeita ao setor da saúde, destaca-se, também, a candidatura apresentada pela ARS Centro, ao PRR, através da qual foram adquiridas 12 viaturas elétricas adaptadas para **unidades móveis de saúde**, as quais irão contribuir para a melhoria das condições de prestação de apoio e cuidados de saúde às populações da região Viseu Dão Lafões, especialmente às que habitam em zonas mais remotas do nosso território.

A cerimónia de entrega destas viaturas teve lugar no dia 13 de dezembro de 2024, em Tondela, e contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, da Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Carla Borges, do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, de Presidentes e de Vice-Presidentes das Câmaras Municipais da região.



A implementação destas unidades móveis de saúde irá proporcionar um acompanhamento de proximidade e continuado, facilitando o acesso a serviços de saúde e de apoio social, na medida em que irá levar cuidados de saúde com qualidade, a quem o acesso se encontra muito limitado, contribuindo para minimizar as diferentes fragilidades e assimetrias existentes.

Para além disso, a aquisição destas viaturas irá reforçar a rede de unidades móveis de saúde, e consequentemente, irá contribuir para o reforço do investimento nos cuidados de saúde

primários às populações, especialmente dos cuidados de saúde domiciliários, doença mental e cuidados paliativos.

Dar, ainda, nota que esta iniciativa, que irá promover a acessibilidade a cuidados médicos, está alinhada com os objetivos de sustentabilidade ambiental e mobilidade verde, contribuindo para a redução da pegada de carbono.

Nesta área de atuação, dar, também, nota que no dia 14 de outubro de 2024, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a estrutura de missão do Ponto de Contacto para o Regresso do Emigrante (PCRE), promoveu uma **sessão de esclarecimento no âmbito do Programa Regressar**, a qual teve como objetivo dar a conhecer as principais medidas que integram este Programa.

Esta sessão, que teve lugar na sede da CIM, em Tondela, contou com a participação do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, do Diretor Executivo do PCRE, José Marques, da Técnica Superior do PCRE, Isabel Jorge, da Chefe da Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região da CIM, Cátia Brito, e de Vereadores e Técnicos dos Municípios de Viseu Dão Lafões.



No campo da solidariedade e do apoio à comunidade, dar nota que, na quadra natalícia, a equipa da CIM Viseu Dão Lafões levou a magia do Natal a duas instituições da região, tendo efetuado uma **entrega de donativos**, fruto de uma recolha junto de todos os colaboradores da Comunidade Intermunicipal.

Assim, no dia 20 de dezembro de 2024, uma comitiva da CIM Viseu Dão Lafões, liderada pelo Secretário Executivo, Nuno Martinho, efetuou uma visita à Equipa Intra-Hospitalar de Suporte em Cuidados Paliativos Pediátricos (EIHSCP-P) da ULS Viseu Dão-Lafões, onde foi recebida por Joana Pimenta, Médica Coordenadora da Equipa, e à Associação Viseense de Santa Teresinha,

onde a receção esteve a cargo de Filipa Escada, Diretora Técnica Adjunta, para proceder à entrega dos donativos recolhidos.





Esta iniciativa, para além de procurar refletir o espírito da quadra natalícia e os valores da partilha, teve como objetivo responder a necessidades específicas, contribuindo para o conforto e desenvolvimento das crianças e jovens destas instituições.

4.9 Promover a mobilidade sustentável e os transportes em Viseu Dão Lafões

Autoridade de Transportes

Nos últimos anos, as opções estratégicas de intervenção da CIM Viseu Dão Lafões passaram a integrar a temática da mobilidade e dos transportes, fruto da crescente complexidade e alteração dos padrões da mobilidade, sustentados na intensificação das taxas de motorização, que têm originado, nomeadamente nas áreas urbanas, uma degradação progressiva da qualidade de vida das populações.

Assim, o trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal neste campo de atuação, foi iniciado com a elaboração do Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes, o qual aborda todas as componentes da mobilidade, que as avalia, que mede as suas potencialidades e as suas insuficiências e, mais importante, que aponta caminhos para a resolução de muitos dos atuais problemas de mobilidade sentidos pelas populações, o que faz dele, também, um importante documento estratégico para a competitividade do território e para a sua coesão económica e social.

MOBILIDADE E TRANSPORTES
VISEU DÃO LAFÕES

Posteriormente, e com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprova o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), a CIM Viseu Dão Lafões, além de ver serem-lhe atribuídas competências de Autoridade de Transportes, viu, também, serem-lhe delegadas as competências dos seus municípios associados em matéria de transporte público de passageiros.

Essas competências incluem a organização e planeamento das redes e infraestruturas, determinação das obrigações de serviço público, aprovação de regimes tarifários, fiscalização, divulgação do serviço público de transporte de passageiros, entre outros.

Com a assunção destas competências, a Comunidade Intermunicipal passou a ter um papel vital na estruturação de uma proposta de rede de serviço público de transporte de passageiros, que sirva a população e que ao mesmo tempo seja sustentável.

Nesse sentido, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo a trabalhar nas metas fixadas na estratégia territorial de mobilidade definida para Viseu Dão Lafões, as quais compreendem a otimização do sistema de transportes, a diminuição da dependência do transporte individual, o aumento da eficiência de todo o sistema e, consequentemente, o aumento da atratividade do transporte público e a progressiva descarbonização associada à mobilidade.

Assim, o trabalho desenvolvido procurou estabelecer um modelo de organização e exploração adequado à procura e que seja economicamente sustentável e racional, tendo em conta os níveis mínimos de serviço público, impostos pela Lei n.º 52/2015, assegurando, assim, um sistema de transportes públicos adequado às necessidades de mobilidade das populações e ao volume de recursos públicos necessários e disponíveis para o seu financiamento, tendo em consideração os serviços regulares, os serviços flexíveis e os serviços especializados de transporte escolar, os quais passamos a descrever:

Serviço Público de Transporte de Passageiros

Ao nível do serviço público de transporte de passageiros, a CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade à implementação do Programa de Incentivo ao Transporte Público de Passageiros (Incentiva+TP), criado pelo Decreto-Lei n.º 21/2024, de 19 de março, o qual contempla a fusão do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART), do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), e das verbas extraordinárias alocadas ao financiamento dos transportes (Extra PART).

Assim, o Incentiva+TP passa a assegurar o financiamento para o sistema de transportes públicos de forma mais robusta, eliminando as condições que na altura existiam, as quais balizavam as verbas a afetar a reduções tarifárias e à promoção da oferta do serviço, e que nem sempre se ajustavam às necessidades específicas de cada território.

Nesse sentido, as verbas do Incentiva+TP passam a decorrer da consignação de receitas de impostos, tendo ficado ainda estabelecido que, anualmente, há um montante mínimo a transferir para as Autoridades de Transportes, o qual é atualizado em função da taxa de atualização tarifária.

No ano de 2024, o montante total atribuído pelo Fundo Ambiental às duas Autoridades de Transportes a operar no território, isto é, a CIM Viseu Dão Lafões e o Município de Viseu, foi de 5.412.000,00€, o qual permitiu continuar a implementar ações que promovem a redução e simplificação das tarifas praticadas nos sistemas de transportes públicos coletivos, bem como o reforço ou expansão da rede de serviços regulares ou flexíveis, contribuindo, assim, para a promoção do transporte público coletivo, indução de padrões de mobilidade mais sustentáveis e descarbonização da mobilidade.

Relativamente ao apoio à redução tarifária, por parte da CIM Viseu Dão Lafões, durante o ano de 2024, consistiu em descontos de 25% na aquisição dos títulos de transporte ocasional (bilhetes simples inteiros, simples meio bilhete e pré-comprados), e de 35% na aquisição de passes mensais por utilizadores que não beneficiem de qualquer regime especial, legal ou regulamentar, de redução ou isenção tarifária, os quais se mantiverem iguais aos descontos que têm vindo a ser praticados nos anos anteriores.

Em outubro de 2024, foi, também, iniciado o processo de transição para o novo operador do serviço público de transporte de passageiros, na sequência da obtenção, no dia 6 de setembro, do visto pelo Tribunal de Contas, ao correspondente contrato de prestação de serviço, o qual apresenta um valor aproximado de 50 milhões de euros, para um período de cinco anos.

De referir que, após este processo de transição, que foi prorrogado até ao dia 30 de junho de 2025, a CIM Viseu Dão Lafões irá gerir todo o serviço público de transporte de passageiros no território através de um só operador, em todas as linhas municipais (excluindo a rede e serviços concessionados pelo Município de Viseu), intermunicipais e inter-regionais, bem como em dois novos circuitos urbanos a criar, nas cidades de Mangualde e Tondela.

Este serviço público de transporte de passageiros, que entrará em pleno funcionamento em julho de 2025, irá garantir um elevado nível de qualidade para os utentes, na medida em que o mesmo contempla a obrigatoriedade de ar condicionado e de internet WiFi gratuita nos autocarros, bem como de um sistema de GPS integrado, para que seja possível conectar os transportes a plataformas digitais, permitindo, assim, que o utente possa confirmar informações diversas, tal como o tempo de espera do próximo veículo.

A frota, que irá garantir a exploração deste serviço público de transporte, será composta por um número estimado de 137 autocarros para a rede geral e de 2 para a rede urbana, e será mais amiga do ambiente, para além de recente e confortável para o uso diário.

Os veículos serão caracterizados com o logotipo da CIM Viseu Dão Lafões, e na bilhética será usado um sistema sem contacto, para maior facilidade de utilização por parte dos passageiros, sendo que estes poderão utilizar todos os autocarros ao longo do percurso para o qual tenham adquirido passe, sendo a bilhética e os tarifários únicos e integrados para toda a CIM Viseu Dão Lafões.

Está, também, previsto assegurar a interoperabilidade do sistema de bilhética com os operadores adjacentes, viabilizando, assim, a criação de títulos intermodais.

Quanto aos tarifários a aplicar, estes terão cobertura anual, à exceção dos títulos escolares que, nos termos da legislação, se aplicam apenas ao período escolar, e não estão previstos aumentos tarifários face aos atualmente existentes, por forma a não sobrecarregar os passageiros.

Com este serviço público de transporte de passageiros, mais moderno, a Comunidade Intermunicipal pretende estimular o uso dos transportes públicos por parte dos habitantes da região Viseu Dão Lafões e atrair cidadãos de todas as idades para o serviço.

Neste âmbito, dar, ainda, nota que a CIM Viseu Dão Lafões marcou presença do II Fórum da Mobilidade & Transportes, que decorreu entre os dias 25 e 26 de junho de 2024, no Centro de Congressos Taguspark, em Oeiras, e que teve por objetivo discutir as principais tendências no domínio da mobilidade.

O Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, participou, enquanto orador, no painel "Sustentabilidade nos Novos Contratos de Serviço Público de Transporte de Passageiros", juntamente com o Secretário Executivo da CIM do Oeste, Paulo Simões, e com o Chefe de Equipa Multidisciplinar da CIM do Alentejo Central, Ricardo Barros, tendo a moderação estado a cargo do consultor de planeamento e operação de sistemas de transportes, Nuno Ribeiro.





Serviço de Transporte Flexível ("Ir e Vir")

Relativamente ao transporte flexível, a Comunidade Intermunicipal, com o objetivo de complementar e melhorar a oferta existente, realizou um estudo que identificou as lacunas na oferta do Serviço Público de Transporte de Passageiros, no território Viseu Dão Lafões, as quais se podem refletir na cobertura espacial – territórios não servidos, ou mal servidos - e na cobertura temporal – territórios não servidos nos períodos letivos e/ou nas férias escolares.



Com base na informação e nos resultados desse estudo, a CIM Viseu Dão Lafões analisou as melhores soluções a aplicar em cada concelho, aliando os horários dos vários serviços disponíveis, em cada município, com os horários do futuro transporte flexível, e decidiu implementar um projeto piloto no âmbito do serviço de transporte flexível, designado de "Ir e Vir".

Este projeto a pedido, apoiado em serviço de táxi, tem como principal objetivo alargar e reforçar a oferta de transporte público de passageiros, conferindo, assim, uma nova mobilidade a populações que residem em áreas que não dispõem de um serviço regular de transporte público de passageiros.

Iniciado em outubro de 2021, o "Ir e Vir" começou por ser implementado em zonas de menor densidade demográfica, nomeadamente, nos municípios de Aguiar da Beira, Nelas, Oliveira de Frades, Santa Comba Dão, Tondela e Vouzela, e em julho de 2022 foi alargado aos restantes municípios pertencentes à CIM Viseu Dão Lafões.

Desde então, tem vindo a ser assegurado, em todos os municípios da CIM Viseu Dão Lafões, o serviço municipal que liga todas as localidades (sem acesso a transporte público, ou que apenas tinham esse transporte em alguns horários) aos centros dos municípios, o serviço Intermunicipal, que assegura as ligações entre as sedes de concelho e os municípios abrangidos, quando essa ligação não existia através de carreira pública, e o serviço de comboio, que liga todas as localidades dos municípios às estações e apeadeiros da linha da Beira Alta presentes em Viseu Dão Lafões.



Estas modalidades de serviço de transporte flexível, permitem que um morador de entre as cerca de 850 localidades da região, se desloque, de forma cómoda, entre concelhos ou seja levado a uma estação ou apeadeiro ferroviário da Linha da Beira Alta, em qualquer dia útil da semana.

Durante o ano de 2024, este serviço de transporte flexível foi utilizado por 13.755 passageiros, tendo sido deslocados, em termos médios 988 passageiros por mês em período escolar e 1.305 passageiros por mês em período de férias, processo este que envolveu 68 taxistas.

São Pedro do Sul foi o município em que mais pessoas usaram o serviço, num total de 3.417 passageiros, seguindo-se Castro Daire, com 2.205, e Oliveira de Frades, com 1.740 passageiros. O mês de julho foi o que recebeu mais passageiros, nomeadamente 2.492.



O "Ir e Vir" funciona com horários e paragens pré-definidas, e as tarifas pagas podem oscilam entre os 0,80 euros e os 5,80 euros, dependendo do percurso, estando disponível todos os dias da semana, exceto sábados, domingos e feriados, em quatro horários: dois de ida e dois de volta.

De referir que o projeto "Ir e Vir" vem anular, de uma forma definitiva, carências do transporte público de passageiros nas zonas mais isoladas do território Viseu Dão Lafões, assegurando, assim, uma maior coesão territorial, na medida em que garante a mobilidade e acesso a serviços essenciais, por parte de setores da população mais isolados e com maior dificuldade de deslocação.

Dar ainda nota que, o serviço de transporte flexível "Ir e Vir" foi reconhecido, em setembro de 2024, pela União Europeia como um exemplo de boa prática de mobilidade regional, no âmbito do projeto europeu EMBRACER – Interligando a Mobilidade Entre Cidades e Subúrbios Europeus, financiado pelo Programa Interreg Europe.

Este programa elogia, assim, os benefícios para a população e para as empresas de táxi envolvidas, reforçando que o serviço pode ser replicado em outras regiões europeias.

Entretanto este serviço, voltou a ser uma vez mais reconhecido, tendo sido distinguido com o selo de Boas Práticas pelo Comité de Acompanhamento do Programa Europeu URBACT IV, e nesse sentido, o mesmo terá um papel de destaque no URBACT City Festival 2025, evento que decorrerá em abril, em Wroclaw, Polónia.



De referir que, o Comité de Monitorização do URBACT, de entre um total de 249 boas práticas na área da mobilidade submetidas para apreciação, distinguiu 116, uma das quais o serviço "Ir e Vir", tendo as mesmas sido consideradas eficazes, participativas e relevantes em termos de mobilidade europeia

Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões

Um dos desafios que se tem vindo a colocar a nível global, e ao qual a região Viseu Dão Lafões não é indiferente, é a mudança do paradigma da mobilidade, sendo crucial promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, e implementar medidas que promovam a redução da emissão de gases com efeito estufa, e a diminuição da intensidade energética, promovendo, simultaneamente, o aumento da quota do transporte coletivo e dos modos suaves nas deslocações urbanas associadas à mobilidade quotidiana.

Assim, e atendendo à importância desta problemática para o desenvolvimento económico e social do território, a CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados têm vindo, ao longo dos últimos anos, a desenvolver trabalho neste campo de atuação, de entre os quais se destaca a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável de Viseu Dão Lafões, concluído no ano de 2016, e mais recentemente, a conclusão da candidatura "Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões", a qual visou promover a mobilidade urbana multimodal sustentável e a descarbonização do território Viseu Dão Lafões, com especial enfoque no transporte nas zonas urbanas, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e apoiando a transição para uma economia de baixo teor de carbono.



Assim, este projeto permitiu a criação de condições mais favoráveis para a utilização da bicicleta enquanto meio de transporte preferencial pelos nossos cidadãos, tendo, por exemplo, os municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela, criado no perímetro urbano dos referidos municípios um total de 33 quilómetros de novas ciclovias/vias pedonais.

Por sua vez, a CIM Viseu Dão Lafões criou um Sistema Público de Bicicletas Partilhadas de Viseu Dão Lafões, designado de "Bora!", cuja apresentação pública ocorreu no dia 11 de julho de 2024, no Parque do Fontelo, em Viseu, tendo contado com a presença da Presidente da CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Isabel Damasceno, do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, e dos autarcas do território da CIM.



No decurso da apresentação foi entregue, de forma simbólica, a todos os intervenientes um cartão de utilizador do novo sistema público de bicicletas partilhadas, sendo que cada um dos autarcas da região recebeu ainda a "primeira" bicicleta Bora! do seu município.



De referir que este sistema, que visa promover a adoção de hábitos de vida mais saudáveis por parte da população e contribuir para uma mobilidade mais sustentável no território, é constituído por 153 bicicletas, disponíveis em 245 docas/lugares e 39 estações localizadas em vários pontos dos municípios da CIM.

Neste sentido este sistema, que conta atualmente com 1.546 utilizadores registados, é uma alternativa saudável e ecológica, que possibilita que as deslocações quotidianas possam ser

realizadas sem modos de transporte individual poluentes, reduzindo as emissões de CO2 e contribuindo para uma região mais amiga do cidadão e do ambiente.

Assim, pretende-se que este projeto-piloto, que foi alvo de destaque pelo Jornal de Notícias, seja indutor de mudança ao nível da circulação viária nas zonas urbanas, por via do reforço da oferta de opções de mobilidade suave, ao mesmo tempo que promoverá práticas mais saudáveis, potenciadoras do bem-estar e incremento da qualidade de vida das populações.



Para além do Sistema Público de Bicicletas Partilhadas, a CIM Viseu Dão Lafões implementou, também, uma Plataforma de Mobilidade, de suporte à operação e gestão da mobilidade no território, a qual integra dados recolhidos de várias fontes, como por exemplo, do serviço de transporte flexível a pedido "Ir e Vir", e dos transportes públicos da região, permitindo conhecer em detalhe os locais de afluência, a acessibilidade dos serviços e a evolução da bilhética, bem como analisar os congestionamentos, entre muitas outras métricas possíveis.

No campo da mobilidade destaca-se, também, a conclusão da elaboração do plano de ecovias para a região, o qual apresenta propostas de organização espacial de uma rede de mobilidade suave integrada, definindo com detalhe a orientação dos traçados, perfis e soluções construtivas.

Este plano, que abrange os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão e Vila Nova de Paiva, apresenta, assim, novas infraestruturas de mobilidade suave para serem implementadas, de forma faseada ao longo do tempo, conectando estes centros urbanos aos vários equipamentos e espaços verdes da região.



O estudo prévio deste projeto intermunicipal, que irá reforçar a coesão territorial e promover uma região mais inclusiva, sustentável e amiga da mobilidade suave, foi apresentado no passado dia 4 de fevereiro de 2025, Salão Nobre da Câmara Municipal de Mangualde.

Econnecting: Decisões Cívicas Verdes para Territórios de Proximidade

A União Europeia está a ser confrontada com duas prioridades fundamentais, a transição para uma economia sustentável e hipocarbónica, na medida em que terá de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030 e de alcançar neutralidade até 2050, e a sustentabilidade, no contexto do desafio demográfico.

Contudo, e conforme é sabido, à medida que a população da Europa envelhece e as taxas de natalidade diminuem, as cidades e os seus ambientes enfrentam novos desafios em termos de acesso a serviços e oportunidades, e da garantia de um ambiente saudável e sustentável para a população.

Assim, e para enfrentar estes desafios e para garantir um futuro próspero para as cidades e seus ambientes, é necessário promover soluções inovadoras e sustentáveis para garantir a sobrevivência do planeta e a qualidade de vida da população.



Perante este desígnio, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões estabeleceu uma parceria com outras oito cidades e regiões da Europa, que apresentou uma candidatura, designada de "Econnecting: Decisões Cívicas Verdes para Territórios de Proximidade", ao Programa Europeu URBACT, direcionado para a aprendizagem e troca de experiências na promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

Esta Rede Econnecting, liderada pela Comunidade da Romagna Faentina, de Itália, e que integra, para além da CIM Viseu Dão Lafões, cidades e regiões da Eslovénia, Espanha, Estónia, Grécia, Hungria, Irlanda e Montenegro, procura criar territórios de proximidade baseados em conceitos como comunidades verdes, mobilidade sustentável e humanizada, acessibilidade, cidades inteligentes e desenvolvimento integrado sustentável.

Esta candidatura, com um investimento de 834.121,05€, dos quais 86.986,80€ são destinados às atividades a executar pela CIM Viseu Dão Lafões, e financiados a uma taxa de 80%, foi aprovada, em junho de 2023, pelo Comité de Monitorização URBACT IV, que aprovou um total 30 novas Redes de Planeamento de Ação deste programa, as quais envolvem 28 países europeus.

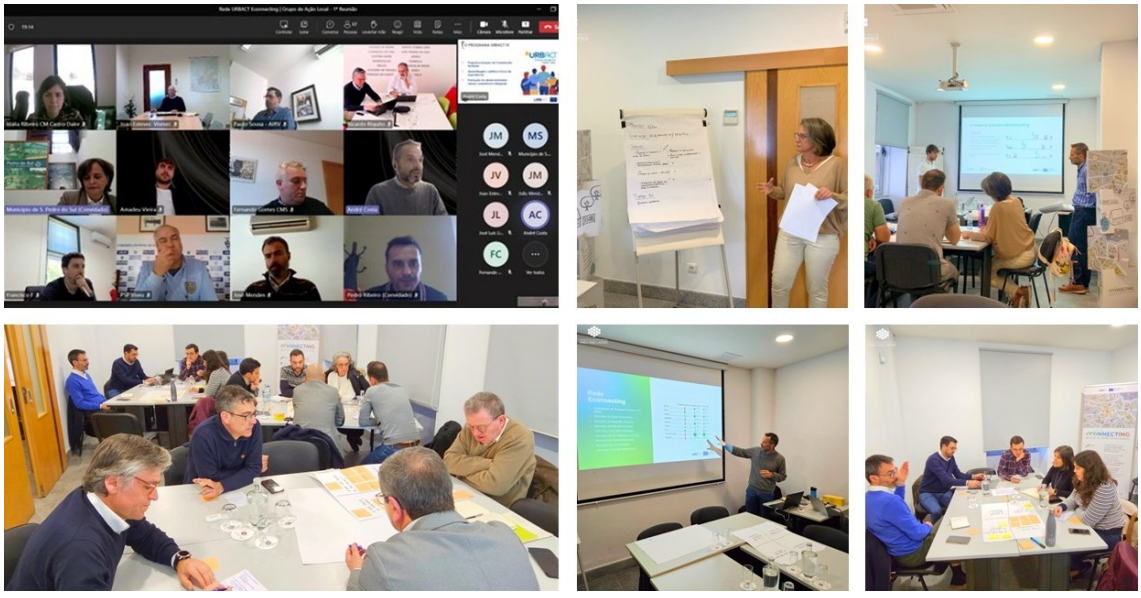
Desde então, esta parceria tem vindo a construir estratégias de proximidade e de relacionamento entre as áreas rurais e urbanas dos territórios, e a conciliar o desenvolvimento urbano sustentável, o bem-estar, com o desenvolvimento de fortes ligações sociais, procurando o envolvimento dos cidadãos.

Assim, no decurso do ano de 2024, os parceiros, que partilham diversas características comuns, incluindo a dimensão, a demografia, a estrutura geográfica e necessidades semelhantes, continuaram a dinamizar, concertar e partilhar experiências, realizando reuniões de trabalho, seminários e visitas de estudo, aprendido uns com os outros e reforçando as suas competências, no sentido de promover mudanças positivas nas respetivas comunidades, através do desenvolvimento dos Planos de Ação Integrados para enfrentar os vários desafios.

Nesse sentido, no ano de 2024, a Comunidade Intermunicipal procedeu à constituição do Urbact Local Group (ULG), um grupo de trabalho destinado ao desenvolvimento do "Plano de Ação Local" de Viseu Dão Lafões.

A primeira reunião deste grupo de trabalho foi realizada, em formato online, no dia 2 de fevereiro, e teve como objetivo a apresentação do projeto Econnectig e dos seus objetivos, bem como, o planeamento das próximas sessões de trabalho do ULG.

Ao longo do ano, o grupo de trabalho Urbact Local Group (ULG) continuou a realizar reuniões, de entre as quais se destacam as realizadas no dia 14 de março e no dia 6 de setembro, ambas na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, onde foram apresentadas respostas adequadas aos desafios e aos problemas das populações e do território, tendo em vista a definição dos objetivos e o desenvolvimento do Plano de Ação Local de Viseu Dão Lafões.



Para além disso, no ano de 2024, os parceiros continuaram a promover encontros de troca de experiências e de conhecimento, de entre os quais destacamos o 2º encontro da rede europeia "Econnecting", realizado pela CIM Viseu Dão Lafões entre os dias 21 e 22 de fevereiro, sobre o tema "Territórios de 30 Minutos e Estratégias para uma Mobilidade Humanizada", através do qual se propõe que as pessoas possam aceder aos serviços essenciais do seu território em 30 minutos de deslocação, no máximo, usando meios de transporte sustentáveis, como a bicicleta ou os transportes públicos.

O primeiro dia deste encontro foi iniciado, no Hotel Montebelo, em Viseu, com uma sessão de abertura, que contou com as boas-vindas de Nuno Martinho, Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, de João Paulo Gouveia, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu, de Nadia Carboni, da Comunidade Italiana de Romagna Faentina, líder da rede Econnecting, e de Roland Krebs, Lead Expert do Programa URBACT, à qual se seguiram sessões de debate sobre a mobilidade sustentável em zonas urbanas e rurais.



Na manhã do segundo dia os participantes rumaram a Moçamedes (Vouzela), onde teve lugar um Workshop seguido de uma Short Scale Action Input, e, posteriormente, tiveram a oportunidade de conhecer de perto o serviço de transporte flexível, a pedido, “Ir e Vir”, e o sistema de bicicletas partilhadas de Viseu Dão Lafões.



A visita seguiu em direção a São Pedro do Sul, onde foi realizada uma visita de estudo ao Parque das Nogueiras, seguida de uma sessão de desenvolvimento de ideias no Balneário Rainha D. Amélia. Da parte da tarde, os participantes realizaram uma visita de estudo pela cidade de Viseu, que teve paragem no Europe Direct Viseu Dão Lafões (Casa do Adro).

O 3º encontro transnacional da Rede Europeia, sob a temática da "Boa Governação e Ligações Urbano-Rurais", onde foram abordadas diversas questões e boas práticas ligadas à conectividade, à inovação e tecnologia, teve lugar em Ennis (Irlanda), entre os dias 17 e 18 de abril, e contou, uma vez mais, com a presença da CIM Viseu Dão Lafões.









Destaca-se, também, a 4ª reunião de trabalho realizada pela parceria, entre os dias 19 e 21 de junho, em West Mani (Grécia), na qual foram abordados temas cruciais como Comunidades Verdes e a Transição Digital para o desenvolvimento rural.

Assim no primeiro dia de trabalho, os participantes discutiram os desafios da mobilidade em áreas rurais e como a transição digital pode impulsionar o desenvolvimento rural, e abordaram diversas questões relacionadas com a sustentabilidade em destinos turísticos.

No segundo dia, tiveram lugar visitas de estudo a aldeias de montanha (Kastania e Arahova) relacionadas com desenvolvimento económico, a quebra demográfica e o isolamento social, bem como uma sessão com especialistas, que permitiu a partilha de experiências, conhecimentos e boas práticas neste âmbito.

Esta reunião transnacional, que contou com a participação da CIM Viseu Dão Lafões, terminou com a realização de uma sessão co-criativa que teve como objetivo o desenvolvimento de novas ideias no âmbito da transição digital e da inovação em comunidades rurais.








Os nove parceiros do projeto voltaram a juntar-se, entre os dias 10 e 11 de setembro, desta vez em Ormož, na Eslovénia, para a 5ª reunião de trabalho, onde o tema “Cidades Acolhedoras e Acessíveis” foi o foco.

Nesta reunião, onde foram exploradas iniciativas locais que estão a tornar a cidade de Ormož mais inclusiva, tanto para os residentes como para os visitantes, foram abordados temas como “Competitividade Regional”, “Mobilidade de Indústrias”, “Fatores de Sucesso” e “Cidades Pequenas Criadoras de Emprego”.








Entre os dias 26 e 27 de novembro teve lugar mais uma reunião de trabalho da parceria, desta vez em Nagykálló, Hungria, a qual teve como foco a partilha de experiências sobre a mobilidade sustentável e a inovação nos sistemas de transporte público, com destaque para os modelos de mobilidade urbana e rural.

O primeiro dia deste encontro arrancou com uma sessão de boas-vindas, seguida de uma palestra sobre a Mobilidade Sustentável e Planeamento do Transporte Público, apresentada pelo especialista András Ekés, e, posteriormente, decorreram workshops sobre planos de mobilidade, apoiados em novos serviços de transporte mais adequados às necessidades dos territórios e comunidades.

Durante o dia, foi ainda, realizada uma visita de estudo a Nyíregyháza, que teve como objetivo apresentar soluções de mobilidade bem-sucedidas, e para terminar, teve lugar uma sessão de co-criação, que permitiu explorar e melhorar as soluções propostas pelos parceiros do projeto, envolvendo regeneração urbana, acessibilidade e sustentabilidade dos transportes e governança.

O segundo dia ficou marcado por uma sessão de avaliação do projeto, baseada no inquérito realizado a todos os parceiros, onde foram discutidos os resultados obtidos até então e foram recolhidas propostas de melhoria, à qual se seguiu uma atividade de co-criação, onde os participantes trabalharam em pequenos grupos para gerar ideias para o Walkable Corridor de Nagykálló.

O dia terminou com um momento de troca de ideias, fortalecendo o compromisso de todos os parceiros com a mobilidade sustentável.



De referir que, a implementação desta candidatura irá permitir desenvolver abordagens focadas em pequenas cidades que funcionam como polos de ligação entre zonas rurais e

urbanas, propondo modelos de gestão mais eficientes e sustentáveis do espaço urbano e da procura de mobilidade, fundamentais para o planeamento integrado e para a aplicação de políticas urbanas sustentáveis.

Para além disso, ao promover transportes ecológicos, a inclusão digital e a igualdade de oportunidades, o projeto não só melhorará a vida quotidiana dos residentes, como também contribuirá para um futuro mais sustentável e equitativo para todos.

Dar, ainda, nota que o Econnecting, para além dos parceiros internacionais, conta com o envolvimento e participação dos municípios associados da CIM, e de outras entidades da região, nomeadamente a CCDR Centro, o Instituto Politécnico de Viseu, a Associação Empresarial da Região de Viseu, entre outras.

4.10 Gestão da Contratualização no âmbito dos quadros financeiros plurianuais

Assistência Técnica – contratualização no âmbito do Portugal 2020 e do Portugal 2030

Ao longo do ano de 2024, a Estrutura de Apoio Técnico da CIM Viseu Dão Lafões deu continuidade às suas funções enquanto Organismo Intermédio, na sequência da delegação de competências da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, na CIM Viseu Dão Lafões.

Nesse sentido, e atendendo a que no referido ano se registou a fase de transição entre quadros comunitários, as tarefas da EAT da CIM Viseu Dão Lafões consubstanciaram-se, maioritariamente, na elaboração dos relatórios finais de encerramento das operações aprovadas no âmbito do 2020, e na análise das primeiras candidaturas apresentadas ao 2030.

De referir que no quadro comunitário do 2030, o trabalho do Organismo Intermédio irá incidir não só nas candidaturas sinalizadas, pelos Municípios, no Plano de Ação do ITI CIM Viseu Dão Lafões 2030, mas, também, nas candidaturas apresentadas pelas empresas ao Sistema de Incentivos de Base Territorial.

Dar nota que, o aviso para apresentação de candidaturas a este Sistema de Incentivos, foi publicado em agosto de 2024, e, nesse seguimento, a CIM Viseu Dão Lafões, em parceria com a AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu, promoveu uma sessão de divulgação, a qual teve lugar no dia 3 de outubro, no Edifício Expobeiras, em Viseu.



Esta sessão, destinada a empresários, contou com a participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, do Diretor Geral da AIRV, Paulo Sousa, da Secretária Técnica do Programa Operacional Regional do Centro, Neusa Magalhães, do Vogal Executivo da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, Jorge Brandão, e da Chefe de Equipa da Unidade de Controlo e Gestão da Contratualização da CIM Viseu Dão Lafões, Sandra Carvalho.



De referir que o Sistema de Incentivos de Base Territorial, dirigido a micro e pequenas empresas, irá permitir apoiar operações de investimento de pequena dimensão, entre os 40 mil euros e os 300 mil euros, que estejam enquadradas nas seguintes atividades: Indústrias extrativas, Indústrias transformadoras e Turismo.

O aviso ao referido Sistema de Incentivos encerrou no dia 13 de dezembro de 2024, tendo sido apresentadas 141 candidaturas.

No que se refere à articulação, de caráter genérico e transversal, entre a CIM enquanto organismo intermédio e a Autoridade de Gestão, a mesma foi assegurada, durante o ano de 2024, pela Coordenadora da Estrutura de Apoio Técnico (EAT) e pelo Secretário Executivo.

Este acompanhamento e coordenação permanente visaram, por um lado, garantir a aplicabilidade da delegação de competências na CIM, enquanto organismo intermédio, e, por outro lado, acompanhar a execução dos projetos aprovados.

Nesse sentido, para além dos contactos por via telefónica ou correio eletrónico, sempre que necessário foram realizadas reuniões presenciais ou por videoconferência com a Comissão Diretiva, e/ou com os Secretários Técnicos e respetivas equipas, tendo em vista uniformizar procedimentos e métodos de trabalho.

De entre as várias reuniões de trabalho realizadas, destaca-se a efetuada a 15 de outubro de 2024, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro e a CIM Viseu Dão Lafões, a qual teve lugar nas instalações da CIM, em Tondela.

Nesta reunião, que contou com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, da Presidente da Comissão Diretiva da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, Isabel Damasceno, do Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, dos Presidentes dos Municípios de Viseu Dão Lafões, e de elementos da AG do Programa Operacional Regional do Centro, foi analisado o ponto de situação da implementação do POR do Centro 2030.





Execução do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020

Conforme é sabido, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões assinado, a 31 de agosto de 2015, entre a CIM e as Autoridades de Gestão dos vários Programas Operacionais, foi objeto de duas alterações, formalizadas a 2 de agosto de 2017 e a 7 de junho de 2019, respetivamente.

Assim, e de acordo com esta última alteração, o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões contempla um apoio global de fundo que totaliza 50.310.554,98€, repartido do seguinte modo:

- Programa Operacional Regional do Centro 2020 – 49.225.251,98€
- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos – 280.000,00€
- Programa de Desenvolvimento rural do Continente 2014-2020 – 805.303,00€

No final do ano de 2024, do montante total do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial de Viseu Dão Lafões, encontrava-se contratualizado pela CIM Viseu Dão Lafões e pelos seus municípios um montante de 50.032.314,58€, correspondendo a 99,45%, conforme se encontra refletido no quadro abaixo:

Programa Operacional	Prioridade de Investimento	Valor Fundo	Valor Fundo Contratualizado (31/12/2024)	Valor Fundo Validado (31/12/2024)
CENTRO 2020	2.3	2 299 165,00 €	2 299 165,00 €	2 453 014,50 €
	4.3	4 141 490,20 €	2 675 724,55 €	2 592 816,70 €
	6.3	5 228 693,37 €	6 448 205,63 €	7 141 773,38 €
	8.3 e 8.8	15 543 249,65 €	11 563 847,66 €	10 466 571,46 €
	9.1	3 578 435,89 €	0,00 €	0,00 €
	9.7	3 465 177,52 €	2 713 781,13 €	2 798 043,48 €
	10.1	5 011 588,01 €	5 887 171,65 €	5 594 969,19 €
	10.5	9 957 452,34 €	17 419 532,47 €	19 225 553,92 €
Sub-Total		**49 225 251,98 €**	**49 007 428,09 €**	**50 272 742,63 €**
POSEUR	5.1	140 000,00 €	153 584,06 €	153 584,06 €
	5.2	140 000,00 €	134 368,66 €	134 368,66 €
Sub-Total		**280 000,00 €**	**287 952,72 €**	**287 952,72 €**
PDR 2020	03.M04	805 303,00 €	736 933,77 €	S/Informação
Sub-Total		**805 303,00 €**	**736 933,77 €**	**0,00 €**
TOTAL GERAL		**50 310 554,98 €**	**50 032 314,58 €**	**50 560 695,35 €**

Taxa de Aprovação / Taxa de Execução (%)	99,45%	100,50%

Da análise à informação constante no referido quadro, verifica-se que todas as prioridades de investimento associadas ao Programa Operacional Regional do Centro 2020 registam contratualização de fundo, com exceção da PI 9.1, uma vez que em resultado do processo de reprogramação deste Programa Operacional, desencadeado no ano de 2020, que visou dar respostas imediatas à situação de emergência vivida no país fruto da pandemia COVID-19, as verbas da referida prioridade de investimento foram alocadas a outras que se afiguravam mais prioritárias.

Assim, esse processo de reprogramação previu o reforço de algumas prioridades de investimento, o que permitiu a contratualização de montantes superiores aos identificados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, nomeadamente nas prioridades de investimento 6.3, 10.1 e 10.5, conforme se evidencia no quadro acima.

Dar, ainda, nota que, das 224 operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro 2020, 158 foram apresentadas pelas empresas ao SI2E – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego e ao PAPN – Programa de Apoio à Produção Nacional, e as restantes correspondem aos projetos municipais e/ou intermunicipais apresentados pelos Municípios, pela CIM Viseu Dão Lafões e pela DRCC.

Relativamente ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos, os projetos em causa são respeitantes ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas e à Plataforma de Emergência e Proteção Civil Intermunicipal, ambos já encerrados pelo PO.

No que se refere ao Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020, no final do ano de 2024 encontravam-se aprovadas intervenções na Barragem da Várzea de Calde (Viseu), na Barragem de Pereiras (Oliveira de Frades), no regadio tradicional de São Joaninho (Castro Daire), no regadio tradicional de Vila Nova de Paiva, no regadio tradicional da Bodiosa a Nova (Viseu), e no açude da Corvaceira (São Pedro do Sul), não estando disponível informação sobre o fundo já validado.

Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030

A reflexão estratégica sobre o futuro de Portugal no médio e longo prazo é um exercício da maior importância, que o Governo quer realizar de forma abrangente, envolvendo os mais variados atores económicos e sociais, de entre os quais se destacam as Comunidades Intermunicipais, as quais têm vindo a assumir, nos últimos períodos de programação, um papel e uma importância crescentes no planeamento, gestão, monitorização e execução dos Fundos Europeus Estratégicos de Investimento, nos respetivos territórios NUTS III.

Nesse sentido, a preparação do período de programação 2021-2027 voltou a contar com o contributo das Comunidades Intermunicipais, tendo a CIM Viseu Dão Lafões concluído, no ano de 2021, a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, cujo conteúdo pode ser consultado na integra em https://www.cimvdl.pt/portugal-2030/.

Com esta estratégia, que é a base de negociação da Região Viseu Dão Lafões com as entidades nacionais e europeias para o quadro financeiro plurianual do 2030, pretende-se que o território de Viseu Dão Lafões seja capaz de atrair e fixar pessoas, iniciativas e investimentos, e que se afirme pela sua capacidade de criar valor e gerar emprego qualificado, bem como de proporcionar qualidade de vida e segurança aos seus cidadãos, ao responder eficazmente aos desafios colocados pelas transformações climática, energética e digital.

Depois de concluída a Estratégia Viseu Dão Lafões 2030, a Comunidade Intermunicipal iniciou o processo de elaboração do Plano de Ação Viseu Dão Lafões 2030, tendo nesse âmbito sido realizadas reuniões individuais com os municípios, e identificados por estes as intenções e/ou necessidades prioritárias de investimento, suscetíveis de virem a ser enquadradas nos Investimentos Territoriais Integrados (ITI).



Nesse sentido, foram identificados, para cada linha de ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, os projetos concretos de cariz municipal e/ou supramunicipal, e construídas as respetivas fichas de caraterização, os quais irão garantir não só a concretização da Estratégia

definida para o território, mas também, o alinhamento e a coerência com as estratégias nacionais.

O Plano de Ação para operacionalização dos ITI foi apresentado pela CIM Viseu Dão Lafões à Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro 2030, em outubro de 2023, tendo o mesmo sido aprovado em fevereiro de 2024.

Na sequência da aprovação do Plano de Ação, a CIM Viseu Dão Lafões e a Autoridade de Gestão do Centro 2030 formalizaram no dia 27 de março de 2024, em Viseu, a contratualização dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) da CIM, numa cerimónia realizada no Montebelo Viseu Congress Hotel.



A sessão solene de assinatura do Contrato para o Desenvolvimento e Coesão Territorial contou, entre outros protagonistas, com a presença do Presidente da CIM Viseu Dão Lafões, Fernando Ruas, e da Presidente da CCDRC, Isabel Damasceno, reafirmando, assim, um compromisso conjunto com o desenvolvimento sustentável da região.



O ITI da CIM Viseu Dão Lafões apresenta uma dotação total superior a 118 milhões de euros, distribuídos por 13 objetivos específicos, conforme consta no quadro abaixo:

Objetivo Específico	Montante
1.2 | Digitalização da administração pública local	2 549 165,00 €
1.3 | Sistema de incentivos base territorial e AAE nova geração e espaços de coworking	14 546 120,73 €
1.4 | Dinamização de ecossistemas de inovação	600 000,00 €
2.1 | Eficiência energética em edifícios da Administração pública local	9 891 061,00 €
2.2 | Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável	453 217,00 €
2.4 | Meios materiais para a proteção civil	5 490 350,00 €
2.5 | Ciclo urbano da água em baixa (sistemas municipais)	23 881 319,61 €
2.6 | Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa	250 000,00 €
2.7 | Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	8 339 200,00 €
2.8 | Mobilidade urbana suave	4 355 543,00 €
4.a | +CO3SO Emprego	211 259,87 €
4.k | Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo	5 577 851,74 €
5.1 | Contratos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial	41 873 896,56 €
TOTAL	**118 018 984,51 €**

4.11 Reuniões com equipas governamentais e outras entidades

No âmbito da atividade da Comunidade Intermunicipal, no decurso do ano de 2024, foram realizadas várias reuniões de trabalho com as equipas governamentais e com entidades representativas da região, no sentido de operacionalizar as atribuições assumidas pela CIM Viseu Dão Lafões, bem como defender os interesses da região, promovendo o seu desenvolvimento, competitividade e coesão, a saber:

- 17/01/2024: Reunião, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre o Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, o Presidente da ANEPC, Brigadeiro-General Duarte Costa, o Comandante Sub-regional de Emergência e Proteção Civil, Miguel Ângelo David, e o chefe de equipa multidisciplinar da CIM, André Mota, a qual teve como objetivo apresentar os projetos desenvolvidos pela CIM no âmbito da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta, apresentar a plataforma de emergência e proteção civil – VIGIA, partilhar a estratégia intermunicipal e os projetos a desenvolver nos próximos anos, no âmbito do ambiente e da proteção civil, entre outros assuntos;

- 31/01/2024: Participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, Nuno Martinho, com uma intervenção, no tour de participação pública desenvolvido no âmbito do processo de criação da futura Estratégia Nacional de Investimento Verde, designada de Novo Pacto Verde (NPV), realizado na cidade da Guarda. Esta iniciativa promovida pela Secretaria-Geral do Ambiente e pelo Fundo Ambiental, em parceria

com a Câmara Municipal da Guarda e as Comunidades Intermunicipais de Viseu Dão Lafões e Beiras e Serra da Estrela, visou recolher diversos contributos sobre as prioridades de investimento e propostas concretas de investimentos, melhorando e tornando mais robusta a futura proposta do NPV;

- 20/02/2024: Reunião, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre a Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, Sandra Araújo, e o Secretário Executivo da CIM, Nuno Martinho, a qual teve como objetivo efetuar uma reflexão conjunta sobre os caminhos de operacionalização do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025;

- 13/05/2024: Reunião, em Coimbra, entre o Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, e as Comunidades Intermunicipais, na qual foram abordados diversos assuntos, nomeadamente, a aplicação e operacionalização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, o Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro, a cartografia de perigosidade em vigor, e a avaliação do pacote financeiro disponível para as ações de Gestão Integrada de Fogos Rurais;

- 07/06/2024: Reunião, na Casa do Adro, em Viseu, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, a qual contou com a presença da Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, Sandra Araújo, de Vereadores e técnicos de ação social dos municípios da CIM Viseu Dão Lafões e de parceiros da Rede da Coesão Social;

- 25/06/2024: Participação do Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, enquanto orador no painel "Sustentabilidade nos Novos Contratos de Serviço Público de Transporte de Passageiros", do II Fórum da Mobilidade & Transportes, que decorreu no Centro de Congressos Taguspark, em Oeiras;

- 02/09/2024: Reunião, em Lisboa, entre o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo, na qual foi analisado um conjunto de preocupações dos autarcas e das populações desta região;

- 02/09/2024: Reunião, em Lisboa, entre o Secretário de Estado do Turismo, Pedro Machado, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo, no âmbito dos projetos turísticos que estão a ser desenvolvidos na região;

- 06/09/2024: Reunião, no Valverde Santar Hotel & Spa, na Vila de Santar, em Nelas, entre os Presidentes dos Municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões e o Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, António Gandra D'Almeida, a qual teve como objetivo esclarecer diversas questões relacionadas com a Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões;

- 07/10/2024: Reunião, em Coimbra, entre a CIM Viseu Dão Lafões e uma delegação do Ministério da Administração Estatal (MAE) de Timor-Leste, representada pelo Vice-Ministro da Administração Estatal de Timor-Leste, Jacinto de Deus, pelo Secretário de Estado dos Assuntos de Toponímia e Organização Urbana de Timor-Leste, Germano Brites, pela Embaixadora de Timor-Leste em Portugal, Isabel Guterres, e por diversos Presidentes de Autoridade Municipal de Timor-Leste, na qual foi discutida a dinamização de parcerias, bem como a cooperação e o reforço dos laços entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios de Timor-Leste, para consolidação do processo de descentralização e autonomia em Timor-Leste;

- 15/10/2024: Reunião, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, representada pela Presidente, Isabel Damasceno, e por elementos da Autoridade de Gestão, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada pelos Presidentes dos seus municípios associados e pelo Secretário Executivo, na qual foi analisado o ponto de situação da implementação do POR do Centro 2030;

- 08/11/2024: A CIM Viseu Dão Lafões e os seus municípios associados assinaram, nesta data, em Aguiar da Beira, uma Carta de Compromisso com a Sustentabilidade, que coloca a sustentabilidade no centro da estratégia regional, alinhada com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e a Agenda 2030. Através desta Carta, a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios posicionam-se como agentes de mudança, empenhados numa gestão territorial equilibrada e sustentável, que protege a diversidade cultural e o património natural e imaterial da região, promovendo, em simultâneo, um desenvolvimento económico inclusivo. Esta Carta de Compromisso, para além de definir as ações e políticas concretas para alcançar um território mais sustentável, resiliente e inclusivo, vai estimular a participação da CIM na candidatura 2030CATALYSTS, uma iniciativa europeia que visa apoiar os territórios que procurem implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no planeamento regional e garantir que as intervenções têm um impacto positivo e duradouro no território;

- 06/12/2024: Participação da CIM Viseu Dão Lafões na conferência “5 Anos da Faculdade de Medicina Dentária (FMD) - Uma História de 24 Anos de Propósitos”, organizada pela Universidade Católica Portuguesa (Viseu), onde o Secretário Executivo, Nuno Martinho, teve o privilégio de participar na mesa-redonda “Ensino, Ciência e Saúde ao Serviço do Território”, na qual foi analisado o impacto do ensino e da ciência na saúde e no desenvolvimento do nosso território;

- 11/12/2024: Reunião, em Castro Daire, entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), representado pelo Presidente, Benjamim Pereira, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada por Presidentes e Vice-Presidentes dos seus municípios associados e pelo Secretário Executivo, a qual foram abordados os avanços dos programas de apoio à habitação (i01 e i05), o modelo de financiamento dos

investimentos públicos no âmbito do programa 1.º Direito, e as prioridades para a promoção da habitação a custos acessíveis, a melhoria da qualidade de vida das populações e a fixação dos jovens na região;

- 13/12/2024: Reunião, na sede da CIM Viseu Dão Lafões, em Tondela, entre a Comissão de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), representada pelo Presidente, Pedro Dominguinhos, e a CIM Viseu Dão Lafões, representada por Presidentes e Vice-Presidentes dos seus municípios associados e pelo Secretário Executivo, a qual teve como principal objetivo fazer um ponto de situação relativo à execução do PRR em Viseu Dão Lafões;

- Várias reuniões do Secretário Executivo da CIM com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do encerramento do PT2020 e da repartição das verbas do overbooking, e no âmbito da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas ao ITI CIM Viseu Dão Lafões 2030;

- Participação do Secretário Executivo em várias reuniões de trabalho e em visitas realizadas ao território, na sequência dos incêndios florestais que assolaram a região em setembro de 2024, nas quais marcaram presença vários membros do governo, autarcas da região, o Comando Sub-regional de Proteção Civil de Viseu Dão Lafões, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), entre outras entidades ligadas à proteção civil.











5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO ECONÓMICO DE 2024

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abriram caminho à reforma da gestão pública.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas. Este conjunto de normas integrantes, do novo normativo representa um modelo importante de normalização contabilística e implica alterações profundas na contabilidade pública.

O Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, referia que durante o ano de 2016 todas as entidades públicas deviam assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP, no entanto os vários adiantamentos levaram ao atraso deste processo.

Face a este enquadramento, a CIM Viseu Dão Lafões concretizou, com efeitos a 31/12/2020, os procedimentos que visavam dar seguimento ao processo de implementação do SNC-AP iniciado em 2015.

Contudo, este processo de implementação foi substancialmente longo, uma vez que existiam rotinas oriundas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que careciam de adaptação, ajustamento e adequabilidade às Normas de Contabilidade Pública (NCP), bem como a convergência da estrutura organizacional dos serviços, em função de novas exigências legais, a existência de novos serviços e o processo de descentralização de competências, aplicando-se essa situação ao atraso verificado na implementação da contabilidade de gestão na CIM, pelo facto de ter sido necessário operar diversos incrementos a este módulo do sistema informático em vigor (ERP AIRC).

Não obstante, e tendo esta entidade presente a obrigatoriedade prevista pelo SNC-AP de acordo com os requisitos gerais previstos na NCP 27, no ano de 2022, foi iniciada a implementação da contabilidade de gestão, de forma que as demonstrações financeiras fossem efetuadas de acordo com os princípios e demais critérios definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), instituído pelo Decreto-Lei n.º 192/15, de 11 de setembro.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços

disponibilizados aos cidadãos, com uma desagregação dos gastos por bens e serviços, sendo que, no caso da CIM, esses serviços são, essencialmente, resultado de projetos cofinanciados através de candidaturas aprovadas no âmbito dos vários Programas nacionais e comunitários.

Assim, identificam-se nos quadros abaixo, por um lado, os 7 Centros de Responsabilidade criados em virtude das atividades desenvolvidas, pela CIM, consideradas de maior relevância e cuja informação financeira é preponderante na tomada de decisões de gestão interna e, por outro lado, as funções e serviços afetos.

a) Centros de Responsabilidade

Centros de Responsabilidade	*Código*
Funções Gerais	01
Administração Geral	0101
Formação	0102
Publicações	0103
Proteção Civil Intermunicipal	02
Regimento de Sapadores	0201
Unidade de Mobilidade e Transportes	03
Transportes	0301
Gestão e Manutenção de Infraestruturas Intermunicipais	04
Ecopista do Dão	0401
Ecopista do Vouga	0402

b) Funções

Designação - Classificação Funcional	*Código*
Administração geral	111
Protecção civil e luta contra incêndios	121
Educação	210
Acção social	232
Ordenamento do território	242
Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	246
Cultura	251
Indústria e energia	320
Transportes rodoviários	331
Comércio e turismo	340
Turismo	342
Transferências entre administrações	420

c) Serviços e sua afetação à classificação funcional e centros de responsabilidade

Descriçao	Tipo CC	Composto / Elementar	Função	Código CC	Centro Respons.
Unidade Gestão Administrativa e Financeira		***C***			
Administração Geral	Serviço CC	E	111	1000	0101
Organização e Gestão Interna	Serviço CC	E	111	1010	0101
Unidade de Modernização da Administração Local		***C***			
Transformação Digital e Inteligência Territorial - Um Modelo Catorze Municipios	Serviço CC	E	111	2010	0101
Formação profissional para os trabalhadores da Administração Pública - SATDAP	Serviço CC	E	210	2020	0102
Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	111	2030	0101
ZLT - Zona Livre Tecnológica	Serviço CC	E	111	2040	0101
Rede Intermunicipal de Bibliotecas em Viseu Dão Lafões - Transição digital	Serviço CC	E	111	2050	0101
Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Região		***C***			
Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados	Serviço CC	E	342	3010	0101
Programação Cultural em Rede	Serviço CC	E	251	3020	0101
Ecopista do Dão	Serviço CC	E	342	3031	0401
Ecopista do Vouga	Serviço CC	E	342	3032	0402
Aldeias da Serra do Caramulo	Serviço CC	E	342	3033	0101
Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão	Serviço CC	E	342	3034	0101
Transição Energética	Serviço CC	E	320	3040	0101
Contratos Interadministrativos	Serviço CC	E	420	3050	0101
Estratégia de Valorização Económica dos Recursos Territoriais	Serviço CC	E	340	3060	0101
Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	210	3070	0101
Coesão Social Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	232	3080	0101
MEG- Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3090	0101
Portugal 2030/Viseu Dão Lafões 2030	Serviço CC	E	340	3100	0101
Empreendedorismo e Promoção do Espírito Empresarial	Serviço CC	E	210	3110	0101
Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	242	3120	0101
Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	340	3130	0101
Revista Beira Alta	Serviço CC	E	251	3140	0103
Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição (	Serviço CC	E	246	3170	0101
"Projecto ""Cantinas Verdes"" - Estruturação do Mercado de Alimentos em Viseu Dão Lafões"	Serviço CC	E	246	3180	0101
Economia Circular na região Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	246	3190	0101
Espaços Coworking	Serviço CC	E	340	3200	0101
Outros Projetos de Fundos Europeus	Serviço CC	E	232	3210	0101
Circular Cities & Regions Initiative (CCRI) - Matchmaking Circular Materials	Serviço CC	E	246	3220	0101
"Projeto ""STOP_WASTE"" - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation	Serviço CC	E	246	3230	0501
Ciclovias / Ecovias Viseu Dão Lafões (Walking & Cicling)	Serviço CC	E	242	3240	0101
Agro-Tur	Serviço CC	E	342	3260	0502
Econnetting	Serviço CC	E	246	3270	0503
Parlamento Europeu - WellVoteVDL	Serviço CC	E	340	3280	0101
Preserving and promoting a southern European Heritage: megalithism and neolithic art	Serviço CC	E	340	3290	0101
Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicipal		***C***			
Proteção Civil Intermunicipal	Serviço CC	E	121	4010	0201
Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	246	4020	0101
Life Nieblas	Serviço CC	E	121	4040	0101
Outros Projetos de Fundos Europeus	Serviço CC	E	121	4050	0101
Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina	Serviço CC	E	246	4060	0101
An-Gel	Serviço CC	E	246	4070	0504
E-Rigation	Serviço CC	E	246	4080	0101
Interreg GreenSPAS	Serviço CC	E	246	4100	0505
Gestão de residuos florestais / sobrantes	Serviço CC	E	246	4110	0101
Unidade de Mobilidade e Transportes		***C***			
Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	331	5010	0301
Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes	Serviço CC	E	331	5020	0301
Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões	Serviço CC	E	331	5030	0301
Incentiva +TP	Serviço CC	E	331	5040	0301
Unidade Controlo e Gestão da Contratualização		***C***			
Assistência Técnica - Contratualização	Serviço CC	E	111	6010	0101
Assembleia Intermunicipal		***C***			
Assembleia Intermunicipal	Serviço CC	E	111	7010	0101

De facto, a contabilidade de gestão tem-se revelado importante, uma vez que permite à entidade dispor de melhor informação na gestão dos recursos ao seu dispor, de modo a administrar de uma forma cada vez mais eficaz, eficiente e económica, tratando-se de um instrumento de gestão interna.

De seguida divulga-se, informação acerca de cada serviço, dando cumprimento ao estipulado na NCP 27.

Programas	2023	2024	Var. Abs.
1 - Funções Gerais	**1 499 490,14**	**1 908 236,22**	**408 746,08**
110 - Serviços gerais de administração pública	20 124,02	20 773,74	649,72
111 - Administração geral	504 192,73	1 044 115,19	539 922,46
121 - Protecção civil e luta contra incêndios	975 173,39	843 347,29	-131 826,10
2 - Funções Sociais	**1 733 180,94**	**1 141 292,73**	**-591 888,21**
210 - Educação	594 771,24	373 932,25	-220 838,99
232 - Acção social	315 839,65	5,68	-315 833,97
242 - Ordenamento do território	598 350,05	315 826,56	-282 523,49
246 - Protecção meio ambiente e conservação da natureza	201 261,60	435 675,87	234 414,27
251 - Cultura	22 958,40	15 852,37	-7 106,03
3 - Funções Económicas	**7 128 971,40**	**11 499 907,51**	**4 370 936,11**
331 - Transportes rodoviários	6 098 292,06	10 300 265,37	4 201 973,31
340 - Comércio e turismo	202 448,30	66 669,26	-135 779,04
342 - Turismo	828 231,04	1 132 972,88	304 741,84
TOTAL	**10 361 642,48**	**14 549 436,46**	**4 187 793,98**

Do quadro anterior salienta-se, o peso das Funções Económicas, que representam 79,04% do total dos gastos, sendo resultado, na sua maioria, das atividades exercidas ao abrigo da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, com um gasto de aproximadamente 10,3 milhões de euros, cujo variação verificada face ao período homólogo deriva da atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro.

As Funções Sociais representam 7,84% do total dos gastos e apresentam cerca de 1,1 milhão de euros, sendo que a diminuição da rubrica associada à ação social resulta da conclusão do projeto +Igual Viseu Dão Lafões em 2023 e, o aumento da rubrica associada à proteção do meio ambiente e conservação da natureza, resulta da aprovação e execução de novos projetos ao abrigo dos Programas Interreg e Sudoe.

Se analisarmos as Funções Gerais concluímos que representam 13,12% dos gastos totais, sendo que este grupo integra a organização e gestão interna e os seus serviços de apoio nomeadamente, a área administrativa e financeira, recursos humanos, jurídicos, informáticos e a manutenção e conservação de edifícios considerados nesta função, bem como a gestão das Brigadas de Sapadores Florestais e de projetos relacionados com a Proteção Civil (LIFE Landscape, LIFE Nieblas), com um gasto total de aproximadamente 1,9 milhões de euros.

Face ao período homólogo, verificou-se um acréscimo de gastos nas Funções Gerais, com especial enfoque na rubrica da Administração Geral, de 539.922,46€, consequência da dimensão que esta entidade tem vindo a ganhar nos últimos anos.

Convém salientar, ainda, que está em desenvolvimento a implementação de toda a informação exigida pela NCP 27, designadamente a respeitante à componente dos rendimentos.

Consequentemente a todos aqueles aspetos verifica-se a necessidade da produção de uma nova norma de controlo de interno, da qual não se pode dissociar a elaboração e acompanhamento do Plano de prevenção de riscos de corrupção, infrações conexas e conflitos de interesses, cujo documento foi devidamente atualizado e aprovado pelo órgão competente na reunião do Conselho Intermunicipal de 29/11/2022, sendo anualmente elaborados os respetivos relatórios de controlo e monitorização periódica da implementação do mesmo.

Assim, o presente relatório analisa não só a execução do orçamento, como analisa a sua situação económico-financeira, apresentando em anexo as demonstrações financeiras.

5.1 - ANÁLISE PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Antes iremos passar à análise das rubricas de balanço e de demonstração de resultados, seguida da análise orçamental, no que concerne, também, à comparação com o período homólogo do ano anterior.

BALANÇO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024		
RUBRICAS	**SNC-AP 31/12/2024**	**SNC-AP 31/12/2023**
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	6 434 746,63 €	6 501 930,52 €
Propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	446 849,27 €	251 880,38 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Participações financeiras	0,00 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	0,00 €	0,00 €
	6 881 595,90 €	**6 753 810,90 €**
Ativo corrente		
Inventários	13 645,40 €	10 969,36 €
Ativos biológicos	0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	312 058,86 €	411 181,86 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	386 944,42 €	543 875,44 €
Estado e outros entes públicos	0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	4 023 732,30 €	4 091 544,05 €
Diferimentos	24 307,27 €	1 326,74 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda	0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	7 598 674,58 €	3 639 408,38 €
	12 359 362,83 €	**8 698 305,83 €**
Total do Ativo	**19 240 958,73 €**	**15 452 116,73 €**

PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Ações (quotas) próprias	0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão	0,00 €	0,00 €
Reservas	331 888,87 €	320 579,14 €
Resultados transitados	1 109 901,41 €	895 016,46 €
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização	0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido	4 381 870,09 €	4 407 822,31 €
Resultado líquido do período	375 019,69 €	226 194,68 €
Dividendos antecipados	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
Total do Património Líquido	**6 801 863,91 €**	**6 452 796,44 €**
Passivo não corrente		
Provisões	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	670 609,29 €	670 609,29 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	2 350 772,37 €	1 768 319,56 €
Passivos por impostos diferidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	2 967,21 €
	3 024 348,87 €	2 441 896,06 €
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores	23 071,35 €	140 657,16 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	52,50 €
Estado e outros entes públicos	43 143,54 €	34 287,08 €
Acionistas/sócios/associados	0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos	118 522,80 €	0,00 €
Outras contas a pagar	4 184 822,61 €	1 690 978,96 €
Diferimentos	5 045 185,65 €	4 691 448,53 €
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
	9 414 745,95 €	**6 557 424,23 €**
Total do Passivo	**12 439 094,82 €**	**8 999 320,29 €**
Total do Património Líquido e Passivo	**19 240 958,73 €**	**15 452 116,73 €**

Pela análise do balanço, com referência a 31/12/2024, convém destacar as seguintes situações:

O Ativo não corrente incorpora os ativos em curso do domínio público e outros ativos fixos tangíveis e intangíveis do domínio privado, cujo aumento face ao ano de 2023 não tem qualquer expressão (cerca de 2%), englobando o seguinte:

- **Ativos Fixos Tangíveis - Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural**

  A diminuição destes ativos ocorreu na sequência da conclusão da execução das obras relacionadas com a requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga e consequente elaboração do respetivo Auto de Receção Provisória, tendo-se procedido à transferência da empreitada que se encontrava em curso para Infraestruturas, aplicando-se a respetiva depreciação do período.

- **Ativos Fixos Tangíveis – Outros ativos fixos tangíveis**

  As adições verificadas nestes ativos (620.305,21€), incidiram nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e ativos fixos tangíveis em curso, resultante, essencialmente, de:

  - ✓ Aquisição de equipamentos informáticos para as bibliotecas públicas integradas na candidatura da Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões, no âmbito da iniciativa de financiamento "RE-C04-i01 – Redes Culturais e Transição Digital do PRR";
  - ✓ Expansão do sistema público de bicicletas partilhadas, no âmbito do projeto "Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões- PAMUS";
  - ✓ Empreitada de adaptação e requalificação de edifícios, para funcionarem enquanto espaços de coworking, no âmbito de uma candidatura apresentada ao PRR, e aquisição e instalação de sinalética, no âmbito da candidatura "MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga".

- **Ativos Intangíveis**

  O aumento verificado nestes ativos, face ao ano de 2023, está relacionado exclusivamente com o desenvolvimento de planos de âmbito intermunicipal que ainda se encontram em curso, designadamente:

  - ✓ Classificação do património megalítico da sua área territorial como Património da Humanidade junto da UNESCO;
  - ✓ Elaboração do Plano de Ecovias para a Região Viseu Dão Lafões;
  - ✓ Criação da Rota de Megalitismo no âmbito do projeto "MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga".

O ativo corrente apresenta um aumento significativo de 42,09%, sendo a variação mais expressiva na rubrica "Caixa e Depósitos", nos moldes a seguir descritos:

- **Clientes, contribuintes e utentes**

  Esta rubrica continua a respeitar, na sua maioria, a dívidas dos municípios associados quer, por um lado, por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais/contratos interadministrativos por parte da CIM e da gestão dos projetos desenvolvidos no âmbito da delegação de competências da Administração Central para as Comunidades Intermunicipais, em diversos domínios, nomeadamente, Mobilidade e Transportes, sendo que, em 2024, se verificou um decréscimo na mesma, de 28,85%, face ao ano de 2023.

- **Outras contas a receber**

  As contas a receber respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das comparticipações FEDER, FC e FSE, com uma variação de -1,66% face ao período homólogo.

- **Diferimentos**

  De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes, tendo-se verificado um aumento face ao ano de 2023, derivado do aumento do número de apólices em vigor.

- **Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis**

  O montante expresso nesta rubrica resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, aquando da homologação dos contratos, respeitantes às candidaturas, "Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões", "SAMA" e "Sistema Integrado de Videovigilância", à semelhança do registado no ano de 2023, com um decréscimo de 24,11%, pelo encerramento do projeto relacionado com a "Sinalização Turística de Viseu Dão Lafões".

- **Caixa e depósitos**

  O aumento do saldo verificado nesta conta, face ao período homólogo, resulta, essencialmente, do recebimento de verbas de projetos financiados, cujas despesas já haviam sido assumidas e asseguradas anteriormente, pela CIM, por forma a dar cumprimento aos prazos estipulados para a conclusão dos projetos e, simultaneamente, dos respetivos Programas, bem como às transferências efetuadas, pelo Fundo Ambiental, oriundas do Programa Incentiva+TP, o qual passou a contemplar a fusão dos programas PART, PROTransP e das verbas extraordinárias alocadas ao financiamento dos transportes (Extra PART) e, cujo o momento do recebimento, foi desfasado temporalmente da assunção da despesa, a qual foi, igualmente, assegurada atempadamente pela CIM e seus municípios, de modo a evitar colocar em risco a realização da operação do serviço público de transportes de passageiros.

O património líquido cresce 5,41%, com especial enfoque nos "Resultados Transitados", nos quais está contemplada a transição de resultados do ano anterior.

Quanto ao passivo, verifica-se um acréscimo de 23,85% no passivo não corrente e um acréscimo de 43,57% no passivo corrente, face ao ano anterior, estruturado da seguinte forma:

- **Financiamentos obtidos**

  O montante refletido nesta rubrica respeita ao valor do apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga.

- **Diferimentos**

  Os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).

- **Outras contas a pagar**

  As contas a pagar respeitam aos valores de cauções e de operações de tesouraria e retenções e descontos, e foi nesta rubrica que se verificou a maior variação, face ao período homólogo, nomeadamente ao nível das operações de tesouraria, pois nestas constam as verbas recebidas no âmbito da gestão do Programa da Recolha Bio onde a CIM assumiu um papel de Organismo Intermédio, para os anos de 2023 e 2024, sendo a transferência destes montantes realizada para os municípios à medida que vão sendo validados os respetivos pedidos de pagamento. Também na conta 2729299 – outros devedores, se verificou um aumento dos acréscimos de gastos, dos valores que serão pagos em 2025, mas que diziam respeito ao ano económico de 2024, relacionados, essencialmente, com faturas emitidas pelos operadores de transportes no âmbito do pagamento dos passes gratuitos para jovens estudantes no âmbito da Portaria nº 7-A/2024, de 5 de janeiro e ao acerto final referente ao pagamento da compensação pelo défice de exploração associado aos serviços de transporte essenciais durante o ano de 2024.

- **Fornecedores/Fornecedores de investimentos**

  As rubricas "Fornecedores" e "Fornecedores de investimentos" respeitam a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que a CIM foi executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou no âmbito das competências delegadas na área dos transportes, não se verificando variações comparando com o período homólogo.

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024		
RENDIMENTOS E GASTOS	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	0,00 €
Vendas	283,13 €	349,04 €
Prestações de serviços e concessões	233 265,40 €	126 520,60 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13 212 890,06 €	9 389 187,89 €
Variações nos inventários da produção	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-303,96 €	-260,26 €
Fornecimentos e serviços externos	-2 324 937,19 €	-3 205 816,14 €
Gastos com pessoal	-1 041 254,26 €	-957 412,56 €
Transferências e subsídios concedidos	-9 743 757,40 €	-5 109 217,22 €
Prestações sociais	0,00	0,00
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	610,00
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00
Outros rendimentos	1 516 775,96	1 079 377,79
Outros gastos	-203 152,80	-313 936,10
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	**1 649 808,94 €**	**1 009 403,04 €**
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 274 723,85 €	-783 199,84 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €
Resultado opracional (antes de gastos de financiamento)	**375 085,09 €**	**226 203,20 €**
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	-65,40 €	-8,52 €
Resultado antes de impostos	**375 019,69 €**	**226 194,68 €**
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €
Resultado liquido do período	**375 019,69 €**	**226 194,68 €**
Resultado liquido do período atribuível a:		
Detentores do capital da entidade-mãe	0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam	0,00 €	0,00 €
	375 019,69 €	**226 194,68 €**

Passemos à análise do comportamento de algumas rubricas explicando os valores registados:

- **Vendas**

  As vendas da CIM respeitam às quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta, estando a diminuição do valor desta rubrica relacionado com o facto de a edição da revista do ano de 2024 ter sido produzida apenas no último trimestre.

- **Prestações de serviços e concessões**

  Desta rubrica constam as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao "Fee", no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, bem como os serviços prestados ao Turismo do Centro, no âmbito do contrato de comodato celebrado, para fazer face às despesas com a água e a luz do edifício da Casa do Adro, os serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível e os serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão prestados pela equipa de Sapadores Florestais da CIM, os quais não sofreram alterações significativas face ao histórico do ano anterior. Não obstante, o motivo do aumento de cerca de 84%, foi fruto de uma situação excecional relativa ao acerto final, referente ao pagamento do défice de exploração, efetuado na sequência do acordo de compensações pela prestação dos serviços mínimos essenciais durante o ano de 2021, uma vez que na parte final da execução do acordo foram disponibilizados, pelo Governo, apoios extraordinários aos operadores para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível nos custos incorridos do serviço de transporte público de passageiros com a aquisição do gasóleo, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 153/2021, de 12 de novembro, resultando na devolução das respetivas verbas à CIM.

- **Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

  O custo das mercadorias vendidas respeita, na sua totalidade, às edições da Revista Beira Alta, estando o seu ligeiro aumento, face ao período homólogo, justificado pelo referido no ponto das Vendas.

- **Fornecimentos e serviços externos**

  A diminuição nesta rubrica, de 27,48%, deveu-se, por um lado, ao facto de vários projetos financiados, no Portugal 2020, terem tido a sua conclusão no ano de 2023, por força do encerramento do Programa em 31/12/2023 e, por outro lado, ao atraso na abertura dos avisos para apresentação de novas candidaturas no âmbito dos investimentos territoriais (ITI) no Portugal 2030.

  Estes serviços respeitam, na sua grande maioria, a serviços especializados por força da externalização de serviços nos projetos intermunicipais em que a CIM continua a ser promotora, podendo-se referir, a título de exemplo:

- ✓ Aquisição de serviços para a itinerância de atividades intermunicipais no âmbito do Laboratório Móvel das Ciências e no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas – Breakout "Apanhados pelo clima" e Bancada Móvel de Ciências – nas Escolas e Agrupamentos de Escolas da Região Viseu Dão Lafões;

- ✓ Aquisição de serviços para Conceção, Produção, Montagem e Desmontagem do Stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2024 a integrar na candidatura dos "Produtos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões";

- ✓ Aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de execução no âmbito das Aldeias da Serra do Caramulo;

- ✓ Aquisição de serviços para a implementação do programa "Best Wine Selection", da AHRESP, no âmbito da candidatura designada por "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão";

- ✓ Aquisição de serviços para aquisição de serviços de apoio à elaboração e produção de entregáveis do projeto LIFE LANDSCAPE FIRE: Relatório de Identificação de potenciais entidades para implementação em Portugal, Relatório de Identificação de Potenciais Entidades para Implementação nos Países Mediterrânicos, Plano de Replicabilidade e Transferibilidade, Relatório sobre o Impacto Socioeconómico do Projeto, Relatório sobre Recomendações de Políticas em Portugal, Plano de Exploração Após-LIFE.

- ✓ Aquisição de serviços de desenvolvimento e implementação de melhorias na plataforma de gestão de transporte para o transporte flexível "Ir e Vir"- inclusão do Município de Viseu e outras melhorias e manutenção da plataforma de Transporte Regular - atualização e ligação dos registos ao novo operador de transportes;

- ✓ Aquisição de sistemas e aplicações de informação e de apoio à gestão no âmbito do transporte flexível "Ir e Vir";

- ✓ Aquisição de serviços de elaboração do projeto de extensão do Plano de Ecovias para a Região Viseu Dão Lafões aos municípios de Santa Comba Dão e de São Pedro do Sul.

O restante respeita a despesas de funcionamento como seja: comunicações, eletricidade, combustíveis, material de escritório, serviços de cópia/impressão, contratos em regime de tarefa e avença, consumíveis e ferramentas/materiais para o funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais e para a manutenção da Ecopista do Dão e material promocional no âmbito da divulgação de projetos cofinanciados.

- **Gastos com pessoal**

  Os gastos com pessoal respeitam às despesas com os encargos dos funcionários da CIM, sendo que o aumento verificado do ano de 2023 para 2024, foi de cerca de 9%, resultante da contratação de 1 técnico superior para a ocupação de 1 posto de trabalho na Unidade de Proteção Civil e de 2 assistentes técnicos para a ocupação de 2 postos de trabalho na Unidade de Mobilidade e Transportes (com início só em dezembro), bem como ao facto das posições remuneratórias dos trabalhadores da Administração Pública terem sido alteradas e valorizadas na sequência do Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro, do Despacho n.º 13288-E/2023 de 29 de dezembro de 2023 e Declaração de Retificação n.º 7-A/2024 de 9 de janeiro de 2024, do Decreto-Lei n.º 108/2023 de 22 de novembro, da Portaria n.º 421/2023 de 11 de dezembro, da Portaria n.º 256/2014 de 10 dezembro e do DL 84-F/2022, de 16 de dezembro.

- **Gastos/reversões de depreciação e amortizações**

  O aumento do valor de depreciação e amortização de cerca de 63%, face ao ano de 2023, é consequência das adições que ocorreram nos ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos, durante o ano de 2024, com especial destaque para a conclusão da reabilitação da Ecopista do Vouga, cuja transferência do investimento em curso para ativos fixos deu origem ao início da aplicação da respetiva depreciação do período.

- **Transferências e subsídios concedidos**

  As transferências e subsídios correntes concedidos, estão diretamente ligados ao exercício das competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, cujo aumento acentuado verificado nesta rubrica (cerca de 90%), face ao período homólogo, é justificado pelas verbas que passaram, na sequência do Orçamento do Estado de 2024, a estar destinadas a assegurar a atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, bem como ao facto do valor do défice de exploração ter sido superior no ano de 2024, devido à ausência de apoios extraordinários aos operadores, por parte do Governo, para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível, à semelhança do que vinha acontecendo nos anos anteriores, sendo de relevar, ainda, o reflexo da aplicação do princípio do acréscimo, demonstrando, assim, a efetiva realização do exercício económico de 2024.

- **Transferências e subsídios obtidos**

  O valor desta rubrica resulta dos montantes FSE, FC e FEDER recebidos por força dos projetos intermunicipais em que a CIM Viseu Dão Lafões foi beneficiária, no âmbito do Portugal 2020 e outros Programas Comunitários/Europeus, das competências próprias e delegadas enquanto Autoridade de Transportes, bem como dos Protocolos

celebrados com os municípios associados no âmbito da execução desses projetos, cujo aumento verificado nesta rubrica (cerca de 40%), face ao ano de 2023, é justificado, conforme já atrás referido, pelas verbas recebidas pela Direção Geral de Tesouro e Finanças no âmbito da atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, salvaguardando, ainda, o reflexo do princípio do acréscimo, demonstrando, assim, a efetiva realização do exercício económico de 2024.

Nos rendimentos do exercício temos, especificamente, com maior impacto no aumento verificado, em comparação com o ano de 2023, a imputação dos subsídios ao investimento, de acordo com os procedimentos que uma entidade deve aplicar na contabilização e divulgação de subsídios e apoios, definidos na NCRF 22.

Resultados

A Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões encerrou o ano de 2024 com um resultado líquido de 375.019,69€.

RESULTADOS	2024	2023	Δ face período homólogo
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCICIO	**375 019,69 €**	**226 194,68 €**	**148 825,01 €**

Proposta de Aplicação de Resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 375.019,69€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

→ Que sejam constituídas reservas legais no montante de 18.750,99€ correspondente a 5% do resultado líquido;

→ Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 356.268,70€.

5.2 - ANÁLISE ORÇAMENTAL

A análise efetuada no ponto anterior (lógica patrimonial) utilizou uma abordagem de "acréscimo", isto é, considera os gastos incorridos e os rendimentos obtidos no ano de 2024, independentemente do ano em que ocorre o seu pagamento ou o seu recebimento. A execução orçamental que se passa a fazer, baseia-se, no essencial, numa abordagem de fluxos de caixa ou de tesouraria (receita cobrada e despesa paga).

Receita

A receita total cobrada em 2024, ascendeu a 18.369.690,34€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte:

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
	Receitas correntes				
R03	Taxas, multas e outras penalidades	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	2 757 077,26 €	2 446 757,09 €	9 840,99 €	88,74%
R05112	Administração Central - Outras entidades	9 557 129,68 €	8 729 562,93 €	0,00 €	91,34%
R05115	Administração Local	2 622 895,51 €	2 502 299,58 €	218 758,08 €	95,40%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	740 596,00 €	180 148,68 €	91 825,02 €	24,32%
R07	Outras receitas correntes	150,00 €	93 849,09 €	4 514,37 €	62566,06%
	Receitas capital				
R09111	Administração Central - Estado Português	1 182 716,06 €	1 167 982,98 €	0,00 €	98,75%
R09112	Administração Central - Outras entidades	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	232 365,51 €	707 242,44 €	80 625,94 €	304,37%
R10	Outras receitas de capital de capital	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	74 513,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
	Outras receitas				
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00 €	186 501,08 €	0,00 €	373002,16%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	2 355 346,47 €	2 355 346,47 €	0,00 €	100,00%
	Total Receitas Correntes	**15 678 048,45 €**	**13 952 617,37 €**	**324 938,46 €**	**88,99%**
	Total Receitas Capital	**1 489 694,57 €**	**1 875 225,42 €**	**80 625,94 €**	**125,88%**
	Total Outras Receitas	**2 355 396,47 €**	**2 541 847,55 €**	**0,00 €**	**107,92%**
	Total	**19 523 139,49 €**	**18 369 690,34 €**	**405 564,40 €**	**94,09%**

A receita total corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 88,99% e a receita total de capital cobrada apresenta uma execução de 125,88% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e pelo Protocolo celebrado no âmbito do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva +TP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 21/2024, de 19 de março, que substituiu o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), e na parte de

capital, pela revisão de preços da empreitada da Ecopista do Vouga calculada e faturada no último trimestre de 2024.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 251,78%, este resulta do facto de a previsão corrigida ter sido subestimada em orçamento, no que respeita ao valor a cobrar/arrecadar no âmbito da execução da Ecopista do Vouga, nomeadamente, pelo facto da incerteza do período para a publicação dos índices definitivos e respetivo cálculo da revisão de preços, o qual, efetivamente, só veio a ocorrer no final do ano de 2024, prevendo-se que esta receita seria arrecadada apenas no início do ano de 2025.

No que respeita à previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, não se verificaram grandes diferenças em relação ao expectável, tendo-se verificado uma execução de 86,48% e 98,77%, respetivamente.

De referir que o grau de execução da rubrica "Serviços específicos das autarquias" (Transportes coletivos de pessoas e mercadorias), de 0,00%, a qual respeitava à estimativa, para o último quadrimestre do ano de 2024, da receita tarifária a gerar pelo serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Viseu Dão Lafões objeto do concurso público lançado em 2023, é justificado pelo facto de o contrato ter sido assinado só em 17/06/2024 e sujeito a visto do Tribunal de Contas, o qual foi obtido no mês de setembro, seguido dos 6 meses previstos para o respetivo período de transição, conforme definido no Caderno de Encargos, tendo, naturalmente, este atraso, reflexo na não concretização da arrecadação desta receita.

De referir que o grau execução da rubrica "Serviços específicos das autarquias" (Outros), de 101,68%, em relação aos 119,31% do ano de 2023, é justificado com um ligeiro aumento da receita cobrada/arrecadada pelos "Fee", no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, tendo a receita relativa serviços prestados de limpeza e gestão das faixas de combustível, se mantido muito semelhante à arrecadada no período homólogo.

No que respeita à rubrica das outras receitas correntes (Diversas), considerando que não há forma de se prever estas receitas excecionais, verifica-se um elevado grau de execução face à previsão em orçamento, tendo a receita cobrada resultado do acerto final, referente ao pagamento do défice de exploração, efetuado na sequência do acordo de compensações pela prestação dos serviços mínimos essenciais durante o ano de 2021, uma vez que na parte final da execução do acordo foram disponibilizados pelo Governo apoios extraordinários aos operadores para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível nos custos incorridos do serviço de transporte público de passageiros com a aquisição do gasóleo, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 153/2021, de 12 de novembro.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um aumento de 47%, com maior enfoque para as transferências dos serviços e fundos autónomos,

resultante das transferências efetuadas pela Direção Geral do Tesouro no âmbito da atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. As receitas de capital registaram, igualmente, um aumento, sendo que neste caso é justificado pelo recebimento da verba respeitante ao financiamento do projeto associado à Promoção da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável (PAMUS).

Despesa

A despesa total paga em 2024, ascendeu a 12.200.095,04€, dos quais 11.237.799,39€ de despesas correntes e 962.295,65€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo a execução orçamental do ano de 2024.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
	DESPESAS CORRENTES				
D011	Remunerações Certas e Permanentes	903 169,00 €	810 997,23 €	13 994,01 €	89,795%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	39 300,00 €	30 845,67 €	0,00 €	78,488%
D013	Segurança Social	297 990,00 €	238 423,37 €	12 161,68 €	80,011%
D02	Aquisição de bens e serviços	6 868 886,47 €	2 696 133,34 €	26 051,88 €	39,251%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	15 700,00 €	7 300,00 €	0,00 €	46,497%
D0413	Famílias	9 529 244,50 €	7 390 197,74 €	130,93 €	77,553%
D0414	Outras	41 500,00 €	40 100,00 €	0,00 €	96,627%
D042	Subsídios correntes	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	26 050,00 €	23 802,04 €	0,00 €	91,371%
	Sub Total	**17 723 389,97 €**	**11 237 799,39 €**	**52 338,50 €**	**63,407%**
	DESPESAS CAPITAL				
D06	Aquisição de bens capital	1 745 526,52 €	962 295,65 €	118 522,80 €	55,129%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras depesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	53 273,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
	Sub Total	**1 799 749,52 €**	**962 295,65 €**	**118 522,80 €**	**53,468%**
	Total	**19 523 139,49 €**	**12 200 095,04 €**	**170 861,30 €**	**62,490%**

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são facilmente justificados, na sua maioria, na GOP da Autoridade de Tansportes – Viseu Dão Lafões, motivados pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Compromissos assumidos do projeto "Regime Transitório (RJSPTP)" que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, os últimos 2 meses do ano de 2024, uma vez que face ao histórico dos últimos anos, as estimativas do Défice de Exploração, têm sido superiores ao efetivamente realizado, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do mesmo, para poder proceder ao encerramento dessas contas;

- ✓ De acordo com o previsto na Portaria nº7-A/2024, de 5 de janeiro, compete à CIM, após a receção da respetiva transferência para esta entidade, proceder, no prazo máximo de 5 dias, ao pagamento a cada uma das entidades emissoras de títulos de transporte em função dos valores apurados, sendo que, no ano de 2024, a Direção Geral do Tesouro e Finanças só efetuou essa transação até ao mês de maio, tendo, no entanto, a CIM, por iniciativa própria, feito todos os esforços necessários para colmatar esta situação, conseguindo assegurar esse encargo das validações dos passes gratuitos, pelo menos, até ao mês de agosto, tendo ficado o último quadrimestre pendente.

- ✓ Os contratos celebrados no ano de 2024 e transitados do ano anterior no âmbito do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), não foram executados de acordo com as necessidades previstas ou na calendarização programada;

- ✓ O contrato do serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Viseu Dão Lafões objeto do concurso público lançado em 2023, foi assinado só em 17/06/2024 e sujeito a visto do Tribunal de Contas, o qual foi obtido no mês de setembro, seguido dos 6 meses previstos para o respetivo período de transição, conforme definido no Caderno de Encargos.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expetativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, não se verificam oscilações no total da despesa paga (-0,4%), sendo que a despesa corrente paga em 2024 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (2.696.133,34€), despesas com pessoal (1.080.266,27€), transferências correntes (7.461.399,78€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (962.295,65€), cujas taxas de execução, face ao estimado nas dotações, ascenderam a 63,41 e a 53,47%, respetivamente.

Despesas de Investimento

O investimento orçado para o ano de 2024 foi de 1.799.749,52€ e o montante executado ascendeu a 962.295,65€, correspondendo a uma taxa de execução de 53,47%, sendo que esta diferença, resulta, por um lado, do valor sobrestimado para a existência de outros trabalhos complementares e para a despesa com a revisão de preços definitiva da empreitada para a requalificação da Ecopista do Vouga, cujo apuramento do cálculo com base nos índices definitivos resultou num valor inferior ao previsto e, por outro lado, de a adjudicação dos procedimentos de contratação pública para adquirir os sistemas de informação e os catálogos integrados para as bibliotecas públicas do território no âmbito da candidatura "Rede Intermunicipal de Bibliotecas em Viseu Dão Lafões", ter ocorrido no final do ano de 2024 e início do ano de 2025, por as peças de concurso a estes associadas estarem dependentes da validação prévia do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) e,

ainda, do facto do procedimento para a realização das empreitadas de requalificação das Aldeias da Serra do Caramulo, nomeadamente, do restauro das fachadas, estar dependente da conclusão dos respetivos projetos de execução, que sofreram um atraso na sua entrega.

No quadro abaixo podemos visualizar o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO			
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	790 751,00 €	475 752,43 €	60,165%
070106	Material de transporte	25 250,00 €	20 500,00 €	81,188%
070107	Equipamento de informática	138 404,70 €	113 392,36 €	81,928%
070108	Software informático	143 328,00 €	20 169,18 €	14,072%
070109	Equipamento administrativo	3 550,00 €	1 556,26 €	43,838%
070110	Equipamento básico	210 572,70 €	13 868,25 €	6,586%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	433 620,12 €	317 057,17 €	73,119%
	Total	**1 745 526,52 €**	**962 295,65 €**	**55,13%**

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se uma diminuição acentuada no total da despesa de capital paga, a qual está relacionada, especialmente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, cujo investimento com maior impacto financeiro em função da natureza dos trabalhos executados foi efetuado, em grande parte, nos anos anteriores, bem como com a conclusão da implementação do projeto "Promoção da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável (PAMUS)" em 31/12/2023.

Fluxos de Caixa: Final da Gerência de 2024

O mapa resumo dos fluxos de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como, as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se, por um lado, a retenções que a CIM fez relativas a IRS e Segurança Social, sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades de acordo com os prazos legais estipulados e, por outro lado, a retenções de cauções por força de contratos de prestação de serviços.

Pela análise do quadro abaixo, podemos ainda confirmar o saldo final da gerência do ano de 2024 (Execução Orçamental), o qual totaliza 6.169.595,30€.

RUBRICAS	Período 31/12/2024
RECEBIMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Recebimento de clientes	180 148,68 €
Recebimento de transferências e subsídios correntes	13 678 619,60 €
Outros recebimentos	3 759 688,13 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Subsídios ao investimento	1 167 982,98 €
Transferências de capital	707 242,44 €
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital	0,00 €
TOTAL	**19 493 681,83 €**
PAGAMENTOS	
Fluxos de Caixa das atividades operacionais	
Pagamentos a fornecedores	10 738 504,13 €
Pagamentos ao pessoal	613 922,91 €
Outros pagamentos	4 179 983,34 €
Fluxos de Caixa das atividades de investimento	
Ativos fixos tangíveis	1 941,56 €
Ativos fixos intangíveis	0,00 €
Juros e gastos similares	63,69 €
TOTAL	**15 534 415,63 €**
Variação de caixa e seus equivalentes	**3 959 266,20 €**
Caixa e seus equivalentes no início do período	
Saldo da gerência anterior	**3 639 408,38 €**
Da execução orçamental	2 355 346,47 €
De operações de tesouraria	1 284 061,91 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	
Saldo para a gerência seguinte	**7 598 674,58 €**
Da execução orçamental	6 169 595,30 €
De operações de tesouraria	1 429 079,28 €

ANEXOS

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Anexo às demonstrações financeiras e orçamentais do exercício de 2024

Demonstrações Financeiras

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Balanço

Balanço em 31 de dezembro de 2024 Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP	SNC-AP
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	2; 5	6 434 746,63 €	6 501 930,52 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	2; 3	446 849,27 €	251 880,38 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Participações financeiras		0,00 €	0,00 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Diferimentos		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
		6 881 595,90	6 753 810,90
Ativo corrente			
Inventários	2; 9; 10	13 645,40 €	10 969,36 €
Ativos biológicos		0,00 €	0,00 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2; 9; 14	312 058,86 €	411 181,86 €
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00 €	0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	2; 9; 18	386 944,42 €	543 875,44 €
Estado e outros entes públicos	2; 23	0,00 €	0,00 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	2; 18	4 023 732,30 €	4 091 544,05 €
Diferimentos	2; 18	24 307,27 €	1 326,74 €
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Ativos não correntes detidos para venda		0,00 €	0,00 €
Caixa e depósitos	1; 2	7 598 674,58 €	3 639 408,38 €
		12 359 362,83	8 698 305,83
Total do Ativo		19 240 958,73	15 452 116,73

Balanço em 31 de dezembro de 2024 Valores em €

Rubricas	Notas	SNC-AP 31/12/2024	SNC-AP 31/12/2023
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	2; 23	603 183,85 €	603 183,85 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Outros instrumentos de capital próprio		0,00 €	0,00 €
Prémios de emissão		0,00 €	0,00 €
Reservas	2; 23	331 888,87 €	320 579,14 €
Resultados transitados	2; 23	1 109 901,41 €	895 016,46 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no Património Líquido	2; 23	4 381 870,09 €	4 407 822,31 €
Resultado líquido do período	2; 23	375 019,69 €	226 194,68 €
Dividendos antecipados		0,00 €	0,00 €
Interesses que não controlam		0,00 €	0,00 €
Total do Património Líquido		6 801 863,91	6 452 796,44
Passivo não corrente			
Provisões		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos	2; 18	670 609,29 €	670 609,29 €
Fornecedores de investimentos		0,00 €	0,00 €
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00 €	0,00 €
Diferimentos	2; 18	2 350 772,37 €	1 768 319,56 €
Passivos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores		0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar		2 967,21 €	2 967,21 €
		3 024 348,87	2 441 896,06
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores	2; 18	23 071,35 €	140 657,16 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	2; 13; 18	0,00 €	52,50 €
Estado e outros entes públicos	2; 23	43 143,54 €	34 287,08 €
Acionistas/sócios/associados		0,00 €	0,00 €
Financiamentos obtidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores de investimentos	2; 18	118 522,80 €	0,00 €
Outras contas a pagar	2; 18	4 184 822,61 €	1 690 978,96 €
Diferimentos	2; 18	5 045 185,65 €	4 691 448,53 €
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00 €	0,00 €
Outros passivos financeiros		0,00 €	0,00 €
		9 414 745,95	6 557 424,23
Total do Passivo		12 439 094,82	8 999 320,29
Total do património Líquido e Passivo		19 240 958,73	15 452 116,73

Demonstração de Resultados

Demonstração de resultados por natureza do período findo em em 31 de dezembro de 2024 **Valores em €**

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
Impostos, contribuições e taxas	2; 13	0,00 €	0,00 €
Vendas	2; 13	283,13 €	349,04 €
Prestações de serviços e concessões	2; 13	233 265,40 €	126 520,60 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	2; 14	13 212 890,06 €	9 389 187,89 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2; 10	-303,96 €	-260,26 €
Fornecimentos e serviços externos	2; 23	-2 324 937,19 €	-3 205 816,14 €
Gastos com pessoal	2; 19	-1 041 254,26 €	-957 412,56 €
Transferências e subsídios concedidos	2; 18	-9 743 757,40 €	-5 109 217,22 €
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventarios e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	610,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	2; 13; 14	1 516 775,96	1 079 377,79
Outros gastos	2; 23	-203 152,80	-313 936,10
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		1 649 808,94	1 009 403,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2; 3; 5	-1 274 723,85 €	-783 199,84 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		375 085,09	226 203,20
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados		-65,40 €	-8,52 €
Resultado antes de impostos		375 019,69	226 194,68
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		375 019,69	226 194,68
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
		375 019,69	226 194,68

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2024

Valores em €

Descrição	Notas	Capital/ Património Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações Património Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
Posição no início do período	**(1)**	**603 183,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**320 579,14**	**895 016,46**	**0,00**	**0,00**	**4 407 822,31**	**226 194,68**	**6 452 796,44**	**0,00**	**6 452 796,44**
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-25 952,22	0,00	-25 952,22	0,00	-25 952,22
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	11 309,73	-11 309,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226 194,68	0,00	0,00	0,00	-226 194,68	0,00	0,00	0,00
	(2)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**11 309,73**	**214 884,95**	**0,00**	**0,00**	**-25 952,22**	**-226 194,68**	**-25 952,22**	**0,00**	**-25 952,22**
Resultado Líquido do Período	(3)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**375 019,69**	**375 019,69**	**0,00**	**375 019,69**
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										**148 825,01**	**349 067,47**	**0,00**	**349 067,47**
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Posição fim período	**(6)=(1)+(2)+(3)+(5)**	**603 183,85**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**331 888,87**	**1 109 901,41**	**0,00**	**0,00**	**4 381 870,09**	**375 019,69**	**6 801 863,91**	**0,00**	**6 801 863,91**

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 **Valores em €**

Rubricas	Notas	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	18	180 148,68	171 838,75
Recebimentos de contribuintes	18		
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		13 678 619,60	9 284 026,02
Recebimentos de utentes	18		
Pagamentos a fornecedores	18	- 10 738 504,13	- 9 247 909,18
Pagamentos ao pessoal	18	- 613 922,91	- 552 054,30
Pagamentos a contribuintes / Utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		-	-
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa gerada pelas operações		2 506 341,24	- 344 098,71
Recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos		3 759 688,13	5 574 543,17
Outros pagamentos		- 4 179 983,34	- 5 108 355,72
Fluxos de Caixa das atividades operacionais (a)		2 086 046,03	122 088,74
Fluxos de Caixa das atividades investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5 e 18	- 1 941,56	- 2 277 211,81
Ativos intangíveis	3 e 18	-	- 289 068,24
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Subsídios ao investimento		1 167 982,98	272 398,92
Transferências de capital		707 242,44	1 270 620,54
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		1 873 283,86	- 1 023 260,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	-	91 935,44
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Cobertura de prejuízos		-	20 247,00
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		- 63,69	
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		- 63,69	112 182,44
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 959 266,20	- 788 989,41
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 639 408,38	4 428 397,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	7 598 674,58	3 639 408,38

Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 **Valores em €**

Rubricas	Notas	Data	
		31/12/2024	31/12/2023
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERENCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 639 408,38	4 428 397,79
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período		-	-
Saldo da Gerência Anterior		3 639 408,38	4 428 397,79
De execução orçamental		2 355 346,47	3 681 957,40
De operações de tesouraria		1 284 061,91	746 440,39
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 598 674,58	3 639 408,38
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período		-	-
Saldo da Gerência Seguinte	1	7 598 674,58	3 639 408,38
De execução orçamental		6 169 595,30	2 355 346,47
De operações de tesouraria		1 429 079,28	1 284 061,91

Nota 0 – Divulgação transitórias

Relativamente à transição para o SNC-AP, de seguida descreve-se o que foi efetuado nos últimos três anos, em conformidade com as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

a) Forma como a transição dos normativos anteriores para as NCP afetou a posição financeira, o desempenhou financeiro e os fluxos de caixa relatados:

O impacto resultante da transição do anterior normativo (POCAL) para as NCP, não afetou significativamente, a posição financeira da CIM Viseu Dão Lafões, nem o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relatados;

b) Reconciliação do património líquido relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, entre a data de transição para as NCP e o final do último período apresentado nas mais recentes demonstrações financeiras anuais, elaboradas segundo os normativos anteriores:

O processo de reconciliação do património líquido, relatado segundo os normativos anteriores com o património líquido segundo as NCP, foi feito de modo a assegurar o cumprimento das NCP, em particular as normas sobre os ativos tangíveis e intangíveis. Foi um processo, que permitiu pela primeira vez integrar diretamente, no sistema do património todas as imobilizações em curso.

c) Reconciliação do resultado relatado segundo os normativos anteriores, relativo ao último período das mais recentes demonstrações financeiras anuais, com o resultado segundo as NCP relativo ao mesmo período:

Não aplicável em conformidade com o manual de implementação do sistema de normalização contabilística da Administração Pública.

d) Reconhecimento ou reversão, pela primeira vez, de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura de acordo com as NCP (divulgações que, de acordo com o nota 9, seriam exigidas se o reconhecimento dessas perdas por imparidade ou reversões tivesse ocorrido no período que começa na data de transição para as NCP):

Na sequência do disposto na alínea b) não foram desenvolvidos quaisquer procedimentos de reconhecimento ou reversão de perdas por imparidade ao preparar o balanço de abertura.

e) Distinção, nas reconciliações das alíneas (b) e (c), entre correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo os normativos anteriores (se aplicável):

Não aplicável a correção de erros cometidos em períodos anteriores e alterações às políticas contabilísticas segundo o POCAL.

f) Se as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as NCP são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas:

Estas não são as primeiras declarações financeiras apresentadas de acordo com as NCP.

De referir que, na transição para o SNP foram efetuadas, num primeiro momento, a transição e classificação no sistema contabilístico das equivalências entre planos, a 31/12/2019, e, posteriormente, a transferência e reconversão de contas de acordo com o CC – Classificador Complementar, que configurou o Balanço de Abertura a 01/01/2020.

Nos investimentos em curso foram reconhecidas no SNP, todas as obras que cursaram de anos anteriores (POCAL – Conta 445).

Quanto aos subsídios ao investimento foram criados e recuperados todos os "Contratos de Subsídios ao Investimento", com rendimentos ainda a diferir, assim como, a recuperação de rendimentos diferidos em anos POCAL, concretizando-se assim, nos últimos exercícios, o cálculo das amortizações dos subsídios ao investimento;

Procedeu-se ao desreconhecimento dos bens que não acarretam benefícios económicos para a CIM, nomeadamente licenças e softwares de computadores registados na conta "Programas de computador de informação", nos termos da Norma NCP3 (Ativos Intangíveis).

Por fim, o processo de reconciliação do Balanço de Abertura do SNC-AP a 01/01/2020, que derivou dos ajustamentos de transição do referencial contabilístico do POCAL a 31/12/2019 para o SNC-AP, teve como estratégia implementar o SNC-AP, mas com passos seguros e certos e não proceder a uma revolução, para à qual os recursos humanos e soluções tecnológicas pudessem não estar preparados, tendo, no nosso entendimento, essa decisão sido a mais acertada, permitindo que, à data de hoje, o SNC-AP se encontre implementado sem qualquer restrições.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1. Identificação da Entidade e Período de Relato

a) Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM)

b) Rua Dr. Ricardo Mota, 16, 3460-613 Tondela

c) Não aplicável o código de classificação orgânica

d) Regime Jurídico da Tutela Administrativa nos termos da Lei nº 27/96 de 01 de agosto

e) No dia doze de março de dois mil e sete, os Municípios de Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela, constituíram entre si, uma Associação de Municípios de Fins Específicos com a denominação Associação de Municípios da Região Dão Lafões (AMRDL), que entretanto transformaram em Comunidade Intermunicipal (CIM) com a denominação Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, no dia 26 de novembro de dois mil e oito, pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e de âmbito territorial, que corresponde à Unidade Territorial estatística de nível III (NUT III), Dão Lafões da Região Centro, nos temos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto.

   Em 2013, e com a entrada em vigor de nova legislação relativa às associações públicas de autarquias locais, designadamente a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a CIM assumiu a natureza de entidade intermunicipal e adotou a designação Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões).

   Posteriormente, e com a publicação da Lei nº 77/2015, de 29 de julho, que aprova o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente, impôs-se uma revisão dos estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, ajustando-os às novas competências dos órgãos da CIM em matéria de organização dos serviços.

f) A CIM não desenvolve demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que não detém o controlo de qualquer entidade;

g) Não aplicável a designação e sede da entidade de controlo intermédio;

h) O período abrangido pelas demonstrações financeiras, compreende o período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

2. Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de

Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-lei nº 195/2015, de 11 de setembro.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística - AP, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da CIM Viseu Dão Lafões. Os pressupostos subjacentes, caraterísticas qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Dado que a data de transição para este novo referencial foi o dia 1 de janeiro de 2020, os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 são comparáveis para todas as rubricas das demonstrações financeiras.

c) Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2024	2023
Caixa	0,00 €	0,00 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	7 598 674,58 €	3 639 408,38 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	0,00 €	0,00 €
Depósitos consignados	0,00 €	0,00 €
Total	7 598 674,58 €	3 639 408,38 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) e são apresentadas em euros.

2.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam o previsto na NCP 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras.

2.1.1 – Apresentação apropriada em conformidade com a SNC-AP

As demonstrações financeiras apresentadas são o espelho fiel dos efeitos das transações, acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP. A aplicação das NCP, com divulgações adicionais quando necessário, resulta em demonstrações financeiras que permitem uma apresentação apropriada.

2.1.2 – Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações, no decurso de 2024, e já no âmbito do SNC-AP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNC-AP, porém, a mesma consta nas notas às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente.

Para além disso, no que se refere, concretamente, às comparticipações em atraso de Municípios à Assembleia Distrital de Viseu, também constantes na relação patrimonial, no montante total de 1.306.049,89€, convém ressalvar, que ainda não foi efetuado o reconhecimento contabilístico, mantendo a política contabilística já adotada desde o exercício económico de 2015, não por se colocar em causa a transferência da universalidade desse direito para a CIM, mas sim atendendo aos critérios de mensuração aplicáveis no processo de cedência desses ativos devido ao grau de realização associados aos mesmos, tendo em conta a sua antiguidade e as posições/informações díspares e contraditórias dos Municípios seus associados, nomeadamente:

- ✓ O se ter verificado, após conciliação efetuada, não ter sido relevado na contabilidade da maioria dos Municípios esse montante em dívida;
- ✓ A legalidade desses créditos, uma vez que não foram aprovados os orçamentos anuais nem as contas da Assembleia Distrital de Viseu para os anos de 2000 e seguintes, não podendo, assim, considerar-se aprovada a fixação das contribuições de cada Município, que haveriam de ser inscritas nos respetivos orçamentos anuais, na estrita medida (subsidiariamente) do necessário para a cobertura de despesas previstas e orçamentadas, sendo que depois com a entrada em vigor do POCAL (1999/2000) as receitas não podem ser liquidadas e cobradas se não constarem do orçamento.
- ✓ Não existem contas da ADV desde 1999, nem suportes contabilísticos e extratos de conta conforme exigido pelos pontos 2.8.2.3; 2.8.2.4 do POCAL e pelo artigo 3º do Decreto Regulamentar 92/C-84 de 28/12.
- ✓ Em concreto, procedendo-se à análise da regularidade técnica e contabilística dos aludidos saldos, documentos de suporte e documentos de prestações de contas da ADV, através de verificações diretas e indiretas, foi possível apurar que:

<u>No âmbito do regime contabilístico vigente até 31 de dezembro de 1999:</u>

a) Não foi respeitado o estabelecido no art.º 2.º do Decreto-Regulamentar n.º 92-C/84, de 28 de dezembro, sob a epígrafe "Registos contabilísticos" que determinava que as operações de contabilidade são registadas em documentos cujo conteúdo mínimo obrigatório consta dos anexos a este diploma.
b) Não foram emitidos, nem constavam dos documentos de prestação de contas (anexa-se documento integral do último relatório e contas aprovado), respetivamente, conforme estabelecia o art.º 3.º do mesmo diploma, os documentos obrigatórios da receita eventual e da receita virtual, designadamente:
    i. Guia da receita (anexo I);
    ii. Conta corrente da receita (anexo II);
    iii. Diário da receita (anexo III);

No âmbito do regime contabilístico vigente a partir de 1 de janeiro de 2000 - POCAL:

a) Igualmente o POCAL prevê documentos e mapas obrigatórios, os quais não foram igualmente emitidos, designadamente estabelece o ponto 2.8.2.3 do POCAL que são documentos obrigatórios de suporte ao registo das operações relativas às receitas, nomeadamente a Guia de recebimento (SC-1);
b) Não foi igualmente cumprido o ponto 2.8.2.4, também do POCAL que estabelece que os documentos referidos ponto 2.8.2.3. são objeto de registo contabilístico nos seguintes livros de escrituração permanente: Diário; Razão; Folha de caixa (SC-8); Resumo diário de tesouraria, sem prejuízo do estabelecido no ponto 2.8.2.7 do POCAL que determina que as autarquias locais, como é o caso da Assembleia Distrital, cujas contas são dispensadas de remessa ao Tribunal de Contas, não utilizam o Diário, o Razão, os balancetes e o balanço, devendo antes adotar os seguintes livros de escrituração permanente, que também não foram emitidos:
    (i) Conta corrente da receita (SC-10);
    (ii) Conta corrente da despesa (SC-11);
    (iii) Conta corrente com instituições de crédito (SC-12);
    (iv) Conta corrente de entidades (SC-13);
    (v) Diário de entidades (SC-14);
    (vi) Conta corrente de operações de tesouraria (SC-15);
    (vii) Conta corrente de contas de ordem (SC-16)
c) Constatou-se que não foram elaboradas nem esboçadas contas nos termos descritos entre o exercício 2000 e 2015.
d) Evidenciou-se, ainda, que tal como acontecia no regime anterior, não eram emitidas guias de receita nem era elaborada a Conta corrente da receita (SC-10) e Conta corrente de entidades (SC-13).
e) Não foi cumprido o ponto 4.3.1 do POCAL que determina, como o anterior regime já fazia, que as dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, os quais, como se viu, no caso em apreço, não existiam.

Acresce, ainda, que em 5 de dezembro de 2016 reuniu a Assembleia Distrital de Viseu, visando aclarar a universalidade transmitida, em particular os créditos sobre os municípios, não tendo, ainda, na aludida sessão, sido possível deliberar sobre esta matéria, tendo sido proposto solicitar um conjunto de pareceres, junto de entidades, para obter o entendimento destas sobre esta matéria.

Neste contexto, foi rececionado um entendimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), por via de um pedido de parecer formulado à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), e que esta entidade o remeteu à CNC, por ser esta a única entidade a quem compete a normalização contabilística em Portugal e a quem compete, nos termos do art.º 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 134/2012 de 29 de junho a emissão "de orientações e a apreciação de questões que lhe sejam apresentadas no domínio do Plano Oficial de Contabilidade Pública e dos planos setoriais, enquanto estes se mantiverem em vigor."

Assim, a Comissão de Normalização Contabilística referiu, no seu entendimento, e que transcrevemos, *"(…) não havendo firme entendimento de se estar perante um direito a efetivamente receber os ativos, tais ativos não deverão ser reconhecidos na contabilidade da entidade, enquanto se mantiver as dúvidas expressas, devendo por isso manter-se a política contabilística até aqui adotada de divulgação em anexo como ativo contingente, sem prejuízo dos critérios a cumprir para o reconhecimento como ativo contingente".*

Convém salientar, ainda, que no decurso do ano de 2018 foram encetados novos esforços para a resolução deste processo, sendo que após a reunião na Secretaria de Estado das Autarquias Locais, foi solicitado um parecer aos Serviços Jurídicos do Ministério da Administração Interna, porém este também sem resposta.

Aqui chegados, perante a ausência de respostas esclarecedoras por parte das entidades tutelares que permitissem sustentar uma conclusão jurídica segura, quanto à exigibilidade dos referidos créditos, o Conselho Intermunicipal, em reunião realizada no dia 12/03/2019, deliberou o seguinte:

A. Que seja ordenado ao secretariado executivo da CIM Viseu Dão Lafões que encete imediatamente as diligências necessárias à interpelação extrajudicial dos municípios que constam como devedores no mapa anexo à deliberação de 3 de novembro de 2014 da Assembleia Distrital de Viseu, inquirindo sobre os montantes atuais em dívida e propostas de pagamento;

B. Que, em caso de frustração das diligências referidas na deliberação anterior, o secretariado executivo promova o desencadeamento dos procedimentos judiciais tendentes à definição jurídica plena da exigibilidade dos saldos constantes do referido mapa;

C. Que, em matéria de política contabilística e no que concerne ao não reconhecimento contabilístico das referidas contribuições ou saldos devedores, se mantenham os critérios adotados nas contas dos exercícios anteriores, até que se obtenha decisão jurisdicional transitada em julgado sobre a matéria.

Neste contexto, durante o ano de 2020, foram desenvolvidas todas as diligências como seja a interpelação extrajudicial dos municípios associados da Assembleia Distrital de Viseu, que constam como devedores, estando este processo já encerrado, e da qual resultou a não aceitação de quaisquer créditos pela generalidade dos Municípios, pelo que se encontrava em preparação pelos serviços jurídicos da CIM Viseu Dão Lafões, a intervenção junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, mediante a respetiva Ação Administrativa, com o objetivo de alcançar declaração Jurisdicional que permita alcançar a definição da situação jurídica tocante aos créditos de que a CIM é titular sobre os Municípios da Assembleia Distrital de Viseu, que lhe foram transferidos com a Universalidade Patrimonial Indivisível da Assembleia Distrital de Viseu, conforme deliberação do Conselho Intermunicipal da CIM de 06 de abril de 2021.

No ano de 2022, na reunião do Conselho Intermunicipal realizada em 21/02/2022 voltou a constar da ordem de trabalhos um ponto relativo à análise e discussão do ponto de situação da transferência

da universalidade da Assembleia Distrital de Viseu para a CIM Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido analisada toda a informação histórica associada.

Assim, foi aprovado, na reunião do Conselho Intermunicipal de 04/04/2023, um pedido com a proposta de alteração ao artigo 9.º da Lei n.º 36/2014, de 26 de junho, para posterior remessa, à Senhora Ministra da Coesão Territorial e ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, com o objetivo de que a mesma pudesse ser introduzida em sede do próximo orçamento de estado, para discussão e aprovação na especialidade.

Tal solicitação, não obteve qualquer resposta por parte da Secretaria de Estado da Administração Local. Neste contexto, a CIM Viseu Dão Lafões irá novamente, agora, junto do novo Governo solicitar uma reunião de trabalho e remeter toda a documentação, tendo em vista a possibilidade de integração no novo orçamento.

2.1.3 – Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo.

2.1.4 – Materialidade e agregação

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes quantidades de transações ou de outros acontecimentos que são agregados em classes e contas principais de acordo com a sua natureza ou função.
Os itens não materiais individualmente, foram agregados com outros itens quer naquelas demonstrações quer nas notas às demonstrações financeiras.

2.1.5 – Compensação

Nas demonstrações financeiras os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são apresentados e relatados separadamente, não havendo lugar a compensação.

2.1.6 – Continuidade

Quando se preparam demonstrações financeiras, deve ser feita uma avaliação da capacidade de uma entidade prosseguir em continuidade. Esta avaliação deve ser feita por quem é responsável pela aprovação dessas demonstrações.
As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade, não havendo quaisquer incertezas relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvida significativa sobre a capacidade da sua continuidade ou necessidade de redução ou liquidar atividades.

2.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes

2.2.1 Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível da CIM encontram-se mensurados pelo custo histórico, ou seja, aquele que decorre do valor de aquisição ou produção. Este valor é suportado pelo documento comprovativo da aquisição, nomeadamente (faturas, contratos, etc.).

Relativamente aos bens transferidos para a CIM, por força da transferência da universalidade da Assembleia Distrital, os bens móveis (equipamentos administrativo e informático) encontram-se valorizados e contabilizados em função da avaliação efetuada e da aplicação da depreciação de cada bem considerando o seu estado de conservação e o imóvel em função do seu valor patrimonial, sendo que, no que respeita às diversas peças de mobiliário, arqueologia, loiças, utensílios diversos, artesanato e bibliográfico, concluiu-se pela não valorização destes bens, dada a complexidade da natureza dos mesmos exigir uma avaliação mais técnica e especializada, não sendo assim possível mensurar com fiabilidade o seu justo valor, existindo, no entanto, uma listagem devidamente atualizada dos mesmos.

2.2.2 Ativos intangíveis

À semelhança do referido anteriormente nos ativos tangíveis, os ativos intangíveis existentes na CIM encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

2.2.3 Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

2.3.4 Inventários

A mensuração de inventários é efetuada pelo custo de aquisição.

2.3.5 Rendimentos

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

2.3.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

As contas dos “clientes, contribuintes e utentes” estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de “outros terceiros” ao custo.
As dívidas de “clientes, contribuinte e utentes” ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas "Outras contas a receber e outras contas a pagar" e "Diferimentos".

2.3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;

ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação;

iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

2.3.8 Benefícios dos empregados

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, sendo que, no ano de 2024, foram adicionados novos ativos, conforme movimento expresso nos quadros seguintes:

Quadro 2 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €	24 926,00 €	24 926,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	394 352,72 €	142 472,34 €	0,00 €	251 880,38 €	411 740,00 €	208 919,90 €	0,00 €	202 820,10 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €	195 443,38 €	195 443,38 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	244 029,17 €	0,00 €	0,00 €	244 029,17 €
TOTAL	**614 722,10 €**	**362 841,72 €**	**0,00 €**	**251 880,38 €**	**876 138,55 €**	**429 289,28 €**	**0,00 €**	**446 849,27 €**

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz	Reversões e Perdas	Perdas por Imparidade	Amortiz. Período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	251 880,38 €	17 387,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-66 447,56 €	0,00 €	202 820,10 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	244 029,17 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	244 029,17 €
TOTAL	**251 880,38 €**	**261 416,45 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-66 447,56 €**	**0,00 €**	**446 849,27 €**

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

A CIM não tem contratos de concessão.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A CIM utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Os custos de manutenção, conservação e reparação são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

De acordo com esta norma é evidenciado que estes devem ser reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros fluam para a entidade e que o custo possa ser mensurado. Contudo, face à missão das entidades públicas, acresce que o reconhecimento de ativos fixos tangíveis pode nestes casos derivar do potencial do serviço associado ao bem, situação esta que se aplica aos bens de domínio público da CIM, os quais contemplam as obras relacionadas com a Ecopista do Vouga, cuja conclusão da empreitada ocorreu em 2024, tendo sido já aplicada a respetiva depreciação do exercício.

Na conta de "Edifícios e outras construções" encontra-se reconhecido o bem imóvel designado Casa do Adro e na conta "Terrenos" o respetivo valor do terreno recebidos aquando da transferência da universalidade da Assembleia Distrital para a CIM, com as quantias escrituradas a 01-01-2024 de 233.852,28 € e 83.507,50€, respetivamente, inscrito na matriz sob o número 877-U pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) de 334.030,00 €.

Para além disso, no que respeita às adições verificadas nos outros ativos fixos tangíveis, em 2024, as mesmas incidiram nas rubricas do equipamento básico, do equipamento de transporte, de equipamento administrativo e outros, resultante, essencialmente, da aquisição de equipamentos informáticos para as bibliotecas públicas integradas na candidatura da Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões, no âmbito da iniciativa de financiamento "RE-C04-i01 – Redes Culturais e Transição Digital do PRR, da expansão do sistema público de bicicletas partilhadas, no âmbito do projeto "Mobilidade Urbana Suave em Viseu Dão Lafões- PAMUS", bem como da empreitada de adaptação e requalificação de edifícios, para funcionarem enquanto espaços de coworking, no âmbito de uma candidatura apresentada ao PRR, e da aquisição e instalação de sinalética, no âmbito da candidatura "MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga".

Assim, em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 326 537,71 €	432 653,77 €	0,00 €	3 893 883,94 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	431,73 €	0,00 €	0,00 €	431,73 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	3 882 374,08 €	0,00 €	0,00 €	3 882 374,08 €	76 191,83 €	0,00 €	0,00 €	76 191,83 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	256 463,90 €	22 611,62 €	0,00 €	233 852,28 €	256 463,90 €	25 181,43 €	0,00 €	231 282,47 €
Equipamento básico	2 671 424,70 €	1 351 939,46 €	0,00 €	1 319 485,24 €	2 783 565,58 €	1 867 408,72 €	0,00 €	916 156,86 €
Equipamento de transporte	1 039 160,60 €	189 544,01 €	0,00 €	849 616,59 €	1 178 183,40 €	390 210,92 €	0,00 €	787 972,48 €
Equipamento administrativo	283 570,09 €	213 497,06 €	0,00 €	70 073,03 €	292 469,14 €	243 855,97 €	0,00 €	48 613,17 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	449 641,81 €	386 620,01 €	0,00 €	63 021,80 €	449 641,81 €	413 177,64 €	0,00 €	36 464,17 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	360 242,48 €	0,00 €	0,00 €	360 242,48 €
TOTAL	**8 666 142,68 €**	**2 164 212,16 €**	**0,00 €**	**6 501 930,52 €**	**9 807 235,08 €**	**3 372 488,45 €**	**0,00 €**	**6 434 746,63 €**

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia Escriturada Inicial	Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	Quantia Escriturada Final
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	4 326 537,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-432 653,77 €	0,00 €	3 893 883,94 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	431,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	431,73 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	3 882 374,08 €	520 355,46 €	-4 326 537,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	76 191,83 €
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	83 507,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	83 507,50 €
Edifícios e outras construções	233 852,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 569,81 €	0,00 €	231 282,47 €
Equipamento básico	1 319 485,24 €	112 140,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-515 469,26 €	0,00 €	916 156,86 €
Equipamento de transporte	849 616,59 €	139 022,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-200 666,91 €	0,00 €	787 972,48 €
Equipamento administrativo	70 073,03 €	8 899,05 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-30 358,91 €	0,00 €	48 613,17 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	63 021,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-26 557,63 €	0,00 €	36 464,17 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	360 242,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	360 242,48 €
TOTAL	**6 501 930,52 €**	**1 141 092,40 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**-1 208 276,29 €**	**0,00 €**	**6 434 746,63 €**

Quadro 8 - Adições

RUBRICAS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança e outros	Dação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, cisão e reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	431,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	431,73 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	520 355,46 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	520 355,46 €
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	112 140,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	112 140,88 €
Equipamento de transporte	0,00 €	139 022,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	139 022,80 €
Equipamento administrativo	0,00 €	8 610,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	289,05 €	8 899,05 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	360 242,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	360 242,48 €
TOTAL	**0,00 €**	**1 140 803,35 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**289,05 €**	**1 141 092,40 €**

Nota 6 - Locações

A CIM não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

A CIM não tem empréstimos obtidos.

Nota 8 - Propriedades de investimento

A CIM não tem registado no seu ativo quaisquer propriedades de investimento.

Nota 9 – Imparidade de ativos

O valor global das perdas por imparidades ascende a 6.422,50€, as quais dizem respeito, às dívidas dos assinantes da Revista Beira Alta, sendo que se encontra em curso novas diligências internas para o seu recebimento.

Nota 10 - Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que no caso da CIM, estes apenas

contemplam as edições da Revista Beira Alta, as quais são tratadas como um produto distinto, coincidindo, desta forma, o valor de aquisição com o valor de saída de armazém, uma vez que cada edição foi adquirida uma só vez.

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 13 - Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	13 645,40 €	0,00 €	23 148,58 €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	**13 645,40 €**	**0,00 €**	**23 148,58 €**

Quadro 14 – Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/+(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	10 969,36 €	2 980,00 €	303,96 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 645,40 €
Matérias primas, subsidiarias e de consumo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**10 969,36 €**	**2 980,00 €**	**303,96 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**13 645,40 €**

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Neste enquadramento temos as vendas da CIM, as quais respeitam, unicamente, a quotizações dos assinantes da Revista Beira Alta.

Acrescem os rendimentos auferidos na sequência das transferências efetuadas para a CIM, pelo Turismo do Centro, no âmbito do contrato de comodato celebrado com a CIM e relacionado com o pagamento das despesas de água e eletricidade, pela ocupação do espaço físico do edifício da Casa do Adro, pelos

municípios que integram a CIM, no âmbito dos serviços de limpeza e gestão das faixas de combustível e os serviços de limpeza e manutenção da Ecopista do Dão prestados pela equipa de Sapadores Florestais e, as taxas que refletem o montante transferido para a CIM, pelas entidades adjudicatárias, relativas ao "Fee", no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Inicio do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas especificas das autarquias locais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vendas					
Água	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos acabados e intermédios	283,13 €		2 324,00 €	2 311,50 €	0,00 €
Subprodutos, desperdicios, residuos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Prestação de serviços					
Residuos sólidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Trabalhos por conta de particulares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Cemitérios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Refeições escolares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Serviços recreativos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Vistorias e ensaios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aluguer de espaços	2 759,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	230 505,80 €	0,00 €	34 840,73 €	102 370,01 €	0,00 €
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangiveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
AdC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Marina de Cascais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Forno Crematório	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Mercados e feiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Rendas de edificios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Inventários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ganhos em Entidades Participadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	243 984,88 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**477 533,41 €**	**0,00 €**	**37 164,73 €**	**104 681,51 €**	**0,00 €**

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Na CIM, não sendo aplicável o benefício económico decorrente de impostos, há as transferências correntes que ocorrem, essencialmente, por via das quotizações dos municípios associados e das transferências da DGAL no âmbito do previsto no Orçamento de Estado. Quanto aos subsídios correntes

obtidos, os mesmos resultam dos montantes FSE, FC e FEDER por força dos projetos em que a CIM Viseu Dão Lafões é executora, bem como dos fundos transferidos pelos serviços autónomos no âmbito das candidaturas no domínio da Proteção Civil e do exercício das competências no âmbito da Mobilidade e Transportes. Esta rubrica inclui, também, o valor dos protocolos celebrados com os municípios associados no âmbito da execução dos vários projetos intermunicipais e dos contratos interadmistrativos de delegação de competências.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 16 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Inicio do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto único de circulação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos					
Loteamentos e obras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ocupação da via pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Publicidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa municipal de direitos de passagem	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras multas e penalidades	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Participação IRS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contrato interadministrativo educação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos co-financiados	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	13 212 890,06 €	0,00 €	411 181,86 €	312 058,86 €	0,00 €
Reversões					
De perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
De provisões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 272 791,08 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	**14 485 681,14 €**	**0,00 €**	**411 181,86 €**	**312 058,86 €**	**0,00 €**

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Esta nota divulga informação acerca de processos em contencioso, tendo a CIM em curso, os seguintes:

- ✓ Processo 2401/21.1 T8AVR – A CIM tem reconhecido um valor a receber de 2.092€ relativo a adiantamento ao fornecedor SafeMobility, entidade esta que se encontra em insolvência, estando o crédito reclamado e reconhecido e aguardando rateio, para o qual não foi constituída imparidade;
- ✓ Processo nº 107/20.8BEVIS – GEODOURO- Processo judicial instaurado pela empresa Geodouro contra a CIM, aguardando data para realização da audiência. O valor da ação é de 22.100€. É convicção da CIM que o desfecho lhe seja favorável, pelo que não foi constituída qualquer provisão.

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

A preparação das demonstrações financeiras teve início em fevereiro e vai até à data de aprovação pelo órgão executivo, a ter lugar em abril 2025.

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas demonstrações financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

18.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

18.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

18.2.1 Fornecedores/clientes, contribuinte e utentes/outras contas a receber e a pagar/diferimentos e financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar e financiamentos obtidos apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Activo corrente						
Clientes	393 366,92 €	6 422,50 €	386 944,42 €	550 245,44 €	6 422,50 €	543 822,94 €
Outras contas a receber	4 023 732,30 €	0,00 €	4 023 732,30 €	4 091 544,05 €	0,00 €	4 091 544,05 €
Diferimentos	24 307,27 €	0,00 €	24 307,27 €	1 326,74 €	0,00 €	1 326,74 €
Total do activo	**4 441 406,49 €**	**6 422,50 €**	**4 410 676,72 €**	**4 643 116,23 €**	**6 422,50 €**	**4 635 366,99 €**
Passivo não corrente						
Financiamentos obtidos	670 609,29 €	0,00 €	670 609,29 €	670 609,29 €	0,00 €	670 609,29 €
Diferimentos	2 350 772,37 €	0,00 €	2 350 772,37 €	1 768 319,56 €	0,00 €	1 768 319,56 €
Outras contas a pagar	2 967,21 €	0,00 €	2 967,21 €	2 967,21 €	0,00 €	2 967,21 €
Passivo corrente						
Fornecedores	23 071,35 €	0,00 €	23 071,35 €	140 657,16 €	0,00 €	140 657,16 €
Adiantamento de clientes, contribuintes e	0,00 €	0,00 €	0,00 €	52,50 €	0,00 €	52,50 €
Forn. de Investimentos	118 522,80 €	0,00 €	118 522,80 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a pagar	4 184 822,61 €	0,00 €	4 184 822,61 €	1 690 978,96 €	0,00 €	1 690 978,96 €
Diferimentos	5 045 185,65 €	0,00 €	5 045 185,65 €	4 691 448,53 €	0,00 €	4 691 448,53 €
Total do Passivo	**12 395 951,28 €**	**0,00 €**	**12 395 951,28 €**	**8 965 033,21 €**	**0,00 €**	**8 965 033,21 €**

De referir que o montante dos diferimentos constantes do ativo corrente é respeitante a seguros já liquidados cujo custo deve ser diferido, pois o período de vigência dos mesmos inclui anos seguintes, bem como que os montantes refletidos nos diferimentos do passivo dizem respeito aos subsídios de investimento que têm condições e que se encontram separados por passivo não corrente (a reconhecer a mais de 12 meses) e passivo corrente (a reconhecer até 12 meses).
A informação agora apresentada teve o cuidado de continuar a reconhecer em 2024, no passivo corrente, todos os valores que serão reconhecidos no prazo máximo de 12 meses e no passivo não corrente todos aqueles que ultrapassam essa previsão de reconhecimento.
Assim, no fundo, as contas a receber e a pagar e de diferimentos respeitam, na sua quase totalidade, à especialização das comparticipações FEDER, FC e FSE e Serviços Autónomos.

A conta dos "Clientes, contribuintes e utentes" respeita essencialmente a dívidas dos municípios associados, quer por conta das quotizações quer, por outro lado, por força da gestão dos projetos intermunicipais por parte da CIM e dos contratos interadministrativos de delegação de competências e a conta "Fornecedores" respeita a fornecedores de conta corrente e o seu valor, resulta, da prestação de serviços em que a CIM foi executora no Portugal 2020, em Programas da Comissão Europeia ou no âmbito das competências delegadas na área dos transportes, sendo que, em 2024, se verificou uma diminuição comparando com o período homólogo.

Por fim, a conta "Financiamentos obtidos" diz respeito ao apoio financeiro aprovado no âmbito do Regime Geral dos Financiamentos do Turismo de Portugal I.P. para a requalificação da antiga linha do Vouga em Ecopista do Vouga e recebido até 31/12/2024.

18.2.2 Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos refletidos nos resultados do exercício de 2024, com um montante de 9.743.757,40€, estão diretamente ligados ao exercício das competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, cujo aumento acentuado verificado nesta rubrica (cerca de 90%), face ao período homólogo, é justificado pelas verbas que passaram, na sequência do Orçamento do Estado de 2024, a estar destinadas a assegurar a atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro, bem como ao facto do valor do défice de exploração ter sido superior no ano de 2024, devido à ausência de apoios extraordinários aos operadores, por parte do Governo, para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível, à semelhança do que vinha acontecendo nos anos anteriores, sendo de relevar, ainda, o reflexo da aplicação do princípio do acréscimo, demonstrando, assim, a efetiva realização do exercício económico de 2024.

Nota 19 - Benefícios dos Empregados

19.1 Benefícios Definidos

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço na CIM foi remunerado de acordo com as funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

Não aplicável à CIM.

Nota 23 – Outras divulgações

Divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

23.1 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2024			Situação em 31/12/2023		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
ACTIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do activo……	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**	**0,00 €**
PASSIVOS						
Imposto sobre o rendimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Retenção de impostos s/ rendimento	9 977,19 €	0,00 €	9 977,19 €	6 560,75 €	0,00 €	6 560,75 €
Imposto sobre o valor acrescentado	14 137,75 €	0,00 €	14 137,75 €	9 157,12 €	0,00 €	9 157,12 €
Contribuições p/ Segurança Social	19 028,60 €	0,00 €	19 028,60 €	18 569,21 €	0,00 €	18 569,21 €
Fundo de Compensação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do passivo……	**43 143,54 €**	**0,00 €**	**43 143,54 €**	**34 287,08 €**	**0,00 €**	**34 287,08 €**

As retenções de IRS e as contribuições para a Segurança Social e CGA evidenciam as retenções / contribuições efetuadas no mês de dezembro 2024 e pagas em janeiro 2025.

Todos os saldos apresentados encontram-se dentro dos prazos legais para o seu pagamento, não tendo a CIM quaisquer dívidas em mora ao Estado, CGA e à Segurança Social.

23.2 Património Líquido

Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no período em cada uma das rubricas do património líquido:

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
PATRIMONIO LIQUIDO		
Património / Capital	603 183,85 €	603 183,85 €
Reservas	331 888,87 €	320 579,14 €
Resultados Transitados	1 109 901,41 €	895 016,46 €
Outras variações no Património Líquido	4 381 870,09 €	4 407 822,31 €
Resultado líquido do exercício	375 019,69 €	226 194,68 €
Total ……	**6 801 863,91 €**	**6 452 796,44 €**

O património líquido cresce 5,41%, com especial enfoque nos "Resultados Transitados", nos quais está contemplada a transição de resultados do ano anterior.

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 226.194,68€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

→ Que sejam constituídas reservas legais no montante de 11.309,73€ correspondente a 5% do resultado líquido;

→ Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 214.884,95€.

23.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresentava a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos e parcerias	1 016,60 €	4 979,41 €
Serviços Especializados	1 882 745,03 €	2 843 833,90 €
Materiais	137 841,73 €	136 627,73 €
Energia e Fluidos	47 713,05 €	45 295,60 €
Deslocações, estadas e transportes	88 540,91 €	39 692,39 €
Serviços diversos	167 079,87 €	135 387,11 €
Total……	**2 324 937,19 €**	**3 205 816,14 €**

Os fornecimentos e serviços externos registaram a diminuição nesta rubrica, de 27,48%, a qual deveu-se, por um lado, ao facto de vários projetos financiados no Portugal 2020, terem tido a sua conclusão no ano de 2023, por força do encerramento do Programa em 31/12/2023 e, por outro lado, ao atraso na abertura dos avisos para apresentação de novas candidaturas no âmbito dos investimentos territoriais (ITI) no Portugal 2030.

O aumento acentuado verificado na conta "Deslocações, estadas e transportes", justifica-se pelo facto de os vários projetos europeus em execução, pela CIM, implicarem a realização de missões de trabalho e partilha com os seus parceiros das candidaturas, com o objetivo de dar a conhecer *in loco* alguns dos investimentos inovadores implementados, sendo que, no ano de 2024, aconteceram a este nível diversas participações, não só dos gestores dos projetos e técnicos municipais como dos representantes da CIM, nomeadamente no âmbito dos projetos Interreg Stopwaste, Urbact Econneting e Life Landscape Fire.

23.4 Outros Gastos e Perdas e Outros Rendimentos e Ganhos

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Outros gastos e perdas		
Impostos e taxas	2 219,86 €	3 012,64 €
Dívidas incobráveis	0,00 €	0,00 €
Perdas em inventários	0,00 €	0,00 €
Gastos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	200 932,94 €	310 923,46 €
Quotizações	0,00 €	0,00 €
Ofertas e amostras de inventários	0,00 €	0,00 €
Outros não especificados	0,00 €	0,00 €
Total.....	**203 152,80 €**	**313 936,10 €**
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	0,00 €	0,00 €
Ganhos em inventários	0,00 €	0,00 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos do Estado	0,00 €	20 247,00 €
Correções relativas a períodos anteriores	241 412,87 €	286 709,82 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 272 791,08 €	757 096,78 €
Outros não especificados	2 572,01 €	15 324,19 €
Total.....	**1 516 775,96 €**	**1 079 377,79 €**

De referir que a imputação de subsídios e transferências para investimento decorre dos subsídios ao investimento com ou sem condições que se registam nas contas 2822 e 593, na base da depreciação dos ativos subjacentes.

De destacar o valor das correções relativas a períodos anteriores, registado no ano de 2024, o qual diz respeito, nos rendimentos, a acertos finais efetuados no âmbito dos "Acordo de Atribuição de Compensações pela Prestação dos Serviços de Transporte Mínimos Essenciais durante o Ano de 2021" e "Acordo de Atribuição de Compensações pela Prestação dos Serviços de Transporte Mínimos Essenciais durante o Ano de 2022", uma vez que a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes emitiu as suas análises técnicas no âmbito da sua avaliação prevista no Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, nas quais considerou que alguns operadores se encontravam em situação de sobrecompensação relativamente a cada um dos anos de 2021 e 2022, tendo determinado a devolução dos montantes pagos em excesso, fruto da disponibilização de apoios extraordinários ao operador para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível nos custos incorridos pelos operadores do setor dos transportes públicos de passageiros com a aquisição de gasóleo (NC emitidas pelos operadores). Nos gastos, respeita a regularizações resultantes de valores considerados na especialização, para projetos financiados, cujos pedidos de pagamento finais foram validados com correções financeiras à despesa elegível apresentada.

23.5 Proposta de aplicação de resultados

Relativamente ao Resultado Líquido do Exercício, no montante de 375.019,69€, propõe-se que tenha a seguinte aplicação:

→ Que sejam constituídas reservas legais no montante de 18.750,99€ correspondente a 5% do resultado líquido;

→ Que o remanescente seja transferido para os resultados transitados – 356.268,70€.

Nota final

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CIM ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Demonstrações orçamentais

Demonstração do desempenho orçamental

A receita total da CIM foi em 2024 de 18.369.690,34€, sendo que deste montante 2.355.346,47€ resultam do saldo da gerência anterior. O total da receita efetiva em 2024 foi de 16.014.343,87€, o que representa um aumento de 41,49% face ao período anterior (2023: 11.318.601,84€). As receitas correntes e de capital aumentaram, respetivamente, cerca de 47% e 20%, face a 2023.

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Saldo da gerência anterior	384 357,29	0,00	1 874 044,79	96 944,39	1 284 061,91	3 639 408,38	4 428 397,79
	Operações Orçamentais [1]	384 357,29	0,00	1 874 044,79	96 944,39	0,00	2 355 346,47	3 681 957,40
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 284 061,91	1 284 061,91	746 440,39
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita corrente	11 969 057,28	0,00	1 983 560,09	0,00	0,00	13 952 617,37	9 472 316,34
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	11 695 059,51	0,00	1 983 560,09	0,00	0,00	13 678 619,60	9 284 026,02
R5.1	Transferências correntes	11 695 059,51	0,00	1 983 560,09	0,00	0,00	13 678 619,60	9 284 026,02
R5.1.1	Administrações Públicas	11 695 059,51	0,00	1 983 560,09	0,00	0,00	13 678 619,60	9 284 026,02
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	463 197,00	0,00	1 983 560,09	0,00	0,00	2 446 757,09	1 654 525,10
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	8 729 562,93	0,00	0,00	0,00	0,00	8 729 562,93	5 333 244,15
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	2 502 299,58	0,00	0,00	0,00	0,00	2 502 299,58	2 296 256,77
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	180 148,68	0,00	0,00	0,00	0,00	180 148,68	171 838,75
R7	Outras receitas correntes	93 849,09	0,00	0,00	0,00	0,00	93 849,09	16 451,57
	Receita de capital	707 242,44	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	1 875 225,42	1 563 266,46
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	707 242,44	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	1 875 225,42	1 543 019,46
R9.1	Transferências de capital	707 242,44	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	1 875 225,42	1 543 019,46
R9.1.1	Administrações Públicas	707 242,44	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	1 875 225,42	1 543 019,46
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	1 167 982,98	786 510,92
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	707 242,44	0,00	0,00	0,00	0,00	707 242,44	756 508,54
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 247,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	186 501,08	0,00	0,00	0,00	0,00	186 501,08	283 019,04
	Receita efetiva [2]	12 862 800,80	0,00	3 151 543,07	0,00	0,00	16 014 343,87	11 318 601,84
	Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 935,44
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91 935,44
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	13 247 158,09	0,00	5 025 587,86	96 944,39	0,00	18 369 690,34	15 092 494,68
	Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	3 479 337,96	3 479 337,96	5 275 072,56

Relativamente à despesa foram executados um total de 12.200.095,04€, sendo 11.639.103,64€ com origem em receitas próprias, 464.047,01€ com origem em fundos comunitários afetos a projetos e 96.944,39€ com origem no empréstimo do Regime Geral dos Financiamento do Turismo de Portugal. A despesa total suportada representa uma diminuição de 537.053,17€ face ao período homólogo e apresenta um grau de execução orçamental de 62,49%.

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
	Despesa corrente	10 679 947,72	0,00	462 105,45	95 746,22	0,00	11 237 799,39	10 170 868,16
D1	Despesas com o pessoal	1 030 539,97	0,00	48 859,26	867,04	0,00	1 080 266,27	978 773,60
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	762 660,21	0,00	47 469,98	867,04	0,00	810 997,23	740 891,70
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	29 543,27	0,00	1 302,40	0,00	0,00	30 845,67	15 624,86
D1.3	Segurança Social	238 336,49	0,00	86,88	0,00	0,00	238 423,37	222 257,04
D2	Aquisição de bens e serviços	2 565 327,74	0,00	122 074,43	8 731,17	0,00	2 696 133,34	3 292 708,99
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
D4	Transferências e subsídios correntes	7 060 489,50	0,00	290 960,23	86 148,01	0,00	7 437 597,74	5 893 782,33
D4.1	Transferências correntes	7 060 489,50	0,00	290 960,23	86 148,01	0,00	7 437 597,74	5 893 782,33
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	7 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 300,00	51 283,00
D4.1.3	Famílias	7 013 089,50	0,00	290 960,23	86 148,01	0,00	7 390 197,74	5 837 099,33
D4.1.4	Outras	40 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40 100,00	5 400,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	23 590,51	0,00	211,53	0,00	0,00	23 802,04	5 598,24
	Despesa de capital	959 155,92	0,00	1 941,56	1 198,17	0,00	962 295,65	2 566 280,05
D6	Aquisição de bens de capital	959 155,92	0,00	1 941,56	1 198,17	0,00	962 295,65	2 566 280,05
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa efetiva [5]	11 639 103,64	0,00	464 047,01	96 944,39	0,00	12 200 095,04	12 737 148,21
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	11 639 103,64	0,00	464 047,01	96 944,39	0,00	12 200 095,04	12 737 148,21
	Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	3 334 320,59	3 334 320,59	4 737 451,04
	Saldo para a gerência seguinte	1 608 054,45	0,00	4 561 540,85	0,00	1 429 079,28	7 598 674,58	3 639 408,38
	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 608 054,45	0,00	4 561 540,85	0,00	0,00	6 169 595,30	2 355 346,47
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	1 429 079,28	1 429 079,28	1 284 061,91
	Saldo global [2] - [5]	1 223 697,16	0,00	2 687 496,06	-96 944,39	0,00	3 814 248,83	-1 418 546,37
	Despesa primária	11 639 103,64	0,00	464 047,01	96 944,39	0,00	12 200 095,04	12 737 143,21
	Saldo corrente	1 289 109,56	0,00	1 521 454,64	-95 746,22	0,00	2 714 817,98	-698 551,82
	Saldo de capital	-251 913,48	0,00	1 166 041,42	-1 198,17	0,00	912 929,77	-1 003 013,59
	Saldo primário	1 223 697,16	0,00	2 687 496,06	-96 944,39	0,00	3 814 248,83	-1 418 541,37
	Receita total [1] + [2] + [3]	13 247 158,09	0,00	5 025 587,86	96 944,39	0,00	18 369 690,34	15 092 494,68
	Despesa total [5] + [6]	11 639 103,64	0,00	464 047,01	96 944,39	0,00	12 200 095,04	12 737 148,21

Demonstração de execução orçamental da receita

A receita total cobrada em 2024, ascendeu a 18.369.690,34€, sendo, na sua quase totalidade respeitante a receitas correntes, como se pode ler no quadro seguinte de forma sintetizada, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais**.**

RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS	RECEITA P/COBRAR FINAL DO PERÍODO	% EXECUÇÃO
	Receitas correntes				
R03	Taxas, multas e outras penalidades	100,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R04	Rendimentos da propriedade	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R05111	Administração Central - Estado Português	2 757 077,26 €	2 446 757,09 €	9 840,99 €	88,74%
R05112	Administração Central - Outras entidades	9 557 129,68 €	8 729 562,93 €	0,00 €	91,34%
R05115	Administração Local	2 622 895,51 €	2 502 299,58 €	218 758,08 €	95,40%
R0513	Outras	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R06	Venda de bens e serviços	740 596,00 €	180 148,68 €	91 825,02 €	24,32%
R07	Outras receitas correntes	150,00 €	93 849,09 €	4 514,37 €	62566,06%
	Receitas capital				
R09111	Administração Central - Estado Português	1 182 716,06 €	1 167 982,98 €	0,00 €	98,75%
R09112	Administração Central - Outras entidades	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R09115	Administração Local	232 365,51 €	707 242,44 €	80 625,94 €	304,37%
R10	Outras receitas de capital de capital	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	74 513,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00%
	Outras receitas				
R11	Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00 €	186 501,08 €	0,00 €	373002,16%
R14	Saldo ga gerência anterior - operações orçamentais	2 355 346,47 €	2 355 346,47 €	0,00 €	100,00%
	Total Receitas Correntes	**15 678 048,45 €**	**13 952 617,37 €**	**324 938,46 €**	**88,99%**
	Total Receitas Capital	**1 489 694,57 €**	**1 875 225,42 €**	**80 625,94 €**	**125,88%**
	Total Outras Receitas	**2 355 396,47 €**	**2 541 847,55 €**	**0,00 €**	**107,92%**
	Total	**19 523 139,49 €**	**18 369 690,34 €**	**405 564,40 €**	**94,09%**

A receita total corrente cobrada face à receita corrigida teve uma execução de 88,99% e a receita total de capital cobrada apresenta uma execução de 125,88% face à receita de capital corrigida, sendo que a receita por cobrar no final do período, conforme se pode observar, respeita maioritariamente aos montantes a receber dos municípios associados relativos à execução de protocolos/contratos interadministrativos, situação esta derivada, essencialmente, na parte corrente, pelo Acordo de Financiamento da delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros e pelo Protocolo celebrado no âmbito do Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva +TP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 21/2024, de 19 de março, que substituiu o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e o Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), e na parte de capital, pela revisão de preços da empreitada da Ecopista do Vouga calculada e faturada no último trimestre de 2024.

No que respeita, especificamente, ao grau de execução das transferências de capital dos municípios, de 251,78%, este resulta do facto de a previsão corrigida ter sido subestimada em orçamento, no que respeita ao valor a cobrar/arrecadar no âmbito da execução da Ecopista do Vouga, nomeadamente, pelo facto da incerteza do período para a publicação dos índices definitivos e respetivo cálculo da revisão de preços, o qual, efetivamente, só veio a ocorrer no final do ano de 2024, prevendo-se que esta receita seria arrecadada apenas no início do ano de 2025.

No que respeita à previsão das transferências correntes e de capital a receber no âmbito dos projetos cofinanciados comparativamente ao efetivamente arrecadado, não se verificaram grandes diferenças em relação ao expectável, tendo-se verificado uma execução de 86,48% e 98,77%, respetivamente.

De referir que o grau de execução da rubrica "Serviços específicos das autarquias" (Transportes coletivos de pessoas e mercadorias), de 0,00%, a qual respeitava à estimativa, para o último quadrimestre do ano de 2024, da receita tarifária a gerar pelo serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Viseu Dão Lafões objeto do concurso público lançado em 2023, é justificado pelo facto de o contrato ter sido assinado só em 17/06/2024 e sujeito a visto do Tribunal de Contas, o qual foi obtido no mês de setembro, seguido dos 6 meses previstos para o respetivo período de transição, conforme definido no Caderno de Encargos, tendo, naturalmente, este atraso, reflexo na não concretização da arrecadação desta receita.

De referir que o grau execução da rubrica "Serviços específicos das autarquias" (Outros), de 101,68%, em relação aos 119,31% do ano de 2023, é justificado com um ligeiro aumento da receita cobrada/arrecadada pelos "Fee", no âmbito dos acordos quadro realizados ao abrigo da Central de Compras Viseu Dão Lafões, tendo a receita relativa serviços prestados de limpeza e gestão das faixas de combustível, se mantido muito semelhante à arrecadada no período homólogo.

No que respeita à rubrica das outras receitas correntes (Diversas), considerando que não há forma de se prever estas receitas excecionais, verifica-se um elevado grau de execução face à previsão em orçamento, tendo a receita cobrada resultado do acerto final, referente ao pagamento do défice de exploração, efetuado na sequência do acordo de compensações pela prestação dos serviços mínimos essenciais durante o ano de 2021, uma vez que na parte final da execução do acordo foram disponibilizados pelo Governo apoios extraordinários aos operadores para fazer face aos efeitos da escalada de preços do combustível nos custos incorridos do serviço de transporte público de passageiros com a aquisição do gasóleo, nos termos da resolução do Conselho de Ministros nº 153/2021, de 12 de novembro.

Por fim, comparando o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um aumento de 47%, com maior enfoque para as transferências dos serviços e fundos autónomos, resultante das transferências efetuadas pela Direção Geral do Tesouro no âmbito da atribuição dos passes gratuitos para jovens estudantes, nas modalidades sub 18+TP e estudante sub 23+TP definida na Portaria n.º 7-A/2024, de 5 de janeiro. As receitas de capital registaram, igualmente, um aumento, sendo que neste caso é justificado pelo recebimento da verba respeitante ao financiamento do projeto associado à Promoção da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável (PAMUS).

Demonstração de execução orçamental da despesa

A despesa total paga em 2023, ascendeu a 12.200.095,04€, dos quais 11.237.799,39€ de despesas correntes e 962.295,65€ de despesas de capital. Podemos observar no quadro abaixo, de forma sintetizada, a execução orçamental do ano de 2024, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS	OBRIGAÇÕES POR PAGAR	% EXECUÇÃO
	DESPESAS CORRENTES				
D011	Remunerações Certas e Permanentes	903 169,00 €	810 997,23 €	13 994,01 €	89,795%
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	39 300,00 €	30 845,67 €	0,00 €	78,488%
D013	Segurança Social	297 990,00 €	238 423,37 €	12 161,68 €	80,011%
D02	Aquisição de bens e serviços	6 868 886,47 €	2 696 133,34 €	26 051,88 €	39,251%
D03	Juros e outros encargos	1 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D04115	Administração Local	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D0412	Entidades do sector não lucrativo	15 700,00 €	7 300,00 €	0,00 €	46,497%
D0413	Famílias	9 529 244,50 €	7 390 197,74 €	130,93 €	77,553%
D0414	Outras	41 500,00 €	40 100,00 €	0,00 €	96,627%
D042	Subsídios correntes	50,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D05	Outras despesas correntes	26 050,00 €	23 802,04 €	0,00 €	91,371%
	Sub Total	**17 723 389,97 €**	**11 237 799,39 €**	**52 338,50 €**	**63,407%**
	DESPESAS CAPITAL				
D06	Aquisição de bens capital	1 745 526,52 €	962 295,65 €	118 522,80 €	55,129%
D07115	Administração Local	450,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D08	Outras depesas de capital	500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
D10	Despesa com passivos financeiros	53 273,00 €	0,00 €	0,00 €	0,000%
	Sub Total	**1 799 749,52 €**	**962 295,65 €**	**118 522,80 €**	**53,468%**
	Total	**19 523 139,49 €**	**12 200 095,04 €**	**170 861,30 €**	**62,490%**

Comparando a estrutura do orçamento final com o da sua efetiva realização, e no que se refere aos desvios na execução, confrontando a execução das grandes opções do plano, estes são facilmente justificados, na sua maioria, na GOP da Autoridade de Transportes – Viseu Dão Lafões, motivados pelas seguintes circunstâncias:

- ✓ Compromissos assumidos do projeto "Regime Transitório (RJSPTP)" que, por precaução, não foram faturados pelos operadores, os últimos 2 meses do ano de 2024, uma vez que face ao histórico dos últimos anos, as estimativas do Défice de Exploração, têm sido superiores ao efetivamente realizado, tendo a CIM de efetuar primeiramente o apuramento efetivo do mesmo, para poder proceder ao encerramento dessas contas;

- ✓ De acordo com o previsto na Portaria nº7-A/2024, de 5 de janeiro, compete à CIM, após a receção da respetiva transferência para esta entidade, proceder, no prazo máximo de 5 dias, ao pagamento a cada uma das entidades emissoras de títulos de transporte em função dos valores apurados, sendo que, no ano de 2024, a Direção Geral do Tesouro e Finanças só efetuou essa transação até ao mês de maio, tendo, no entanto, a CIM, por iniciativa própria, feito todos os esforços necessários para colmatar esta situação, conseguindo assegurar esse

encargo das validações dos passes gratuitos, pelo menos, até ao mês de agosto, tendo ficado o último quadrimestre pendente.

- ✓ Os contratos celebrados no ano de 2024 e transitados do ano anterior no âmbito do projeto da Rede de Transporte Flexível (IR e VIR), não foram executados de acordo com as necessidades previstas ou na calendarização programada;

- ✓ O contrato do serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Viseu Dão Lafões objeto do concurso público lançado em 2023, foi assinado só em 17/06/2024 e sujeito a visto do Tribunal de Contas, o qual foi obtido no mês de setembro, seguido dos 6 meses previstos para o respetivo período de transição, conforme definido no Caderno de Encargos.

Todos os factos acima enumerados, condicionaram as expetativas da execução destas atividades, logo a execução das grandes opções do plano.

Não obstante, relativamente ao período homólogo, não se verificam oscilações no total da despesa paga (-0,4%), sendo que a despesa corrente paga em 2023 reporta-se essencialmente a pagamentos com aquisição de bens e serviços (2.696.133,34€), despesas com pessoal (1.080.266,27€), transferências correntes (7.461.399,78€) e que despesa de capital diz respeito basicamente a pagamentos com aquisição de bens e capital (962.295,65€), cujas taxas de execução, face ao estimado nas dotações, ascenderam a 63,41 e a 53,47%, respetivamente.

Demonstração de execução do plano plurianual de investimento (PPI)

O investimento orçado para o ano de 2024 foi de 1.799.749,52€ e o montante executado ascendeu a 962.295,65€, correspondendo a uma taxa de execução de 53,47%, sendo que esta diferença, resulta, por um lado, do valor sobrestimado para a existência de outros trabalhos complementares e para a despesa com a revisão de preços definitiva da empreitada para a requalificação da Ecopista do Vouga, cujo apuramento do cálculo com base nos índices definitivos resultou num valor inferior ao previsto e, por outro lado, de a adjudicação dos procedimentos de contratação pública para adquirir os sistemas de informação e os catálogos integrados para as bibliotecas públicas do território no âmbito da candidatura "Rede Intermunicipal de Bibliotecas em Viseu Dão Lafões", ter ocorrido no final do ano de 2024 e início do ano de 2025, por as peças de concurso a estes associadas estarem dependentes da validação prévia do Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) e, ainda, do facto do procedimento para a realização das empreitadas de requalificação das Aldeias da Serra do Caramulo, nomeadamente, do restauro das fachadas, estar dependente da conclusão dos respetivos projetos de execução, que sofreram um atraso na sua entrega.

No quadro abaixo podemos visualizar, de forma sintetizada, o acima aludido, assim como, analisar as rubricas de aquisição de bens de capital e o respetivo valor, sendo que o mapa modelo de acordo com a NCP 26 apresenta-se, também, nos anexos às demonstrações orçamentais.

CLASS.	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	% EXECUÇÃO ANUAL
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO				
07.	Aquisição de Bens de Capital			
070104	Construções diversas	790 751,00 €	475 752,43 €	60,165%
070106	Material de transporte	25 250,00 €	20 500,00 €	81,188%
070107	Equipamento de informática	138 404,70 €	113 392,36 €	81,928%
070108	Software informático	143 328,00 €	20 169,18 €	14,072%
070109	Equipamento administrativo	3 550,00 €	1 556,26 €	43,838%
070110	Equipamento básico	210 572,70 €	13 868,25 €	6,586%
070115	Outros investimentos	50,00 €	0,00 €	0,000%
070303	Outras construções e infraestruturas	433 620,12 €	317 057,17 €	73,119%
	Total	**1 745 526,52 €**	**962 295,65 €**	**55,13%**

De referir que relativamente ao período homólogo, verifica-se uma diminuição acentuada no total da despesa de capital paga, a qual está relacionada, especialmente, com a execução da empreitada da Ecopista do Vouga, cujo investimento com maior impacto financeiro em função da natureza dos trabalhos executados foi efetuado, em grande parte, nos anos anteriores, bem como com a conclusão da implementação do projeto "Promoção da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável (PAMUS)" em 31/12/2023.

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

"As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. …" Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no Anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimentos

Anexo IV - Operações de tesouraria

Anexo V - Contratação administrativa – Situação dos contratos

Anexo VI - Contratação administrativa – Adjudicações por tipo de procedimento

Anexo VII - Transferências e subsídios - receita

Anexo VIII - Transferências e subsídios – despesa

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Anexo XI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimento

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Anexo I - Alterações orçamentais da receita

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2024

Euros

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créd. Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R1 - Receita Fiscal	P/M	0,00				0,00	
R1.1 - Impostos diretos	P/M	0,00				0,00	
R1.2 - Impostos indiretos	P/M	0,00				0,00	
R2 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema	P/M	0,00				0,00	
R3 - Taxas, multas e outras penalidades	P/M	100,00				100,00	
R4 - Rendimentos de propriedade	P/M	50,00				50,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	P/M	17 403 725,50	3 737 547,06	6 204 120,11		14 937 152,45	
R5.1 - Transferências correntes	P/M	17 403 725,50	3 737 547,06	6 204 120,11		14 937 152,45	
R5.1.1 - Administrações Públicas	P/M	17 403 675,50	3 737 547,06	6 204 120,11		14 937 102,45	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	3 433 252,50	255 659,17	931 834,41		2 757 077,26	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	7 561 769,00	3 035 660,93	1 040 300,25		9 557 129,68	
R5.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R5.1.1.5 - Administração Local	P/M	6 408 654,00	446 226,96	4 231 985,45		2 622 895,51	
R5.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R5.1.3 - Outras	P/M	50,00				50,00	
R5.2 - Subsídios correntes	P/M	0,00				0,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P/M	740 596,00				740 596,00	
R7 - Outras receitas correntes	P/M	150,00				150,00	
R8 - Venda de bens de investimento	P/M	0,00				0,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital	P/M	1 575 588,50	117 653,12	278 160,05		1 415 081,57	
R9.1 - Transferências de capital	P/M	1 575 588,50	117 653,12	278 160,05		1 415 081,57	
R9.1.1 - Administrações Públicas	P/M	1 575 588,50	117 653,12	278 160,05		1 415 081,57	
R9.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	1 422 947,50	37 828,61	278 160,05		1 182 616,06	
R9.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	100,00				100,00	
R9.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
R9.1.1.5 - Administração Local	P/M	152 541,00	79 824,51			232 365,51	
R9.1.2 - Exterior - U E	P/M	0,00				0,00	
R9.1.3 - Outras	P/M	0,00				0,00	
R9.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
R10 - Outras receitas de capital	P/M	50,00				50,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	P/M	50,00				50,00	

Anexo às demonstrações orçamentais 1 - Alterações Orçamentais da Receita

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2024

Euros

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créd. Especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
R12 - Receita com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
R13 - Receita com passivos financeiros	P/M	74 563,00				74 563,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	P/M	0,00	2 355 346,47			2 355 346,47	
	Total:	19 794 873,00	6 210 546,65	6 482 280,16		19 523 139,49	

Anexo II - Alterações orçamentais da despesa

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D1 - Despesas com o pessoal	P/M	1 260 982,00	159 059,06	179 582,06		1 240 459,00	
D1.1 - Remunerações Certas e Permanentes	P/M	962 732,00	68 937,00	128 500,00		903 169,00	
D1.2 - Abonos Variáveis ou Eventuais	P/M	37 300,00	36 000,00	34 000,00		39 300,00	
D1.3 - Segurança Social	P/M	260 950,00	54 122,06	17 082,06		297 990,00	
D2 - Aquisição de bens e serviços	P/M	7 429 552,00	1 109 017,98	1 669 683,51		6 868 886,47	
D3 - Juros e outros encargos	P/M	1 000,00				1 000,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	P/M	9 345 018,00	2 945 055,24	2 703 078,74		9 586 994,50	
D4.1 - Transferências correntes	P/M	9 344 918,00	2 945 055,24	2 703 028,74		9 586 944,50	
D4.1.1 - Administrações Públicas	P/M	500,00				500,00	
D4.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D4.1.1.5 - Administração Local	P/M	500,00				500,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	31 600,00		15 900,00		15 700,00	
D4.1.3 - Famílias	P/M	9 311 318,00	2 905 055,24	2 687 128,74		9 529 244,50	
D4.1.4 - Outras	P/M	1 500,00	40 000,00			41 500,00	
D4.2 - Subsídios correntes	P/M	100,00		50,00		50,00	
D5 - Outras despesas correntes	P/M	15 050,00	16 000,00	5 000,00		26 050,00	
D6 - Aquisição de bens de capital	P/M	1 689 048,00	305 594,26	249 115,74		1 745 526,52	
D7 - Transferência e subsídios de capital	P/M	450,00				450,00	
D7.1 - Transferências de capital	P/M	450,00				450,00	
D7.1.1 - Administrações Públicas	P/M	450,00				450,00	
D7.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.3 - Segurança Social	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.4 - Administração Regional	P/M	0,00				0,00	
D7.1.1.5 - Administração Local	P/M	450,00				450,00	
D7.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	P/M	0,00				0,00	
D7.1.3 - Famílias	P/M	0,00				0,00	
D7.1.4 - Outras	P/M	0,00				0,00	

Anexo às demonstrações orçamentais 2 - Alterações Orçamentais da Despesa

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Ano: 2024

Euros

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/anulações	Créditos especiais		
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[3]+[4]-[5]+[6]	[8]
D7.2 - Subsídios de capital	P/M	0,00				0,00	
D8 - Outras despesas de capital	P/M	500,00				500,00	
D9 - Despesa com ativos financeiros	P/M	0,00				0,00	
D10 - Despesa com passivos financeiros	P/M	53 273,00				53 273,00	
DOT.1 - Operações de tesouraria [C]	P/M	0,00				0,00	
Total:		19 794 873,00	4 534 726,54	4 806 460,05		19 523 139,49	

Anexo III - Alterações ao plano plurianual de investimento (PPI)

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
			Inicio	Fim	Ano 2024		Períodos seguintes					
					Dotação atual	Dotação corrigida	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
01	2016/1	Organização e Gestão Interna	01/2016	12/2029	76 578,00	76 928,00	51 739,00	52 772,00	53 824,00	54 897,00	0,00	350,00
01	2016/2	Transformação Digital e Inteligência Territorial - Um Modelo Catorze Municipios	01/2016	12/2029	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2022/1	Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2029	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2024/1	ZLT - Zona Livre Tecnológica	01/2024	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2024/2	Rede Intermunicipal de Bibliotecas em Viseu Dão Lafões - Transição digital	01/2024	12/2029	375 978,00	221 939,70	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	-154 038,30
01	2016/5	Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados	06/2017	12/2029	7 000,00	7 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2016/8	Produtos Compósitos de Turismo de Natureza	01/2016	12/2029	883 976,00	883 976,00	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00
01	2016/17	Transição Energética	01/2021	12/2029	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2016/30	Contratos Interadministrativos	01/2020	12/2029	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2017/3	Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões	01/2017	12/2029	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00	0,00	0,00
01	2020/5	MEG - Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões	01/2023	12/2029	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2021/1	Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2029	16 000,00	16 000,00	16 000,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
01	2021/2	Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões	01/2021	12/2029	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2022/2	Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)	01/2022	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2022/4	Economia Circular na região Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2022/8	Espaços Coworking	01/2022	12/2029	204 342,00	320 095,12	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	115 753,12
01	2023/2	Outros Projetos de Fundos Europeus	01/2023	12/2029	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
01	2023/4	"Projeto ""STOP_WASTE"" - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention"	01/2023	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2023/5	Ciclovias / Ecovias Viseu Dão Lafões (Walking & Cicling)	01/2023	12/2029	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
01	2023/7	Agro-Tur	01/2023	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2023/8	Econnetting	01/2023	12/2029	500,00	500,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00
01	2016/16	Proteção Civil Intermunicipal	01/2016	12/2029	47 879,00	52 879,00	25 464,30	31 724,00	32 349,00	32 987,00	0,00	5 000,00
01	2016/18	Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões	01/2016	12/2029	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	0,00

Anexo às demonstrações orçamentais 3 - Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do projeto	Designação do projeto	Datas		Pagamentos							Modificação (+/-)
			Inicio	Fim	Ano 2024		Períodos seguintes					
					Dotação atual	Dotação corrigida	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]=[7]-[6]
01	2020/6	Life Nieblas	01/2020	12/2029	495,00	835,17	50,00	50,00	50,00	50,00	0,00	340,17
01	2020/8	Outros Projetos de Fundos Europeus	01/2020	12/2029	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	0,00
01	2021/10	Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina	01/2021	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2023/9	An-Gel	01/2023	12/2029	200,00	2 450,00	2 450,00	3 200,00	200,00	200,00	0,00	2 250,00
01	2023/10	E-Rigation	01/2023	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2024/4	Interreg GreenSPAS	01/2024	12/2029	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	0,00	0,00
01	2024/5	Gestão de residuos florestais / sobrantes	01/2024	12/2029	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00
01	2022/5	Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2029	70 100,00	8 600,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	-61 500,00
01	2022/6	Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes	01/2022	12/2029	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
01	2022/7	Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões	01/2022	12/2029	250,00	148 573,53	250,00	250,00	250,00	250,00	0,00	148 323,53
01	2016/27	Assistência Técnica - Contratualização	01/2016	12/2029	2 500,00	2 500,00	2 500,00	150,00	150,00	150,00	0,00	0,00
				Total:	1 689 048,00	1 745 526,52	102 503,30	92 296,00	90 973,00	92 684,00	0,00	56 478,52

Anexo IV - Operações de tesouraria

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
2370	Dos titulares dos órgãos de soberania e membros dos órg						
2371	Dos órgãos sociais e de gestão						
2372	Do pessoal						
24219	IRS - Trabalho Dependente - OT						
24229	IRS - Trabalho independente - OT						
24239	IRS - Capitais - OT						
24249	IRS - Prediais - OT						
2429019	IRS - Outras retenções - Pensões - OT						
2429999	IRS - Outras retenções - OT						
2451119	Caixa Geral de Aposentações - OT		0,03				0,03
2451129	Segurança Social - Regime Geral - OT						
2451199	Outros - Sistemas proteção social - OT						
245219	Subsistemas de saúde - Parte Trabalhador - OT						
27711000001	Profijardim - Construção e Manutenção de Espaços Verd						
27711000391	Ideia Verde						
27711000697	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.		100 000,00	100 000,00			
27711000779	Primelayer, Unipessoal Lda		7 000,00	7 000,00			
27711000867	Floema by Go Outdoor		22 882,40				22 882,40
27711000894	NOS - Comunicações, S.A.						
27711001006	Bizfuture Services, Lda.						
27711001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA						
27711001016	Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.		194 075,81		2 414,76		196 490,57
27711001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27711001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.						
27711001727	Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de		5 854,80	5 854,80			
27711001765	JCAC - Construções, Lda				14 955,54		14 955,54
27712000001	Profijardim - Construção e Manutenção de Espaços Verd						

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
27712000391	Ideia Verde						
27712000409	Smart Vision, Assessores e Auditores Estratégicos						
27712000697	Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.						
27712000779	Primelayer, Unipessoal Lda						
27712000867	Floema by Go Outdoor						
27712000894	NOS - Comunicações, S.A.						
27712001006	Bizfuture Services, Lda.						
27712001009	BETWEEN DIALOGUES, LDA						
27712001016	Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.						
27712001063	Associação Exploratório Infante D. Henrique						
27712001111	Irmãos Almeida Cabral, Lda.		2 967,21				2 967,21
27712001727	Inova-Ria - Associação de Empresas para uma Rede de I						
27712001765	JCAC - Construções, Lda						
27859	Sindicatos - OT						
278919199911	Santa Comba Dão			74 646,58	74 646,58		
278919199912	Penalva de Castelo			18 528,49	18 528,49		
278919199913	Viseu			107 136,46	107 136,46		
278919199914	Castro Daire						
278919199915	Oliveira de Frades						
278919199916	Mangualde			47 936,18	47 936,18		
278919199917	Vila Nova de Paiva			76 391,51	76 391,51		
278919199918	Tondela			39 139,90	39 139,90		
2789191999191	São Pedro do Sul			44 957,75	44 957,75		
2789191999192	Satão			74 750,74	74 750,74		
2789191999193	Vouzela			78 448,46	78 448,46		
2789191999194	Carregal do Sal			3 668,83	3 668,83		
2789191999195	Nelas			111 820,85	111 820,85		

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
2789191999196	Aguiar da Beira			9 576,69	9 576,69		
2789191999197	Adiantamentos_Diversos_Municipios						
27891919992	Recolha Bio						
27891929011	Devedores - OT			1 825 634,11	1 825 634,11		
27892919012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
27892919991	Projeto Eficiência Energética						
278929199923	Viseu		165 227,40	1 953 196,02	1 787 968,62		
278929199924	Fundo Ambiental						
278929199931	Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra			35 250,73	35 250,73		
278929199932	Recolha Bio		772 331,01	372 956,29	778 685,56		1 178 060,28
278929199933001765	JCAC - Construções, Lda						
278929199933001849	Associação CVentro de Estudos em Desenv Sustentável			23 628,10	23 628,10		
278929199933001850	Gemeente Almere			29 963,57	29 963,57		
278929199933001851	Agentia Pentru Dezvoltare Regionala Bucuresti-Ilfov			36 677,76	36 677,76		
278929199933001852	UAB Alytaus regiono atlieku tvarkymo centras			32 790,88	32 790,88		
278929199933001924	Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros						
278929199934001889	URBAN NATUR, LDA.			50 000,00	50 000,00		
278929199934001924	Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros						
2789291999401	Instituto Politécnico de Viseu						
2789291999402	Dirección General de Medio Ambiente - Junta de Ext						
2789291999403	Universidad de Extremadura UEX						
2789291999404	Mancomunidad Integral Sierra de San Pedro						
2789291999501	OESTECONSULT-CONSULTORIA DE GESTÃO LDA		13 723,25				13 723,25
2789291999601	DOMÍNIO VIVO - FORMAÇÃO E CONSULTORIA, LDA						
2789291999602	INDICE ICT & MANAGEMENT LDA						
278929199997001924	Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros						
2789291999701	Primelayer, Unipessoal Lda						

Operações de Tesouraria

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Ano: 2024

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(unidade: EUR)

CONTAS		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
2789291999801	Montemurel, Unip., Lda						
2789291999802	CAF EXPERT-SOLUÇÕES PROFISSIONAIS, UNIPESS(						
2789291999901	DINASTIA MOTRIZ, LDA						
27892929012	Operações de tesouraria - Cobrança/pagamento						
TOTAL		0,00	1 284 061,91	5 159 954,70	5 304 972,07	0,00	1 429 079,28

Anexo V - Contratação administrativa – situação dos contratos

Contratação Administrativa - Prestação de Contas do ano 2024

Situação dos Contratos

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.	Procedimento de empreitada de requalificação da antiga Linha do Vouga em Ecopista do Vouga	503496251	28/11/2019	4 387 569,99	4 650 824,19	Empreitada de obras públicas	548 dias	28/10/2020	Concurso Público Comunitário			04/05/2021	21 935,18	418 950,89	29 257,72	0,00	0,00	2 292 313,30	534 746,86	1 499 477,55	0,00	0,00
Floema Lda.	Empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística a implementar em Viseu Dão Lafões	508227283	30/09/2020	99 433,37	105 399,37	Empreitada	120 dias	10/10/2020	Concurso Público			12/07/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81 283,88	0,00	0,00	0,00	0,00
MAGELLAN CIRCLE - EUROPEAN AFFAIRS CONSULTANCY, LDA	Aquisição de serviços de apoio à elaboração e produção de entregáveis do projeto LIFE Landscape Fire: Relatório de Identificação de potenciais entidades para implementação em Portugal	516215000	22/09/2021	44 000,00	54 120,00	Aquisição de serviços	646 dias	22/09/2021	Consulta Prévia			14/04/2022	38 376,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B2Mobility GmbH	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos a que corresponde o lote 1 ao abrigo do AQ_CPI_02/2020	980622212	02/02/2022	142 235,78	174 950,01	Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	697 dias	02/02/2022	Consulta Prévia			07/04/2022	5 188,12	0,00	0,00	0,00	0,00	77 661,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados móveis (M2M)	504615947	07/03/2022	252,00	309,96	Aquisição de serviços	1096 dias	15/03/2022	Ajuste Direto			07/10/2022	94,71	0,00	0,00	0,00	0,00	273,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de Serviços de Auditoria a Acordos de atribuição de compensações pela prestação dos Serviços de Transporte Mínimos Essenciais	505261898	15/03/2022	12 000,00	14 760,00	Aquisição de serviços	656 dias	15/03/2022	Ajuste Direto			14/03/2023	12 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rui Veiros, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços de impeza e manutenção da Ecopista do Dão	515826650	22/03/2022	73 749,00	90 711,27	Aquisição de serviços	731 dias	22/03/2022	Consulta Prévia			08/07/2022	17 466,12	0,00	0,00	0,00	0,00	83 673,11	0,00	0,00	0,00	0,00
ACEAAP – Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda	Aquisição de serviços de assessoria estratégica não presencial no âmbito das Finanças Locais e Gestão Autárquica	509504345	07/04/2022	19 800,00	24 354,00	Aquisição de serviços	1096 dias	07/04/2022	Ajuste Direto			07/10/2022	6 765,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 942,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Municipia, Empresa Cartografia e Sistemas Informação, E.M, S.A	Aquisição de GPS para viaturas dos sapadores florestais	504475606	02/05/2022	3 708,00	4 560,84	Aquisição de bens	1095 dias	02/05/2022	Ajuste Direto			28/06/2022	1 064,16	0,00	0,00	0,00	0,00	2 863,11	0,00	0,00	0,00	0,00
ENAQUE – Engenharia e Arquitectura, Lda.	Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança, pas empreitadas com a designação "Empreitada para a construção da ligação da EN 329-1 a Germil" e "Empreitada para a requalificação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga"	501906029	27/05/2022	18 826,00	23 155,98	Aquisição de serviços	276 dias	27/05/2022	Ajuste Direto			07/12/2022	8 199,18	0,00	0,00	0,00	0,00	23 155,98	0,00	0,00	0,00	0,00
Interlimpe - Facility Services, S.A.	Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo do acordo Quadro AQ_CLPQI_01/2020	502611057	22/06/2022	28 620,00	35 202,60	Aquisição de serviços	1096 dias	22/06/2022	Consulta Prévia			09/09/2022	12 648,54	0,00	0,00	0,00	0,00	30 152,06	0,00	0,00	0,00	0,00
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços para a revisão legal de contas	505261898	27/06/2022	14 400,00	17 712,00	Aquisição de serviços	1095 dias	27/06/2022	Ajuste Direto			16/12/2022	5 904,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviços de comunicação de voz e dados fixos para a CIM Viseu Dão Lafões	502604751	05/08/2022	7 200,00	8 856,00	Aquisição de serviços	1095 dias	05/08/2022	Ajuste Direto			09/09/2022	2 821,90	0,00	0,00	0,00	0,00	6 555,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Ytravel, Lda.	Aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de execução da Grande Rota "Aldeias da Serra do Caramulo"	507693337	07/11/2022	14 950,00	18 388,50	Aquisição de serviços	388 dias	07/11/2022	Ajuste Direto			10/05/2023	3 167,25	0,00	0,00	0,00	0,00	12 361,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Atelier do Caractere, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa e comunicação, no âmbito do projeto "Enoturismo na Região Demarcada dos Vinhos do Dão"	509795277	11/11/2022	19 900,00	24 477,00	Aquisição de serviços	365 dias	11/11/2022	Ajuste Direto			21/12/2022	4 089,76	0,00	0,00	0,00	0,00	22 493,68	0,00	0,00	0,00	0,00
Emanuel Oliveira	Aquisição de Serviços para realização de Ação de Capacitação para Uso de Ferramentas de Análise de Incêndios Rurais, no âmbito do projeto Life Landscape Fire	209359374	16/11/2022	7 500,00	9 225,00	Aquisição de serviços	196 dias	16/11/2022	Ajuste Direto			23/02/2023	1 875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CISION	Aquisição de serviços de gestão de Relações Públicas e Marketing	501355383	25/12/2022	4 800,00	5 904,00	Aquisição de serviços	325 dias	09/02/2023	Ajuste Direto			08/05/2023	984,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 904,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mixlife	Aquisição de serviços de alojamento de sites, utilização de domínios Internet e outros serviços conexos, em fornecimento contínuo	507851870	14/01/2023	4 825,00	5 934,75	Aquisição de serviços	345 dias	20/01/2023	Ajuste Direto			08/05/2023	4 537,47	0,00	0,00	0,00	0,00	5 934,75	0,00	0,00	0,00	0,00
ComumSpace, Lda.	Aquisição de serviços para aluguer de espaço em outdoors na A1 e A25	500613982	18/01/2023	29 085,00	35 774,55	Aquisição de serviços	347 dias	18/01/2023	Consulta Prévia			21/03/2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 007,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Visualforma	Aquisição de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura TIC da CIM Viseu Dão Lafões	503536717	23/01/2023	7 000,00	8 610,00	Aquisição de serviços	335 dias	30/01/2023	Ajuste Direto			26/06/2023	2 152,50	0,00	0,00	0,00	0,00	8 610,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Securitas Direct Portugal	Aquisição de serviços de alarme e vigilância para as instalações do armazém da CIM Viseu Dão Lafões	505760320	01/02/2023	864,00	1 062,72	Aquisição de serviços	730 dias	07/02/2023	Ajuste Direto			01/03/2023	531,36	0,00	0,00	0,00	0,00	974,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Joana Gala da Silva	Aquisição de serviços para a conceção e arte de finalização de suportes comunicacionais da CIM Viseu Dão Lafões, em fornecimento contínuo	225099284	02/02/2023	9 917,09	12 198,02	Aquisição de serviços	332 dias	02/02/2023	Ajuste Direto			21/04/2023	4 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 586,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Languages Services & Solutions – Arte das Palavras, Lda.	Aquisição de serviços de tradução de textos no âmbito dos projetos "Life Landscape Fire" e "Life Nieblas", em fornecimento contínuo	507857062	15/02/2023	12 000,00	14 760,00	Aquisição de serviços	685 dias	15/02/2023	Ajuste Direto			22/06/2023	12 106,54	0,00	0,00	0,00	0,00	14 760,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metafórica Unipessoal Lda.	Aquisição de serviços de consultoria estratégica no domínio da floresta e do desenvolvimento rural	515846791	13/04/2023	19 800,00	24 354,00	Aquisição de serviços	262 dias	13/04/2023	Ajuste Direto			10/07/2023	1 217,70	0,00	0,00	0,00	0,00	24 354,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mariana Lopes de Almeida Pinto de Sousa	Aquisição de serviços especializados para apoio na implementação do plano de atividades do Europe Direct Viseu Dão Lafões	254663605	02/05/2023	9 600,00	9 600,00	Aquisição de serviços	235 dias	10/05/2023	Ajuste Direto			22/06/2023	1 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Daniel Afonso Rodrigues	Aquisição de serviços de líder de Brigada de Sapadores Florestais da CIM Viseu Dão Lafões	229888364	09/05/2023	14 800,00	14 800,00	Aquisição de serviços	245 dias	09/05/2023	Ajuste Direto			14/06/2023	370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 320,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cláudia Sofia Rodrigues Freitas	Aquisição de serviços especializados para implementação da iniciativa "Cantinas Verdes" no âmbito do projeto Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões	209364882	24/05/2023	15 853,66	19 500,00	Aquisição de serviços	312 dias	24/05/2023	Ajuste Direto			05/07/2023	6 305,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defining Future Options, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços de consultoria no âmbito da Eficiência Energética e Hídrica	513608176	07/07/2023	19 500,00	23 985,00	Aquisição de serviços	543 dias	07/07/2023	Ajuste Direto			15/11/2023	12 088,44	0,00	0,00	0,00	0,00	12 088,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Inovamais, Serviços de Consultadoria em Inovação Tecn., Lda.	Aquisição de serviços de acompanhamento da gestão operacional, administrativa e financeira do projeto StopWaste	504041266	07/07/2023	74 000,00	91 020,00	Aquisição de serviços	1096 dias	07/07/2023	Consulta Prévia			15/12/2023	27 306,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36 408,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nature Based Living - João Miguel Ruano Rodrigues	Aquisição de serviços para a elaboração dos projetos de execução no âmbito das Aldeias do Caramulo	253825300	07/07/2023	18 500,00	22 755,00	Aquisição de serviços	266 dias	07/07/2023	Ajuste Direto			13/12/2023	18 204,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 755,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
JSF, Lda.	Aquisição de mobiliário de escritório, equipamentos, acessórios e serviços técnicos informáticos, em fornecimento contínuo	503489905	18/08/2023	30 894,31	38 000,00	Locação ou Aquisição de bens móveis	501 dias	18/08/2023	Consulta Prévia			13/12/2023	23 273,77	0,00	0,00	0,00	0,00	26 527,74	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleos de Portugal - Petrogal S.A.	Aquisição de energia elétrica ao abrigo do Acordo-Quadro AQ_CPI_03/2022	500697370	05/09/2023	9 450,00	11 623,50	Locação ou Aquisição de bens móveis	366 DIAS	05/09/2023	Consulta Prévia			22/11/2023	8 731,68	0,00	0,00	0,00	0,00	11 258,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Motriz - Consultoria Lda.	Aquisição de serviços para assegurar as tarefas da UGAF da CIM Viseu Dão Lafões	513144110	05/09/2023	48 600,00	59 778,00	Aquisição de serviços	1096 dias	05/09/2023	Consulta Prévia			29/12/2023	26 568,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29 889,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Joana Isabel Pinheiro Peixinho	Aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio à implementação e execução de projetos inerentes ao Núcleo de Educação	242217168	14/09/2023	18 000,00	22 140,00	Aquisição de serviços	274 dias	14/09/2023	Ajuste Direto			17/10/2023	15 990,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 140,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marlene Lopes Mendes	Aquisição de serviços, em regime de avença, para o Núcleo de Recursos Humanos	210379634	10/10/2023	19 500,00	23 985,00	Aquisição de serviços	305 dias	10/10/2023	Ajuste Direto			31/10/2023	13 942,50	0,00	0,00	0,00	0,00	19 792,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Isabel Norte de Sequeira Duarte	Aquisição de serviços de apoio no âmbito da candidatura de classificação do património megalítico da sua área territorial como Património da Humanidade junto da UNESCO	221131809	15/11/2023	18 900,00	23 247,00	Aquisição de serviços	274 dias	15/11/2023	Ajuste Direto			22/12/2023	20 664,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 247,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JCAC - Construções, Lda	Empreitada de adaptação e requalificação de edifício, em Vila Nova de Paiva para funcionar enquanto espaço de coworking + Trabalhos Complementares	506216551	23/11/2023	171 090,09	181 355,50	Empreitada de obras públicas	180 dias	23/11/2023	Concurso Público			24/05/2024	124 008,66	0,00	38 448,51	0,00	0,00	124 008,66	0,00	38 448,51	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de voz e dados móveis	504615947	11/12/2023	8 910,00	10 959,30	Aquisição de serviços	1096 dias	11/12/2023	Ajuste Direto			20/12/2023	4 192,52	0,00	0,00	0,00	0,00	4 243,32	0,00	0,00	0,00	0,00
José Miguel Fernandes Penteado	Aquisição de serviços especializados de assessoria de comunicação, para a Autoridade de Transportes	238327531	03/01/2024	23 280,00	28 634,40	Aquisição de serviços	363 dias	03/01/2024	Consulta Prévia			18/01/2024	27 703,20	0,00	0,00	0,00	0,00	27 703,20	0,00	0,00	0,00	0,00
B2Mobility GmbH	Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de Combustíveis Rodoviários – AQ_CPI_02/2020	980622212	10/01/2024	110 162,60	135 500,00	Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	1096 dias	10/01/2024	Consulta Prévia			21/02/2024	31 080,62	0,00	0,00	0,00	0,00	31 080,62	0,00	0,00	0,00	0,00
UNA Seguros SA	Aquisição de seguros de acidentes de trabalho para as Brigadas de Sapadores Florestais, em fornecimento contínuo	502661321	10/01/2024	22 200,00	22 200,00	Aquisição de serviços	721 dias	10/01/2024	Ajuste Direto			18/01/2024	22 016,10	0,00	0,00	0,00	0,00	22 016,10	0,00	0,00	0,00	0,00
VTM Consultores Eng. e Planeamento. Lda	Aquisição de serviços de assessoria técnica no âmbito das competências da Autoridade de Transportes da CIM Viseu Dão Lafões	501384456	23/01/2024	73 900,00	90 897,00	Aquisição de serviços	343 dias	23/01/2024	Consulta Prévia			11/07/2024	67 650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67 650,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAGELLAN CIRCLE - EUROPEAN AFFAIRS CONSULTANCY, LDA	Aquisição de serviços para preparação e realização de workshops para apresentação de replicabilidade e transferibilidade do projeto LIFE LANDSCAPE FIRE junto de partes interessadas, em Portugal, Espanha e Bruxelas	516215000	29/01/2024	44 500,00	54 735,00	Aquisição de serviços	123 dias	29/01/2024	Consulta Prévia			06/05/2024	54 735,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54 735,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Supremestage, Lda.	Aquisição de Serviços para Conceção, Produção, Montagem e Desmontagem do Stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2024	510880665	02/02/2024	118 980,00	146 345,40	Aquisição de serviços	33 dias	02/02/2024	Concurso Público			18/03/2024	146 345,40	0,00	0,00	0,00	0,00	146 345,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Forad'oras, Lda	Aquisição de serviços de fotografia e vídeo para a Bolsa de Turismo de Lisboa 2024	503693162	06/02/2024	6 100,00	7 503,00	Aquisição de serviços	4 dias	28/02/2024	Ajuste Direto			16/05/2024	7 503,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 503,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VISEU MARCA - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO	Aquisição de serviços de hospedeiras para a Bolsa de Turismo de Lisboa 2024	513793380	06/02/2024	8 477,00	10 426,71	Aquisição de serviços	5 dias	27/02/2024	Ajuste Direto			24/04/2024	10 426,71	0,00	0,00	0,00	0,00	10 426,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Ed Think, Lda	Aquisição de serviços para o desenvolvimento e implementação de atividades no âmbito da ação "Comer Bem, Crescer Feliz"	514831235	23/02/2024	18 280,00	22 484,40	Aquisição de serviços	524 dias	23/02/2023	Ajuste Direto			04/06/2024	22 484,40	0,00	0,00	0,00	0,00	22 484,40	0,00	0,00	0,00	0,00
JSF	Aquisição de serviços de cópia e impressão e fornecimento de consumíveis, em fornecimento contínuo	503489905	23/02/2024	15 000,00	18 450,00	Aquisição de serviços	1042 dias	23/02/2024	Ajuste Direto			04/06/2024	5 496,17	0,00	0,00	0,00	0,00	5 496,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Visualforma - Tecnologias de Informação, S.A.	Aquisição de Serviços Continuados de Manutenção Preventiva e corretiva da infraestrutura TIC da CIM Viseu Dão Lafões	503536717	06/03/2024	7 000,00	8 610,00	Aquisição de serviços	365 dias	13/03/2024	Ajuste Direto			06/05/2024	7 175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 175,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GesEntrepreneur - Empreendedorismo Sustentável, Lda	Aquisição de serviços para a implementação do projeto "WANTED | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões"	507699432	11/03/2024	22 500,00	27 675,00	Aquisição de serviços	142 dias	11/03/2024	Consulta Prévia			06/05/2024	27 675,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27 675,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvio Castro Neves Lda	Aquisição de serviços de deslocação e estada	515166324	15/03/2024	16 500,00	16 500,00	Aquisição de serviços	5 dias	45369	Ajuste Direto			45 418,00	16 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 500,00	0,00	0,00	0,00	0
BETWEEN DIALOGUES, LDA	Serviços de desenvolvimento e implementação de melhorias na plataforma de Gestão de Transporte Flexível - inclusão do Município de Viseu e outras melhorias e manutenção da plataforma de Transporte Regular - atualização e ligação dos registos ao novo	513145796	18/03/2024	27 500,00	33 825,00	Aquisição de serviços	227 dias	18/03/2024	Ajuste Direto			25/11/2024	33 825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33 825,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gómez Acebo & Pombo, S.L.P	Aquisição de serviços jurídicos na área dos transportes, atendendo a que a CIM é Autoridade de Transportes no âmbito do Serviço Público de Tranporte de Passageiros	980429323	18/03/2024	19 500,00	23 985,00	Aquisição de serviços	288 dias	18/03/2024	Ajuste Direto			12/09/2024	23 985,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23 985,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cláudia Sofia Rodrigues Freitas	Aquisição de serviços no âmbito das Cantinas Verdes e Circulares	209364882	28/03/2024	20 700,00	25 461,00	Aquisição de serviços	270 dias	01/04/2024	Consulta Prévia			06/05/2024	25 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JCAC - Construções, Lda	Empreitada de adaptação e requalificação de edifício, em Castro Daire para funcionar enquanto espaço de coworking + Trabalhos Complementares/Erros e Omissões	506216551	02/04/2024	160 901,96	170 556,08	Empreitada de obras públicas	180 dias	02/04/2024	Concurso Público			11/07/2024	106 585,95	0,00	48 014,05	0,00	0,00	106 585,95	0,00	48 014,05	0,00	0,00
Rui Veiros, Unipessoal, Lda.	Aquisição de serviços de limpeza e manutenção na Ecopista do Dão	515826650	16/04/2024	73 749,00	90 711,27	Aquisição de serviços	730 dias	16/04/2024	Consulta Prévia			08/07/2024	26 480,06	0,00	0,00	0,00	0,00	26 480,06	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
CLÁUDIA ISABEL FERNANDES DE SOUSA	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 14	180736060	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	8 758,86	0,00	0,00	0,00	0,00	8 758,86	0,00	0,00	0,00	0,00
Fábio David Pinto Figueiredo	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 5	239791061	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	8 780,39	0,00	0,00	0,00	0,00	8 780,39	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Universidade de Lisboa	Aquisição de serviços para atualização do diagnóstico de antecipação de necessidades de qualificações de nível intermédio para o território de Viseu Dão Lafões	600019152	06/05/2024	28 000,00	34 440,00	Aquisição de serviços	359 dias	06/05/2024	Consulta Prévia			19/12/2024	10 332,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 332,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MIGUEL MARQUES GONÇALVES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 23	264143760	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	5 504,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5 504,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Paulo Rafael Carvalho dos Santos	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 17	275162460	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	6 236,13	0,00	0,00	0,00	0,00	6 236,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Carla Sofia Marques Rodrigues	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 1 (Aguiar da Beira)	244628220	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PEDRO MIGUEL PEREIRA MARQUES	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 10	266063713	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	8 034,97	0,00	0,00	0,00	0,00	8 034,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Vítor Duarte Rodrigues de Almeida	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 16	239674499	06/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	7 341,29	0,00	0,00	0,00	0,00	7 341,29	0,00	0,00	0,00	0,00
Cristina Maria da Silva Dias Pedro	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	212369113	07/05/2024	30 000,00	36 900,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	6 780,07	0,00	0,00	0,00	0,00	6 780,07	0,00	0,00	0,00	0,00
MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA QUINTEIRO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	202720772	07/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	8 354,19	0,00	0,00	0,00	0,00	8 354,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Desarrollo de Estrategias Exteriores (DEX)	Aquisição de serviços para implementação da estratégia de comunicação e divulgação do projeto AN-GEL SUDOE	ESA33526369	09/05/2024	15 000,00	18 450,00	Aquisição de serviços	966 dias	09/05/2024	Ajuste Direto			06/11/2024	6 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADRIANO JOSÉ LOPES DE FIGUEIREDO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	226908313	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	6 330,03	0,00	0,00	0,00	0,00	6 330,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Cláudia Alexandra de Andrade Pina	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	242353720	13/05/2024	30 000,00	36 900,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	6 870,47	0,00	0,00	0,00	0,00	6 870,47	0,00	0,00	0,00	0,00
DANIELA CABRAL FORTUNATO	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	249773813	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	6 967,34	0,00	0,00	0,00	0,00	6 967,34	0,00	0,00	0,00	0,00
FÁBIO RAFAEL SILVA SANTOS	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	221626212	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	8 665,45	0,00	0,00	0,00	0,00	8 665,45	0,00	0,00	0,00	0,00
JOANA FERNANDES NEVES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	265494877	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	6 681,78	0,00	0,00	0,00	0,00	6 681,78	0,00	0,00	0,00	0,00
PATRICIA ALEXANDRA DA SILVA GONÇALVES	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	270305190	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	7 142,03	0,00	0,00	0,00	0,00	7 142,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Pomar da Presa- Produção Agrícola, Lda	Aquisição de produtos hortofrutícolas em Modo de Produção Biológico para a dinamização da refeição Piloto (Bio), no âmbito do Projeto Cantinas Verdes e Circulares e do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo	507580656	13/05/2024	24 983,06	26 482,04	Aquisição de bens	79 dias	13/05/2024	Consulta Prévia			11/07/2024	17 085,73	0,00	0,00	0,00	0,00	17 085,73	0,00	0,00	0,00	0,00
VANESSA ALEXANDRA ANDRADE PINA	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	242350593	13/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	597 dias	13/05/2024	Concurso Público			11/07/2024	8 595,90	0,00	0,00	0,00	0,00	8 595,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Sandra Cristina Varela Durães	Aquisição de Serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada - BUPi, referente ao Lote 15	215468376	16/05/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	576 dias	03/06/2024	Ajuste Direto			11/07/2024	6 168,58	0,00	0,00	0,00	0,00	6 168,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Tropical Intemporal unipessoal Lda	Aquisição de serviços de aluguer de 3 outdoors nas autoestradas A1 e A25	515278394	17/05/2024	23 715,00	29 169,45	Aquisição de serviços	287 dias	17/05/2024	Consulta Prévia			02/08/2024	24 769,12	0,00	0,00	0,00	0,00	24 769,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Transdev Interior, S.A.	Aquisição de serviços de transporte no âmbito do projeto intermunicipal "Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões"	500148775	17/05/2024	42 509,04	45 059,58	Aquisição de serviços	75 dias	17/05/2024	Consulta Prévia			12/09/2024	30 053,33	0,00	0,00	0,00	0,00	30 053,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicação de dados (Banda Larga Móvel) no âmbito do estabelecimento da rede de comunicações móveis do "sistema Público de Bicicletas Partilhadas Viseu Dão Lafões"	504615947	21/05/2024	12 499,92	15 374,90	Aquisição de serviços	365 dias	21/05/2024	Ajuste Direto			13/08/2024	6 241,07	0,00	0,00	0,00	0,00	6 241,07	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
AHRESP Serviços II	Aquisição de serviços de consultoria no âmbito da restauração, bebidas e alojamento turístico, entre outras	509219004	23/05/2024	19 500,00	23 985,00	Aquisição de serviços	730 dias	23/05/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de comunicação de dados fixo para suporte da conectividade do Sistema Público de Bicicletas Partilhadas Viseu Dão Lafões	504615947	27/05/2024	1 440,00	1 771,20	Aquisição de serviços	1095 dias	31/05/2024	Consulta Prévia			20/09/2024	280,44	0,00	0,00	0,00	0,00	280,44	0,00	0,00	0,00	0,00
Socorpena - Engenharia e Construção, S.A.	Aquisição de serviço, em regime de fornecimento contínuo, para reparação de pavimentos nas Ecopistas do Dão e do Vouga	503496251	28/05/2024	40 562,89	49 892,35	Aquisição de serviços	1080 dias	28/05/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kinto Portugal, S.A.	Aquisição de serviços de locação operacional para 8 viaturas ligeiras de passageiros, pelo período de 24 meses, no âmbito do projeto de implementação do "Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões"	502584866	14/06/2024	70 218,24	86 368,44	Aquisição de serviços	730 dias	14/06/2024	Concurso Público			09/10/2024	17 788,81	0,00	0,00	0,00	0,00	17 788,81	0,00	0,00	0,00	0,00
Joana Isabel Pinheiro Peixinho	Aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio à implementação e execução de projetos inerentes ao Núcleo de Educação	242217168	17/06/2024	14 000,00	17 220,00	Aquisição de serviços	214 dias	17/06/2024	Consulta Prévia			08/07/2024	13 030,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 030,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOS - Comunicações, S.A.	Aquisição de serviços de comunicações de dados móveis no âmbito do projeto (SICS/BUPI)	502604751	17/06/2024	3 346,56	4 116,27	Aquisição de serviços	730 dias	17/06/2024	Consulta Prévia			02/08/2024	1 006,20	0,00	0,00	0,00	0,00	1 006,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Transdev Interior, S.A.	Aquisição do Serviço Público de Transporte de Passageiros por modo Rodoviário na Região Viseu Dão Lafões	500148775	17/06/2024	42 508 571,67	45 059 085,97	Aquisição de serviços	1826 dias	01/07/2025	Concurso Público Internacional	Nº 44784/2024	06/09/2024	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPIUM, Lda	Aquisição de serviços de gestão da Rota de Megalitismo no âmbito do projeto "MEG: Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões e Sever do Vouga"	507727100	21/06/2024	49 500,00	60 885,00	Aquisição de serviços	405 dias	21/06/2024	Consulta Prévia			12/09/2024	48 585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 585,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Everthing is New, Lda	Reserva de espaço para a participação da CIM Viseu Dão Lafões no NOS Alive 2024	507903480	24/06/2024	19 900,00	24 477,00	Aquisição de serviços	22 dias	24/06/2024	Ajuste Direto			08/10/2024	24 477,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24 477,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bizfuture Services, Lda.	Aquisição de serviços para a revisão dos Planos Municipais de Emergência dos municípios de C.Sal, CD, OFrades, SCD, SPS, Tondela, VNP, Viseu e Vouzela e elaboração de cartografia de risco para o território de Viseu Dão Lafões	514535466	25/06/2024	74 700,00	91 881,00	Aquisição de serviços	158 dias	25/06/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Aquisição de serviços de seguros, para proteção de equipamentos e utilizadores do "Sistema Público de Bicicletas Partilhadas Viseu Dão Lafões"	500918880	27/06/2024	27 562,95	27 562,95	Aquisição de serviços	1095 dias	27/06/2024	Consulta Prévia			02/08/2024	6 897,05	0,00	0,00	0,00	0,00	6 897,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Vossa, Lda	Aquisição de merchandising no âmbito da participação da CIM Viseu Dão Lafões no Festival NOs Alive e na Feira de São Mateus	513504680	27/06/2024	19 930,00	24 513,90	Aquisição de serviços	11 dias	27/06/2024	Ajuste Direto			02/08/2024	24 513,90	0,00	0,00	0,00	0,00	24 513,90	0,00	0,00	0,00	0,00
Teresa Isabel Costinha Amaral	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	205880266	27/06/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	576 dias	27/06/2024	Concurso Público			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rui Filipe Marques de Sousa	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi"	206309813	27/06/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	576 dias	27/06/2024	Concurso Público			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Unravelingmysteries Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de ativação da marca e decoração do Stand no Festival Nos Alive	517890232	01/07/2024	18 018,05	22 162,20	Aquisição de serviços	15 dias	01/07/2024	Consulta Prévia			12/08/2024	22 162,20	0,00	0,00	0,00	0,00	22 162,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Mixlife, Lda	Aquisição de serviços de conceção e desenvolvimento de aplicação móvel do webside Visit Viseu Dão Lafões	507851870	02/07/2024	9 500,00	11 685,00	Aquisição de serviços	113 dias	10/07/2024	Ajuste Direto			12/09/2024	11 685,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 685,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Expansão do Sistema Público de Bicicletas Partilhadas, no âmbito do Projeto "Mobilidade Suave em Viseu Dão Lafões – Projeto Intermunicipal de Promoção da Mobilidade Urbana Multimodal Sustentável"	504615947	02/07/2024	120 450,00	148 153,50	Aquisição de bens	90 dias	02/07/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Germano de Sousa & Filhos, Lda	Aquisição de consumíveis e serviços de manutenção e reparação de equipamentos das Brigadas de Sapadores Florestais, em regime de fornecimento contínuo	500920389	11/07/2024	19 900,00	24 477,00	Aquisição de bens	1094 dias	11/07/2024	Ajuste Direto			08/10/2024	6 174,65	0,00	0,00	0,00	0,00	6 174,65	0,00	0,00	0,00	0,00
Metafórica Unipessoal, lda	Aquisição de serviços de consultoria para a definição de políticas públicas para a adaptação às alterações climáticas. gestão de riscos e proteção civil intermunicipal, desenvolvimento rural e sustentabilidade	515846791	11/07/2024	40 000,00	49 200,00	Aquisição de serviços	608 dias	12/07/2024	Consulta Prévia			18/11/2024	7 380,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 380,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Starcup, Lda	Aquisição de copos reutilizáveis para a CIM Viseu Dão Lafões e serviços de gestão e higienização integral dos mesmos	516801465	11/07/2024	74 470,00	91 598,10	Aquisição de bens	365 dias	11/07/2024	Consulta Prévia			18/11/2024	60 890,05	0,00	0,00	0,00	0,00	60 890,05	0,00	0,00	0,00	0,00
Floema, Lda.	Aquisição e instalação de sinalética, no âmbito do Projeto "Aldeias da Serra do Caramulo"	508227283	12/07/2024	85 241,96	104 847,61	Aquisição de bens	384 dias	12/07/2024	Concurso Público			06/11/2024	76 191,83	0,00	0,00	0,00	0,00	76 191,83	0,00	0,00	0,00	0,00
PEDRO ALEXANDRE GONÇALVES FIGUEIREDO	Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada - BUPI", referente ao Lote 28	228778972	12/07/2024	31 200,00	38 376,00	Aquisição de serviços	534 dias	15/07/2024	Ajuste Direto			12/08/2024	6 008,42	0,00	0,00	0,00	0,00	6 008,42	0,00	0,00	0,00	0,00
VISEU MARCA - ASSOCIAÇÃO DE CULTURA, EVENTOS E PROMOÇÃO	Reserva de espaço no âmbito da participação da CIM Viseu Dão Lafões na Feira de São Mateus 2024	513793380	22/07/2024	12 500,00	15 375,00	Aquisição de serviços	45 dias	30/07/2024	Ajuste Direto			22/10/2024	15 375,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 375,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
Unravelingmysteries Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de ativação de marca e decoração do stand na Feira de São Mateus	517890232	29/07/2024	12 904,70	15 872,78	Aquisição de serviços	46 dias	29/07/2024	Consulta Prévia			08/10/2024	15 872,78	0,00	0,00	0,00	0,00	15 872,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Dânia Silva	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do projeto de implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi, referente ao Lote 6	254732143	01/08/2024	23 400,00	28 782,00	Aquisição de serviços	517 dias	01/08/2024	Consulta Prévia			20/09/2024	3 391,50	0,00	0,00	0,00	0,00	3 391,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Ana Jorge Sabença Feliciano Lopes	Aquisição de serviços, em regime de avença, para apoio à implementação e execução de projetos inerentes ao Núcleo do Turismo	256526818	08/08/2024	9 450,00	11 623,50	Aquisição de serviços	273 dias	08/08/2024	Ajuste Direto			12/09/2024	4 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CLARANET II SOLUTIONS, S.A.	Aquisição de subscrição de licenciamento de software de produtividade Microsoft Office ou equivalente	510728189	14/08/2024	10 820,89	13 309,69	Aquisição de bens	365 dias	26/08/2024	Ajuste Direto			04/11/2024	13 309,69	0,00	0,00	0,00	0,00	13 309,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Isabel Norte de Sequeira Duarte	Aquisição de serviços de apoio no âmbito da candidatura de classificação do património megalítico da sua área territorial como Património da Humanidade junto da UNESCO	221131809	20/08/2024	18 900,00	23 247,00	Aquisição de serviços	270 dias	20/08/2024	Ajuste Direto			23/09/2024	9 807,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9 807,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GesEntrepreneur - Empreendedorismo Sustentável, Lda	Aquisição de serviços para realização de missões empreendedoras no âmbito do projeto "Wanted | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões	507699432	23/08/2024	9 700,00	11 931,00	Aquisição de serviços	69 dias	23/08/2024	Consulta Prévia			20/09/2024	11 931,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11 931,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	Aquisição de serviços de TV e de acesso à Internet	504615947	29/08/2024	1 960,56	2 411,49	Aquisição de serviços	1095 dias	04/09/2024	Consulta Prévia			29/11/2024	157,16	0,00	0,00	0,00	0,00	157,16	0,00	0,00	0,00	0,00
PricewaterhouseCoopers - Assessoria de Gestão, Lda.	Aquisição de serviços especializados para reforço das condições e requisitos de cibersegurança da CIM Viseu Dão Lafões	504193279	30/08/2024	35 460,00	43 615,80	Aquisição de serviços	123 dias	30/08/2024	Consulta Prévia			06/11/2024	6 057,75	0,00	0,00	0,00	0,00	6 057,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Joana Filipa Gala da Silva	Aquisição de serviços para desenvolvimento de comunicação visual no âmbito do "Concurso Público para a Contratação de Serviço de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região de Viseu Dão e Lafões"" e criação de identidade corporativa para a rede de	225099284	12/09/2024	10 800,00	13 284,00	Aquisição de serviços	79 dias	12/09/2024	Consulta Prévia			15/11/2024	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mixlife, Lda	Aquisição de serviços de alojamento de sites, utilização de domínios internet e outros serviços conexos da CIM Viseu Dão Lafões, num regime de funcionamento contínuo	507851870	12/09/2024	24 969,00	30 711,87	Aquisição de serviços	1052 dias	12/09/2024	Consulta Prévia			18/11/2024	6 352,95	0,00	0,00	0,00	0,00	6 352,95	0,00	0,00	0,00	0,00
Raquel de Almeida Paula	Aquisição de serviços para a elaboração de processos de representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto BUPi, referente ao lote 2 (Aguiar da Beira)	231986971	16/09/2024	23 400,00	28 782,00	Aquisição de serviços	471 dias	16/09/2024	Consulta Prévia			22/11/2024	2 250,50	0,00	0,00	0,00	0,00	2 250,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Petróleos de Portugal - Petrogal S. A.	Aquisição de energia elétrica ao abrigo do Acordo Quadro AQ_CPI_03/2022, Lote 1, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões	500697370	18/09/2024	10 162,60	12 500,00	Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro	12 meses	18/09/2024	Consulta Prévia			14/10/2024	2 084,94	0,00	0,00	0,00	0,00	2 084,94	0,00	0,00	0,00	0,00
Wemapit, Cosultoria Tecnica e Cientifica, Uni.Lda	Aquisição de serviços para elaboração da cartografia relativa às áreas edificadas e edifícios isolados e respetivas FGC, e elaboração de cartografia referente às Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança	517799855	18/09/2024	17 980,00	22 115,40	Aquisição de serviços	193 dias	18/09/2024	Ajuste Direto			12/12/2024	6 634,62	0,00	0,00	0,00	0,00	6 634,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços de Controlador Nacional para efeitos da verificação de gestão do projeto Agrotour SUDOE	505261898	24/09/2024	1 262,20	1 552,51	Aquisição de serviços	1095 dias	24/09/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços de Controlador Nacional para efeitos da verificação de gestão do projeto An-Gel SUDOE	505261898	24/09/2024	1 262,20	1 552,51	Aquisição de serviços	1095 dias	24/09/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	Aquisição de serviços de Controlador Nacional para efeitos da verificação de gestão do projeto GreenSpas	505261898	24/09/2024	3 801,33	4 675,64	Aquisição de serviços	1095 dias	24/09/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Base 2, Lda	Aquisição de Equipamentos Informáticos para Bibliotecas Públicas	501333401	27/09/2024	82 390,00	101 339,70	Aquisição de bens	30 dias	27/09/2024	Concurso Público			30/12/2024	101 339,70	0,00	0,00	0,00	0,00	101 339,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FOCUS GROUP II - DESIGN & CONSULTANCY, LDA	Aquisição de serviços de elaboração do projeto de extensão do Plano de Ecovias para a região Viseu Dão Lafões aos municípios de Santa Comba Dão e de São Pedro do Sul	500380376	10/10/2024	15 000,00	15 000,00	Aquisição de serviços	30 dias	10/10/2024	Ajuste Direto			10/12/2024	18 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18 450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LISBOA FEIRAS CONGRESSOS E EVENTOS - FCE / ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL	Reserva de espaço na Feira Internacional de Lisboa para participação da CIM Viseu Dão Lafões na Bolsa de Turismo de Lisboa 2025	503657891	17/10/2024	33 768,16	41 534,84	Contrato de cedência de espaço	153 dias	17/10/2024	Contrato de cedência de espaço			18/11/2024	20 762,42	0,00	0,00	0,00	0,00	20 762,42	0,00	0,00	0,00	0,00
Eleven Systems	Aquisição de sistemas e aplicações de informação e de apoio à gestão no âmbito do transporte flexível Ir e Vir	509792537	22/10/2024	53 300,00	65 559,00	Aquisição de serviços	9 dias	22/10/2024	Consulta Prévia			22/11/2024	65 559,00	0,00	0,00	0,00	0,00	65 559,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ed Think, Lda	Aquisição de serviços para a implementação da ação "Comer Bem, Crescer Feliz" e da ação "Descobre e Aprende em Viseu Dão Lafões", no âmbito do Programa Intermunicipal para a Promoção do Sucesso Educativo, para o ano letivo 2024/2025	514831235	01/11/2024	35 800,00	44 034,00	Aquisição de serviços	272 dias	01/11/2024	Consulta Prévia			10/12/2024	11 008,50	0,00	0,00	0,00	0,00	11 008,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Inovamais, Serviços de Consultadoria em Inovação Tecn., Lda.	Aquisição de serviços de assessoria em financiamento público e gestão de projetos para iniciativas da CIM Viseu Dão Lafões	504041266	06/11/2024	74 500,00	91 635,00	Aquisição de serviços	1080 dias	06/11/2024	Concurso Público			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VTM Consultores Eng. e Planeamento, Lda.	Aquisição de serviços de assessoria técnica no âmbito das competências da Autoridade de Transportes da CIM Viseu Dão Lafões	501384456	15/11/2024	255 000,00	313 650,00	Aquisição de serviços	1080 dias	15/11/2024	Concurso Público Internacional			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Entidade	Objeto	NIF	Data contrato	Valor contrato	Preço Contratual	Tipo de Contrato	Prazo	Data início execução	Procedimento de contratação	Visto Tribunal de Contas		Data 1º Pagamento	Pagamentos no Período					Pagamentos acumulados				
										Nº Reg.	Data		Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.	Trab. Normais	Revisão de Preços	Trab. a mais	Trab. S. e omissoes	Outros trab.
Andreia Cristo Frias dos Santos	Aquisição de Serviços para a elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada, no âmbito do projeto de "Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi", referente ao Lote 3	257024107	15/11/2024	18 195,00	22 379,85	Aquisição de serviços	411 dias	15/11/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associação Exploratório Infante D. Henrique	Aquisição de serviços para a itinerância de atividades intermunicipais no âmbito do "Laboratório Móvel das Ciências", "Adaptação às Alterações Climáticas e Bancada Móvel das Ciências" e "Literatura Infantil e Literacia Científica" nas Escolas e Agrup	503626406	22/11/2024	119 970,00	147 563,10	Aquisição de serviços	251 dias	22/11/2024	Concurso Público			19/12/2024	32 791,80	0,00	0,00	0,00	0,00	32 791,80	0,00	0,00	0,00	0,00
GesEntrepreneur - Empreendedorismo Sustentável, Lda.	Aquisição de serviços para a implementação do projeto "WANTED | Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões"	507699432	22/11/2024	25 500,00	31 365,00	Aquisição de serviços	251 dias	22/11/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kinto Portugal, S.A.	Aquisição de serviços de locação operacional para 1 viatura ligeira de passageiros, pelo período de 24 meses, no âmbito do projeto de implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões	502584866	26/11/2024	10 788,00	13 269,24	Aquisição de serviços	730 dias	26/11/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gómez Acebo & Pombo, S.L.P	Aquisição de serviços jurídicos na área dos transportes, atendendo que a CIM é Autoridade de Transporte no âmbito do Serviço Público de Transporte de Passageiros	980429323	27/11/2024	19 500,00	23 985,00	Aquisição de serviços	34 dias	27/11/2024	Ajuste Direto			19/12/2024	16 723,08	0,00	0,00	0,00	0,00	16 723,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Viagens Tempo Operador Turistico, Lda	Aquisição de serviços de deslocação e de estadia no âmbito da missão de trabalho a Copenhaga	503278718	28/11/2024	13 640,00	16 777,20	Aquisição de serviços	5 dias	29/11/2024	Ajuste Direto			19/12/2024	13 640,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13 640,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AIRC	Aquisição de serviços de atualização, manutenção e suporte técnico das soluções informáticas do ERP AIRC	501378669	28/11/2024	6 443,00	7 924,89	Aquisição de serviços	365 dias	28/11/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ytravel, Lda.	Aquisição de serviços de produção de conteúdos para suportes no âmbito do Projeto Aldeias da Serra do Caramulo	507693337	10/12/2024	9 920,00	12 201,60	Aquisição de serviços	202 dias	10/12/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ana Cristina Albuquerque Correia	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 8	242558542	16/12/2024	20 400,00	25 092,00	Aquisição de serviços	363 dias	02/01/2025	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atelier do Caractere, Unipessoal, Lda	Aquisição de serviços de assessoria de imprensa e comunicação no âmbito do Projeto Pro-dutos Turísticos Integrados da Região Viseu Dão Lafões	509795277	17/12/2024	22 080,00	27 158,40	Aquisição de serviços	365 dias	17/12/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Wecul - Sistemas de Informação LDA	Aquisição de Agregador de Catálogos para as Bibliotecas da Rede Intermunicipal de Bibliotecas Viseu Dão Lafões"	513735917	19/12/2024	26 900,00	33 087,00	Aquisição de bens	12 dias	19/12/2024	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cláudia Sofia Rodrigues Freitas	Aquisição de serviços de assessoria à implementação de projetos na área dos sistemas alimentares sustentáveis, habitação a custos acessíveis, inovação social e empreendedorismo de impacto, promoção do desenvolvimento das zonas rurais de Viseu Dão Lafões e de proje-tos cofinanciados por programas nacionais e/ou europeus	209364882	19/12/2024	62 250,00	76 567,50	Aquisição de serviços	540 dias	02/01/2025	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOVA Information Management School Universidade Nova de Lisboa - NOVA IMS	Contrato de Cooperação horizontal entre a CIMVDL e a Nova IMS - Aquisição de serviços para desenvolvimento do modelo da Plataforma Intermunicipal do Conhecimento - SMART REGION Viseu Dão Lafões no âmbito da candidatura nº 1172 apresentada à Medida Polos de Inovação Digital (DIH) nos termos do AAC n.º 03/C16-i03/2022 denominada AI4PA	501559094	20/12/2024	100 000,00	123 000,00	Aquisição de serviços	211 dias	20/12/2024	Contratação Excluída			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Wecul - Sistemas de Informação LDA	Aquisição de serviços "PressReader" para as 14 bibliotecas da Rede Intermunicipal de Bibliote-cas Viseu Dão Lafões	513735917	20/12/2024	10 558,00	11 191,48	Aquisição de serviços	365 dias	20/12/2024	Ajuste Direto			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mariana Pinto Ferreira	Aquisição de serviços de elaboração de processos de representação gráfica georreferenciada, no âmbito do BUPi, referente ao Lote 4	235088960	20/12/2024	20 000,00	24 600,00	Aquisição de serviços	363 dias	02/01/2025	Consulta Prévia			-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				51 499 018,83	55 260 535,76								2 054 409,37	418 950,89	115 720,28	0,00	0,00	4 806 142,48	534 746,86	1 585 940,11	0,00	0,00

Anexo VI - Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão lafões

Anexo VI - Contratação Administrativa

Adjudicações por tipo de procedimento - Ano 2024

Tipo de Contrato	Ajuste Direto		Consulta Prévia		Concurso Público		Concurso Público Internacional		Contrato de Cedência de Espaço		Contratação Excluída		Total	
	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Preço contratual	Nº de contratos	Valor
Empreitada de Obras Públicas					1	170 556,08 €							1	170 556,08 €
Aquisição de Serviços	35	800 564,22 €	37	1 251 401,02 €	15	891 095,94 €	2	45 372 735,97 €			1	123 000,00 €	90	48 438 797,15 €
Aquisição de Bens	3	185 940,19 €	3	151 167,14 €	2	206 187,31 €							8	543 294,64 €
Fornecimento de bens ao abrigo de Acordo Quadro			2	148 000,00 €									2	148 000,00 €
Contrato de cedência de espaço									1	41 534,84 €			1	41 534,84 €
Total	38	986 504,41 €	42	1 550 568,16 €	18	1 267 839,33 €	2	45 372 735,97 €	1	41 534,84 €	1	123 000,00 €	102	49 342 182,71 €

Anexo VII - Transferência e subsídios – receita

Ano 2024:

Transferências e Subsídios recebidos								
Tipo de Receita	**Disposições Legais (1)**	**Finalidade (2)**	**Entidade Financiadora (3)**	**Receita Prevista (4)**	**Receita Recebida (5)**	**Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)**	**Devolução ocorrida no exercício (7)**	**Observações (8)**
Corrente	Disposição da alínea h) do n.º 2 do art.º 81.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Outras	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	50,00		
	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	50,00	0,00	50,00		
	Disposição da alínea j) do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Transferências OE	DGAL	463 247,00	463 197,00	50,00		
	Portugal 2020/Portugal 2030/cofinanciamentos europeus/FSE	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Europeenne	2 293 780,26	1 983 560,09	310 220,17		
	Artigo 12.º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho (Transferência de competências - Lei nº 50/2018)	Serviço público de transporte de passageiros	Fundo para o Serviço Público de Transportes	149 794,00	150 956,25	-1 162,25		
	Projetos financiados pelo ICNF	Apoio ao funcionamento das Brigadas de Sapadores Florestais	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP	133 803,13	216 838,14	-83 035,01		
	Projetos financiados pelo ICNF	Apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP	29 036,00	0,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea a) do n.º 2 do artigo 81º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Programa "RecolhaBio - Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos	Fundo Ambiental	0,00	10 000,00	-10 000,00		
	Candidatura Aviso 3/2023 do Fundo de Serviço Público de Tranporte de Passageiros - Apoio ao Desenvolvimento de Estratégias de Melhoria da Mobilidade Escolar	Candidatura Aviso 3/2023	FSPTP	0,00	34 850,00	-34 850,00		
	Portaria 7-A/2024	Passes gratuitos	Direção Geral do Tesouro e Finanças	2 934 930,24	2 372 676,16	562 254,08		
	Despacho nº 12221-B/2023 e Despacho n.º 12221-C/2023 - Reforço extraordinário - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos (PART)	PART	Fundo Ambiental	1 661 546,00	1 786 380,28	-124 834,28		
	Decreto-Lei nº 21/2024 de 19 de março de 2024	Incentiva + TP	Fundo Ambiental	4 648 020,31	4 157 862,10	490 158,21		
	Disposição da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Quotizações	Municípios Associados	315 000,00	294 141,37	20 858,63		

Tipo de Receita	Disposições Legais (1)	Finalidade (2)	Entidade Financiadora (3)	Receita Prevista (4)	Receita Recebida (5)	Receita Prevista e não recebida (6) = (4) - (5)	Devolução ocorrida no exercício (7)	Observaçõ es (8)
	Disposição da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos Intermunicipais	Municípios Associados	1 286 175,90	862 026,27	424 149,63		
	Disposição conjugada da alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e da alínea l) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	990 825,30	1 295 604,54	-304 779,24		
	Candidatura ao Aviso 5/2023 do Fundo de Serviço Público de Tranporte de Passageiros - Apoio à promoção do transporte público e capacitação das Autoridades de Transporte	Serviço público de transporte de passageiros	Municípios Associados	30 894,31	50 527,40	-19 633,09		
Sub-Total				**14 937 152,45**	**13 678 619,60**	**1 229 496,85**	**0,00**	
Capital	Lei nº 50/2018	Exercício de competências	Transferência de competências - Lei nº 50/2018	100,00	0,00	100,00		
	Disposição conjugada da alínea k) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Restituições/reembolsos (Prémios)	Seguradoras	50,00	0,00	0,00		
	Portugal 2020/Portugal 2030/cofinanciamentos europeus	Projetos cofinanciados	Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P./Commission Europeenne	1 182 566,06	1 167 982,98	14 583,08		
	Alínea a) do art. 68º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro	Projetos intermunicipais	Municípios Associados	232 365,51	707 242,44	-474 876,93		
Sub-Total				**1 415 081,57**	**1 875 225,42**	**-460 193,85**	**0,00**	
TOTAL				**16 352 234,02**	**15 553 845,02**	**769 303,00**	**0,00**	

Anexo VIII - Transferência e subsídios - despesa

Ano 2024:

Transferências e Subsídios concedidos									
Tipo de Despesa	**Disposições Legais**	**Finalidade**	**Entidade Beneficiária**	**Despesas Orçamentadas**	**Despesas autorizadas**	**Despesas pagas**	**Despesas autorizadas e não pagas**	**Devolução ocorrida no exercício**	**Observações**
Corrente	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prossecução da suas atribuições	Emissora das Beiras Ao Tom Dela Radio, Lda.	800,00	600,00	100,00	500,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prossecução da suas atribuições	Radio Alive FM	600,00	600,00	0,00	600,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Prossecução da suas atribuições	Outros	100,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto e n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual. Contrato-Programa celebrado com o Turismo do Centro de Portugal (TCP)	Prossecução da suas atribuições (Pagamento de apoio financeiro ao organizador do evento "World Cheese Awards - Viseu 2024")	UrbanNature, Lda.	40 000,00	40 000,00	40 000,00	0,00		
	Disposição do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual	Prossecução da suas atribuições	Municípios	500,00	0,00	0,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto	Pagamento de Quota	Assocciación Europea de Vías Verdes (AEVV)	600,00	300,00	300,00	0,00		
	Disposição conjugada da alínea g), do n.º 2 do art. 16º e do n.º 2 do art. 28º, ambos da Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto e n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual. Contrato-Programa celebrado com a entidade Centro Portugal Film Comission	Prossecução da suas atribuições	Centro Portugal Film Commission, Associação Cultural	15 100,00	14 000,00	7 000,00	7 000,00		
	Disposição da alínea b) do n.º1, do artigo n.º 4 da Portaria 128/2009, de 30 de janeiro	Contrato Emprego Inserção	Outros CEI	12 335,00	7 648,27	7 648,27	0,00		
	Disposição conjugada do n.º 3 do artigo 81º, das alíneas l) e r) do nº1 do artigo 90º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro, do artigo 223º da Lei de Orçamento do Estado 2022 (Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, do Despacho n.º 2852-A/2022, de 04 de março e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda.	9 516 909,50	1 250 876,91	1 059 540,65	191 336,26		
			União Sátão & Aguiar da Beira, Lda.		1 347 040,45	1 125 275,66	221 764,79		
			Transdev Interior, SA		5 227 082,66	4 159 013,69	1 068 068,97		
			Marques, Lda.		1 136 294,37	914 166,69	222 127,68		
	Disposição conjugada do n.º 3 do artigo 81º do Anexo I da Lei n.º75/203, de 12 de setembro, dos artigos 4º e 11º do Decreto-Lei n.º60/2016, de 08 de setembro e dos artigos 4º e 10º do RJSPTP, anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho	Serviço público de transporte de passageiros flexível	Taxistas		310 201,87	124 552,78	185 649,09		
Capital	Alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro	Prossecução da suas atribuições	Municípios	450,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL				**9 587 394,50**	**9 334 644,53**	**7 437 597,74**	**1 897 046,79**		

Anexo IX – Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Receita corrente													
04	Taxas, multas e outras penalidades	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0401	Taxas	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040123	Taxas específicas das autarquias locais	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04012399	Outras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0401239999	Taxas (Autor.Transpor.Viseu Dão Lafões)	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0402	Multas e outras penalidades	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040299	Multas e penalidades diversas (AutorTrans.VDL)	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
05	Rendimentos da propriedade	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0502	Juros-Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Transferências correntes	14 937 152,45	393 960,07	13 519 125,67	15 708,06	13 678 619,60	9 840,99	0,00	375 217,84	13 303 401,76	13 678 619,60	228 599,07	2,512	89,063
0602	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
060201	Bancos e outras instituições financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0603	Administração central	12 314 206,94	9 840,99	11 176 320,02	9 840,99	11 176 320,02	9 840,99	0,00	0,00	11 176 320,02	11 176 320,02	9 840,99	0,000	90,760
060301	Estado	463 297,00	0,00	463 197,00	0,00	463 197,00	0,00	0,00	0,00	463 197,00	463 197,00	0,00	0,000	99,978
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06030199	Outras	463 247,00	0,00	463 197,00	0,00	463 197,00	0,00	0,00	0,00	463 197,00	463 197,00	0,00	0,000	99,989
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	2 293 780,26	9 840,99	1 983 560,09	9 840,99	1 983 560,09	9 840,99	0,00	0,00	1 983 560,09	1 983 560,09	9 840,99	0,000	86,476
06030601	Fundo Social Europeu (FSE)	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06030602	Outros	2 293 730,26	9 840,99	1 983 560,09	9 840,99	1 983 560,09	9 840,99	0,00	0,00	1 983 560,09	1 983 560,09	9 840,99	0,000	86,477
060307	Serviços e fundos autónomos	9 557 129,68	0,00	8 729 562,93	0,00	8 729 562,93	0,00	0,00	0,00	8 729 562,93	8 729 562,93	0,00	0,000	91,341
06030701	Transferência de competências - Lei 50/2018	149 794,00	0,00	150 956,25	0,00	150 956,25	0,00	0,00	0,00	150 956,25	150 956,25	0,00	0,000	100,776
06030799	Outros	9 407 335,68	0,00	8 578 606,68	0,00	8 578 606,68	0,00	0,00	0,00	8 578 606,68	8 578 606,68	0,00	0,000	91,191
0605	Administração local	2 622 895,51	384 119,08	2 342 805,65	5 867,07	2 502 299,58	0,00	0,00	375 217,84	2 127 081,74	2 502 299,58	218 758,08	14,305	81,097
060501	Continente	2 622 895,51	384 119,08	2 342 805,65	5 867,07	2 502 299,58	0,00	0,00	375 217,84	2 127 081,74	2 502 299,58	218 758,08	14,305	81,097
06050101	Municípios Associados	2 622 895,51	384 119,08	2 342 805,65	5 867,07	2 502 299,58	0,00	0,00	375 217,84	2 127 081,74	2 502 299,58	218 758,08	14,305	81,097
0605010101	Quotizações	315 000,00	52 328,01	269 999,76	0,00	294 141,37	0,00	0,00	52 328,01	241 813,36	294 141,37	28 186,40	16,612	76,766
0605010103	Outras	2 307 895,51	331 791,07	2 072 805,89	5 867,07	2 208 158,21	0,00	0,00	322 889,83	1 885 268,38	2 208 158,21	190 571,68	13,991	81,688
07	Venda de bens e serviços correntes	740 596,00	41 429,35	241 821,05	11 276,70	180 148,68	0,00	0,00	30 712,95	149 435,73	180 148,68	91 825,02	4,147	20,178
0701	Venda de bens	6 400,00	8 692,50	3 067,10	7,50	3 072,10	0,00	0,00	12,50	3 059,60	3 072,10	8 680,00	0,195	47,806
070103	Publicações e impressos	3 300,00	607,50	307,50	7,50	312,50	0,00	0,00	12,50	300,00	312,50	595,00	0,379	9,091
070199	Outros	3 100,00	8 085,00	2 759,60	0,00	2 759,60	0,00	0,00	0,00	2 759,60	2 759,60	8 085,00	0,000	89,019
0702	Serviços	734 196,00	32 736,85	238 753,95	11 269,20	177 076,58	0,00	0,00	30 700,45	146 376,13	177 076,58	83 145,02	4,182	19,937
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020801	Serviços sociais	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070209	Serviços específicos das autarquias	734 146,00	32 736,85	238 753,95	11 269,20	177 076,58	0,00	0,00	30 700,45	146 376,13	177 076,58	83 145,02	4,182	19,938

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Receita corrente													
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	585 728,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	585 728,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020999	Outros	148 418,00	32 736,85	238 753,95	11 269,20	177 076,58	0,00	0,00	30 700,45	146 376,13	177 076,58	83 145,02	20,685	98,624
08	Outras receitas correntes	150,00	2 105,38	96 258,08	0,00	93 849,09	0,00	0,00	0,00	93 849,09	93 849,09	4 514,37	0,000	62566,060
0801	Outras	150,00	2 105,38	96 258,08	0,00	93 849,09	0,00	0,00	0,00	93 849,09	93 849,09	4 514,37	0,000	62566,060
080199	Outras	150,00	2 105,38	96 258,08	0,00	93 849,09	0,00	0,00	0,00	93 849,09	93 849,09	4 514,37	0,000	62566,060
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019903	IVA reembolsado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019999	Diversas	50,00	2 105,38	96 258,08	0,00	93 849,09	0,00	0,00	0,00	93 849,09	93 849,09	4 514,37	0,000	187698,180
	Receita de capital													
10	Transferências de capital	1 415 081,57	122 591,63	1 834 387,77	1 128,04	1 875 225,42	0,00	0,00	122 197,98	1 753 027,44	1 875 225,42	80 625,94	8,635	123,882
1003	Administração central	1 182 716,06	0,00	1 167 982,98	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	0,00	1 167 982,98	1 167 982,98	0,00	0,000	98,754
100301	Estado	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1 182 566,06	0,00	1 167 982,98	0,00	1 167 982,98	0,00	0,00	0,00	1 167 982,98	1 167 982,98	0,00	0,000	98,767
100308	Serviços e fundos autónomos	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030801	Transferência de competências - Lei 50/2018	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030899	Outros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Administração local	232 365,51	122 591,63	666 404,79	1 128,04	707 242,44	0,00	0,00	122 197,98	585 044,46	707 242,44	80 625,94	52,589	251,778
100501	Continente	232 365,51	122 591,63	666 404,79	1 128,04	707 242,44	0,00	0,00	122 197,98	585 044,46	707 242,44	80 625,94	52,589	251,778
10050101	Transf.Capital Adm. Local (Município)	232 365,51	122 591,63	666 404,79	1 128,04	707 242,44	0,00	0,00	122 197,98	585 044,46	707 242,44	80 625,94	52,589	251,778
12	Passivos financeiros	74 563,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1205	Empréstimos a curto prazo	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120502	Sociedades financeiras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	74 513,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
120604	Admin.pública-Admin.central-Serv.fundos autónomos	74 513,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13	Outras receitas de capital	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1301	Outras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
130101	Indemnizações	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
	Outras receitas													
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	0,00	186 501,08	0,00	186 501,08	0,00	0,00	0,00	186 501,08	186 501,08	0,00	0,000	373002,160
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	0,00	186 501,08	0,00	186 501,08	0,00	0,00	0,00	186 501,08	186 501,08	0,00	0,000	373002,160
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	50,00	0,00	186 501,08	0,00	186 501,08	0,00	0,00	0,00	186 501,08	186 501,08	0,00	0,000	373002,160
16	Saldo da gerência anterior	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	0,00	0,00	2 355 346,47	2 355 346,47	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	0,00	0,00	2 355 346,47	2 355 346,47	0,00	0,000	100,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Outras receitas														
160101	Na posse do serviço	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	2 355 346,47	0,00	0,00	0,00	2 355 346,47	2 355 346,47	0,00	0,000	100,000
	Total Receitas Correntes	**15 678 048,45**	**437 494,80**	**13 857 204,80**	**26 984,76**	**13 952 617,37**	**9 840,99**	**0,00**	**405 930,79**	**13 546 686,58**	**13 952 617,37**	**324 938,46**	**2,589**	**86,405**
	Total Receitas de Capital	**1 489 694,57**	**122 591,63**	**1 834 387,77**	**1 128,04**	**1 875 225,42**	**0,00**	**0,00**	**122 197,98**	**1 753 027,44**	**1 875 225,42**	**80 625,94**	**8,203**	**117,677**
	Total Outras Receitas	**2 355 396,47**	**0,00**	**2 541 847,55**	**0,00**	**2 541 847,55**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2 541 847,55**	**2 541 847,55**	**0,00**	**0,000**	**107,916**
	Total	**19 523 139,49**	**560 086,43**	**18 233 440,12**	**28 112,80**	**18 369 690,34**	**9 840,99**	**0,00**	**528 128,77**	**17 841 561,57**	**18 369 690,34**	**405 564,40**	**2,705**	**91,387**

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

.....

Anexo X - Demonstração de execução orçamental da despesa

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa corrente												
01	Despesas com o pessoal	24 955,75	1 240 459,00	0,00	1 114 882,90	1 106 421,96	24 955,70	1 055 310,57	1 080 266,27	8 460,94	26 155,69	2,012	85,074
0101	Remunerações certas e permanentes	13 234,81	903 169,00	0,00	831 449,19	824 991,24	13 234,81	797 762,42	810 997,23	6 457,95	13 994,01	1,465	88,329
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	7 317,20	341 100,00	0,00	318 198,92	318 198,92	7 317,20	303 392,30	310 709,50	0,00	7 489,42	2,145	88,945
01010401	Pessoal em funções	7 317,20	339 100,00	0,00	316 353,98	316 353,98	7 317,20	301 887,88	309 205,08	0,00	7 148,90	2,158	89,026
01010404	Recrutamento pessoal novos postos trabalho	0,00	2 000,00	0,00	1 844,94	1 844,94	0,00	1 504,42	1 504,42	0,00	340,52	0,000	75,221
010106	Pessoal contratado a termo	3 793,53	237 700,00	0,00	228 940,64	228 940,64	3 793,53	221 579,19	225 372,72	0,00	3 567,92	1,596	93,218
01010601	Pessoal em funções	3 793,53	237 500,00	0,00	228 940,64	228 940,64	3 793,53	221 579,19	225 372,72	0,00	3 567,92	1,597	93,297
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	71 169,00	0,00	61 266,75	54 808,80	0,00	54 101,30	54 101,30	6 457,95	707,50	0,000	76,018
010109	Pessoal em qualquer outra situação	1 465,13	49 000,00	0,00	47 768,10	47 768,10	1 465,13	44 839,78	46 304,91	0,00	1 463,19	2,990	91,510
010111	Representação	647,70	20 000,00	0,00	19 720,71	19 720,71	647,70	19 073,01	19 720,71	0,00	0,00	3,238	95,365
010113	Subsidio de refeição	0,00	63 600,00	0,00	51 041,91	51 041,91	0,00	50 418,93	50 418,93	0,00	622,98	0,000	79,275
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	32 100,00	0,00	21 281,91	21 281,91	0,00	20 658,93	20 658,93	0,00	622,98	0,000	64,358
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	31 500,00	0,00	29 760,00	29 760,00	0,00	29 760,00	29 760,00	0,00	0,00	0,000	94,476
010114	Subsídio de férias e de Natal	11,25	120 100,00	0,00	104 512,16	104 512,16	11,25	104 357,91	104 369,16	0,00	143,00	0,009	86,893
01011401	Pessoal dos quadros	0,00	67 300,00	0,00	54 008,27	54 008,27	0,00	54 008,27	54 008,27	0,00	0,00	0,000	80,250
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	11,25	52 800,00	0,00	50 503,89	50 503,89	11,25	50 349,64	50 360,89	0,00	143,00	0,021	95,359
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0102	Abonos variáveis ou eventuais	36,69	39 300,00	0,00	30 845,67	30 845,67	36,69	30 808,98	30 845,67	0,00	0,00	0,093	78,394
010201	Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010202	Horas extraordinárias	36,69	16 000,00	0,00	13 695,39	13 695,39	36,69	13 658,70	13 695,39	0,00	0,00	0,229	85,367
010204	Ajudas de custo	0,00	12 000,00	0,00	10 364,32	10 364,32	0,00	10 364,32	10 364,32	0,00	0,00	0,000	86,369
010205	Abono para falhas	0,00	1 700,00	0,00	985,64	985,64	0,00	985,64	985,64	0,00	0,00	0,000	57,979
010213	Outros suplementos e prémios	0,00	9 500,00	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	0,00	0,000	61,056
01021302	Outros	0,00	9 500,00	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	5 800,32	5 800,32	0,00	0,00	0,000	61,056
0103	Segurança social	11 684,25	297 990,00	0,00	252 588,04	250 585,05	11 684,20	226 739,17	238 423,37	2 002,99	12 161,68	3,921	76,090
010301	Encargos com a saúde	0,00	23 650,00	0,00	4 462,59	4 462,59	0,00	4 462,59	4 462,59	0,00	0,00	0,000	18,869
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010305	Contribuições para a segurança social	11 684,25	244 690,00	0,00	219 756,81	218 438,92	11 684,20	194 593,04	206 277,24	1 317,89	12 161,68	4,775	79,526
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	5 669,28	112 267,94	0,00	94 076,75	94 076,75	5 669,23	82 447,12	88 116,35	0,00	5 960,40	5,050	73,438
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1 051,19	17 850,00	0,00	17 801,77	17 801,77	1 051,19	15 554,11	16 605,30	0,00	1 196,47	5,889	87,138
0103050202	Regime Geral	4 618,09	94 417,94	0,00	76 274,98	76 274,98	4 618,04	66 893,01	71 511,05	0,00	4 763,93	4,891	70,848
01030503	Segurança social-Regime geral	6 014,97	131 922,06	0,00	125 680,06	124 362,17	6 014,97	112 145,92	118 160,89	1 317,89	6 201,28	4,559	85,009
010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010309	Seguros	0,00	28 450,00	0,00	28 368,64	27 683,54	0,00	27 683,54	27 683,54	685,10	0,00	0,000	97,306

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa corrente												
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	28 450,00	0,00	28 368,64	27 683,54	0,00	27 683,54	27 683,54	685,10	0,00	0,000	97,306
010310	Outras despesas de segurança social	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0103100199	Outras despesas de segurança social	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
02	Aquisição de bens e serviços	133 530,37	6 868 886,47	0,00	6 265 867,15	2 722 185,22	131 215,57	2 564 917,77	2 696 133,34	3 543 681,93	26 051,88	1,910	37,341
0201	Aquisição de bens	3 353,82	349 974,48	0,00	277 064,50	216 655,21	1 668,01	213 925,23	215 593,24	60 409,29	1 061,97	0,477	61,126
020102	Combustíveis e lubrificantes	3 061,74	77 148,86	0,00	63 812,28	36 391,90	1 488,01	34 903,89	36 391,90	27 420,38	0,00	1,929	45,242
02010201	Gasolina	1 076,77	28 230,00	0,00	24 286,28	13 570,51	1 076,77	12 493,74	13 570,51	10 715,77	0,00	3,814	44,257
02010202	Gasóleo	1 984,97	47 183,00	0,00	39 525,00	22 821,39	411,24	22 410,15	22 821,39	16 703,61	0,00	0,872	47,496
02010299	Outros	0,00	1 735,86	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,000	0,000
020104	Limpeza e higiene	0,00	500,00	0,00	279,46	279,46	0,00	279,46	279,46	0,00	0,00	0,000	55,892
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020108	Material de escritório	0,00	7 675,00	0,00	1 186,60	684,93	0,00	684,93	684,93	501,67	0,00	0,000	8,924
020115	Prémios, condecorações e ofertas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020118	Livros e documentação técnica	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020121	Outros bens	292,08	264 500,62	0,00	211 786,16	179 298,92	180,00	178 056,95	178 236,95	32 487,24	1 061,97	0,068	67,318
0202	Aquisição de serviços	130 176,55	6 518 911,99	0,00	5 988 802,65	2 505 530,01	129 547,56	2 350 992,54	2 480 540,10	3 483 272,64	24 989,91	1,987	36,064
020201	Encargos das instalações	0,00	15 729,00	0,00	14 930,49	14 688,72	0,00	11 639,17	11 639,17	241,77	3 049,55	0,000	73,998
020202	Limpeza e higiene	0,00	15 933,00	0,00	15 640,28	14 281,94	0,00	14 281,94	14 281,94	1 358,34	0,00	0,000	89,637
020203	Conservação de bens	0,00	22 790,00	0,00	20 273,06	4 307,51	0,00	4 307,51	4 307,51	15 965,55	0,00	0,000	18,901
020204	Locação de edifícios	0,00	19 738,00	0,00	15 524,54	15 524,54	0,00	15 524,54	15 524,54	0,00	0,00	0,000	78,653
020206	Locação de material de transporte	0,00	27 249,23	0,00	25 296,84	19 616,42	0,00	19 616,42	19 616,42	5 680,42	0,00	0,000	71,989
020208	Locação de outros bens	0,00	1 650,00	0,00	435,00	435,00	0,00	435,00	435,00	0,00	0,00	0,000	26,364
020209	Comunicações	0,00	32 923,91	0,00	28 682,21	19 505,44	0,00	19 505,44	19 505,44	9 176,77	0,00	0,000	59,244
020210	Transportes	0,00	2 738 217,00	0,00	2 738 116,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2 738 116,66	0,00	0,000	0,000
020211	Representação dos serviços	0,00	33 843,00	0,00	20 779,88	16 303,58	0,00	15 961,58	15 961,58	4 476,30	342,00	0,000	47,164
020212	Seguros	0,00	31 563,33	0,00	28 388,66	22 948,62	0,00	22 948,62	22 948,62	5 440,04	0,00	0,000	72,707
020213	Deslocações e estadas	0,00	145 723,92	0,00	117 617,61	115 761,61	0,00	115 761,61	115 761,61	1 856,00	0,00	0,000	79,439
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	14 544,75	287 978,00	0,00	285 736,97	225 686,55	14 544,75	211 141,80	225 686,55	60 050,42	0,00	5,051	73,319
020215	Formação	0,00	10 200,00	0,00	4 482,50	482,50	0,00	482,50	482,50	4 000,00	0,00	0,000	4,730
020216	Seminários, exposições e similares	0,00	75 957,15	0,00	64 620,94	64 620,94	0,00	64 620,94	64 620,94	0,00	0,00	0,000	85,076
020217	Publicidade	3 044,41	108 384,30	0,00	84 360,94	82 233,04	2 767,66	78 836,88	81 604,54	2 127,90	628,50	2,554	72,738
020218	Vigilância e segurança	0,00	1 788,00	0,00	1 531,39	1 486,93	0,00	1 419,99	1 419,99	44,46	66,94	0,000	79,418
020219	Assistência técnica	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
020220	Outros trabalhos especializados	112 587,39	2 884 071,13	0,00	2 460 907,17	1 830 347,24	112 235,15	1 697 209,17	1 809 444,32	630 559,93	20 902,92	3,892	58,848
020225	Outros serviços	0,00	65 123,02	0,00	61 477,51	57 299,43	0,00	57 299,43	57 299,43	4 178,08	0,00	0,000	87,986

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa corrente												
03	Juros e outros encargos	0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0301	Juros da dívida pública	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
03010301	Empréstimos de curto prazo	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0306	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030601	Outros encargos financeiros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04	Transferências correntes	141,84	9 586 944,50	0,00	9 334 644,53	7 437 728,67	141,14	7 437 456,60	7 437 597,74	1 896 915,86	130,93	0,001	77,579
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	41 500,00	0,00	41 200,00	40 100,00	0,00	40 100,00	40 100,00	1 100,00	0,00	0,000	96,627
040102	Privadas	0,00	41 500,00	0,00	41 200,00	40 100,00	0,00	40 100,00	40 100,00	1 100,00	0,00	0,000	96,627
0405	Administração local	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
040501	Continente	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04050101	Munícipios	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	15 700,00	0,00	14 300,00	7 300,00	0,00	7 300,00	7 300,00	7 000,00	0,00	0,000	46,497
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	15 700,00	0,00	14 300,00	7 300,00	0,00	7 300,00	7 300,00	7 000,00	0,00	0,000	46,497
0408	Famílias	141,84	9 529 244,50	0,00	9 279 144,53	7 390 328,67	141,14	7 390 056,60	7 390 197,74	1 888 815,86	130,93	0,001	77,551
040802	Outras	141,84	9 529 244,50	0,00	9 279 144,53	7 390 328,67	141,14	7 390 056,60	7 390 197,74	1 888 815,86	130,93	0,001	77,551
05	Subsídios	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
050103	Privadas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06	Outras despesas correntes	0,00	26 050,00	0,00	23 802,04	23 802,04	0,00	23 802,04	23 802,04	0,00	0,00	0,000	91,371
0602	Diversas	0,00	26 050,00	0,00	23 802,04	23 802,04	0,00	23 802,04	23 802,04	0,00	0,00	0,000	91,371
060201	Impostos e taxas	0,00	3 000,00	0,00	2 015,86	2 015,86	0,00	2 015,86	2 015,86	0,00	0,00	0,000	67,195
060203	Outras	0,00	23 050,00	0,00	21 786,18	21 786,18	0,00	21 786,18	21 786,18	0,00	0,00	0,000	94,517
06020301	Outras restituições	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
06020302	IVA pago	0,00	21 000,00	0,00	20 920,94	20 920,94	0,00	20 920,94	20 920,94	0,00	0,00	0,000	99,624
06020304	Serviços bancários	0,00	1 000,00	0,00	299,84	299,84	0,00	299,84	299,84	0,00	0,00	0,000	29,984
06020305	Outras	0,00	1 000,00	0,00	565,40	565,40	0,00	565,40	565,40	0,00	0,00	0,000	56,540
	Despesa de capital												
07	Aquisição de bens de capital	7 164,90	1 745 526,52	0,00	1 153 316,77	1 080 818,45	7 164,90	955 130,75	962 295,65	72 498,32	118 522,80	0,410	54,719
0701	Investimentos	7 164,90	1 311 906,40	0,00	836 259,60	763 761,28	7 164,90	638 073,58	645 238,48	72 498,32	118 522,80	0,546	48,637
070104	Construções diversas	5 608,64	790 751,00	0,00	475 752,43	475 752,43	5 608,64	470 143,79	475 752,43	0,00	0,00	0,709	59,455
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	8 550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010413	Outros	5 608,64	782 201,00	0,00	475 752,43	475 752,43	5 608,64	470 143,79	475 752,43	0,00	0,00	0,717	60,105
070106	Material de transporte	0,00	25 250,00	0,00	20 500,00	20 500,00	0,00	20 500,00	20 500,00	0,00	0,00	0,000	81,188
07010602	Outro	0,00	25 250,00	0,00	20 500,00	20 500,00	0,00	20 500,00	20 500,00	0,00	0,00	0,000	81,188
070107	Equipamento de informática	0,00	138 404,70	0,00	120 651,33	113 392,36	0,00	113 392,36	113 392,36	7 258,97	0,00	0,000	81,928

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Ano: 2024

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

No período de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar períod. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa de capital												
070108	Software informático	0,00	143 328,00	0,00	53 256,18	20 169,18	0,00	20 169,18	20 169,18	33 087,00	0,00	0,000	14,072
070109	Equipamento administrativo	1 556,26	3 550,00	0,00	1 556,26	1 556,26	1 556,26	0,00	1 556,26	0,00	0,00	43,838	0,000
070110	Equipamento básico	0,00	210 572,70	0,00	164 543,40	132 391,05	0,00	13 868,25	13 868,25	32 152,35	118 522,80	0,000	6,586
07011002	Outro	0,00	210 572,70	0,00	164 543,40	132 391,05	0,00	13 868,25	13 868,25	32 152,35	118 522,80	0,000	6,586
070115	Outros investimentos	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0703	Bens de domínio público	0,00	433 620,12	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	0,00	0,000	73,119
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	433 620,12	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	0,00	0,000	73,119
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	433 620,12	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	317 057,17	317 057,17	0,00	0,00	0,000	73,119
08	Transferências de capital	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0805	Administração local	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
080501	Continente	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08050101	Munícipios	0,00	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10	Passivos financeiros	0,00	53 273,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	53 223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100606	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	0,00	53 223,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
11	Outras despesas de capital	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1102	Diversas	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
110201	Restituições	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
	Total Despesas Correntes	**158 627,96**	**17 723 389,97**	**0,00**	**16 739 196,62**	**11 290 137,89**	**156 312,41**	**11 081 486,98**	**11 237 799,39**	**5 449 058,73**	**52 338,50**	**0,882**	**62,525**
	Total Despesas de Capital	**7 164,90**	**1 799 749,52**	**0,00**	**1 153 316,77**	**1 080 818,45**	**7 164,90**	**955 130,75**	**962 295,65**	**72 498,32**	**118 522,80**	**0,398**	**53,070**
	Total Geral	**165 792,86**	**19 523 139,49**	**0,00**	**17 892 513,39**	**12 370 956,34**	**163 477,31**	**12 036 617,73**	**12 200 095,04**	**5 521 557,05**	**170 861,30**	**0,837**	**61,653**

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

.....

Anexo XI - Demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimento (PPI)

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/001	2016/1.1	Aquisição de material informático	O	D6		132 788,80				2016-01-01	2029-12-31	2
01/001	2016/1.2	Aquisição de software informático	O	D6		149 561,90				2016-01-01	2029-12-31	2
01/001	2016/1.3	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		27 394,06				2016-01-01	2029-12-31	2
01/001	2016/1.5	Equipamento básico	O	D6		89 060,24				2016-01-01	2029-12-31	2
01/001	2016/1.6	Equipamento de Transporte	O	D6		67 830,00				2018-01-01	2029-12-31	2
01/001	2016/1.8	Outras construções	E	D6		11 665,56				2021-01-01	2029-12-31	0
01/002	2016/2.8	Equipamento Informático	O	D6		33 289,79				2016-01-01	2029-12-31	0
01/002	2016/2.9	Software informático	O	D6		144 635,35				2016-01-01	2029-12-31	0
01/002	2016/2.10.3	Equipamento Informático	O	D6		250,00				2017-01-01	2029-12-31	0
01/002	2022/1.7	Material Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/002	2022/1.8	Software Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/002	2022/1.9	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/1.12	Aquisição de material informático	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/1.13	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/1.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/1.15	Equipamento básico	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/2.1	Material Informático	O	D6		101 539,70	101 539,70		101540	2024-01-01	2029-12-31	0
01/002	2024/2.2	Software Informático	O	D6		120 800,00	120 800,00		120800	2024-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/5.10	Construções diversas - Sinalização Turística	O	D6	68 795,32		389 840,16			2017-06-01	2029-12-31	0
01/003	2016/8.1.11	Equipamento básico	O	D6	250,00					2016-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/8.1.13	Outras construções	E	D6	767 195,26					2016-01-01	2029-12-31	2
01/003	2016/8.3.6	Construções diversas	E	D6		32 917,15				2016-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/8.4.1	Outras construções	E	D6	462 684,49		3 033 822,21	1 130 338,21		2018-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/8.5.5	Construções Diversas	E	D6	21 537,61		92 237,39			2016-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/17.2.6	Equipamento básico	O	D6		250,00				2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2016/30.5	Construções diversas	E	D6		704,95				2020-01-01	2029-12-31	0
01/003	2017/3.1.10	Aquisição de material informático	O	D6	870,66		4 933,71			2017-01-01	2029-12-31	0
01/003	2017/3.1.11	Aquisição de software informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2029-12-31	0
01/003	2017/3.1.12	Aquisição de Equipamento Administrativo	O	D6	37,50		212,50			2019-01-01	2029-12-31	0
01/003	2017/3.1.14	Outros Investimentos	O	D6	37,50		212,50			2020-01-01	2029-12-31	0
01/003	2017/3.2.7	Aquisição de material informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2029-12-31	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto							Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %	
		Ano 2024	Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2024	Total			
			Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Anos Seguintes							
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24]=[22]/[14]*100	[25]=[23]/([20]+[21])*100	
01/001	2016/1.1	20 000,00	17 374,00	17 722,00	18 076,00	18 438,00		91 610,00	41 178,80	12 052,66	53 231,46	60,26	40,09	
01/001	2016/1.2	15 178,00	17 863,00	18 220,00	18 585,00	18 956,00		88 802,00	60 759,90	15 175,38	75 935,28	99,98	50,77	
01/001	2016/1.3	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	27 144,06		27 144,06	0,00	99,09	
01/001	2016/1.5	16 000,00	16 352,00	16 680,00	17 013,00	17 353,00		83 398,00	5 662,24	13 033,08	18 695,32	81,46	20,99	
01/001	2016/1.6	21 150,00	50,00	50,00	50,00	50,00		21 350,00	46 480,00	20 500,00	66 980,00	96,93	98,75	
01/001	2016/1.8	4 550,00	50,00	50,00	50,00	50,00		4 750,00	6 915,56		6 915,56	0,00	59,28	
01/002	2016/2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	33 039,79		33 039,79	0,00	99,25	
01/002	2016/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	144 385,35		144 385,35	0,00	99,83	
01/002	2016/2.10.3	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2022/1.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2022/1.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2022/1.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2024/1.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2024/1.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2024/1.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2024/1.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/002	2024/2.1	101 339,70	50,00	50,00	50,00	50,00		101 539,70		101 339,70	101 339,70	100,00	99,80	
01/002	2024/2.2	120 600,00	50,00	50,00	50,00	50,00		120 800,00				0,00	0,00	
01/003	2016/5.10	7 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00		7 200,00	451 435,48		451 435,48	0,00	98,43	
01/003	2016/8.1.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2016/8.1.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	766 945,26		766 945,26	0,00	99,97	
01/003	2016/8.3.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	32 667,15		32 667,15	0,00	99,24	
01/003	2016/8.4.1	770 251,00	50,00	50,00	50,00	50,00		770 451,00	3 856 393,92	475 752,43	4 332 146,35	61,77	93,63	
01/003	2016/8.5.5	113 575,00	50,00	50,00	50,00	50,00		113 775,00				0,00	0,00	
01/003	2016/17.2.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2016/30.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	454,95		454,95	0,00	64,54	
01/003	2017/3.1.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	5 554,37		5 554,37	0,00	95,69	
01/003	2017/3.1.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2017/3.1.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2017/3.1.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2017/3.2.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/003	2017/3.2.8	Aquisição de software informático	O	D6	37,50		212,50			2017-01-01	2029-12-31	0
01/003	2020/5.7	Construções diversas	E	D6	75,00		175,00			2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2021/1.21	Aquisição de material informático	O	D6			93 012,71			2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2021/1.22	Aquisição de softtware informático	O	D6			2 150,00			2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2021/2.21	Aquisição de material informático	O	D6		2 111,61				2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2021/2.22	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2021/2.23	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		2 609,99				2021-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/2.7	Material Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/2.8	Software Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/2.9	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/2.10	Outras Construções	E	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/4.11	Material Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/4.12	Software Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/4.13	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/4.14	Equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/8.5	Material informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/8.6	Software informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/8.7	Construções diversas	E	D6	320 145,12					2022-01-01	2029-12-31	0
01/003	2022/8.8	Equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/2.8	Equipamento informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/2.9	Software informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/4.10	Material informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/4.11	Software informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/4.12	Equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/4.13	Equipamento básico	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/5.3	Construções diversas	E	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/5.4	Sinalização	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/7.12	Aquisição de material informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/7.13	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/7.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/003	2023/7.15	Equipamento básico	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto							Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %	
		Ano 2024	Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2024	Total			
			Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Anos Seguintes							
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100	
01/003	2017/3.2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2020/5.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2021/1.21	15 000,00	15 000,00	50,00	50,00	50,00		30 150,00	62 862,71		62 862,71	0,00	67,59	
01/003	2021/1.22	1 000,00	1 000,00	50,00	50,00	50,00		2 150,00				0,00	0,00	
01/003	2021/2.21	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	1 861,61		1 861,61	0,00	88,16	
01/003	2021/2.22	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2021/2.23	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	2 359,99		2 359,99	0,00	90,42	
01/003	2022/2.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/2.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/4.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/4.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/4.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/4.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/8.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/8.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2022/8.7	319 945,12	50,00	50,00	50,00	50,00		320 145,12		317 057,17	317 057,17	99,10	99,04	
01/003	2022/8.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/2.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/2.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/4.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/4.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/4.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/4.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/5.3	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/5.4	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/7.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/7.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/7.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/003	2023/7.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/003	2023/8.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6	140,00		560,00			2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.1.5	Equipamento básico	O	D6		250,00				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.2.5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	O	D6	153 255,77					2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.2.13	Material de transporte	O	D6	22 450,00					2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.3.4	Equipamento básico	O	D6		250,00				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.4.5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	O	D6		1 730 102,44				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.5.14	Equipamento básico	O	D6	24 250,26		29 436,38			2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.5.15	Material Informático	O	D6	14 721,27		17 869,55			2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.5.16	Software Informático	O	D6		5 250,00				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.5.17	Aquisição de equipamento Administrativo	O	D6	451,70		548,30			2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/16.5.19	Construções Diversas	E	D6		250,00				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2016/18.9	Construções diversas	E	D6		250,00				2016-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/6.15	Equipamento Básico	O	D6	12 638,59		15 447,16			2020-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/8.11	Material informático	O	D6		250,00				2020-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/8.12	Software informático	O	D6		250,00				2020-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/8.13	Equipamento Administrativo	O	D6		250,00				2020-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/8.14	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2020-01-01	2029-12-31	0
01/004	2020/8.15	Equipamento de Transporte	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2021/10.11	Material Informático	O	D6		250,00				2021-01-01	2029-12-31	0
01/004	2021/10.12	Software Informático	O	D6		250,00				2021-01-01	2029-12-31	0
01/004	2021/10.13	Equipamento Administrativo	O	D6		250,00				2021-01-01	2029-12-31	0
01/004	2021/10.14	Equipamento Básico	O	D6		83 225,80				2021-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/9.12	Aquisição de material informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/9.13	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/9.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/9.15	Equipamento básico	O	D6		7 750,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/10.12	Aquisição de material informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/10.13	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/10.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2023/10.15	Equipamento básico	O	D6		250,00				2023-01-01	2029-12-31	0
01/004	2024/4.12	Aquisição de material informático	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto							Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %	
		Ano 2024	Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2024	Total			
			Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Anos Seguintes							
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]=[14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]=[21]+[22]	[24]=[22]/[14]*100	[25]=[23]/([20]+[21])*100	
01/003	2023/8.14	500,00	50,00	50,00	50,00	50,00		700,00				0,00	0,00	
01/004	2016/16.1.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2016/16.2.5	30 000,00	25 014,30	31 274,00	31 899,00	32 537,00		150 724,30	2 531,47		2 531,47	0,00	1,65	
01/004	2016/16.2.13	4 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00		4 200,00	18 250,00		18 250,00	0,00	81,29	
01/004	2016/16.3.4	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2016/16.4.5	5 000,00	50,00	50,00	50,00	50,00		5 200,00	1 724 902,44		1 724 902,44	0,00	99,70	
01/004	2016/16.5.14	7 264,00	50,00	50,00	50,00	50,00		7 464,00	46 222,64		46 222,64	0,00	86,10	
01/004	2016/16.5.15	615,00	50,00	50,00	50,00	50,00		815,00	31 775,82		31 775,82	0,00	97,50	
01/004	2016/16.5.16	5 050,00	50,00	50,00	50,00	50,00		5 250,00		4 993,80	4 993,80	98,89	95,12	
01/004	2016/16.5.17	800,00	50,00	50,00	50,00	50,00		1 000,00				0,00	0,00	
01/004	2016/16.5.19	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2016/18.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2020/6.15	835,17	50,00	50,00	50,00	50,00		1 035,17	27 050,58	835,17	27 885,75	100,00	99,29	
01/004	2020/8.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2020/8.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2020/8.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2020/8.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2020/8.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2021/10.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2021/10.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2021/10.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2021/10.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	82 975,80		82 975,80	0,00	99,70	
01/004	2023/9.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/9.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/9.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/9.15	2 300,00	2 300,00	3 050,00	50,00	50,00		7 750,00				0,00	0,00	
01/004	2023/10.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/10.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/10.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2023/10.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2024/4.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento					Datas		Fase de Execução
					RG	RP	UE	EMPR	ND	Início	Fim	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]
01/004	2024/4.13	Aquisição de software informático	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/004	2024/4.14	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/004	2024/4.15	Equipamento básico	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/004	2024/5.6	Equipamento básico	O	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/004	2024/5.7	Construções diversas	E	D6		250,00				2024-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/5.1.5	Aquisição de software	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/5.1.9	Equipamento de Informática	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/5.1.10	Sinalização e Trânsito	O	D6	41 474,05		44 039,45			2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/6.7	Material Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/6.8	Software Informático	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/6.9	Equipamento Básico	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/7.9	Outras construções	E	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/7.10	Equipamento de transporte	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/7.11	Material de Informática	O	D6		250,00				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/7.12	Software Informático	O	D6		275 012,32				2022-01-01	2029-12-31	0
01/005	2022/7.13	Equipamento Básico	O	D6		1 163 594,13				2022-01-01	2029-12-31	0
01/006	2016/27.22	Aquisição de material informático	O	D6		824,48	4 672,06			2016-01-01	2029-12-31	
01/006	2016/27.23	Aquisição de software informático	O	D6		358,47	2 031,36			2016-01-01	2029-12-31	
01/006	2016/27.24	Aquisição de equipamento administrativo	O	D6		699,03	3 961,16			2016-01-01	2029-12-31	
				Total:	1 911 122,60	4 200 225,77	3 958 138,80	1 130 338,21	222340			

DPPI - Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Período: de 01-01-2024 a 31-12-2024

(designação da autarquia local)

Euros

Objetivo	Número do Projeto	Montante Previsto							Montante Executado			Nível de Execução Financeira Anual %	Nível de Execução Financeira Global %	
		Ano 2024	Períodos Futuros					Total	Anos Anteriores	Ano 2024	Total			
			Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027	Ano 2028	Anos Seguintes							
[1]	[2]	[14]	[15]	[16]	[17]	[18]	[19]	[20]= [14]+...+[19]	[21]	[22]	[23]= [21]+[22]	[24]= [22]/[14]*100	[25]=[23]/ ([20]+[21])*100	
01/004	2024/4.13	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2024/4.14	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2024/4.15	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2024/5.6	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/004	2024/5.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/5.1.5	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/5.1.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/5.1.10	8 500,00	50,00	50,00	50,00	50,00		8 700,00	76 813,50		76 813,50	0,00	89,83	
01/005	2022/6.7	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/6.8	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/6.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/7.9	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/7.10	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/7.11	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00				0,00	0,00	
01/005	2022/7.12	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00		250,00	274 762,32		274 762,32	0,00	99,91	
01/005	2022/7.13	148 373,53	50,00	50,00	50,00	50,00		148 573,53	1 015 020,60		1 015 020,60	0,00	87,23	
01/006	2016/27.22	400,00	1 000,00	50,00	50,00	50,00		1 550,00	3 946,54		3 946,54	0,00	71,80	
01/006	2016/27.23	500,00	500,00	50,00	50,00	50,00		1 150,00	1 239,83		1 239,83	0,00	51,88	
01/006	2016/27.24	1 600,00	1 000,00	50,00	50,00	50,00		2 750,00	1 910,19	1 556,26	3 466,45	97,27	74,38	
	Total:	1 745 526,52	102 503,30	92 296,00	90 973,00	92 684,00		2 123 982,82	8 853 502,87	962 295,65	9 815 798,52	55,13	89,42	

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nivel Execucao	Nivel Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Inicio	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total	Anual (%)	
01				Funções Gerais																
01	001			Unidade Gestão Administrativa e Financeira																
01	001	2016/1		Organização e Gestão Interna																
01	001	2016/1	1	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2016	12/2029	20 000,00	71 610,00	91 610,00	41 178,80	12 052,66	53 231,46	60,26	40,09
01	001	2016/1	2	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2016	12/2029	15 178,00	73 624,00	88 802,00	60 759,90	15 175,38	75 935,28	99,98	50,77
01	001	2016/1	3	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	27 144,06	0,00	27 144,06	0,00	99,09
01	001	2016/1	5	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2016	12/2029	16 000,00	67 398,00	83 398,00	5 662,24	13 033,08	18 695,32	81,46	20,99
01	001	2016/1	6	Equipamento de Transporte	01 07010602	O	100				01/2018	12/2029	21 150,00	200,00	21 350,00	46 480,00	20 500,00	66 980,00	96,93	98,75
01	001	2016/1	8	Outras construções	01 07010413	E	100				01/2021	12/2029	4 550,00	200,00	4 750,00	6 915,56	0,00	6 915,56	0,00	59,28
											Totais do Programa 001:		76 928,00	213 232,00	290 160,00	188 140,56	60 761,12	248 901,68	78,98	52,04
01	002			Unidade de Modernização da Administração Local																
01	002	2016/2		Transformação Digital e Inteligência Territorial - Um Modelo Catorze Municipios																
01	002	2016/2	8	Equipamento Informático	01 070107	O	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	33 039,79	0,00	33 039,79	0,00	99,25
01	002	2016/2	9	Software informático	01 070108	O	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	144 385,35	0,00	144 385,35	0,00	99,83
01	002	2016/2	10	Gestão e Conhecimento do Território para a Tomada de Decisão																
01	002	2016/2	10/3	Equipamento Informático	01 070107	O	100				01/2017	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2022/1		Centro de Serviços Partilhados Viseu Dão Lafões																
01	002	2022/1	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2022/1	8	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2022/1	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2024/1		ZLT - Zona Livre Tecnológica																
01	002	2024/1	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2024/1	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2024/1	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2024/1	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	002	2024/2		Rede Intermunicipal de Bibliotecas em Viseu Dão Lafões - Transição digital																
01	002	2024/2	1	Material Informático	01 070107	O	100		100		01/2024	12/2029	101 339,70	200,00	101 539,70	0,00	101 339,70	101 339,70	100,00	99,80
01	002	2024/2	2	Software Informático	01 070108	O	100		100		01/2024	12/2029	120 600,00	200,00	120 800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
											Totais do Programa 002:		222 439,70	2 400,00	224 839,70	177 425,14	101 339,70	278 764,84	45,56	69,30
01	003			Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																
01	003	2016/5		Marca Viseu Dão Lafões - Produtos Turísticos Integrados																
01	003	2016/5	10	Construções diversas - Sinalização Turística	01 07010413	O		15	85		06/2017	12/2029	7 000,00	200,00	7 200,00	451 435,48	0,00	451 435,48	0,00	98,43
01	003	2016/8		Produtos Compósitos de Turismo de Natureza																
01	003	2016/8	1	Ecopista do Dão																
01	003	2016/8	1/11	Equipamento básico	01 07011002	O		100			01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Datas (Mês/Ano)		Montante Previsto			Montante executado			Nivel Execucao Anual (%)	Nivel Execução Global (%)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM	Inicio	Fim	Ano	Anos seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
01				Funções Gerais																
01	003			Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																
01	003	2016/8	1/13	Outras construções	01 07010413	E		100			01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	766 945,26	0,00	766 945,26	0,00	99,97
01	003	2016/8	3	Sinalização dos produtos turísticos de Viseu Dão Lafões - Património Natural																
01	003	2016/8	3/6	Construções diversas	01 07010413	E	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	32 667,15	0,00	32 667,15	0,00	99,24
01	003	2016/8	4	Ecopista do Vouga																
01	003	2016/8	4/1	Outras construções	01 07010413	E		10	66	24	01/2018	12/2029	770 251,00	200,00	770 451,00	3 856 393,92	475 752,43	4 332 146,35	61,77	93,63
01	003	2016/8	5	Aldeias da Serra do Caramulo																
01	003	2016/8	5/5	Construções Diversas	01 07030301	E		19	81		01/2016	12/2029	113 575,00	200,00	113 775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2016/17		Transição Energética																
01	003	2016/17	2	Projetos no Domínio da Eficiência Energética																
01	003	2016/17	2/6	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2016/30		Contratos Interadministrativos																
01	003	2016/30	5	Construções diversas	01 07030301	E	100				01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	454,95	0,00	454,95	0,00	64,54
01	003	2017/3		Promoção do Sucesso Educativo em Viseu Dão Lafões																
01	003	2017/3	1	Projetos intermunicipais para o sucesso educativo em Viseu Dão Lafões																
01	003	2017/3	1/10	Aquisição de material informático	01 070107	O		15	85		01/2017	12/2029	50,00	200,00	250,00	5 554,37	0,00	5 554,37	0,00	95,69
01	003	2017/3	1/11	Aquisição de software informático	01 070108	O		15	85		01/2017	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2017/3	1/12	Aquisição de Equipamento Administrativo	01 070109	O		15	85		01/2019	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2017/3	1/14	Outros Investimentos	01 070115	O		15	85		01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2017/3	2	Escolas empreendedoras em Viseu Dão Lafões																
01	003	2017/3	2/7	Aquisição de material informático	01 070107	O		15	85		01/2017	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2017/3	2/8	Aquisição de software informático	01 070108	O		15	85		01/2017	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2020/5		MEG - Rota do Megalitismo da Região Viseu Dão Lafões																
01	003	2020/5	7	Construções diversas	01 07010413	E		30	70		01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2021/1		Sistema de Informação Cadastral Simplificado na Região Viseu Dão Lafões																
01	003	2021/1	21	Aquisição de material informático	01 070107	O			100		01/2021	12/2029	15 000,00	15 150,00	30 150,00	62 862,71	0,00	62 862,71	0,00	67,59
01	003	2021/1	22	Aquisição de softtware informático	01 070108	O			100		01/2021	12/2029	1 000,00	1 150,00	2 150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2021/2		Centro de Informação Europe Direct Viseu Dão Lafões																
01	003	2021/2	21	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	1 861,61	0,00	1 861,61	0,00	88,16
01	003	2021/2	22	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2021/2	23	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	2 359,99	0,00	2 359,99	0,00	90,42
01	003	2022/2		Plano de Recuperação e Resiliência - Projetos Intermunicipais (Resiliência / Transição Digital / Transição Climática)																
01	003	2022/2	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) RP	RG	UE	EM	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Montante Previsto Ano	Anos seguintes	Total	Montante executado Anos Anteriores	Ano	Total	Nivel Execucao Anual (%)	Nivel Execução Global (%)
01				Funções Gerais																
01	003			Unidade de Cooperação Territorial e Promoção da Re																
01	003	2022/2	8	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/2	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/2	10	Outras Construções	01 07030301	E	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4		Economia Circular na região Viseu Dão Lafões																
01	003	2022/4	11	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4	12	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4	13	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/4	14	Equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8		Espaços Coworking																
01	003	2022/8	5	Material informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8	6	Software informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2022/8	7	Construções diversas	01 07030301	E		100			01/2022	12/2029	319 945,12	200,00	320 145,12	0,00	317 057,17	317 057,17	99,10	99,04
01	003	2022/8	8	Equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/2		Outros Projetos de Fundos Europeus																
01	003	2023/2	8	Equipamento informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/2	9	Software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/4		"Projeto ""STOP_WASTE"" - Enhancing the efficiency of policy instruments for accelerating waste generation prevention"																
01	003	2023/4	10	Material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/4	11	Software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/4	12	Equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/4	13	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/5		Ciclovias / Ecovias Viseu Dão Lafões (Walking & Cicling)																
01	003	2023/5	3	Construções diversas	01 07010413	E	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/5	4	Sinalização	01 07010409	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/7		Agro-Tur																
01	003	2023/7	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/7	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/7	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/7	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	003	2023/8		Econnetting																
01	003	2023/8	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O		20	80		01/2023	12/2029	500,00	200,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
												Totais do Programa 003:	1 229 171,12	24 900,00	1 254 071,12	5 180 535,44	792 809,60	5 973 345,04	64,50	92,83

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) RP	RG	UE	EM	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Montante Previsto Ano	Anos seguintes	Total	Montante executado Anos Anteriores	Ano	Total	Nivel Execucao Anual (%)	Nivel Execução Global (%)
01				Funções Gerais																
01	004			Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicip																
01	004	2016/16		Proteção Civil Intermunicipal																
01	004	2016/16	1	Proteção Civil à Escala Intermunicipal/Plataforma de Emergência																
01	004	2016/16	1/5	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/16	2	Brigada de Sapadores Florestais																
01	004	2016/16	2/5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	01 07011002	O		100			01/2016	12/2029	30 000,00	120 724,30	150 724,30	2 531,47	0,00	2 531,47	0,00	1,65
01	004	2016/16	2/13	Material de transporte	01 07010602	O		100			01/2016	12/2029	4 000,00	200,00	4 200,00	18 250,00	0,00	18 250,00	0,00	81,29
01	004	2016/16	3	Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal																
01	004	2016/16	3/4	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/16	4	Sistema Integrado de Videovigilância																
01	004	2016/16	4/5	Aquisição de equipamentos/maquinarias	01 07011002	O	100				01/2016	12/2029	5 000,00	200,00	5 200,00	1 724 902,44	0,00	1 724 902,44	0,00	99,70
01	004	2016/16	5	LIFE - Landscape Fire																
01	004	2016/16	5/14	Equipamento básico	01 07011002	O		45	55		01/2016	12/2029	7 264,00	200,00	7 464,00	46 222,64	0,00	46 222,64	0,00	86,10
01	004	2016/16	5/15	Material Informático	01 070107	O		45	55		01/2016	12/2029	615,00	200,00	815,00	31 775,82	0,00	31 775,82	0,00	97,50
01	004	2016/16	5/16	Software Informático	01 070108	O	100				01/2016	12/2029	5 050,00	200,00	5 250,00	0,00	4 993,80	4 993,80	98,89	95,12
01	004	2016/16	5/17	Aquisição de equipamento Administrativo	01 070109	O		45	55		01/2016	12/2029	800,00	200,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/16	5/19	Construções Diversas	01 07010413	E	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2016/18		Adaptação às alterações climáticas em Viseu Dão Lafões																
01	004	2016/18	9	Construções diversas	01 07010413	E	100				01/2016	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/6		Life Nieblas																
01	004	2020/6	15	Equipamento Básico	01 07011002	O		45	55		01/2020	12/2029	835,17	200,00	1 035,17	27 050,58	835,17	27 885,75	100,00	99,29
01	004	2020/8		Outros Projetos de Fundos Europeus																
01	004	2020/8	11	Material informático	01 070107	O	100				01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/8	12	Software informático	01 070108	O	100				01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/8	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/8	14	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2020	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2020/8	15	Equipamento de Transporte	01 07010602	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2021/10		Deteção e combate à espécie exótica invasora Vespa Velutina																
01	004	2021/10	11	Material Informático	01 070107	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2021/10	12	Software Informático	01 070108	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2021/10	13	Equipamento Administrativo	01 070109	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2021/10	14	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2021	12/2029	50,00	200,00	250,00	82 975,80	0,00	82 975,80	0,00	99,70
01	004	2023/9		An-Gel																
01	004	2023/9	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) RP	RG	UE	EM	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Montante Previsto Ano	Anos seguintes	Total	Montante executado Anos Anteriores	Ano	Total	Nivel Execucao Anual (%)	Nivel Execução Global (%)
01				Funções Gerais																
01	004			Unidade do Ambiente e da Proteção Civil Intermunicip																
01	004	2023/9	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/9	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/9	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2029	2 300,00	5 450,00	7 750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/10		E-Rigation																
01	004	2023/10	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/10	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/10	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2023/10	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2023	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/4		Interreg GreenSPAS																
01	004	2024/4	12	Aquisição de material informático	01 070107	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/4	13	Aquisição de software informático	01 070108	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/4	14	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/4	15	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/5		Gestão de residuos florestais / sobrantes																
01	004	2024/5	6	Equipamento básico	01 07011002	O	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	004	2024/5	7	Construções diversas	01 07010413	E	100				01/2024	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
										Totais do Programa 004:			57 164,17	132 774,30	189 938,47	1 933 708,75	5 828,97	1 939 537,72	10,20	91,33
01	005			Unidade de Mobilidade e Transportes																
01	005	2022/5		Autoridade de Transportes - Viseu Dão Lafões																
01	005	2022/5	1	Organização, Gestão, Monitorização e Fiscalização da Autoridade de Transportes																
01	005	2022/5	1/5	Aquisição de software	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/5	1/9	Equipamento de Informática	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/5	1/10	Sinalização e Trânsito	01 07010409	O		49	52		01/2022	12/2029	8 500,00	200,00	8 700,00	76 813,50	0,00	76 813,50	0,00	89,83
01	005	2022/6		Outros Projectos Intermunicipais no âmbito da Mobilidade e Transportes																
01	005	2022/6	7	Material Informático	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/6	8	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/6	9	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/7		Mobilidade Urbana e Sustentável em Viseu Dão Lafões																
01	005	2022/7	9	Outras construções	01 07010413	E	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/7	10	Equipamento de transporte	01 07010602	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/7	11	Material de Informática	01 070107	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	005	2022/7	12	Software Informático	01 070108	O	100				01/2022	12/2029	50,00	200,00	250,00	274 762,32	0,00	274 762,32	0,00	99,91

Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

(designação da autarquia local)

Período: 01-01-2024 a 31-12-2024 **Ano:** 2024

(unidade: €)

Obj.	Prog	Projeto Ano / Nº	Projeto Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%) RP	RG	UE	EM	Datas (Mês/Ano) Inicio	Fim	Montante Previsto Ano	Anos seguintes	Total	Montante executado Anos Anteriores	Ano	Total	Nivel Execucao Anual (%)	Nivel Execução Global (%)
01				Funções Gerais																
01	005			Unidade de Mobilidade e Transportes																
01	005	2022/7	13	Equipamento Básico	01 07011002	O	100				01/2022	12/2029	148 373,53	200,00	148 573,53	1 015 020,60	0,00	1 015 020,60	0,00	87,23
										Totais do Programa 005:			157 323,53	2 200,00	159 523,53	1 366 596,42	0,00	1 366 596,42	0,00	89,55
01	006			Unidade Controlo e Gestão da Contratualização																
01	006	2016/27		Assistência Técnica - Contratualização																
01	006	2016/27	22	Aquisição de material informático	01 070107	O	15		85		01/2016	12/2029	400,00	1 150,00	1 550,00	3 946,54	0,00	3 946,54	0,00	71,80
01	006	2016/27	23	Aquisição de software informático	01 070108	O	15		85		01/2016	12/2029	500,00	650,00	1 150,00	1 239,83	0,00	1 239,83	0,00	51,88
01	006	2016/27	24	Aquisição de equipamento administrativo	01 070109	O	15		85		01/2016	12/2029	1 600,00	1 150,00	2 750,00	1 910,19	1 556,26	3 466,45	97,27	74,38
										Totais do Programa 006:			2 500,00	2 950,00	5 450,00	7 096,56	1 556,26	8 652,82	62,25	68,97
										Totais do Objetivo 01:			1 745 526,52	378 456,30	2 123 982,82	8 853 502,87	962 295,65	9 815 798,52	55,13	89,42
										Total Geral:			1 745 526,52	378 456,30	2 123 982,82	8 853 502,87	962 295,65	9 815 798,52	55,13	89,42

ORGÃO EXECUTIVO

Em .... de ..... de .....

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em .... de ..... de .....

.....

Outros documentos - LCPA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

(para efeitos do disposto no artigo 15.º, n.º 1, alínea b))

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação introduzida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, identifica a relação de recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2023. Em conformidade com a opção estabelecida no artigo 17.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, para efeitos de cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, os recebimentos em atraso são declarados, na sua maioria, de forma agregada em cada uma das situações abaixo identificadas, uma vez que têm a mesma natureza e o seu valor individualmente considerado é inferior a 5.000,00€, estando devidamente identificados aqueles que são superiores a este montante.

Recebimentos em atraso:

Conta de Terceiros	Entidade/Natureza	Valor
2111	Municípios associados da CIM - Quotizações	10 948,63
	Municípios associados da CIM - Protocolos	22 102,01
	Município de Santa Comba Dão - Acordo de Financiamento das competências delegadas na CIM enquanto Autoridade de Transportes - ano 2024	37 219,60
	Município de Santa Comba Dão - Protocolo celebrado no âmbito dos Transportes "Incentiva+TP"	6 089,19
	Município de Santa Comba Dão - Contrato Interadministrativo de delegação de competências relativas à gestão da Ecopista do Dão	5 856,54
	Município de São Pedro do Sul - Protocolo celebrado no âmbito do " Sistema de Informação Cadastral - BUPi"	7 459,83
	Município de Viseu - Protocolo celebrado no âmbito da "Classificação património Megalítico à UNESCO"	10 694,82
	Município de Viseu - Protocolo celebrado no âmbito da "Mobilidade Suave - PAMUS"	9 791,10
	Empresa Berrelhas de Camionagem, Lda. - Upside - PART 2023	2 408,99
	Fornecedores Central de Compras - FEE's	4 239,97
	Fornecedores Central de Compras - FEE's - Eurest Portugal, Lda	9 487,24
	Associações de Bombeiros Voluntários - EPI´s	120,03
	Assinantes Revista "Beira Alta" + vendas	2 054,00
	Outras entidades - Protocolos de colaboração	500,00
	TOTAL	128 971,95

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

Mais declara que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não tem pagamentos em atraso.

Tondela, 24 de janeiro de 2025

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões

(Dr. Nuno Martinho)

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

DECLARAÇÃO

O Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, para os efeitos previstos na alínea a) do nº1 do art.º 15º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro na redação introduzida pela Lei nº22/2015, de 17 de março, declara que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2024 se encontram devidamente registados na base de dados central, na aplicação SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística – do ERP da AIRC, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante (€)
2025	8.787.833,37€
2026	9.389.094,71€
2027	9.358.626,38€
2028	9.503.481,73€
Seguintes	12.429.065,89

Tondela, 24 de janeiro de 2025

O Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões

(Dr. Nuno Martinho)

Relatório do Documento interno n.º 987 de 09/04/2025

DOCUMENTO N.º:
DATA DOC.: 00/00/0000
REF. DOC.:
REGISTADO: sandra
ATUALIZADO: carina

REMETENTE: FUNC.: SANDRA ISABEL NUNES CARVALHO
TIPO DE DOCUMENTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS
LIVRO DE REGISTO: LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

ASSUNTO
Prestação de Contas do exercício económico do ano de 2024

Detalhes do Documento

1. Original Enviado para Serv: Assembleia Intermunicipal

PROCESSO N.º
CLASSIFICAÇÃO
OBSERVAÇÕES

Movimentos

(3) Movimentado no dia 17/04/2025 15:46 para Serv: Assembleia Intermunicipal

Efetuado por Func.: 7 - Carina Andreia Rodrigues dos Santos(carina)

Motivo: Aprovado na reunião do Conselho Intermunicipal, nos termos da deliberação anexa.Para submissao à AI

(2) Movimentado no dia 14/04/2025 09:48 para Serv: Conselho Intermunicipal

Efetuado por Func.: 1 - Luis Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho(nunomartinho)

Despacho: Concordo com o proposto. Remeta-se ao CINT para deliberação
Autor do despacho: Luis Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho
Categoria: Director Geral
Data de despacho: 10/04/2025

(1) Movimentado no dia 09/04/2025 13:16 para Serv: Secretariado Executivo Intermunicipal

Efetuado por Func.: 2 - Sandra Isabel Nunes Carvalho(sandra)

Despacho: Registo original!
Autor do despacho: Sandra Isabel Nunes Carvalho
Categoria: Técnico Superior
Data de despacho: 09/04/2025

Anexos do documento

Tipo doc.: Minuta | Data: 17/04/2025